PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO:
O Programa do "jovem aprendiz" na Fundação CDL de Belo Horizonte

Belo Horizonte
2012

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO:
O Programa do "jovem aprendiz" na Fundação CDL de Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Magda de Almeida Neves

Belo Horizonte
2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Narciso, Roseane Aguiar Lisboa
N222j Juventude e mercado de trabalho: o programa do "jovem aprendiz" na Fundação CDL de Belo Horizonte / Roseane Aguiar Lisboa Narciso. Belo Horizonte, 2012.
274f.: il.

Orientadora: Magda de Almeida Neves
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Juventude – Emprego – Belo Horizonte (MG). 2. Políticas públicas. 3. Mercado de trabalho. 4. Qualificações profissionais. I. Neves, Magda de Almeida. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 331.86(815.1)

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO:
O Programa do "jovem aprendiz" na Fundação CDL de Belo Horizonte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

_____
Profª Drª. Magda de Almeida Neves
(Orientadora) – PUC Minas

_____
Prof. Jacob Carlos Lima
UFSCar

_____
Profª. Suzana Lanna Burnier Coelho
CEFET/MG

_____
Profª. Cristina Almeida Cunha Filgueiras
PUC Minas

_____
Profª. Regina de Paula Medeiros
PUC Minas

_____
Prof. Otávio Soares Dulci (Suplente)
UFMG

Belo Horizonte, 01 de junho de 2012.

Aos meus pais (início de tudo), pelos princípios e dedicação, e ao meu filho Rafael (continuidade), pela leveza e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, aos professores, funcionários e colegas pelo acolhimento e auxílio contínuos, especialmente, no início do doutorado e durante meu período de licença maternidade.

À professora Magda de Almeida Neves que, de avaliadora na minha defesa de dissertação passou à orientadora no doutorado, agradeço pela dedicação, leitura atenta e sugestões. Obrigada também pela sabedoria de suas opiniões e pelo olhar carinhoso com que me orientou durante todo este percurso, especialmente nos difíceis momentos em que tinha que conciliar maternidade, estudos e trabalhos. Agradeço por ter me incentivado a continuar sempre com os pés no chão.

Meus agradecimentos ao professor Otávio Soares Dulci, que acompanhou este processo desde as aulas do mestrado na UFMG, passando pela banca da minha defesa até as palavras de incentivo, para que eu continuasse o percurso em direção ao doutorado.

Agradeço à Fundação CDL Pró-Criança de Belo Horizonte e seus gestores, pela possibilidade de realizar esta pesquisa no Programa Educação & Trabalho e por permitir que eu realizasse as entrevistas com os aprendizes e funcionários.

Aos aprendizes, pela confiança e pelas valiosas informações fornecidas durante as entrevistas e grupos focais.

À Ângela e ao Gualter, pela revisão criteriosa e cuidadosa.

Agradeço à Elieth Souza, colega de doutorado, sempre acolhedora e carinhosa em suas palavras de incentivo.

À grande amiga Ana Flávia Martins, pela cumplicidade e companheirismo, pelas sugestões e pelos livros utilizados no capítulo sobre políticas públicas. Sua amizade aqueceu meus passos em direção à conquista deste sonho, especialmente na finalização desta tese.

Aos amigos que, mesmo na ausência, foram cúmplices deste projeto e me incentivaram a continuar.

À minha família, especialmente meus pais e avó materna (*in memorian*) que, na simplicidade de suas vidas, me ensinaram a construir minha história com persistência, dedicação e paciência. Esta titulação só terá valor se eu souber utilizá-la à luz dos princípios morais que me ensinaram. A saudade que sinto de vocês me inspira a caminhada.

Ao meu marido, Leonardo Rodrigo, pela paciência e compreensão em minhas ausências, pelo amor e por ter cuidado de nossa casa e de nosso filho, sempre que eu

precisava me dedicar completamente aos estudos. Obrigada pelo amor e por continuar ao meu lado. “Ainda bem que você vive comigo...”

Ao meu filho Rafael, fonte inesgotável de amor e esperança. Agradeço por tudo o que me ensina a cada momento. Não tenho palavras para descrever tudo o que representa em minha vida. À você meu amor eterno.

Aos meus irmãos e familiares pelo amor, carinho e amizade. À Giulia, pelo carinho e por sempre me perguntar: “tia Rô, porque você estuda tanto?”, como forma de “reclamar” minhas ausências.

Meu agradecimento fraterno aos primos e tios da família Narciso que, sem perceber, preencheram finais de semana com alegria e entusiasmo, revitalizando minhas forças para iniciar nova jornada.

A Deus por possibilitar que eu nascesse no lugar onde me encontro, com as pessoas que convivo, pela fé e esperança na construção de minha história.

RESUMO

Este estudo pretende discutir a relação entre trabalho e qualificação de jovens aprendizes entre 16 e 20 anos, a partir da investigação sobre a percepção que esses jovens têm sobre os programas de aprendizagem que frequentam. A pesquisa considera a Lei nº 10.097/200, conhecida como Lei da Aprendizagem, enquanto uma política pública de emprego, que pode potencializar o conceito de trabalho decente para a juventude, possibilitando a construção de uma trajetória profissional aos jovens, especialmente de classes baixas. A apreciação destas questões se dará a partir de trabalho empírico, fundamentado em visitas e entrevistas realizadas com aprendizes e equipe técnica do Programa Educação & Trabalho da Fundação CDL Pró-Criança de Belo Horizonte, em que se busca a percepção dos aprendizes sobre as questões colocadas. A esta pesquisa, agrega-se revisão bibliográfica em torno de dilemas relacionados ao universo juvenil, aos obstáculos à reprodução social do jovem e à transição do sistema educacional para o mercado de trabalho. Considera-se a heterogeneidade da categoria juventude, o conceito de trabalho decente proposto pela OIT, as políticas públicas de emprego direcionadas a esse segmento da população e a relação entre educação e trabalho de adolescentes nessa faixa etária. O estudo evidencia que a Lei da Aprendizagem é uma política importante para auxiliar os jovens na busca pelo primeiro emprego e, portanto, na entrada no mercado de trabalho, possibilitando a construção de uma trajetória profissional que pode alterar sua situação de origem.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho Decente. Políticas Públicas de Emprego. Qualificação. Trabalho.

ABSTRACT

The purpose of the study is to evaluate the relationship between work and the qualifications of young learners between 16 and 20 years from the research on the perception that these young people are learning about the programs they attend. The research considers the Law nº 10.097/200, known as Learning Law, as a public employment politic that can enhance the concept of decent work for youth, allowing the construction of a career to young people, especially the lower classes.The assessment of these issues will take place from empirical work based on visits and interviews with learners and crew of the Program Work & Educations Foundation CDL- Pro-Child of Belo Horizonte, which seeks the perception of learners about the questions. In the research adds to a literature rewiew around dilemmas related to the universe of youth, the obstacles social reproduction of the young and transition from education to the labor market. It is considered the heterogeneity of the youth category, the concept of decent work proposed by the OIT, the public employment policies targeted at this segment of the population and the relationship between education and employment of a adolescents in this age group. The study that the Law of Learning is an important policy public to assist young people in finding employment and the first entry in the labor market allowing the construction of a career that can change its state of origin.

Keywords: youth, decent work, public policy, qualification, work.

LISTA DE Figuras

Figura 1 – Fluxograma de Funcionamento do PET..... 183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de aprendizes no ano de 2010 52
Tabela 2 - Informações sobre escolaridade dos aprendizes no ano de 2010 52
Tabela 3 - Informações sobre local de moradia dos aprendizes no ano de 2010 52
Tabela 4 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária - Auxiliar Administrativo 189
Tabela 5 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária – Comércio e Serviços 189
Tabela 6 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária – Logística 190

LISTA DE ABREVIATURAS

AHTD – Agenda Hemisférica de Trabalho Decente

ANTD - Agenda Nacional do Trabalho Decente

CAS – Centro de Atendimento Social

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

CSJ – Consórcio Social da Juventude

DETRAN – Departamento de Trânsito

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPC – Diretoria de Porto e Costas do Ministério da Marinha

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESFL – Entidade Sem Fins Lucrativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FATEC – Faculdade de Tecnologia do Comércio

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIES – Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor

IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

OCDE – Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PEA – População Economicamente Ativa

PEC – Programa Educar e Crescer

PEQ – Plano Estadual de Qualificação

PET – Programa Educação & Trabalho

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

PIS – Programa de Integração Social

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor

PNPE – Plano Nacional de Primeiro Emprego para a Juventude

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREJAL – Promoção do Emprego de Jovens na América Latina

PROEMPREGO – Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROMAM – Fundação Municipal de Amparo à Criança e Adolescente

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REJ – Rede de Emprego de Jovens

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFOR – Secretaria de Formação Profissional

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESCOOP – Serviço Nacional de Cooperativismo

SESI – Serviço Social da Indústria

SEST – Serviço Social de Transporte

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 29
1.1 O Trabalho sob a Perspectiva Juvenil 34
1.2 Trabalho Decente e a Lei da Aprendizagem 38
1.3 Escola e Trabalho no Contexto das Políticas Públicas de Emprego 42
1.4 Procedimentos Metodológicos 45
1.5 Estrutura da Tese 57

2. JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO 60
2. 1 Abordagens sobre Diferentes Juventudes 60
2.2 Juventude e a Transição Escola-Trabalho 67
2. 3 A Centralidade do Trabalho na Vida dos Jovens 85
2.4 Juventude e Mercado de Trabalho 92
2.4.1 As Transformações no Mundo do Trabalho e Seus Efeitos Sobre a População Jovem 97
2.4.2 O Modelo da Competência, Trabalho Decente e a Inserção Ocupacional de Jovens 102
2.4.3 Inserção Ocupacional e Capacitação de Jovens 108

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO 113
3.1 O Emprego e o Desemprego 114
3.2 O Estado de Bem-Estar Social ou a Relação entre Welfare State e Políticas Sociais 119
3.3 Políticas de Emprego no Contexto de Proteção e Desenvolvimento Social 129
3.4 Políticas Públicas de Emprego no Contexto Brasileiro 132
3. 5 Políticas Públicas e Inserção Ocupacional dos Jovens 144
3.6 A Lei da Aprendizagem no Contexto das Políticas de Emprego 150

4 A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES E COMO SE TECEM AS TEIAS: FUNDAÇÃO CDL, LEI DA APRENDIZAGEM E TRAJETÓRIA JUVENIL 163
4.1 Evolução das Práticas Institucionais de Atendimento à Criança e Adolescente 164
4.2 Requalificação do Hipercentro: para onde irão os meninos de rua? 172
4.3 O Programa Educação & Trabalho 179
4.3.1 Divulgação e Inscrições 183
4.3.2 A Seleção 184
4.3.3 Tornar-se Aprendiz 186
4.4 A Pesquisa de Campo 196
4.4.1 Lei da Aprendizagem e estrutura do Programa Educação & Trabalho (PET) 202
4.4.2 Ser Jovem 208
4.4.3 Relação entre estudo e trabalho 214
4.4.4 Representação do Trabalho para o Jovem 223
4.4.5 Representação do Trabalho Decente Frente ao Desemprego e Mercado Informal 225

5 CONCLUSÃO 235

REFERÊNCIAS 240

APENDICES 248
ANEXOS 251

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema juventude não é tarefa fácil numa pesquisa, pois a vida juvenil é caracterizada por uma pluralidade de circunstâncias que explicitam a heterogeneidade do conceito de juventude. A dificuldade de análise sobre esse segmento reside na inexistência de um único conceito sobre juventude e isso acaba por tornar o tema controverso e complexo. (FRIGOTTO, 2004). Portanto, é imperativo incorporar o sentido da diversidade e das diversas possibilidades do ser jovem, atribuídas a questões históricas, sociais e culturais. Por esse motivo, alguns trabalhos acadêmicos e publicações sobre a juventude abordam o tema como juventudes, ao invés de juventude.

Entretanto, Dayrell (2003) aponta que parte dos estudos sobre juventude discutem temas e instituições na vida dos jovens, sendo baixa a incidência de estudos que buscam a percepção sobre as situações de vida desse segmento.

> Se por um lado a preocupação com a juventude ocupa parte significativa dos noticiários, em grande medida no contexto de circunstâncias violentas, por outro as publicações acadêmicas ainda não refletem em volume e qualidade a demanda real de análise da vida juvenil em nossas cidades. (CARRANO; DAYRELL, 2003, p.2).

As representações de jovens na sociedade não demonstram totalmente a diversidade e pluralidade do segmento juvenil. De acordo com Pochmann (2004b), a diversidade da juventude tende a ser obscurecida por sua identificação como fase dourada na vida das pessoas, principalmente quando referida a jovens de classe alta. Em geral, as representações sociais são ancoradas em modelos de jovem ideal que se espelham na juventude das classes média e alta.

A diversidade da juventude é evidenciada na sua representação social, que deve ser considerada como parte de um processo de crescimento, numa perspectiva de totalidade. Por conseguinte, a juventude não seria uma etapa com um fim predeterminado, nem um momento de preparação a ser superado na idade adulta. Não há uma evolução linear; trata-se de uma sequência temporal em que ciclos vitais se relacionam a cada momento da existência, em que as mudanças e transformações são características estáveis na vida do indivíduo.

> Assim a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a meta última da maturidade. Mas, representa o momento do início da juventude, um

> momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes de algum modo ao longo da vida . (CARRANO; DAYRELL, 2003, p.3).

Kell (2004) elucida que o conceito de adolescência tem sua origem na modernidade e na industrialização, adquirindo a conotação de moratória social, que significa um tempo de espera para se tornar adulto. Esse tempo se prolongou cada vez mais devido a fatores, como aumento do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho e escassez de emprego. Esses fatores acabam por "obrigar" o jovem a ficar mais tempo na condição de adolescente, longe de decisões e responsabilidades, como incapazes de decidir seu destino. A adolescência torna-se, assim, uma idade tida como crítica e caracterizada por uma crise que se alia à dependência familiar, à falta de funções no espaço público e ao tédio. Nesta tese, a pesquisadora optou por utilizar os termos juventude e adolescência como sinônimos, pois ambos são identificados como fase intermediária, em que a dependência econômica está associada à educação e formação, temáticas centrais nesta pesquisa.

A juventude é um período em que se passa da infância à condição adulta, uma fase de mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais e, para acompanhar a evolução dos jovens em diferentes contextos, são estabelecidos ciclos de idade. Existem várias abordagens sobre estes ciclos, mas, segundo Abramovay (2002), há um consenso sobre o início da juventude relacionado a critérios derivados de enfoques psicológicos e biológicos e que reforçam o posicionamento de Kell (2004), acerca do conceito de adolescência. Tal consenso baseia-se "... no entendimento de que o desenvolvimento das funções sexuais e reprodutivas representa uma profunda transformação da dinâmica física, biológica e psicológica que diferencia o adolescente da criança." (ABRAMOVAY, 2002, p. 23).

O estabelecimento do limite superior no ciclo de idade tem se alargado com a passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Isso significa que existe uma relação entre ser jovem e estar inserido no sistema educacional formal, em busca de maiores conhecimentos, uma vez que passa a ser exigido do trabalhador a capacidade de dominar um conjunto de tarefas de uma determinada função. Assim, os anos de estudo tendem a aumentar para algumas classes sociais e, para os jovens de classe baixa, passa a ser urgente a conciliação entre trabalho e estudo. Também é foco desta pesquisa a relação entre trabalho e estudo no ciclo de vida dos jovens, especialmente no tocante à conciliação entre ambos e à alteração no padrão de inserção profissional do jovem, a partir da educação e qualificação.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008), a Pesquisa Nacional de amostra de Domicílios do Instituto de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), no ano de 2007, o Brasil tinha cerca de 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que correspondia a 26,4% da população. Esse contingente era maior do que o das últimas décadas do século XX, período em que houve um grande crescimento demográfico da população jovem. Mesmo assim, ele foi menor do que o de 2006, período em que o grupo jovem totalizava 51,2 milhões de pessoas. Essa redução do segmento juvenil é interpretada como desaceleração progressiva do ritmo de crescimento da população jovem, o que acarreta mudança nos pesos dos diversos grupos etários no conjunto da população.

Esse aspecto demográfico possui relevância na análise sobre a juventude, devido à existência de disputas interdisciplinares no desenvolvimento de especialidades no campo da juventude, o que amplia as dúvidas sobre qual é o limite superior no ciclo de idade do segmento jovem da população. A esses fatores, acresce a perda de uma nítida definição de características que identificam o indivíduo adulto em termos de hábitos, devido à tendência de "juvenilização" por que passam os adultos na sociedade, particularmente em relação à aparência e costumes. (ABRAMOVAY, 2002). Esta "juvenilização" é acentuada por Ribeiro (2004), ao pontuar que, atualmente, a juventude tornou-se um ideal social em que a ideia de liberdade se associa à mocidade, ao corpo bem cuidado, à saúde, à liberdade e possibilidade de inúmeros recomeços afetivos e profissionais.

Demograficamente, a juventude corresponde a determinada faixa etária que geralmente está localizada entre 15 e 24 anos de idade. Os enfoques biológicos e psicológicos enquadram a juventude a partir da maturidade fisiológica até à maturidade social. Entretanto, nem todos percorrem esse período da mesma forma, o que embasa o uso do termo no plural: juventudes. Falar em juventudes significa que os grupos de jovens têm elementos em comum a todos os jovens, mas, não fragmenta a visão por tipos de jovens. Ou seja, "a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias." (ABRAMOVAY, 2002, p. 25).

Entretanto, devido ao prolongamento na expectativa de vida, vários países abandonaram o conceito de juventude circunscrito à faixa etária de 15 a 24 anos. Segundo Pochmann (2004), no Brasil a expectativa média de vida ao nascer passou de 33,4 anos para 63,5 anos para os homens e, para as mulheres, passou de 34,6 anos para 70,9 anos. Em função disso, torna-se necessário identificar o alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade. Isso é o reconhecimento de que a transição da

adolescência para a idade adulta está mais complexa e exige uma agenda pública específica e que considere uma faixa etária maior.

Mesmo diante da percepção de que a divisão por faixa etária pode não contemplar a totalidade do conceito de juventude, nesta tese foi considerada, também, a abordagem demográfica que considera jovem os indivíduos entre 15 e 24 anos de idade. Pois, a maior parte dos estudos que focaliza a questão juvenil no mercado de trabalho considera essa faixa etária. Isso não significa que foram deixadas de lado as várias percepções acerca do que representa ser jovem, tampouco um abandono da busca pela compreensão da totalidade desse conceito.

Pochmann (2004b) elucida a existência de duas abordagens que sobressaem nas análises sobre a condição juvenil: o enfoque biopsicológico que retrata os saberes dos jovens e sua transitoriedade, relacionado à incerteza e instabilidade na transição para a fase adulta. O outro enfoque é o teórico sociocultural, que considera a forma do ser jovem relacionado ao ambiente, marcado por vocabulário próprio, jeito de vestir específico, relacionamentos em grupo, namoro, dança, música, que sempre estão em modificação. Assim, ele conclui que o componente etário que marca a juventude está atrelado a situações biopsicológicas e socioculturais temporárias e provisórias de identificação. A juventude é, portanto, uma representação social que varia de acordo com a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, lida com esse momento e o representa. Trata-se, pois, de lidar com o tema juventude de forma flexível em busca da compreensão de sua totalidade, sem desconsiderar suas diversidades. (DAYRELL, 2003).

> Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (CARRANO; DAYRELL, 2003, p.2).

Algumas análises da juventude, incorporadas no senso comum, caracterizam os jovens em relação a algumas décadas sem considerar critérios culturais e históricos. São exemplos dessa caracterização: os jovens dos anos 60 que se caracterizam pela rebeldia, dos anos 70 pelo estereótipo da recusa ao trabalho, dos anos 80 pelo conformismo e individualismo e, finalmente, os jovens dos anos 90 representariam um prolongamento da idade juvenil. Entretanto, Ribeiro (2004) pontua que, historicamente, elas não se diferenciam pela

contestação ao mundo em que nasceram. Segundo esse autor, essa contestação relacionada ao mundo jovem é um fenômeno moderno iniciado a partir da Revolução Francesa. Em 1815 com a restauração das dinastias do Antigo Regime na França, os governos monárquicos começaram a apelar aos mais velhos para ocuparem cargos nas cortes. Assim, os cargos eram ocupados por pessoas que já os ocupavam 20 ou 30 antes. Além disso, as cortes não confiavam nos jovens que passaram a se manifestar de diferentes formas para demonstrar seu descontentamento. Tratava-se de uma oposição entre o novo, representado pela liberdade e democracia, e o antigo, que é a servidão, preconceito e mentira. Outro aspecto ressaltado por Ribeiro (2004) é que a nobreza no século XVIII usava perucas empoadas, de forma que os jovens adquirissem aparência de velhos pelos cabelos brancos, o que lhes garantia confiabilidade. Após a Revolução Francesa, é que o ser jovem se torna positivo. Ainda nesse contexto, o termo inovação passa a se relacionar com revolução e se opõe às rebeliões. Ou seja, as rebeliões não eram consideradas inovadoras e/ou transformadoras da realidade. Mas, as revoluções sim, e estariam relacionadas às mudanças radicais e inovações, já que implicam numa ruptura do sistema com a formação subsequente de outro, que foi exatamente o que ocorreu com a Revolução Industrial. Nesse sentido, a invenção e inovação passam a ter um lugar especial e passam a ser estimadas. A juventude vem a reboque dessa estima pela inovação e invenção que, durante boa parte do século XX, foram grandes vocações relacionadas aos jovens. Assim, a juventude ficou atrelada a uma possibilidade de eterno recomeço, em que a vida pode terminar e recomeçar sem, necessariamente, obedecer a uma linearidade de posições: infância, juventude, velhice. Juventude está relacionada, portanto, a um *devir* no sentido de um metamorfosear constante. Essa noção de juventude ainda prevalece no século XXI, juntamente com outras noções de jovem que incluem a relação com o trabalho como forma de autonomia, por exemplo.

Segundo Abramovay (2002), até os anos 70, o principal grupo juvenil e que era reconhecido socialmente era o de estudantes universitários e do ensino médio. Os jovens eram identificados como atores sociais no cenário político e social, em busca de uma sociedade mais democrática e com mudanças sociais. Somente no final dos anos 70 e durante a década de 1980 é que emergiu a juventude “popular urbana”, excluída do acesso à educação média e superior. Eram jovens que habitavam a periferia e que começaram a se organizar com métodos diferentes dos jovens universitários, e começaram a exteriorizar processos de identificação próprios, como práticas ligadas a tipos de violência como forma de contestação.

1.1 O Trabalho sob a Perspectiva Juvenil

Dado que a juventude não é homogênea, suas especificidades são realçadas principalmente quando há diferenças significativas entre estratos de renda da população. Pochmann (2004b) exemplifica essas diferenças da seguinte forma: no Brasil os jovens filhos de pobres estão condenados ao trabalho enquanto condição de mobilidade social. Mas, ao ingressar no mercado de trabalho mais cedo, esses jovens estão com baixa escolaridade e acabam ocupando vagas de remuneração baixa, em condições de subordinação na hierarquia do trabalho. Já os jovens de classe média e alta, em geral, possuem condições de financiar a inatividade, elevar a escolaridade e adiar sua entrada no mercado de trabalho.

Além dessas perspectivas de compreensão do universo juvenil, existem outros aspectos a ele relacionados que são de interesse imediato desta pesquisa, cujo objeto analisado foi a Lei da Aprendizagem num panorama das políticas públicas de emprego, voltadas para esse segmento da sociedade. Para tanto, o trabalho se apresenta como categoria de análise importante para atingir o objetivo de analisar a relação entre trabalho e qualificação de jovens que frequentam cursos de aprendizagem e qualificação, baseados no Decreto Lei nº 5.598/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes. A análise desta temática se justifica, também, porque ingressar no mundo do trabalho é, tradicionalmente, considerado um marco da passagem da juventude para a fase adulta. Mas, devido às intensas transformações observadas no mundo produtivo, os padrões de transição para o mercado de trabalho foram alterados. Isso ocorreu em grande parte, porque os jovens passaram a encontrar muitas dificuldades em conseguir um emprego, especialmente o primeiro emprego, pois a competitividade aumentou e o mercado passou a exigir qualificação e experiência. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008a).

Frigotto (2004) afirma que os jovens, ao se inserirem no mercado de trabalho formal ou informal, passam por um processo denominado “adultização” precoce, especialmente os jovens da classe baixa. Pois os jovens de classe média e alta conseguem aumentar sua moratória social e demoram mais a entrar no mercado de trabalho, isso ocorre em média após os 25 anos e em postos de trabalho de melhor remuneração.

Logo, a importância em estudar a juventude reside, dentre outras coisas, no fato de que o segmento jovem enfrenta vulnerabilidades, além de serem sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento, identificado pela UNESCO Brasil como um dos principais *locus* estratégico para a ação de políticas públicas. Nesse sentido, os jovens são promessa de futuro, mas possuem necessidades no presente, sendo uma geração estratégica no

desenvolvimento do país. Ademais, as altas taxas de desemprego juvenil levam a necessidade de analisar as políticas públicas voltadas para esse segmento, em especial a denominada Lei da Aprendizagem, objeto da pesquisa que se apresenta, que busca prover os adolescentes de uma formação técnico/profissional com vistas à ampliação de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o Boletim Trabalho no Comércio, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE em maio de 2009, o principal fator que atrai os jovens para trabalhar no mercado é a inserção em várias funções não especializadas e de baixa remuneração que, em geral, não requerem qualificação ou experiência anterior. Além disso, o jovem associa os produtos comercializados a valores compartilhados ou relacionados com a fase da juventude, como vitalidade, energia e beleza. "Esta mercantilização da juventude frequentemente ultrapassa as peças publicitárias, chegando aos locais de venda, o que é percebido nos shoppings de qualquer grande cidade." (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2009, p. 1).

É o efeito de sedução da publicidade sobre os jovens que os tornam destinatários de anúncios e propagandas. Ribeiro (2004) enfatiza que a publicidade vende a eterna juventude, colocando o desejo em pessoas jovens, saudáveis e altamente sexuadas. Porém, essa publicidade torna-se uma forma de ilusão, pois o jovem não sabe exatamente o que deseja e, muitas vezes, imagina desejar algo que não tem a ver com ele, portanto, é uma forma de ilusão.

Esse desejo de consumir para se identificar como jovem e com os jovens contemporâneos é apenas uma das facetas da relação que o segmento juvenil estabelece com o trabalho. O mercado de trabalho coloca-se como necessidade premente dos adolescentes, pois o tempo do *devir* jovem abriga, também, as primeiras experiências no mercado de trabalho que, por sua vez, acabam por entrar em conflito com o período escolar devido às dificuldades em conciliar escola e trabalho, mediante a necessidade econômica ou mesmo de independência, autonomia ou pertencimento à estrutura social. Afinal, como bem colocou Castel (1998), a relação com o trabalho apresenta-se como fator determinante para recolocar os indivíduos na dinâmica social. Desse modo, o trabalho atua como suporte de inscrição na estrutura social.

Portanto, as relações sociais, produzidas pela ação do jovem no e sobre o mundo, incluem o trabalho enquanto possibilidades diversas que vão, desde a satisfação de necessidades materiais e/ou de sobrevivência, até à formação de uma identidade social que

caracterizaria os jovens como sujeitos adultos e responsáveis, conforme foi observado nas entrevistas e grupos focais realizados neste estudo. E essa inserção é um dos desafios que os jovens enfrentam no Brasil, cujo determinante fundamental é a educação, que condiciona a empregabilidade e o acesso a postos de trabalho com melhor remuneração.

Tanto quanto o tema juventude, os temas trabalho e emprego não são menos controvertidos e complexos. Em torno deles se encontram simplificações, como, por exemplo, reduzir o trabalho enquanto forma de criação e recriação do ser humano a emprego, que é uma forma específica de compra e venda da força de trabalho no capitalismo. (FRIGOTTO, 2004).

O trabalho pode ter várias representações, desde o labor (dor) ou obra (opus) contrárias ao ócio, como, também, a representação da condição essencial da própria vida, capaz de libertar das necessidades de sobrevivência e oportunizar participação e inclusão social. Nesse sentido, o trabalho pode ser encarado como uma forma de desenvolvimento humano, capaz de transformar o homem e a natureza. Entretanto, o trabalho é visto na maior parte das vezes como condição de financiamento da sobrevivência humana e nem sempre se associa ao desenvolvimento humano. (POCHMANN, 2004b). De acordo com Pochmann (2004b), no capitalismo as classes trabalhadoras diferenciam-se das classes ricas porque não detêm a propriedade dos meios de produção e somente o trabalho pode livrar a classe trabalhadora da mera sobrevivência. Mas as condições de trabalho não permitiam uma progressão econômica na vida dos trabalhadores. Somente com o avanço das lutas sociais e políticas, as condições de trabalho melhoraram e a classe trabalhadora foi obtendo redução na jornada de trabalho que, inicialmente, era de 16 a 18 horas. Além disso, a legislação passou a impedir o ingresso de menores no mercado de trabalho e os sistemas de aposentadoria passaram a permitir que as classes trabalhadoras usufruíssem uma condição de inatividade remunerada. Entretanto, a diminuição do tempo de trabalho não significou a ampliação do tempo livre gasto pelos trabalhadores de forma autônoma. Pois com a urbanização e a distância entre local de moradia e de trabalho, o tempo livre ficou comprometido com atividades relacionadas à sobrevivência familiar, como, por exemplo, pagar contas, levar filhos ao colégio, fazer compras, etc.

O trabalho possui grande importância no universo juvenil e o contexto global explicita um modelo de capitalismo contraditório com grande avanço na capacidade produtiva de bens e mercadorias, através de uma nova base técnica, denominada por Frigotto (2004) como natureza digital molecular capaz de dilatar a produtividade e ampliar o tempo de escolha. Mas, para manter sua lógica de acumulação, concentração e centralização, o capitalismo acaba destruindo os direitos adquiridos pela classe trabalhadora ao longo do século XX.

No caso dos jovens, a contradição aprofunda-se, pois não houve liberação de tempo livre e ocorreu o que Frigotto (2004) chamou de "exclusão ou inclusão precária jovializada". Isso significa que

> ... cresceu o número de jovens que participam de "trabalhos" ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares, e instaura o que Boaventura Santos (1999) denomina *fascismo da insegurança*. (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

Claus Offe (1989)[1], assevera que o trabalho continua sendo uma categoria-chave para entender a sociedade atual em vista das alterações no mundo produtivo, que redefiniram seu lugar na estrutura social e a dinâmica do mercado de trabalho. Guimarães (2008) reforça o pensamento do autor:

> ... para os trabalhadores, é a produção simbólica sobre as relações sociais no trabalho que confere sentido e orienta suas percepções, atitudes, pertenças e comportamentos (individuais ou coletivos). Por isso mesmo, o âmbito do trabalho é o *locus* da produção de bens e serviços e, simultaneamente, o *locus* da produção de ideias, de representações e simbolizações que informam e, vale dizer, são ambos condição de possibilidade, ao darem forma concreta à maneira de se organizar socialmente a produção de bens e serviços. Mas ainda, tal produção simbólica está, ela mesma, enraizada na vida social que transcorre dentro e fora dos espaços onde se tecem as relações sociais de trabalho. (GUIMARÃES, 2008, p.152).

Pesquisas demonstram que o trabalho é um dos principais assuntos que mobilizam os jovens, sendo também indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania e um direito essencial, do qual todos deveriam ser detentores. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008e; GUIMARÃES, 2008).

Os jovens atribuem vários sentidos ao trabalho, não havendo um único sentido. O trabalho pode assumir a centralidade como valor, como necessidade e como direito, de acordo com dados da pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira", realizada no ano de 2003. Enquanto valor, os dados levantados demonstram que ele equivale à liberdade individual, adquirindo o sentido de uma demanda a satisfazer. A necessidade relaciona-se ao trabalho e é de interesse tanto para os jovens que estão trabalhando, quanto para aqueles que estão desempregados e

[1] OFFE, Claus. Trabalho: uma categoria chave da sociologia?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.4, n.10, jun. 1989, p.5-20.

traz embutida a preocupação com a falta de empregos. O trabalho como direito e os jovens fazem uma relação com o “direito ao trabalho, emprego e profissão. (GUIMARÃES, 2008).

No presente estudo, destacamos como interesse da pesquisa realizada a importância do trabalho como valor e necessidade, elementos mais presentes nas entrevistas e grupos focais realizados.

O trabalho poderia se justificar enquanto categoria importante para os jovens, simplesmente por uma necessidade de subsistência e, mesmo quando esta é sua justificativa, os jovens tendem a enxergá-lo como oportunidade de aprendizado e acesso a tipos diversos de consumo e, também, como emancipação econômica. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008e), muitos jovens de classe alta também acabam optando por trabalhar ao invés de se dedicar exclusivamente aos estudos. Mas a inserção no mercado de trabalho e as trajetórias de trabalho são marcadas pela incerteza para os jovens de modo geral, pois

> ... ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. Isto sem que se tomem em consideração as rápidas transformações tecnológicas que se refletem no mercado de trabalho, modificando especializações em pouco tempo, e tornando obsoletas determinadas profissões. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008a, p.29).

O elo entre juventude e trabalho é também uma construção social que se manifesta no mercado através do que Guimarães (2008) denomina como “inserção aleatória” em que três condições se alteram: o rompimento da equiparação entre trabalho e emprego remunerado, o modelo do trabalhador permanente por tempo completo (surgem novas formas de contrato de trabalho) e os contratos de longa duração tornam-se escassos. Ademais, o trabalho cresce “despadronizado”, com intensas transições entre situações ocupacionais, pois as trajetórias ocupacionais deixam de ser previsíveis.

1.2 Trabalho Decente e a Lei da Aprendizagem

Junto com o trabalho, o desemprego é uma inquietação da juventude, pois as oportunidades de emprego para esse segmento são restritas, o que o torna o segmento populacional mais afetado pela baixa oferta de postos de trabalho. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008a). Além da baixa oferta de postos de trabalho,

existe, também, a alta rotatividade de trabalhadores jovens que supera a dos demais trabalhadores. (CASTRO; AQUINO, 2008).

O cenário que se delineia é, portanto, de altas taxas de desemprego, desestruturação e precarização do trabalho juvenil, e a reação dos jovens a este cenário expressa insegurança e angústia quando se referem às expectativas sobre o trabalho.

De acordo com a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (BRASIL, 2011), a maior parte dos jovens, seja de famílias de renda elevada ou não, procuram se inserir no mercado de trabalho a partir dos 18 anos e as desigualdades se expressam nas chances de encontrar emprego. Os menores índices de desemprego estão relacionados aos jovens de classe alta, segmento que também desfruta de inserção mais protegida no mercado de trabalho.

> Estes aspectos sinalizam a necessidade de políticas ativas de apoio à inserção, particularmente direcionadas para jovens de baixa renda, mulheres, negros, moradores de áreas urbanas metropolitanas e de determinadas áreas rurais. (BRASIL, 2011, p. 14).

No Brasil, o Governo Federal comprometeu-se com a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) através da criação de um Comitê Executivo Interministerial responsável por sua implementação. O Decreto presidencial, de 04 de junho de 2009, que criou esse Comitê Executivo, também criou o Subcomitê para promover uma Agenda Nacional de Trabalho Decente específica para a Juventude (ANTDJ), coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional da Juventude e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com assistência técnica da OIT, e composto por integrantes do Conselho Nacional da Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e representantes de órgãos indicados pelo Comitê Executivo. Foram convidadas treze instituições[2] para compor uma parceria com o Subcomitê.

A construção da ANTDJ tem papel fundamental devido à intensa presença do trabalho na vida dos jovens, muitas vezes antes da idade legal para sua entrada no mercado de

[2] As treze instituições que constituem o Subcomitê são: Ministério da Previdência Social, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional da Juventude, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Inspetoria São João Bosco e Atletas pela Cidadania.

trabalho. Sobre a idade legal para inserção no mercado de trabalho, é considerada a idade mínima de 16 anos, pois se parte do pressuposto – estabelecido pela legislação nacional, em conformidade com a Convenção 138, sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego, - 1973 (nº 138) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 28/6/2001 – de que os 16 anos constituem a idade mínima para o trabalho no país. Qualquer tipo de inserção no mercado de trabalho antes desta idade deve ser combatido, exceto as situações de aprendizagem que permitem o trabalho de jovens a partir de 14 anos.

As situações de aprendizagem estão previstas na Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000); protegem a inserção de jovens no mercado de trabalho, através da limitação de sua inserção ocupacional às situações de aprendizagem.

De acordo com a Agenda do Trabalho Decente (BRASIL, 2011), o conceito de Trabalho Decente refere-se à condição fundamental para superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, o que inclui uma governabilidade democrática e desenvolvimento sustentável. Trata-se de um trabalho produtivo, com remuneração adequada, capaz de garantir uma vida digna. Com o conceito de Trabalho Decente a OIT propõe uma reflexão sobre as oportunidades de obter um emprego, e, também, sobre as possibilidades de transição no mercado de trabalho a partir de uma construção de percursos diferentes para ocupações futuras.

Desse modo, é objetivo desta tese analisar também a relação entre juventude e trabalho, levando em conta o conceito de trabalho decente. De acordo com a OIT, a noção de trabalho decente apoia-se em quatro pilares estratégicos:

> ... a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (BRASIL, 2011, p. 10).

A noção de trabalho decente para os jovens propõe uma reflexão sobre as oportunidades para que eles obtenham uma ocupação de qualidade e, também, sobre as possibilidades de transição no mercado de trabalho. Os jovens são o segmento mais atingido pela dificuldade de acesso a um trabalho decente. Em meio a transformações econômicas e sociais, que se intensificaram nos anos 1990 e que delinearam um contexto permeado por baixo ritmo de crescimento e intenso desemprego e trabalho precário, a atual geração de

jovens tem buscado a construção de trajetórias de trabalho. Mesmo que, atualmente, haja um aumento da atividade econômica e de oportunidades de emprego, os jovens experimentam o peso de desemprego e do trabalho precário, que recaem mais fortemente sobre esse segmento populacional. (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, a pesquisa realizada aponta para uma relação entre a Lei da Aprendizagem como instrumento para efetivação do trabalho decente para o segmento jovem e, também, como possibilidade para que o jovem construa percursos diferentes para trajetórias ocupacionais futuras.

A Lei da Aprendizagem possibilita a qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho. Em geral, essa inserção laboral se caracteriza como sendo o primeiro emprego desses adolescentes, mas, esse segmento também espera construir a partir do primeiro emprego formal, uma trajetória profissional em direção a outras ocupações, conforme verificado nas entrevistas e grupos focais realizados. E, nesse sentido, a questão que se coloca é em que medida a Lei da Aprendizagem, enquanto política pública, qualifica esses jovens e interfere positivamente na inserção ocupacional e construção de trajetórias ocupacionais ascendentes, ou seja, em que medida os programas de qualificação baseados nessa Lei modificam positivamente o padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Para atingir esse objetivo, algumas questões foram colocadas:

a) Qual é a importância do conceito de Trabalho Decente na inserção ocupacional dos jovens?

b) Como a Lei da Aprendizagem repercute na inserção laboral e na construção das trajetórias ocupacionais do segmento juvenil?

c) Em que medida os programas de qualificação interferem positivamente na percepção que o jovem tem da inserção no mercado de trabalho?

A princípio, a Lei da Aprendizagem apresenta-se enquanto uma contribuição para a execução da agenda do trabalho decente, na medida em que coloca requisitos que atendem à necessidade de garantir emprego de qualidade e com remuneração compatível ao período jovem dos indivíduos. Porém, a esfera do trabalho pode não ser o melhor espaço formativo, e outros espaços do universo juvenil também devem ser incluídos em ações e estratégias das políticas públicas destinadas aos jovens, sem se esquecer, evidentemente, do espaço da escola que, juntamente com a família, produzem valores e referências culturais. O papel da família, nesse contexto, foge aos objetivos deste estudo. Porém, se tornou imperativo abordar a relação entre trabalho e escola na vida dos jovens e, também, o contexto das políticas públicas destinadas a esse segmento da população.

1.3 Escola e Trabalho no Contexto das Políticas Públicas de Emprego

A relação entre baixo nível educacional e dificuldades de inserção no mercado de trabalho é evidente num contexto de desemprego juvenil. Mas, conforme nos aponta Sposito (2008), inexiste uma relação linear entre elevação da escolaridade e emprego, pois as oportunidades se mantêm escassas para os jovens no mercado de trabalho e isso independe da elevação de sua escolaridade. Por exemplo, mesmo que tenha havido ao longo dos anos um aumento nas médias de escolarização dos jovens e melhoria nas condições de trabalho, não houve um aumento correspondente na oferta de empregos. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008e).

As taxas de evasão escolar dos jovens são frequentemente relacionadas à sua inserção precoce no mercado de trabalho. E, por esse motivo, alguns programas de renda mínima são criados como solução para tal problema. Entretanto, Schwartzman e Cossío (2007, p. 2) asseveram que os resultados desses programas são decepcionantes, pois podem levar a um "pequeno aumento de frequência escolar entre os setores sociais de mais baixa renda, mas não mostram resultados detectáveis na melhoria do desempenho escolar, nem na redução das taxas de abandono e repetência". Importante frisar que a Lei da Aprendizagem não compõe o quadro desse programa de renda mínima, mas, inclui-se nas políticas públicas destinadas ao segmento jovem.

Sposito (2008) explica que escola e trabalho são projetos de vida superpostos na vida dos jovens, enfatizados de acordo com suas condições sociais. O que se percebe, especialmente com os jovens participantes de programas vinculados à Lei da aprendizagem, é que ao tentar conciliar trabalho e escola, eles tentam articular o presente com demandas do futuro. Mesmo que a escolaridade não garanta a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, eles percebem que se trata de um diferencial que pode contribuir positivamente na construção de uma trajetória profissional, principalmente quando já se tem a experiência do primeiro emprego. Especialmente na faixa etária em que se encontram, em que a idade afeta o emprego, eles vêm a conciliação entre trabalho e estudo como necessidade premente. Pois, conforme asseveram Schwartzman e Cossío (2007, p.6) a combinação entre baixa educação e pouca idade "é uma receita quase certa para não se conseguir emprego".

Diante da pouca oferta no mercado, já afirmada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008a), Cardoso (2008) demonstra que o destino provável dos egressos do sistema escolar passou a ser o desemprego, afinal, sair da escola não representa conseguir um emprego. Essa situação se mantém mesmo diante de um quadro de expansão escolar, pois

essa expansão acabou por reduzir o valor das credenciais educacionais e postergou as perspectivas de carreira para fases mais avançadas da vida. Tudo isso se aprofundou, de acordo com Cardoso (2008), nos anos 1990 diante da reestruturação econômica do país e, nesse sentido, os jovens passaram a encontrar um mercado de trabalho, onde os contratos se expandiram em sua forma temporária, com aumento da informalidade e com crescentes obstáculos para conseguir o primeiro emprego.

Nesse contexto há, evidentemente, a necessidade de qualificar os jovens para atenderem ao mercado de trabalho, pois a educação formal, segundo Cardoso (2008), deixou de representar o principal mecanismo de qualificação para o trabalho. O fracasso do sistema escolar pode ser atribuído à pulverização de ações e programas, aliada à pequena escala de atendimento ao segmento jovem da população. Pois, de acordo com Pochmann (2007), existe uma competição política entre diferentes esferas do governo, organismos não governamentais (ONG's) e empreendimentos patronais ligados à responsabilidade social.

Nas políticas públicas, as palavras-chave são participação, autonomia e identidade e, no trânsito para a idade adulta, os jovens encontram algumas dificuldades que essas políticas tentam facilitar. Abramovay (2002) pontua que essas dificuldades se relacionam às dimensões educação, trabalho, saúde, lazer, cultura e esporte e são consideradas críticas.

Ainda que os jovens sejam um segmento populacional muito importante, as políticas a eles direcionadas e suas necessidades práticas são pouco conhecidas. Autores como Azeredo (1997), Barbosa e Moretto (1998), Ramos (2003) e Abramovay (2002) ressaltam que existem vetores estratégicos que precisam ser equilibrados para a gestão pública. Tais vetores se referem a: empoderamento dos jovens, desenvolvimento de enfoques integrados, expansão de uma gestão moderna e adoção de políticas públicas de uma perspectiva geracional juvenil.

De acordo com Pochmann (2004b), é a partir das sociedades urbanas e industriais que se iniciam as medidas públicas para emancipar crianças e adolescentes. Essas medidas ocorrem através da implementação de políticas públicas e do avanço do papel do Estado na ampliação e extensão dessas políticas para áreas como educação, saúde, transporte, trabalho, que são compatíveis com a ampliação da faixa etária da fase juvenil. Além disso, a transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento fez com que a maior parte dos jovens tentasse completar o ciclo de estudos, adiando, assim, sua entrada no mercado de trabalho para depois dos 20 anos, faixa etária em que está mais preparado para disputar oportunidade de trabalho. Mas, devido às condições de classes no Brasil, não é possível tratar de forma homogênea a condição juvenil, pois somente após a implementação de políticas

públicas direcionadas à elevação da escolaridade, é que as condições de disputa no mercado de trabalho melhoraram para os jovens das classes baixas.

A sociedade do conhecimento passou a exigir maior preparação em termos de educação e formação e, por isso, o tempo de preparação para ingressar no mercado de trabalho aumenta, e educação e formação precisam ser continuadas ao longo do tempo. Essa transição da economia tradicional para uma nova economia exige uma educação ampliada, numa sincronia entre sistema educacional e o mundo do trabalho. Desse modo, a educação e formação profissional teriam continuidade ao longo da vida.

Nesse sentido, os paradigmas do século XX devem ser profundamente alterados e devem passar do tradicional enfoque clientelista e burocrático, em que os jovens são simples destinatários de políticas assistencialistas, para o empoderamento de jovens e sua participação efetiva em todos os níveis. Entretanto, o enfoque dado deve ser integrado e transversal com a soma de esforços institucionais e organizacionais corre-se o risco de causar mais frustrações do que contribuições efetivas.

Esse enfoque também deve ocorrer em relação aos atores envolvidos, demonstrado em relação ao desenho e à implementação de um sistema nacional para a juventude, sustentada para uma dinâmica de distribuição de papéis e funções.

A UNESCO Brasil citada por Abramovay (2002) também defende e propõe um caráter de políticas integradas e transversais com coordenação em nível nacional central que garanta a participação e representação dos jovens. Nesse sentido, sugere que as ações governamentais devam compreender políticas de/para/com juventudes:

> De – uma geração diversificada segundo sua inscrição racial. Gênero e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas;
> Para – os jovens considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem-estar social na alocação de recursos;
> Com – considerando a importância de articulação entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para a sua formação e exercício do fazer política. (ABRAMOVAY, 2002, p. 20).

Nesse contexto, encontram-se várias ações derivadas de políticas públicas que visam atender aos jovens em sua inserção social, política e econômica. A Lei do Jovem Aprendiz atua como um instrumento de intervenção pública que busca a inserção de adolescentes no mercado de trabalho. Mas, até que ponto essa Lei é eficiente na inserção ocupacional dos jovens? Ou seria uma forma que os jovens encontram para ter a primeira experiência no mercado, mesmo que seja numa área de atuação diferente daquela em que pretendem atuar? A

questão que se coloca é: até que ponto os programas de qualificação atuam como políticas públicas que preparam e inserem de fato o jovem no mercado de trabalho? O aprendiz é uma das modalidades das condições formais do trabalho de adolescentes e essa Legislação, através dos Programas de Capacitação a ela vinculados, vem contribuir para a execução da agenda do trabalho decente, segundo o conceito da OIT. Mas, até que ponto esses Programas de Capacitação conseguem elevar o nível de qualificação e diminuir a precariedade no mercado de trabalho para o jovem?

Tais questões se misturam aos reflexos das carências da sociedade e das preocupações do Estado em relação a áreas de desenvolvimento individual e coletivo, como educação, saúde, trabalho.

1.4 Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento de uma pesquisa nem sempre acontece como se deseja ou se espera e os acontecimentos inesperados e as dificuldades não devem desanimar o pesquisador. Na pesquisa que se apresenta, não foi diferente: muitos percalços, dificuldades e obstáculos alteraram o percurso que fora delineado para a realização da coleta de dados.

Tudo começou no ano de 2008, quando foi feito o primeiro contato com o SENAC Minas em busca da autorização para a realização da pesquisa em seu Programa de Aprendizagem Comercial. Essa instituição foi escolhida porque a pesquisadora é professora na Faculdade SENAC, local em que funciona o Programa de Aprendizagem e naquele mesmo período estava desenvolvendo um Projeto de Extensão sobre o mesmo tema. Além disso, a relação entre juventude e trabalho sempre foi tema estudado e aprofundado pela pesquisadora.

Ao fazer o primeiro contato com a supervisão pedagógica da Faculdade e expor seu interesse e desejo por pesquisar o Programa, a resposta inicial foi positiva, mas com a observação de que a direção deveria aprovar tal pesquisa. Este contato feito em dezembro de 2008 e, informalmente, foi dado o aceite para a pesquisa. Paralelo a isto, o ofício solicitando a autorização formalmente foi enviado e, no mês de junho de 2009, a diretoria respondeu formalizando a autorização. Entretanto, em julho ocorreu mudança na direção da Faculdade e na Direção Regional do SENAC e o novo diretor barrou a realização da pesquisa, alegando questões estratégicas institucionais. Nesse momento, o levantamento de informações preliminares para compor o projeto de pesquisa já tinha sido feito e, também, o levantamento documental sobre o Programa.

Esse foi o primeiro obstáculo encontrado e, diante dessa impossibilidade, iniciou-se novo processo de escolha do campo de pesquisa. Foi feito um levantamento de programas de capacitação baseados na Lei da Aprendizagem, que poderiam ser potenciais campos de pesquisa, inclusive alguns indicados pela supervisora pedagógica do SENAC, que se sensibilizou diante da negativa institucional. Neste levantamento feito pela pesquisadora emergiu o Programa Educação & Trabalho da Fundação CDL-BH, que a pesquisadora conheceu quando coordenou o Núcleo de Extensão em outra Instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, imaginou-se que o acesso seria mais tranqüilo, devido ao conhecimento profissional entre a pesquisadora e o então gerente educacional da Fundação.

Entretanto, a facilidade de acesso foi somente uma impressão inicial, pois durante a fase das entrevistas vários obstáculos foram encontrados no levantamento de dados. Esses obstáculos serão explicitados nos procedimentos metodológicos.

Assim, em agosto de 2009 foi autorizada e iniciada a pesquisa na Fundação CDL, no Programa Educação & Trabalho – PET. E, a partir de agosto de 2009 até setembro de 2011, foram realizadas inúmeras visitas à Fundação, para conhecimento do PET, levantamento documental, aproximação com a equipe responsável pelo Programa e realização de entrevistas com a equipe, diretoria e aprendizes.

O PET atua na qualificação de jovens para inserção no mercado de trabalho, especificamente no comércio da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que o caracterizou como um campo adequado para realização da pesquisa pretendida, embora no decorrer da pesquisa, tenha sido observado que nem todos os aprendizes do Programa participam do comércio. O PET abrange segmentos diversos no mercado do trabalho e não atende exclusivamente ao comércio.

O objetivo geral do Programa Educação & Trabalho é fazer o elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal, sendo suas atividades regulamentadas pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) que propõe

> Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5 (cinco) por cento, no mínimo, e 15 (quinze) por cento no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (BRASIL, 2005, cap IV, seção I, art. 9).

O Programa possui uma etapa de formação geral cujo foco é o jovem, visando prepará-lo para o primeiro emprego e para o exercício da cidadania antes de ser inserido no

Programa de Aprendizagem Profissional. Para tanto, propõe um processo sociointeracionista, onde o conhecimento é construído coletivamente, permitindo que o adolescente reflita sobre a realidade e suas vivências. Nessa etapa, sua origem é valorizada e preconceitos são quebrados.

Segundo a proposta pedagógica do PET, os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem devem desenvolver o trabalho de forma interdisciplinar, abordando o conteúdo profissional junto às diversas áreas do conhecimento, tais como ética, cidadania, educação sexual e meio ambiente, além de atividades culturais e recreativas.

Assim, se torna viável proporcionar a todos os jovens participantes do programa as condições para que identifiquem o papel da profissão, conectando-a ao seu tempo e espaço, influenciando na sua autoestima e no seu crescimento pessoal, pelo estímulo ao sentimento de aceitação e de pertencimento a um mercado de trabalho que é muito concorrido, onde eles serão inseridos supostamente com as mesmas possibilidades de qualquer outro competidor.

A partir da literatura sobre juventude, propõe-se a revisão de algumas concepções e paradigmas relacionados ao tema, como: a diversidade do conceito de juventude, a importância da educação na inserção laboral dos jovens, a dificuldade em conciliar estudo e trabalho e a importância da aplicação do conceito de trabalho decente, por meio de políticas públicas de emprego que oportunizem a construção de uma trajetória ocupacional de qualidade aos jovens. Tais concepções serão analisadas a partir da percepção dos jovens e serão ponderações decorrentes das seguintes hipóteses:

a) A Lei da Aprendizagem é percebida pelos jovens através de programas de aprendizagem, enquanto um mecanismo eficiente de acesso ao primeiro emprego e possibilidade de construir uma trajetória ocupacional de qualidade.

b) Os jovens valorizam a necessidade em conciliar estudo e trabalho após sua inserção em programas de aprendizagem. Pois, é a partir desses programas que vislumbram a possibilidade de mudança em sua trajetória ocupacional.

Numa pesquisa, um marco teórico bem desenvolvido que faça sentido com os dados coletados sinaliza a presença de um estudo sistemático de fenômenos particulares. De acordo com Boudon (1989), o tipo de método escolhido e utilizado pelo pesquisador depende das indagações a que ele se propõe, havendo grande variedade de métodos a serem utilizados. Segundo esse autor, temos dois métodos básicos de tratar os temas de pesquisa social: os métodos quantitativos e os métodos qualitativos.

O cientista social deve adotar uma postura aberta e investigativa, exercitando a percepção de que a pesquisa social é um “empreendimento reflexivo”. Ou seja, não se pode

supor que um paradigma teórico seja explicativo do mundo social em sua plenitude, uma vez que teoria e pesquisa se modificam mutuamente, numa combinação de reflexão, experiência e prática.

O método de pesquisa para esta tese foi definido para estabelecer uma relação entre a teoria e a pesquisa social, constituindo uma pesquisa qualitativa Os métodos qualitativos são utilizados necessariamente quando a análise se debruça sobre um fenômeno singular, implicado num conjunto de outros fenômenos. Ou seja, quando se pretende verificar a implicação lógica entre um fenômeno social geral e o que se quer explicar. Neste caso, o objetivo foi explicar a relação entre a qualificação e a inserção de jovens no mercado de trabalho, a partir da análise de um programa de qualificação baseado na Lei da Aprendizagem.

O ponto de partida da pesquisa foi uma análise documental, cujos objetivos eram descrever o histórico da Fundação CDL Pró-Criança de Belo Horizonte e do Programa Educação & Trabalho – PET. Entretanto, a pesquisa documental foi comprometida porque na Fundação CDL não existem registros documentais sobre o início de suas atividades e, tão pouco, sobre o histórico do Programa Educação & Trabalho. Até mesmo as informações quantitativas atuais que possibilitem um levantamento numérico dos resultados do Programa são fragmentadas e desatualizadas, além de confusas. A Instituição alegou que está iniciando o processo de registro e consolidação dos dados e resultados do PET. Entretanto, até o final desta pesquisa não foi possível acessar tais informações e dados.

O histórico da Fundação CDL traz em seu bojo questões relacionadas a fatos históricos como a evolução das políticas públicas de emprego, das práticas institucionais de atendimento à criança e adolescente e a requalificação do hipercentro de Belo Horizonte. Todos esses fatos serão descritos posteriormente em capítulo próprio. Foram os desdobramentos desses fatos que acarretaram a criação do PET. Para “costurar” esta história, foi necessária a realização de entrevistas com gestores da Fundação CDL, atuantes junto à CDL desde seu início e que acompanharam de perto o desenvolvimento de políticas focadas no “resgate” de menores infratores, que perambulavam pelo centro da cidade de Belo Horizonte. Foram realizadas várias visitas ao longo do período de pesquisa de campo, para entrevistar os profissionais envolvidos com o PET e, também, para conversas “informais” que propiciaram uma visão ampla do Programa e da Instituição. Nessas visitas, também foi possível checar informações que eram levantadas anteriormente em pesquisas feitas pela

pesquisadora em sites, legislações relacionadas ao tema e esclarecer dúvidas remanescentes de entrevistas já realizadas.

As entrevistas incluíram membros da direção da Fundação CDL, especialmente, o Diretor Social, membro mais antigo na trajetória da Fundação e que ainda permanece ligado a ela. Outros profissionais da Fundação também foram ouvidos em entrevistas, desde o gerente educacional até os funcionários que lidam diretamente com a gestão do Programa. Posteriormente, foram entrevistados os adolescentes, atualmente inseridos no Programa. Com os aprendizes, foram realizadas entrevistas individuais e, posteriormente, grupos focais.

Houve, também, uma visita à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), para uma entrevista com uma auditora responsável pela fiscalização das instituições que capacitam jovens para programas de aprendizagem, e também fiscalizam as empresas e as notifica quanto ao cumprimento da cota de aprendizes. Esta entrevista foi rápida devido à agenda da auditora e acabou se transformando numa conversa em que foi indicado o Manual da Aprendizagem como forma de esclarecer dúvidas sobre a legislação.

A técnica de entrevistas, definida como um processo de interação social, onde o entrevistador tem como objetivo obter informações do entrevistado sobre determinado objeto de pesquisa, foi utilizada de forma semiestruturada. A entrevista

> Enquanto técnica de obtenção de informações trata-se de uma conversa interessada, orientada pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo. Quer dizer, com a entrevista busca-se recolher certas informações concernentes a um objeto específico. (COLOGNESE; MELO, 2004, p. 143).

O estatuto de cientificidade da entrevista como instrumento de coleta de dados foi amplamente contestado nas décadas de 1940 e 1950 (MATA-MACHADO, 2002). Ele era tido como instrumento de apoio a outros tidos como mais nobres. E, graças às contribuições da lingüística e da análise de discurso, adquiriu, nas últimas décadas, credibilidade e espaço no campo científico como instrumento independente.

Antes da realização das entrevistas, foi enviado para cada adolescente participante o Termo de Consentimento[3] a ser assinado por um responsável. Esse termo de consentimento,

[3] Este Termo de Consentimento consta nos anexos.

aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC, esclarece os objetivos da pesquisa, sua relevância e deixa que o adolescente, juntamente com seu responsável legal, opte por participar ou não. Portanto, a participação de cada jovem foi totalmente opcional e, inclusive, dois adolescentes optaram por não participar das entrevistas, mesmo com o agendamento prévio.

Dúvida que sempre paira sobre pesquisadores se refere ao número de entrevistas que devem ser realizadas. Nesse sentido, Gaskell (2004) nos alerta para o fato de que nunca iremos trabalhar com um número de entrevistas baseado em amostragem, por se tratar de pesquisa qualitativa e, não, quantitativa. No caso da pesquisa que ora se apresenta, foram realizadas oito entrevistas com os gestores do Programa, incluindo funcionários da Fundação que atuam diretamente no PET, diretores e superintendente, totalizando nove entrevistas, sendo que algumas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez e que houve, também algumas conversas informais, que serviram como base de informações sobre o PET. No caso dos jovens, foram entrevistados 24 adolescentes, sendo 15 mulheres e 9 homens. A seleção e escolha dos adolescentes entrevistados deram-se de acordo com a disponibilidade deles e da coordenação do Programa para o agendamento das entrevistas. Cabe ressaltar a dificuldade de acesso da pesquisadora à coordenadora do Programa, que dificultava o agendamento das entrevistas e, nos dias agendados, dificultava a realização das mesmas, sob o pretexto de infraestrutura disponível ou, até mesmo, através da demora para enviar os adolescentes à sala de entrevista ou no atendimento à pesquisadora para início do trabalho. Essa dificuldade e inacessibilidade da coordenadora não foram observadas em relação aos demais gestores, tão pouco em relação a diretores e superintendente da Instituição, que se mostraram muito receptivos e interessados na pesquisa.

As entrevistas com os aprendizes foram realizadas a partir de um roteiro que orientava a condução das perguntas. Este roteiro se encontra como anexo desta tese.

O procedimento de entrevistas com os gestores e coordenadores do Programa Educação & Trabalho foi diferente do utilizado com os aprendizes. As entrevistas não seguiram um roteiro pré-determinado, pois o conteúdo variava de acordo com o cargo ocupado pelo funcionário e sua atuação e experiência relacionadas ao Programa. Além disso, os pontos abordados eram explorados de acordo com a necessidade de elucidar informações anteriores e/ou levantar novas informações a respeito do PET. Foram abordados aspectos diferentes daqueles abordados com os aprendizes. Pois o objetivo era compreender o escopo

de atuação do Programa, seu fluxo de desenvolvimento, a percepção institucional sobre a Lei da Aprendizagem e do PET em relação à inserção ocupacional e possibilidade de melhoria das condições de vida dos aprendizes.

Foram abordados os seguintes pontos:

a) Início das atividades da Fundação CDL.

b) Início do Programa Educação & Trabalho.

c) Reestruturações do PET até o momento da entrevista.

d) Estrutura de funcionamento do PET desde a entrada do adolescente até sua inserção na empresa como aprendiz.

e) Acompanhamento e avaliação do PET e dos aprendizes.

Esses aspectos auxiliaram na análise das entrevistas dos aprendizes e na "reconstrução" do histórico da Fundação e do Programa.

Cabe ressaltar que as empresas que contratam os aprendizes através da Fundação CDL não foram entrevistas e pesquisadas, porque o objetivo da pesquisa era analisar a percepção do jovem aprendiz em relação à Lei da Aprendizagem e seus desdobramentos. A análise das entrevistas com os jovens focou pontos presentes no roteiro e foram analisadas a partir dos seguintes pontos:

a) Ser jovem.

b) Relação educação e trabalho.

c) Representação do trabalho para o jovem.

d) Representação do trabalho decente frente ao desemprego e trabalho informal.

De acordo com informações da Fundação CDL, Programa Educação & Trabalho - PET já atendeu, desde o ano de 1999, 5.105 adolescentes, dos quais 2.990 se encontram inseridos no mercado de trabalho.

No ano de 2010, foram atendidos 681 adolescentes no Programa, sendo 452 meninas e 229 meninos, dos quais 178 possuíam o ensino médio completo e 503 o ensino médio incompleto. Dentre os jovens com ensino médio incompleto, 311 eram meninas e 192 meninos. Do total de jovens atendidos, 502 residem em Belo Horizonte e 179 na Região Metropolitana, assim distribuídos: 66 jovens em Contagem, 17 em Betim, 1 em Esmeralda, 23 em Ibirité, 9 em Nova Lima, 1 em Lagoa Santa, 19 em Ribeirão das Neves, 16 em Sabará, 16 em Santa Luzia, 1 em São Joaquim de Bicas, 1 em Sarzedo, 8 em Vespasiano, 1 em Mário Campos e 1 em Joboticatubas. (COUTINHO, 2011).

Tabela 1 - Total de aprendizes no ano de 2010

TOTAL (Aprendizes)	**681**	
MENINAS	452	66,37%
MENINOS	229	33,62%

Fonte: Dados enviados por Coutinho (2011). Elaboração da autora
Recrutamento e seleção da Fundação CDL em 06/12/2010
Obs.: Nesta tabela não consta informações sobre quantidade de aprendizes que foram contratados pelas empresas. Informação não fornecida pela Fundação CDL

Tabela 2 - Informações sobre escolaridade dos aprendizes no ano de 2010

ESCOLARIDADE	**MENINA**	**MENINO**
ENSINO MÉDIO COMPLETO	141 – 20,70%	37 – 5,43%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	311 – 45,66%	192 – 28,19%

Fonte: Dados enviados por Coutinho (2011). Elaboração da autora
Recrutamento e seleção da Fundação CDL em 06/12/2010
Obs.: Nesta tabela não consta informações sobre quantidade de aprendizes que foram contratados pelas empresas. Informação não fornecida pela Fundação CDL

Tabela 3 - Informações sobre local de moradia dos aprendizes no ano de 2010

MUNICÍPIO	**QUANTIDADE**
Belo Horizonte	502
Contagem	67
Betim	17
Esmeraldas	1
Ibirité	23
Nova Lima	9
Lagoa Santa	1
Ribeirão das Neves	18
Sabará	16
Santa Luzia	16
São Joaquim de Bicas	1
Sarzedo	1
Vespasiano	8
Mário Campos	1
Jaboticatubas	1
TOTAL	681

Fonte: Dados enviados por Coutinho (2011). Elaboração da autora
Recrutamento e seleção da Fundação CDL em 06/12/2010
Obs.: Nesta tabela não consta informações sobre quantidade de aprendizes que foram contratados pelas empresas. Informação não fornecida pela Fundação CDL

No mês de outubro 2011, foi informado novo número de participantes no Programa: 769 jovens, dos quais 42 foram contratados por empresas parceiras que desenvolviam o trabalho na Fundação CDL. Não foram fornecidas informações adicionais que possibilitassem verificar local de moradia, gênero e escolaridade desses aprendizes.

A coordenadora do PET foi a pessoa designada pelo superintendente da Fundação para agendar e viabilizar as entrevistas com os aprendizes. Para esse agendamento, a pesquisadora informou à coordenadora o número de adolescentes (homens e mulheres) necessários para a etapa da entrevista e ela se encarregou de agendar. Foi solicitado o agendamento com 30 adolescentes, na faixa etária entre 16 e 20 anos, idade dos adolescentes que participam do PET. A solicitação era de 15 meninos e 15 meninas, para que houvesse um parâmetro no momento de analisar as entrevistas. Entretanto, a coordenadora agendou com 24 jovens, sendo 15 meninas e 9 meninos. As entrevistas foram realizadas nas dependências da Fundação e os critérios de escolha e agendamento com os jovens, definidos unilateralmente pela coordenação, foram o horário e dia de trabalho. Pois os jovens têm dias específicos para ir à Fundação participar da capacitação. Também foi observado que a coordenadora considerou a facilidade de agendamento com os jovens que trabalham na própria Fundação e nas empresas. Pois é possível o empresário contratar o aprendiz para cumprir sua cota e o mesmo ser alocado na Fundação, por falta de espaço na empresa contratante.

Foram entrevistados, portanto, adolescentes que têm contrato de aprendizagem com a própria Fundação ou com a CDL, e adolescentes que num dos dias de entrevista estavam fazendo o curso de qualificação na Fundação CDL. Ou seja, eram aprendizes que trabalhavam em outras empresas, mas que estavam lá por ser dia de capacitação, em que eles não vão para a empresa e sim, para a Fundação participar das aulas de capacitação técnica. Importante salientar que os jovens que são aprendizes em outras empresas foram o menor número de entrevistados.

No contexto de desenvolvimento desta tese, as entrevistas realizadas com os adolescentes permitiram avaliar a percepção dos jovens acerca de seu processo educativo e de qualificação em relação ao mundo do trabalho. Ou seja, foi possível evidenciar a percepção dos jovens acerca da utilidade da educação recebida na escola e da qualificação recebida no Programa, para enfrentamento do mercado de trabalho. Foi possível, ainda, compreender os principais problemas que os jovens têm enfrentado ao integrar a esfera do trabalho, e como veem a relação entre qualificação e educação recebida e a valorização que o mercado lhe outorga.

Também foi realizada uma visita e entrevista com duas funcionárias da Superintendência Regional do Trabalho – SRTE, cujo objetivo foi entender o fluxo de demanda pelos cursos de capacitação envolvidos na Lei da Aprendizagem, entender melhor a legislação e levantar informações sobre os resultados da Lei em relação ao quantitativo de jovens atendidos até o momento da entrevista. Essa entrevista não foi estruturada com perguntas ou pontos a serem abordados porque a agenda das funcionárias que receberam a pesquisadora não permitia uma visita prolongada. Foi uma conversa informal, rápida, em que as auditoras passaram informações sobre o fluxo do processo de auditoria e fiscalização de empresas e instituições capacitadoras de notificação das empresas. Além disso, foi fornecida uma cópia do Manual da Aprendizagem, onde existem perguntas e respostas frequentes sobre a contratação de aprendizes. Essa visita pouco auxiliou na pesquisa, pois a pesquisadora já tinha o referido Manual, que foi enviado pela Fundação CDL no início de suas visitas.

A relação entre a pesquisa social e a teoria social é contínua, ou seja, não é somente a produção teórica que importa, mas, também, o processo de pesquisa que gera os dados a serem analisados e relacionados com os aspectos teóricos. Para alinhar a produção teórica com a realidade pesquisada, foi feita uma revisão bibliográfica acerca das concepções de juventude e sua relação com o trabalho, além de um exame da Lei de Aprendizagem no contexto de política pública, que se relaciona com o conceito de trabalho decente. Foi essencial a escolha e investigação de um programa de qualificação de adolescentes baseado nesta Lei, que coloca como objetivo primordial a garantia de condições de trabalho dignas para o adolescente e sua inserção na primeira experiência ocupacional, a partir de uma qualificação.

Os dados coletados num trabalho empírico podem refutar ou organizar as teorias sobre as quais o pesquisador trabalha e isso pode levá-lo a entender ou explicar suas observações. Por isso, foi realizada a pesquisa empírica com os gestores e com os adolescentes do Programa pesquisado, para que fossem verificadas as proposições do Programa e sua influência sobre a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Após as entrevistas e a realização dos grupos focais, foi realizada a análise dos dados coletados à luz da revisão bibliográfica feita anteriormente.

Segundo May (2004), nas pesquisas sociais, os dados não são coletados e, sim, produzidos. Isso significa que os fatos não existem independentemente do meio em que são interpretados e a teoria, juntamente com os dados coletados, é de suma importância, porque será útil na análise de dados empíricos. Além disso, fornecem orientações em relação a questões políticas, históricas, econômicas e sociais, sendo útil também, na formação da base

sobre a qual irá se erigir uma reflexão crítica sobre o processo de pesquisa e a vida em sistemas sociais gerais. Dessa forma, foi necessário estabelecer uma conexão entre o que os jovens vivenciam na prática e os resultados supostamente alcançados através da Lei da Aprendizagem. Por conseqüência, a percepção acerca dessa realidade foi se transformando na medida em que as entrevistas e os grupos focais iam sendo realizados e, posteriormente, com a análise das informações coletadas.

Não foi escolhido o questionário como instrumento a ser utilizado durante a pesquisa, devido à dificuldade de acesso a todos os aprendizes; pois alguns trabalham na própria Fundação, mas uma grande proporção trabalha nas empresas e a pesquisadora não teve acesso a elas. Poderia se alegar a possibilidade de aplicação dos questionários durante a realização dos cursos na Fundação, pois os aprendizes ficam uma semana na empresa (aprendizagem prática) e outra semana na Fundação (aprendizagem teórica), quando assistem aulas na Faculdade Tecnológica do Comércio – FATEC, que funciona ao lado da Fundação CDL. Entretanto, a coordenação alegou a dificuldade em aplicá-los durante as aulas, pois iso iria atrapalhar o andamento do curso com interrupções. A pesquisadora cogitou a possibilidade de aplicá-los após as aulas. Mas era impossível, pois as aulas ocorrem no horário em que o adolescente estaria na empresa e não é permitido solicitar que fiquem após o horário para realizar qualquer tipo de atividade que ultrapasse seu horário de trabalho.

Diante de tais obstáculos, optou-se pelas entrevistas que propiciaram a percepção da subjetividade dos adolescentes em relação aos pontos abordados.

Após a realização das entrevistas com os adolescentes e para que a percepção investigativa fosse ampliada, foram realizados grupos focais com alguns adolescentes já entrevistados. A adoção deste instrumento metodológico durante a pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento de algumas questões levantadas nas entrevistas. Portanto, o grupo focal foi incorporado à pesquisa como mais um procedimento metodológico necessário para o estabelecimento de uma relação entre teoria e vivência prática dos atores investigados.

Os grupos focais foram realizados após as entrevistas, contrariando o que, ocorre na maioria das pesquisas que utilizam esta técnica antes das entrevistas para levantar dados preliminares que auxiliem na elaboração de roteiros e direcionem aspectos a serem aprofundados. No caso desta pesquisa, a pesquisadora optou pelo grupo focal após a realização das entrevistas devido ao reduzido número de entrevistas realizadas. De modo geral, jovens quando estão em grupo tendem a se soltar mais por estarem na companhia de pessoas da mesma faixa etária e também porque as informações individuais se diluem em meio às informações de outros jovens. Esta percepção reforçou a ideia de utilizar esta técnica

após as entrevistas, o que possibilitou abordar aspectos das entrevistas individuais e ampliar a visão analítica das categorias a serem analisadas.

De acordo com Neto et al. (2002), a técnica de grupos focais possui importância para o futuro da pesquisa social, uma vez que sua prática privilegia o campo das investigações sociais. O debate sobre a utilização da técnica de grupos focais vem se intensificando e, por esse motivo, se faz necessária no aprimoramento de seu uso, na exploração de suas possibilidades e também no reconhecimento de seus limites.

A utilização desta técnica na tese se sustenta pelo fato de que no campo das Ciências Sócias, o que define a apropriação da técnica de grupos focais como técnica de pesquisa é a orientação teórico-metodológica da pesquisa, do objeto de investigação e a necessidade de dados e informações possíveis de serem coletados por meio de sua prática. Isso equivale a dizer que "... assim como quaisquer outras técnicas, a de grupos focais não é capaz de iluminar por si própria os caminhos metodológicos de uma pesquisa social, nem tampouco condicionar ou influenciar a escolha de seus objetos e objetivos." (NETO et al, 2002. p. 3).

Pode-se inferir, portanto, que, a escolha da técnica se deu a partir da orientação teórico-metodológica da investigação, seu objeto de estudo e a necessidade de dados e informações. Ou seja, não foi a técnica que regeu sua própria escolha, mas a orientação teórica da pesquisa empreendida.

No caso de grupos, Gaskell (2004) propõe a atuação com grupos naturais, em que há o compartilhamento de um passado comum ou da possibilidade de um futuro comum ou não, de acordo com os objetivos da pesquisa. Neto et al (2002), por sua vez, discute a existência de dois tipos de grupos: homogêneos e heterogêneos. Os grupos homogêneos se constituem por pessoas conhecidas e os grupos heterogêneos se constituem por pessoas que nunca se viram antes. O primeiro caracteriza-se por um ambiente de segurança psicológica e o segundo por debates com riquezas de informações. Ambos são apenas exemplos de tipos de grupos possíveis numa pesquisa social, não necessitando a convergência de opiniões, já que a meta principal é a coleta de informações geradas pelo debate.

Na tese que ora se apresenta, foram realizados dois grupos focais com adolescentes que participaram nas entrevistas e que já se conheciam porque participam do mesmo Programa e, em alguns casos, trabalham juntos. Foram agendados dois grupos de 7 jovens, entre meninos e meninas. Um grupo foi realizado no período da manhã e o outro no período da tarde. O grupo da manhã, que denominaremos como GRUPO A, transcorreu de forma tranqüila. Entretanto o grupo da tarde, denominado aqui de GRUPO B, foi prejudicado pela ausência de um jovem não "liberado" para participar da pesquisa no dia e horário agendados,

embora tenha confirmado. A funcionária responsável por esse jovem sabia da pesquisa, mas não o liberou no dia, alegando que não poderia deixar o setor sozinho naquele momento. Outro adolescente não foi trabalhar no dia do grupo focal e o GRUPO B acabou prejudicado com essas ausências. Além disso, outros fatores foram prejudiciais: atraso na chegada dos adolescentes e, ao final do grupo, houve interrupção para que a sala onde estava sendo realizado o grupo focal fosse imediatamente desocupada. Esses dois fatores reforçam as dificuldades encontradas pela pesquisadora para realizar a pesquisa. Pois ao mesmo tempo em que a coordenação do Programa confirmava e demonstrava aceitação e abertura para a pesquisa, dificultava e criava obstáculos de última hora. Não obstante tais dificuldades, cumpre ressaltar que, ao final, foi possível coletar informações importantes para proceder à análise dos dados e propor reflexões sobre a temática abordada nesta tese.

Finalmente, a etapa da análise complementa a busca de sentidos e compreensão a partir da fala dos entrevistados. E, nesse momento, ocorreu uma procura por conteúdos e temas em comum e suas funções, relacionadas às falas que mais se repetiram no discurso dos entrevistados. Nessa fase da pesquisa, foi feita uma imersão da pesquisadora através da leitura e releitura das entrevistas à luz da revisão bibliográfica empreendida.

1.5 Estrutura da Tese

No primeiro capítulo, denominado “Introdução”, foi feita uma apresentação do tema e da abordagem utilizada no desenvolvimento da pesquisa. Além de apresentar os diferentes conceitos que nortearam a análise teórica do objeto da pesquisa, sua relevância, os objetivos e hipóteses, também foram descritos no capítulo introdutório, os procedimentos metodológicos e os percalços encontrados durante a pesquisa.

No capítulo 2 foi traçado um panorama sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e sua relação com a categoria juventude. Nesse sentido, o tema juventude foi associado ao mercado de trabalho, considerando o conceito de trabalho decente proposto pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para alcançar esse objetivo analítico, as referências utilizadas foram alguns documentos da OIT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentre outros textos que serão devidamente citados e referenciados. A bibliografia consultada contemplou a problemática que envolve a inserção de jovens no mercado de trabalho e relacionou os temas juventude, mercado de trabalho e trabalho decente. Também norteia as

discussões teóricas desta pesquisa a Legislação pertinente ao emprego de adolescentes e à aprendizagem, especificamente a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Aprendizagem, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que regulamenta a contratação de aprendizes, também conhecida como Lei do Jovem Aprendiz.

Dentre os documentos da OIT consultados, foi amplamente utilizado o relatório sobre Trabalho Decente e Juventude no Brasil, publicado no ano de 2009, que traz informações baseadas na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), realizada no ano de 2006. Também, foi consultado o relatório denominado "Perfil do Trabalho Decente no Brasil", publicado pelo escritório da OIT no Brasil em 2009 e o documento "Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente", redigido por Laís Abramo e equipe, publicado pela OIT no ano de 2008.

No capítulo 3, a Lei da Aprendizagem foi abordada num contexto de políticas públicas; será descrito o Programa Educação & Trabalho da Fundação CDL de Belo Horizonte, o qual será objeto de análise na investigação sobre a eficácia da Lei da Aprendizagem sobre a qualificação e inserção ocupacional de jovens no mercado de trabalho. Neste capítulo, foi feito um levantamento bibliográfico sobre Políticas Públicas de Emprego e a inserção das políticas de emprego voltadas para os jovens na agenda política governamental. Nesse sentido, foi feito um percurso de desenvolvimento histórico que inclui a ação governamental direcionada à juventude no Brasil.

Para tratar o Programa Educação & Trabalho – PET da Fundação CDL num contexto também histórico, sua trajetória institucional é abordada no capítulo 4. O contexto em que surgiu a Fundação CDL e o início de suas atividades é descrito a partir da narrativa de funcionários da Fundação e de uma entrevista realizada com o Diretor Social da Instituição. Diante da ausência de registros documentais sobre a história da Fundação e do PET, foi necessária uma busca em outras fontes, para que as informações coletadas nas entrevistas fossem criando um formato lógico e coerente. A trajetória institucional da Fundação CDL foi contextualizada com fatos políticos que envolvem a cidade de Belo Horizonte, especificamente o hipercentro da cidade, local onde as ações que deram origem ao PET se iniciaram.

A análise dos dados coletados nas entrevistas e grupos focais realizadas com os adolescentes do Programa também foi feita no capítulo 4, em que é possível perceber a

relação entre a realidade retratada no discurso dos atores do PET e aspectos mencionados na literatura sobre o jovem e o mercado de trabalho.

Finalmente, o capítulo conclusivo oferece algumas reflexões acerca da problemática proposta nesta tese: se os programas de capacitação correspondem aos anseios e necessidades dos jovens em relação à sua inserção no mercado de trabalho. Qual é a importância atribuída ao PET pelos aprendizes? Em outras palavras: qual é a percepção que têm sobre os programas de aprendizagem e a construção de sua trajetória ocupacional?

2. JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A juventude emerge como questão social relevante a ser pesquisada por diversos motivos, dentre os quais se destacam as dificuldades e problemas que enfrentam nas possibilidades de realizações futuras. Essas realizações incluem o trabalho como espaço de aquisição de identidade social, autorealização financeira, independência e, por outro lado, a escola como espaço formativo, onde se estabelecem as sociabilidades dos jovens na busca por essa autonomia e autorealização. Entretanto, a trajetória educacional e de trabalho do jovem é entrecortada por dificuldades que incluem a continuidade dos estudos e a inserção laboral. Além disso, a juventude é também motivo de análises e estudos por ser um momento rico que se manifesta no ciclo de vida jovem com várias perspectivas, numa heterogeneidade de conceitos e representações do que é ser jovem.

Nesse sentido, a juventude enquanto questão social conduz a uma abordagem orientada pela diversidade na busca por encaminhamentos em relação a educação, qualificação, e inserção no mercado de trabalho sem perder de vista as relações desses aspectos com as políticas sociais voltadas ao segmento jovem.

2. 1 Abordagens sobre Diferentes Juventudes

A literatura sobre a juventude nos conduz à percepção da heterogeneidade desse conceito, que passa pela diversidade de padrões vivenciados por distintos grupos de jovens e pela complexidade presente nos processos tradicionais de transição, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. O plural da categoria juventude traduz particularidades da realidade de cada sujeito, uma diversidade na maneira de vivenciar a juventude de acordo com a época e contexto em que se vive.

A noção de condição juvenil remete a uma etapa do ciclo de vida que liga a infância e a idade adulta. É como se a juventude fosse um tempo adicional de preparação para tarefas de produção. Os conteúdos, duração e significação social desses momentos são culturais e históricos, por isso é importante falar em “juventudes” e não em “juventude”. Não podemos esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam a condição de ser jovem. (ABRAMO, 2008).

Ao falar em condição de ser jovem, cabe um esclarecimento sobre a tensão demonstrada por Abramo (2008) entre condição e situação de ser jovem. Devido aos

diferentes modos de inserção dos jovens na estrutura social, a juventude não pode ser considerada uma condição de classe. A condição é o modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento da vida. Situação é o modo como tal condição é vivida e, neste sentido, são consideradas as diferenças de classe, gênero, etnia, etc.

A análise sobre a juventude sempre se depara com as tensões em torno de sua definição. Corrochano e outros (2008) chamam a atenção para a importância em se diferenciar a categoria juventude como um momento específico da vida, entre a infância e a fase adulta.

> (...) é preciso considerar que os jovens são diferentes entre si a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político: o início do século 21 em um país como o Brasil. Por mais diversos que os jovens sejam entre si, vivendo e significando de múltiplas formas os fenômenos atuais, é inegável que todos vivem em um momento bastante singular. (CORROCHANO et al, 2008, p.9).

A juventude vista enquanto momento de transição segue uma abordagem denominada tradicional. Segundo essa abordagem, os jovens passam por etapas diferentes para fechar um ciclo que tem início com o nascimento, passa pela entrada na escola e conclusão do aprendizado escolar, depois pela inclusão no mercado de trabalho, seguindo para a conquista da independência econômica, consequente saída da casa dos pais, constituição familiar e termina com a aposentadoria e morte.

Seguindo essa linha, o Boletim Políticas Sociais nº 15 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008b), considera a juventude uma fase transitória para a vida adulta, sendo uma preparação do jovem para esse momento, com o apoio da família e da escola, no "sentido de preparar o jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo".

> Tendo como referência central o conceito de socialização, esta abordagem sugere que a transição é demarcada por etapas sucessivamente organizadas que garantem a incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto (...) à freqüência à escola se somaria, em primeiro lugar, a experimentação afetivo-sexual, que seria sucedida progressivamente pela entrada no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade. Ao final desse processo, o jovem-adulto adentraria uma nova fase do ciclo da vida, cuja marca distintiva seria a estabilidade. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008b, p. 7).

De acordo com Dayrell (2003), essa imagem de transitoriedade refletida na juventude toma o jovem como um "vir a ser", cujas ações presentes somente terão sentido no futuro, na

passagem para a vida adulta. Assim, a juventude passa muitas vezes a ser encarada em sua negatividade, negando o presente vivido. Entretanto, a juventude é uma construção social e cultural situada entre a dependência característica da infância e a autonomia da idade adulta. Trata-se de um período de mudanças, inquietudes, promessas e projetos a se realizar. É uma época da vida que pode ser considerada como "caótica" e "desordenada", sem limites muito nítidos. (LEVI; SCHMITT, 1996).

Pertencer à juventude representa uma condição provisória, pois, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam. É a condição de jovem que caracteriza a juventude, determinando as suas atitudes e as dos outros. Ou seja, o jovem é jovem num período determinado e o vivencia de acordo com a sociedade em que vive, dos tipos de relações que estabelece e situações que desfruta individualmente e coletivamente. (RODRIGUES, 2009).

O relatório da Organização Internacional do Trabalho (2009) pontua que a imagem de transição contínua da juventude para a idade adulta não se aplica a todos os indivíduos. Pois, as alterações no mundo do trabalho e nos arranjos familiares, além do aumento da expectativa de vida média das pessoas levam a uma complexidade desses padrões pré-existentes. A sequência linear diminuiu e, as experiências de vida e expectativas da atual geração de jovens são mais complexas e menos previsíveis que as de outras gerações. Isso significa que, especialmente nas classes baixas, as trajetórias são descontínuas devido à posição de origem que impõe aos jovens necessidades específicas de sobrevivência e formas de acesso à independência e autonomia em suas relações sociais.

Nesse sentido, Ernesto Abdala esclarece que a noção de juventude traz em si processos de segmentação, discriminação e exclusão, e não pode se reduzir a um momento de transição entre a infância e a idade adulta, "...senão que se correlaciona melhor ao grupo de pertença; e as distintas categorias de jovens"[4]. (ABDALA, 2005, p. 187, tradução nossa).

Outra imagem da juventude é ressaltada por Dayrell (2003, p.41): a "visão romântica da juventude", cristalizada a partir dos anos 1960, resultado da indústria cultural. Neste contexto, a juventude tem características relacionadas ao mercado de consumo com sua moda, músicas, revistas, além de se relacionar com liberdade, prazer e comportamentos exóticos. Essa ideia é adicionada pela visão da juventude como um tempo para "ensaio e erro" e experimentações, que associa a juventude a um "tempo de liberdade, prazer e expressão de comportamentos exóticos". Seria um tempo "...marcado pelo hedonismo e pela

[4] "... sino que se correlaciona más bien al grupo de pertenencia; de ahi, las distintas categorias de 'jóvenes." (ABDALA, 2005, p. 187).

irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil". (DAYRELL, 2003. p.41).

Essas imagens convivem com outra: o jovem reduzido ao campo da cultura que expressa sua juventude somente em atividades culturais e a juventude como um momento de crise. Esse momento é caracterizado como uma fase difícil, permeada por conflitos com a auto-estima. Seria um momento de desligamento da família e distanciamento, o que apontaria para uma crise da família enquanto instituição socializadora.

Ao considerar a heterogeneidade do conceito de juventude e sua singularidade geracional, torna-se possível constatar as diversas "juventudes" existentes.

> Os jovens são de diversas raças e classes sociais, alguns têm acesso a educação de boa qualidade e outros ativos produtivos que lhes garantem adequada inserção no mercado de trabalho, enquanto os outros sofrem com a falta de acesso à direitos básicos, que comprometem a sua inclusão social e no mercado de trabalho. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p.12).

A existência de diferentes juventudes demonstra uma espécie de "vulnerabilidade etária", segundo Abdala (2005). Essa vulnerabilidade torna-se mais forte quando relacionada a aspectos como pobreza, gênero ou baixa escolaridade. Significa que os jovens se tornam vulneráveis em função de sua classe social, sexo, raça e escolaridade, o que poderá determinar sua trajetória de passagem da escola para o mercado de trabalho ou, simplesmente, a forma de inserção laboral. Além disso, traz implicações nos programas de capacitação voltados para a população jovem que devem focar suas intervenções para as diferentes juventudes. Nesse sentido, as políticas públicas também deveriam seguir o mesmo trajeto: focar na diversidade de juventudes, considerando os diferentes contextos dos jovens e não intervir de forma genérica em relação a um segmento dividido por faixa etária.

Semelhante às imagens sintetizadas por Dayrell (2003), Martins (2001) evidencia algumas análises incorporadas ao senso comum, que caracterizam os jovens em relação a algumas décadas. Assim, os jovens dos anos 60 se caracterizam pela rebeldia, dos anos 70, pelo estereótipo da recusa ao trabalho, dos anos 80, pelo conformismo e individualismo e, finalmente, os jovens dos anos 90 representariam um prolongamento da idade juvenil.

Para além das abordagens tradicionais e, complementando a visão sobre as imagens da juventude na sociedade, Juarez propõe uma compreensão dos jovens como sujeitos sociais que "constroem um determinado modo de ser jovem." (DAYRELL, 2003, p. 41). A juventude seria, portanto, um momento singular vivido pelos jovens. Existe, segundo ele, um caráter

universal dado pelas transformações do indivíduo na juventude e o que varia é a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, lida com esse momento e o representa. Assim, diante dessa diversidade baseada em condições sociais, culturais e de gênero, não se torna viável considerar a juventude presa a critérios rígidos, mas

> (...) como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL, 2003, p.42).

A concepção da juventude baseada nas imagens citadas acaba se limitando através de representações da juventude que interferem na compreensão do mundo juvenil. A proposta aqui é de compreender a realidade dos jovens na sua totalidade, mesmo diante das diversidades de cada contexto social.

Ao analisar os jovens como atores sociais, Juarez Dayrell define o sujeito a partir de Bernard Charlot e nos diz que

> (...) o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo o sujeito social, com uma determinada origem familiar, que ocupe um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. (DAYRELL, 2003, p. 43).

Isso quer dizer que o sujeito age no e sobre o mundo e se produz nessa ação sendo, ao mesmo tempo, produzido em suas relações sociais. Especialmente as relações no mundo do trabalho podem determinar a forma como o jovem age no e sobre o mundo. Ou seja, o trabalho dará uma dimensão de independência social e financeira ao jovem, mesmo quando ele utiliza parte de sua remuneração para contribuir em casa. Esse é o aspecto do ser humano enquanto construção e, na medida em que se constrói enquanto ser humano se constrói também enquanto sujeito social. Essa dimensão que Charlot[5] citado por Dayrell (2003) nos

[5] CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

coloca significa que a essência do ser humano se encontra nas relações sociais. E é a partir delas que ele se constrói e seu desenvolvimento depende, portanto, da qualidade dessas relações. A construção social da juventude se dá de maneira diferente em cada sociedade e cada grupo social lida e representa de forma diferente esse momento. Essas relações sociais incluem as relações dos jovens com o trabalho, sua inserção no mercado, bem como a construção de sua trajetória profissional. Na relação com o trabalho, o jovem constrói sua trajetória profissional através de sua inserção no mercado de trabalho. É possível evidenciar diferenças na representação social dos jovens de classe alta e de classe baixa, especificamente em relação ao trabalho, emprego e educação. Cada jovem se relaciona de modo diverso com as variáveis trabalho, emprego e educação de acordo com suas necessidades materiais, determinadas por sua origem socioeconômica. A importância dada a esses aspectos varia de acordo com a classe a qual pertence o jovem.

O tempo do "vir a ser" do jovem inevitavelmente desdobra-se na relação estabelecida com o mercado de trabalho, uma vez que o desemprego juvenil é tido também como consequência da elevada rotatividade, característica dessa fase de vida. Segundo esse argumento, o jovem tem suas primeiras experiências no mercado de trabalho exatamente nesse momento considerado como um "vir a ser" e, seria "normal" passar por vários empregos para acumular conhecimentos e experiências, que poderiam lhe ajudar numa ocupação futura. Esse momento assume "(...) uma noção de 'moratória social' concedida a todo jovem – tomando esse ciclo de vida como um tempo de experimentação e escolha." (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c, p. 48).

A afirmação de vários autores de que um dos marcos da passagem da juventude para a vida adulta é o ingresso no mundo do trabalho, reforça-se diante da visão da juventude como moratória social. Essa moratória social representa um crédito de tempo, em que o jovem pode adiar as questões pertinentes à vida adulta e estabelecer contato com experiências que lhe favoreçam um desenvolvimento mais pleno como formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c; TAVARES JÚNIOR; CARVALHO, 2011). Nesse sentido, a juventude é considerada como a etapa de desobrigação com o trabalho e de dedicação aos estudos. (ABRAMO, 2008, p. 40). A PNAD 2008 demonstra que a taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos no mercado de trabalho tem sofrido uma queda nos últimos 10 anos, passando de 45% em 1998 para 37% no ano de 2008. E a proporção de jovens que só estudam cresceu: passou de 66% para 68,5% no mesmo intervalo de tempo. Entretanto, não é possível generalizar o argumento da moratória social para todos os jovens, uma vez que para muitos, o trabalho não é somente

uma forma de construir uma trajetória profissional. Muitos jovens, ao ingressar no mercado de trabalho, almejam uma forma de contribuir para sua sobrevivência e de sua família. Além disso, muitos se lançam em busca de trabalho para complementar a renda familiar, diante da situação de desemprego de familiares. Como existe uma multiplicidade de instâncias de socialização que não se restringe somente à família e à escola, ocorreram modificações no conceito de moratória cujo conteúdo passou a englobar não só o adiamento e suspensão, mas, vários processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social (sexualidade, trabalho, participação cultural e política). “A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação da vida adulta.” (ABRAMO, 2008, p. 43).

Em relação ao mercado de trabalho e educação, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2008c) demonstra que essa diferença é perceptível pela configuração de duas tendências: jovens de maior renda seguem dependendo financeiramente de suas famílias, podendo estender sua formação educacional com vistas a uma inserção econômica mais favorável no futuro e jovens de baixa renda passam a submeter-se a empregos de baixa qualidade e mal remunerados, o que de certa forma os mantêm dependentes financeiramente de suas famílias, ainda que precariamente. Em ambas as situações o resultado é um prolongamento da juventude, porque a emancipação econômica é bloqueada pela crise do emprego bem como pela emergência de novos padrões de comportamento no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na conformação de arranjos familiares. Isso se evidencia pelo “exercício de vários papéis adultos por indivíduos que são identificados como jovens”.

> No limite, se a emancipação econômica não ocorre, não é por isso que os jovens deixam de vivenciar as experiências e responsabilidades características do mundo adulto, na maior parte das vezes mesclando-se com as vivências típicas do universo jovem e multiplicando as trajetórias de vida possíveis. Essa dessincronização não coloca apenas em xeque a centralidade da inserção no mundo do trabalho como marco necessário e definitivo da transição para a vida adulta, como também obscurece a concepção da juventude como etapa transitória. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008b, p. 9).

Isso significa dizer que, quando o jovem não consegue se inserir no mercado de trabalho, sua emancipação e entrada no mundo adulto se dão por outras vias, a exemplo do matrimônio e constituição de nova família.

Ingressar no mundo do trabalho é um marco da passagem da juventude para a vida adulta. Pois, os jovens se sentem independentes e autônomos e essa sensação lhes confere

uma responsabilidade relacionada à vida adulta. O ingresso no mercado de trabalho, afirma Corrochano e outros (2008), paralelo a conclusão escolar e constituição de uma nova família, constitui-se um marco importante na transição dos jovens para a vida adulta. Em boa parte dos países desenvolvidos esse ingresso ocorria após a conclusão da escolaridade formal. Entretanto, no Brasil, essa nunca foi uma realidade homogênea e predominante para a maioria dos jovens. O início da vida ativa começa antes mesmo da conclusão da escolaridade e o que se percebe é uma tentativa dos jovens em combinar trabalho e estudo. Várias pesquisas passaram a evidenciar a diversificação e complexidade dos caminhos dos jovens em direção à vida adulta.

2.2 Juventude e a Transição Escola-Trabalho

No Brasil, a educação mostra-se como condicionante para se conseguir emprego, além de ser um dos caminhos que pode conduzir o jovem à vida adulta e, sobre isso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c) afirma a existência de uma forte identificação do jovem como “estudante”, sendo a escola reconhecida como espaço de socialização e formação. Entretanto, a escolarização da maioria dos jovens é marcada por desigualdades e oportunidades limitadas em que a predominância de trajetórias interrompidas pela desistência e pelo abandono, caracteriza um percurso educacional irregular.

Sposito (2008) pondera que a experiência juvenil no Brasil deve ser analisada sob a influência da escola e da família, por meio do exercício da compreensão das mudanças ocorridas nessas duas esferas de socialização do jovem.

Há vários processos socializadores na experiência juvenil e a escola e a família perderam seu monopólio devido à coexistência de diferentes instâncias produtoras de valores e referenciais culturais para o jovem. Na sociedade global, há várias referências culturais e produtoras de valores que acabam chamando muito atenção dos jovens do que, por exemplo, a escola. Eles se motivam muito mais com outras experiências de socialização do que com a escola, mesmo quando percebida meramente como lugar de encontro com amigos. Enquanto locus de socialização secundária, a escola não é o espaço de aprendizagem de papéis ou jogos sociais. No espaço da escola, o indivíduo se vê numa diversidade de orientações, obrigado a construir por si mesmo o sentido de sua experiência. E, nesse sentido, o desafio que se coloca para cada um é se motivar e dar sentido aos estudos.

A educação mostrou-se um condicionante para a obtenção de um emprego e, principalmente, para o acesso a postos de trabalho melhor remunerados. Sobre o nível de escolaridade, a PNAD/2006 citada por Corrochano e outros (2008) demonstram que os jovens na faixa de 15 a 24 anos se encontravam em situação superior a dos adultos: 41% dos adultos tinham de 0 a 4 anos de estudo, percentual que caia nos caso dos jovens entre 15 e 24 anos para 11,9%. Por sua vez, 44% dos jovens tinham entre 9 e 11 anos de estudo. O maior nível de escolaridade entre os jovens reflete uma menor taxa de analfabetismo (2,4%) vis-à-vis os adultos (13%). Essa elevação da escolaridade pode ser atribuída à recente expansão do acesso à escola pública. (CORROCHANO et al, 2008). Contudo, as porcentagens daqueles que interromperam os estudos antes de concluir a escolarização básica é significativa.

Esses dados demonstram que os jovens atualmente têm investido em educação formal, o que evidencia a demanda do mercado de trabalho por níveis mais elevados de educação formal. Esse investimento na educação por parte dos jovens representa uma tentativa de suprir ou minimizar possíveis frustrações, que podem ocorrer em decorrência da instabilidade no mercado de trabalho.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008b), a educação assume a função de melhorar a vida dos indivíduos na sociedade brasileira, sobretudo para os indivíduos jovens. Entretanto, as oportunidades são limitadas no processo de escolarização dos jovens que se apresentam marcados pela defasagem escolar, abandono seguido de retomadas e fracasso escolar. Corrochano e outros (2008) aprofundam e problematizam a ampliação das oportunidades de acesso à escolaridade formal e a permanência dos jovens na escola. Segundo essas autoras, ainda que essa ampliação se mostre evidente, ainda permanecem trajetórias escolares marcadas por evasões e reprovações, o que mantém distante, a universalização da educação de adolescentes e jovens. Existem também os questionamentos sobre a qualidade do ensino e as chances da escola ser um espaço significativo para os jovens.

> Assim, considerando as mutações que atingem a esfera do trabalho e da escola, é cada vez mais necessário um olhar aprofundado para os percursos dos jovens nessas esferas, principalmente em países como o Brasil, pois aqui, para além da escola, o trabalho faz a juventude. Tal como afirma Sposito (2005, p.106): (...) para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. (CORROCHANO et al, 2008, p.10).

A PNAD 2008 constatou um avanço em relação à situação educacional dos jovens brasileiros:

> O principal avanço é o fato de os jovens atualmente estarem conseguindo passar mais tempo na escola e terem maior escolaridade que os adultos. Considerando a evolução dos dados em um período de dez anos, observa-se que a escolaridade dos jovens elevou-se consideravelmente em 1998, a média dos anos de estudo do jovem entre 15 e 24 anos era de 6,8 anos; no grupo de 18 a 24 anos, em 2008, essa média subiu para 8,7 anos. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2009, p. 3).

O processo de escolarização dos jovens também é influenciado por aspectos como níveis de renda, sexo, raça origem social, que atuam também sobre as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho. Ou seja, as oportunidades no processo de escolarização também são limitadas de acordo com a posição de origem. Correa (2008) afirma que o jovem cuja família possui baixo capital cultural e econômico são mais propensos à evasão escolar e a escola acaba por não cumprir sua "missão libertadora", o que torna a socialização primária mais determinante. Nesse sentido, a educação é um processo cultural que assegura a reprodução social e, por isso, pode-se considerar essa "missão libertadora" da escola na socialização dos jovens. Pois, há a exigência de maior qualificação para inserção no mercado de trabalho e o sucesso escolar passa a ser um requisito, embora não defina o ingresso nesse mercado, como nos mostra. (SPOSITO, 2008). Os indicadores apresentados pela PNAD 2008 demonstram a permanência de desigualdades educacionais com predominância de trajetórias escolares interrompidas por desistências ou abandonos, caracterizadas por saídas e retornos que demonstram um percurso educacional irregular.

> A freqüência ao ensino médio na idade adequada abrange apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos (50,4%) e cerca de 44% ainda não concluíram o ensino fundamental. Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental. Assinala-se que nas regiões Nordeste e Norte as taxas de freqüência líquida (36,4% e 39,6%, respectivamente) permaneceram bem mais reduzidas que no Sudeste e Sul (61,8% e 56,5%, respectivamente). (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2009, p. 3).

De acordo com a faixa etária, aumenta a proporção de jovens fora da escola, sendo 15,9% na faixa dos 15 aos 17 anos; 64,4% de 18 a 24 anos; e 87,7% na faixa de 25 a 29 anos. Para os jovens de 18 a 29 anos nesta situação, o incentivo para retornar à escola e completar o ensino obrigatório é menor do que para os jovens entre 15 e 17 anos.

Dados da pesquisa "Juventudes Brasileiras", realizada em 2004 pela UNESCO, demonstram que, para os homens, a oportunidade de trabalho é a principal causa de abandono

da escola, numa proporção de 42,2% dos jovens. E, no caso das mulheres é a gravidez, atinigindo 21,1% das jovens.

Ao tentar conciliar estudo e trabalho, a opção é a escola noturna cujo desafio passa a ser a conciliação entre qualidade e atratividade. Pois, um dos fatores que afasta o jovem do estudo é a baixa atratividade da escola para os alunos. Na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, a escola foi apontada por 76% dos jovens como um lugar muito importante em suas vidas e 58% a consideram muito importante para a obtenção do trabalho e 7% a consideram nada importante. Outro fator positivo atribuído à escola é como local que possibilita maior compreensão da realidade, sendo que 74% dos entrevistados consideraram sua influência muito importante. Para dois terços, a escola é importante para fazer amigos e para o dia a dia. (SPOSITO, 2008).

Considerando a importância do trabalho e também da educação na vida do jovem brasileiro, Corrochano e outros (2008) dividiram a população juvenil em dois universos de acordo com sua situação de trabalho e estudo. Um universo compreende os jovens que trabalham, dentre os quais existem aqueles que não estudam e os que estudam; jovens que procuram trabalho e estudam e os que procuram trabalho e não estudam. O outro universo corresponde aos jovens que estudam e não trabalham e nem procuram uma ocupação; aqueles que não trabalham, não estudam e não buscam trabalho.

Corrochano e outros (2008) elucidam que, entre os 8,4 milhões de *jovens que trabalham e estudam*, é elevada a proporção dos que concluíram o ensino médio e importante parcela alcançou o ensino superior. A escolaridade desse grupo é maior, o que sinaliza que o abandono dos estudos em função do trabalho não é regra. A maior participação dos jovens deste grupo está localizada na faixa dos 16 a 17 anos (24,5%) e a maioria deles ocupa a posição de filhos na família (73,6%), sendo mais comum entre os jovens entre 14 e 15 anos (91,6%). Além disso, é o grupo que apresenta a menor porcentagem de famílias com renda per capita de até um salário mínimo (54%), uma vez que a participação desse tipo de família no conjunto da população é de 78,2%. Devido à expansão do sistema de ensino, é possível perceber grande parcela de jovens estudando, com destaque, nesse caso, para o grupo entre 16 e 17 anos cuja posição na família é de filhos, principalmente na faixa etária entre 14 e 15 anos, nas famílias com renda per capita acima de um salário mínimo.

Na faixa etária entre 14 a 15 anos, são os jovens de família mais pobre que ingressam no mercado de trabalho e permanecem estudando. Aqueles que pertencem às famílias com renda per capita mais elevada, ingressam no mercado de trabalho a partir dos 18 anos. As diferenças de renda familiar provocam impacto sobre a escolaridade dos jovens: na faixa entre

18 e 21 anos com menores rendimentos, apenas 8,9% estão no ensino superior, contra 79,2% dos jovens na mesma faixa etária com maiores rendimentos. Isso significa que, diante de uma renda per capita mais elevada, o ingresso no mercado de trabalho ocorre a partir de 18 anos. Entre 14 e 15 anos, os jovens de família mais pobre continuam estudando quando ingressam no mercado de trabalho.

Em relação à conciliação que os jovens fazem do trabalho com o estudo, há uma diversidade de situações relativas às faixas etárias.

> Jovens com idade entre 14 e 15 anos encontram-se prioritariamente matriculados no ensino fundamental regular, e os que têm entre 16 e 17 anos predominam no ensino médio regular. No grupo de 18 a 21 anos, observam-se situações contrastantes: alta proporção dos que se encontram no ensino superior e também elevada proporção dos que não concluíram os ensinos fundamental e médio. Nos grupos mais velhos, de 22 a 29 anos, a frequência ao ensino superior é a realidade de mais da metade dos jovens que trabalham e estudam. (CORROCHANO et al., 2008, p.36).

Os dados da PNAD 2006 citados por Corrochano e outros (2008) demonstram que é relativamente alta a proporção dos jovens que trabalham e que já frequentaram a escola e dos que atingiram ou concluíram o ensino médio. Também é significativa a proporção daqueles que frequentaram ou concluíram o ensino superior: 12,3% dos jovens entre 18 e 29 anos.

> Contudo, mesmo passados 20 anos de a Constituição Federal assegurar o direito de todos os cidadãos ao ensino fundamental público e gratuito, ainda são significativas as porcentagens dos que interromperam os estudos antes da conclusão da escolarização básica, e persiste um contingente de jovens que nunca freqüentou a escola. (CORROCHANO et al, 2008, p. 15).

Esses dados podem indicar que os impactos decorrentes do processo da expansão do acesso à educação influenciam a trajetória educacional dos jovens, com mais jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior: verifica-se um decréscimo de jovens com idade entre 25 e 29 anos no ensino superior, em comparação com a faixa etária anterior. Pois, as políticas de acesso ao ensino superior, como Fies[6] e Prouni[7], são recentes e, por isso, os jovens entre 18 a 24 anos são os que mais se beneficiam dessas políticas.

Dados da pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" demonstram crescimento significativo do acesso à escola a partir da década de 1990, que se deu a partir da reordenação

[6] Programa de financiamento estudantil destinado a estudantes matriculados em cursos superiores de graduação.
[7] Programa Universidade para Todos (Prouni): concessão de bolsas integrais e parciais a estudantes de graduação e seqüenciais. A contrapartida para a instituição é a isenção de tributos.

do sistema educativo, que incluiu “mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando atenuar as reprovações e evasões, em um quadro inalterado de recursos destinados à educação.” (SPOSITO, 2008, p. 96). Na verdade, foi uma oferta desprovida de qualidade e condições materiais e humanas nas escolas públicas que traduziu um mau uso das verbas públicas. Como resultado, houve uma diminuição dos recursos destinados à educação e não um incremento que acompanhasse o ritmo das matrículas. (SPOSITO, 2008).

Ainda ocorre uma distorção série/idade com parcela dos jovens com mais de 15 anos que ainda frequenta o ensino fundamental. O mesmo ocorre com jovens com mais de 17 anos que ainda estão cursando o ensino médio. “Tais dados indicam a persistência de distorções idade-série, como resultado da repetência ou de uma frequência intermitente à escola – dois problemas bastante graves no sistema educacional brasileiro.” (CORROCHANO et al. 2008, p.36).

Quando comparada com as faixas etárias entre 18 a 21 e 22 a 24 anos, a faixa etária de 25 a 29 anos apresenta maior porcentagem de indivíduos que ainda não completou o ensino fundamental. Isso chama a atenção e, talvez, seja um reflexo de que a expansão escolar beneficia as gerações mais novas. Por outro lado, essa expansão perpetua problemas de distorção série/idade e pessoas mais velhas ficam alijadas da possibilidade de prosseguir com os estudos por não compor o público-alvo das reformas educacionais. A expansão escolar beneficia as gerações mais novas sendo que a população com idade entre 24 a 29 anos possui maior porcentagem de indivíduos que não completou o ensino fundamental.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2004), as taxas mundiais relacionadas ao nível de educação formal dos jovens e sua inserção no mercado demonstram que o desemprego juvenil, relacionado com qualificação e nível de instrução é maior entre os jovens com menos anos de estudo: na América Latina foi detectado que quanto mais alto é o nível de instrução dos jovens, mais baixo é o nível relativo de desemprego. Ou seja, o desemprego juvenil relacionado com qualificação e nível de instrução é maior em jovens com menos anos de estudo. Foi observado que o nível de escolaridade não só reduz o risco de desemprego, como também aumenta a probabilidade de conseguir emprego em tempo integral com contratos de longa duração. Ou seja, há uma relação direta entre grau de instrução dos jovens com a qualidade do emprego conseguido no mercado. Os dados que demonstram uma relação entre o nível educacional e a baixa qualidade do emprego podem ser influenciados pelo fato de que, em países pobres sem serviços de assistência aos desempregados, os jovens pobres não podem se permitir estudar e ficar desempregados. Assim, acabam aceitando

qualquer tipo de trabalho, ainda que seja um emprego precário ou na economia informal e, por consequência, interrompem a trajetória educacional.

> Apenas os jovens que não têm que manter uma familia e contam com o apoio familiar podem se permitir ficar desempregados e buscar uma oportunidade de trabalho adequada a sua satisfação Isto, juntamente com a escassez e trabalhos que exigem um alto nível de formação, criam uma situação em que uma parte desproporcional de jovens desempregados são mais escolarizados e de famílias de renda mais alta. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p. 15, tradução nossa)[8].

Cardoso (2008) adverte que, mesmo diante do aumento do acesso ao ensino superior, muitos jovens encerram sua trajetória educacional no nível médio e buscam o mercado de trabalho em atividades que requerem baixa escolaridade com remuneração também baixa. Além disso, as transições da escola para o trabalho no Brasil são marcadas pelas desigualdades entre classes.

> A dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho se constituiu como uma das manifestações do movimento de transição da escola para o trabalho, uma vez que o processo de transição desnuda a formação da sociedade que é estruturada a partir de posições e oportunidades (abertas ou fechadas) aos indivíduos que dela fazem parte. (TAVARES JÚNIOR; CARVALHO, 2011, p.5).

Encontrar indivíduos qualificados com escolaridade mais elevada, ocupando postos de trabalho inferiores à sua formação e de pouca qualidade, tornou-se uma situação comum. Em muitos países os jovens qualificados veem-se obrigados a aceitar empregos inferiores à sua formação. Quando a oferta de trabalhadores qualificados é superior à demanda de empregos profissionais e técnicos, o subemprego aumenta porque o número de pessoas que trabalham em postos onde não podem aplicar plenamente seus conhecimentos aumenta.

Nas economias em desenvolvimento, o subemprego de jovens com curso superior completo (graduados) tem dado lugar à multiplicação de estudantes universitários em pós-graduação. É uma tentativa de conquistar postos de trabalho qualificados no mercado através da elevação do nível de instrução e especialização. Fica uma dúvida: ainda que não sejam

[8] ” Solo jóvenes que no tienen que mantener a uma família y cuentam com apoyo familiar pueden permitirse estar desempleados y buscar oportunidad de trabajo adecuado o de su gusto. Ello, junto com la escasez e trabajo que requiera um alto nível de formación, crea uma situación em que uma parte desproporcionada de los jovens desempelados tienen más estúdios y proceden de hogares de ingresos más altos. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p. 15).

jovens ao terminar seus estudos, serão menos vulneráveis e terão mais probabilidades de encontrar um trabalho correspondente à sua formação? Ou seja, a elevação da escolaridade será uma garantia de inserção laboral futura? Para Pochmann (1998), mesmo havendo um estímulo maior à escolaridade e investimentos em capital humano, o jovem brasileiro acaba enfrentando uma crescente seletividade no mercado de trabalho. Isso provocou seu deslocamento dos segmentos profissionais para os segmentos não-organizados. Quer dizer, aumenta o número de jovens empregados no mercado informal ou em empregos precários, uma vez que os postos de trabalho reservados aos jovens foram diminuindo nos segmentos assalariados e elevaram-se nos segmentos autônomos. Segundo ele, no Brasil, o avanço na escolaridade não foi acompanhado pela elevação no nível de emprego. Na verdade, configura-se uma situação educacional marcada por avanços, problemas, desigualdades e desafios. “Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p.12).

Sposito (2008) corrobora com Pochmann (1998) ao afirmar que não há uma relação linear entre a elevação da escolaridade e o emprego, pois, as oportunidades continuam escassas, independente do nível de escolaridade.

Entre os jovens ocupados, 41,3 % *trabalham e não estudam,* concentrando-se nas faixas etárias mais elevadas: de 16 a 17 anos, a proporção é de 10,1% de jovens nessa situação, mas na faixa de 18 a 21 anos, sobe para 38,3%. (CORROCHANO et al., 2008).

Para entender a situação dos jovens que trabalham e não estudam, a posição ocupada no domicílio é uma variável importante. Pois, não é somente a pobreza que afasta o jovem da sala de aula. A constituição de uma nova família, segundo Corrochano e outros (2008), também contribuim para o abandono ou continuidade dos estudos. No caso dos jovens que não estudam, a posição de chefe de família e de cônjuge é bem maior, em comparação com aqueles que estudam.

> A assunção de responsabilidades familiares como cônjuge e/ou chefe de família pode repercutir numa dedicação mais voraz ao trabalho e em poucas condições de tempo e capital para dar prosseguimento aos estudos. (CORROCHANO et al, 2008, p. 20).

Em suas famílias esses jovens ocupam posições diversas: na posição de filhos existem 75,8% de jovens na faixa entre 14 a 15 anos, 69,8% da faixa de 16 a 17 anos e 61,2% com

idade entre 18 a 21 anos. A partir de 22 a 24 anos, há predominância de jovens que se declaram chefes de família (29,8%) e cônjuges (18,2%).

O relatório sobre Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (2009) elucida que jovens de famílias com renda domiciliar per capita baixa, que ocupam a posição de pessoas de referência e que têm filhos, possuem maior necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, porque precisam contribuir com a renda familiar. Em consequência, possuem maior dificuldade em continuar os estudos.

Por sua vez, os jovens com renda domiciliar per capita elevada, que ocupam posição de filhos, têm condições de permanecer mais tempo na escola e adiar a entrada no mercado de trabalho, com maior nível de escolarização e qualificação.

Entre 1992 e 2006, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2009), houve uma redução do percentual de jovens que eram pessoas de referência dos domicílios ou cônjuges (de 20,3% para 17,5% do total). Isso reflete uma tendência a casamentos tardios e redução da fecundidade, além de maior tempo de permanência na escola, inserção mais tardia no mundo do trabalho e uma melhora da proteção social para os adultos. Acresça-se a isso, o envelhecimento da população e os avanços no Sistema de Seguridade Social – SUS, com garantia de uma cobertura maior, o que leva a um maior acesso à renda para os idosos, que muitas vezes passam para a posição de pessoas de referência na família.

Percebe-se uma correlação positiva com a idade: os indivíduos que são pessoas de referência dos domicílios tendem a crescer à medida que a idade cresce, assim como o percentual de pessoas que são cônjuges.

Conforme a PNAD 2008, os jovens de 15 a 17 anos têm diminuído sua participação no mercado de trabalho e se dedicado aos estudos diferentemente dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, que passam a enfrentar o mercado de trabalho devido às crescentes responsabilidades familiares ou em busca de realização social, através do trabalho e do consumo.

A posição do jovem como pessoa de referência tem implicação direta sobre sua participação no mercado de trabalho, ou seja, implica em maiores responsabilidades do indivíduo na busca pela inserção profissional remunerada. Especialmente nas famílias de baixa renda, os jovens assumem responsabilidades em relação à composição da renda familiar, mesmo que seja à custa de uma inserção precoce no mercado de trabalho.

Outro ponto relevante é a mudança na estrutura familiar comentada por Márcio Pochmann e que também influencia na posição ocupada pelo jovem na família.

> O padrão tradicional de família concentrada em atividades específicas para cada membro (pai como chefe de família e com trabalho fora de casa; a mãe com trabalho em casa e os filhos inativos na escola) tende a ser alterado pela existência de uma outra realidade. Tem sido cada vez mais uma prática nacional tanto o pai quanto a mãe trabalharem fora de casa. Os filhos, muitas vezes, estudam e executam atividades domésticas, quando não trabalham fora de casa, podendo colocar o estudo como uma prioridade secundária. (POCHMANN, 2000, p. 66).

Diante do argumento comumente utilizado de que os baixos rendimentos das famílias podem levar os jovens ao trabalho e, consequentemente, à saída da escola, também é importante um olhar sobre a renda familiar dos jovens que trabalham e não estudam.

Os dados demonstram que jovens de famílias de renda mais baixa começam a trabalhar mais cedo e possuem menor escolaridade. Entretanto, não é possível afirmar que estes jovens deixam a escola exclusivamente porque começam a trabalhar. Mesmo que não ocupem uma posição no mercado de trabalho, podem estar alocados em alguma tarefa doméstica para que os mais velhos ingressem no mercado. As razões são complexas e Cacciamalli e Braga[9] citados por Corrochano e outros (2008) assinalam a importância dos fatores culturais, uma vez que existe a crença sobre o caráter pedagógico do trabalho entre parcelas da população brasileira. Segundo esta crença, a criança e o adolescente tornam-se mais responsáveis e disciplinados. Também existe o questionamento acerca da capacidade da escola em atrair o interesse do aluno. Cacciamalli e Braga citados por Corrochano e outros (2008) também enfatizam a necessidade de considerar o desejo juvenil de ter seus rendimentos para satisfazer seu próprio consumo e ajudar a família como maior incentivo para sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, a força de trabalho jovem torna-se interessante para o mercado devido ao seu menor custo em relação à adulta, pela representação social em torno de sua incapacidade de organização e pelo baixo poder de reivindicações trabalhistas.

Os estudos de Corrochano e outros (2008) apontam para o fato de que os jovens ingressam no mercado de trabalho para atuar em postos mais simples, que exigem pouca qualificação. Isso ocorre devido à pouca escolaridade dos mais jovens atrelada à pouca experiência de trabalho. As autoras afirmam que o fato do jovem entrar no mercado com 16 anos, tendo que conciliar estudo e trabalho, não representa um problema em si. As condições

[9] CACCIAMALI, Maria Cristina; BRAGA, Thaiz. Política e ações pra o combate ao trabalho infantil no Brasil. In: CHAHAD, José Paulo Z.; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil**: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: LTr, 2003. p. 395-423.

precárias de trabalho que os jovens encontram no mercado é que deveriam ser revistas, em prol da qualificação de seu trabalho.

> Na verdade, o que parece ser a principal questão é o ingresso em postos precários que contribuem muito pouco para a qualificação do trabalhador. Por esse motivo, parece importante, para além da oferta de cursos de qualificação, um olhar mais aprofundado para as condições de trabalho juvenil e o desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso a formas de ingresso em postos de qualidade, o que pode romper esse movimento comum de ingresso e manutenção em postos precários entre jovens de baixa renda. (CORROCHANO et al, 2008, p. 59).

A escola representa, no imaginário juvenil, uma espécie de refúgio temporário, diante da escassez de emprego. O sistema educacional transforma-se cada vez mais numa estratégia oculta de disputa por uma vaga, uma das marcas do novo padrão instável de inserção ocupacional. Além disso, as exigências de maior qualificação e formação profissional e de experiência anterior do jovem alteram a transição da escola para o mercado de trabalho. A inserção desses jovens em ocupações precárias não traz qualquer contrapartida significativa em termos de aquisição de experiência profissional de boa qualidade que contribua para a construção de uma trajetória de trabalho decente, assevera a Organização Internacional do Trabalho (2009). Além disso, não contribui para a qualificação profissional, nem acena para possibilidades futuras de melhor inserção profissional. E, especialmente para a juventude de baixa renda, esse quadro se agrava, pois, a busca por trabalho em função de sua necessidade traz prejuízos a sua educação formal, o que gera impactos negativos sobre sua futura inserção no mercado de trabalho.

Muitos jovens de famílias pobres veem-se obrigados, por necessidades econômicas, a incorporar-se no mercado de trabalho precocemente e acabam conseguindo empregos precários, com poucas perspectivas de melhoras no futuro. Isso gera um vínculo entre as gerações num contexto de pobreza.

De acordo com Pochmann (2000), a transição do jovem entre escola e mercado de trabalho tem sido gradual, cuja entrada e saída do mercado é consequência da tentativa de conciliar trabalho e estudo. As diferenças existentes baseiam-se no gênero: homens ocupam postos incompatíveis com o acompanhamento dos estudos, enquanto as mulheres conseguem combinar trabalho e estudo, sobretudo quando são ocupações domésticas.

A frequência ao ensino médio na idade adequada, segundo a PNAD 2006 citada por Corrochano e outros (2008), abrangem menos da metade dos jovens brasileiros entre 15 a 17 anos: 1/3 deles ainda estão no ensino fundamental e cerca de 18% estão fora da escola.

Os dados analisados também evidenciam que as trajetórias escolares das moças são mais longas em relação às dos rapazes. Além disso, elas estão menos sujeitas à distorção série-idade. O atraso escolar dos jovens em relação ao das jovens é associado ao ingresso masculino no trabalho, o que acaba por prejudicar a frequência à escola.

Em relação à raça/cor, a exclusão escolar atinge mais intensamente os jovens negros,

> o que se revela tanto pelo seu predomínio entre os que não concluíram o ensino fundamental (44,6% contra 26,6% dos brancos), quanto pela menor parcela daqueles que conseguiram concluir o ensino médio (20,8% contra 24,9% dos brancos); ou, ainda, que concluíram o ensino superior: 1,3% contra 5,6% dos brancos. (COCHORRANO et al, 2008. p. 16).

Carvalho[10] citado por Cochorrano e outros (2008, p. 17) afirma que uma das explicações para que os jovens negros concluam a escolaridade básica seria o desempenho escolar que se mostra fortemente marcado pela condição racial e pelo tratamento que esses jovens recebem dos professores.

Essas desigualdades, de cor e raça, permanecem quando observada a situação dos jovens no mercado de trabalho. Mas, segundo Cochorrano e outros (2008, p.17), “mesmo com níveis de escolaridade superiores, a população feminina ainda está mais sujeita ao desemprego e ao acesso a empregos menos protegidos quando comparada à população masculina”.

Entre os jovens de 16 a 17 anos, 45,7% mantém-se na situação de estudantes apenas; 24,5% aliam estudos ao trabalho, e 8,1% estão na situação de desemprego. Nessa faixa etária, a maioria dos jovens estuda (78,3%). Na faixa entre 18 a 21 anos, diminuem a porcentagem dos que estudam passando para 39,4%, demonstrando que os 18 anos parecem ser um marco importante para afastar-se da escola. Para alguns isso pode ser um abandono escolar. Mas, para aqueles que não sofreram reprovações e nunca abandonaram a escola, esse é o momento de conclusão da escola básica.

As mudanças na estrutura econômica e dos mercados de trabalho, decorrentes do processo de globalização, influenciaram as bases dos padrões de transição da escola para o trabalho de jovens no Brasil. Segundo Cardoso (2008), dois padrões configuraram essa transição: o padrão de inserção ocupacional desenvolvimentista e o padrão de inserção ocupacional fordista.

---

[10] CARVALHO, Marília P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, jan/jun, 2003, p. 185-193.

O padrão de inserção desenvolvimentista é caracterizado pela ausência ou pouca importância da educação, como elemento de peso na formação e qualificação da força de trabalho. O padrão de inserção ocupacional fordista se caracteriza por maior controle da qualificação para o trabalho e a escola assume a função de elemento de mobilidade social e fonte de oportunidades de trabalho.

Entretanto, esses dois padrões entraram em crise e o mundo contemporâneo, de acordo com a análise de Cardoso (2008), caracteriza-se pelo desemprego juvenil como fator que enfraquece a coincidência entre vida adulta e independência financeira, que acaba afetando também os processos de construção de identidades sociais e delimitação de oportunidades de vida individual e coletiva.

Nesse sentido, Cardoso (2008) afirma que o desemprego juvenil no Brasil é um problema a ser combatido pelo Estado através de políticas públicas. Pois, não há na sociedade brasileira, uma trajetória de vida estruturada com uma transição da escola para o trabalho regulada e protegida.

No caso brasileiro, a transição da escola para o trabalho não contou com um planejamento das trajetórias e controle do Estado.

O padrão desenvolvimentista trouxe mudanças estruturais na economia, mas, na área social, caracteriza-se por estagnações em relação à distribuição de renda. No caso da urbanização, não houve a inclusão escolar de quem saiu do campo para a cidade. Os trabalhadores e seus filhos foram incluídos lentamente. Pois, as políticas salariais eram restritivas e os salários mantiveram-se em patamares mínimos e a oferta de trabalho era por mão de obra era pouco o que levou a uma depreciação da renda do trabalho. Essa inércia, de acordo com Cardoso (2008), se deve à concentração da geração de riqueza que agravou as desigualdades e manteve os níveis de pobreza.

A educação mostrou-se, nesse período, um limite à melhoria das condições de vida, pois a mobilidade educacional ascendente de uma geração para outra, a partir de um patamar muito baixo de escolaridade geral. O processo de inclusão escolar foi lento e a educacional não se mostrou como o principal motor da mobilidade social, exceto a redução do analfabetismo entre os trabalhadores urbanos em comparação com trabalhadores rurais.

O padrão fordista de transição da escola para o trabalho não se configurou plenamente por vários motivos: durante o desenvolvimentismo, a qualificação para o trabalho não ocorreu na escola e, sim, no trabalho ou em instituições como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Essas instituições tiveram um importante papel na qualificação profissional para o emprego na

indústria e no comércio, paralelo ao sistema formal de ensino. Além disso, não ocorria uma inserção automática no mercado de trabalho e parcela significativa da juventude não participava de nenhum dos dois mundos (laboral e acadêmico).

Outro motivo é a forma de inserção dos jovens no trabalho: eles não desempenhavam funções que exigissem escolaridade e qualificação profissional. As ocupações caracterizavam-se pela precariedade e pouca exigência de qualificação técnica. O último motivo é alusivo ao fato de que a transição da escola para o trabalho não é automática, tendo os jovens que conviver com um período de desemprego. Desse modo, a transição da escola para o trabalho é sempre marcada pela insegurança e precariedade que tiveram início na fase desenvolvimentista e se aprofundaram nos anos 1990.

> Em razão da reestruturação econômica destacada pelo programa de ajuste econômico, iniciado em 1994, combinada com a expansão escolar, que reduziu o valor das credenciais educacionais, os jovens passaram a ver suas perspectivas de carreira postergadas para fases mais avançadas do curso da vida. A ideia mesma de uma "carreira para a vida" tornou-se sem sentido no mundo do trabalho flexível, no qual habilidades se tornam rapidamente obsoletas e a capacidade de os trabalhadores se reciclarem e se adaptarem a novas tarefas torna-se ativo cada vez mais valorizado. (CARDOSO, 2008, p. 588-589).

Historicamente, de acordo com Tavares Júnior e Carvalho (2011), a transição da escola para o trabalho no Brasil não foi pressuposto para a inserção no mercado de trabalho.

> Quando aparece no discurso dos jovens de 18 a 24 anos que a inserção no mercado de trabalho é mais importante que a permanência na escola, trata-se do reflexo do padrão desenvolvimentista de inserção no mercado de trabalho que não valorizou a escola como elemento formador de mão de obra. A escola não foi capaz, mesmo com o aumento da escolaridade dos jovens em relação aos seus pais, de contribuir com a redução da desigualdade social e não cumpriu com a promessa de realização da mobilidade social esperada pelas classes mais baixas. (TAVARES JUNIOR; CARVALHO, 2011, p.6-7).

Sobre a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho, Pochmann (2005) revela que nos anos 1990, o Brasil melhorou seus índices educacionais quantitativos demonstrando uma redução da taxa de analfabetismo e elevação do nível médio de escolaridade. A manutenção dessa redução se verifica atualmente através dos dados da PNAD 2009 que demonstra a redução da taxa de analfabetismo para as pessoas com 15 anos ou mais de idade (de 11,5% em 2004 para 9,7% em 2009) e da taxa de analfabetismo funcional para essa mesma faixa etária, de 24,4% para 20,3%. Paralelamente, houve elevação dos níveis de

desemprego, da precariedade, do sobretrabalho e deterioração dos níveis de renda. Em relação a 2008, houve aumento de 18,5% na população desocupada (7,1 para 8,4 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade), sobretudo entre os mais jovens, e crescimento da taxa de desocupação, de 7,1% para 8,3%, invertendo uma tendência de queda nesse indicador que se mantinha desde 2006. Essa relação entre educação e trabalho demonstra que a alteração das condições do mercado de trabalho não são contidas pela melhoria educacional. Ao contrário, contribuem para o desperdício e desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. Ou seja, mesmo que o indivíduo consiga elevar seu nível educacional, há grande possibilidade de não se inserir no mercado ou, caso consiga, as vagas não são compatíveis com as competências adquiridas pelo nível educacional da pessoa. Os empregos em segmentos educacionais mais elevados acabam por excluir os mais pobres que não têm acesso à educação de qualidade e não completam seus estudos. Esse é um círculo vicioso que impediu que a educação revelasse seu potencial de transformar as relações humanas e agregar valor à produção no mercado de trabalho brasileiro.

O ciclo vicioso entre um nível educacional baixo e as condições socioeconômicas precárias que os jovens enfrentam tem sido, para esses autores, a principal dificuldade a ser superada quando o assunto é a inserção de jovens no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a universalização efetiva da escola obrigatória e medidas de combate à evasão escolar e má conclusão do ensino médio, são necessárias para estabelecer patamares mínimos de qualificação, cujos impactos sejam positivos no acesso dos jovens a trabalhos não-precários. Isso possibilitaria uma re-significação da educação: ela deixaria de ser instrumento de defesa contra a elevação do desemprego e queda do nível de renda e passaria a ser uma ascensão social.

O que as pesquisas demonstram, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2009), é que a real dificuldade em conciliar estudo e trabalho, dentre outros motivos, está relacionada às elevadas jornadas de trabalho que os jovens precisam cumprir. De modo geral, há a percepção de que, “quanto mais precoce a entrada no mercado de trabalho, mais precária tende a ser a inserção laboral e maior o prejuízo na formação educacional dos indivíduos.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p.10), o que leva à uma reprodução da situação de pobreza.

Schwartzman e Cossio (2007) questionam a ideia de que as condições socioeconômicas dos jovens levam à entrada prematura no mercado de trabalho, elevando o nível de evasão escolar e, consequentemente, baixos salários e desemprego. Para eles, o problema principal está no interior do sistema educacional, que incide principalmente nos

jovens pobres e suas oportunidades de encontrar emprego. A educação deficiente leva as crianças pobres a enfrentar mais dificuldades e altas taxas de repetência desde os primeiros anos de escola. Isso provoca alto grau de evasão escolar e, por consequência, o ingresso no mercado de trabalho sem condições adequadas.

> Se isto é verdade, então o trabalho fundamental para romper o ciclo vicioso da má educação e trabalho precário e mal remunerado precisa ser feito junto ao sistema escolar, e não no mercado de trabalho, e nem por subsídios à demanda por educação, embora políticas específicas nestas áreas possam também ter seu lugar. (SCHWARTZMAN; COSSIO, 2007, p. 3).

A PNAD 2005 citada por Schwartzman e Cossio (2007) demonstra que até os 11 ou 12 anos de idade, o atendimento à escola é praticamente universal, e existe uma pequena proporção (em torno de 8%) dos estudantes que desempenham algum tipo de atividade econômica que não impede que eles continuem estudando. Nessa mesma faixa etária, a porcentagem de crianças que não estudam nem trabalham (1,6%) é superior à porcentagem de crianças que somente trabalham (0,2%). A partir de 14 anos de idade, a situação muda e os estudantes começam a abandonar a escola e procurar trabalho.

> Aos 15 anos, 90% dos jovens ainda estudam, mas 24% dos mesmos já trabalham, ou buscam trabalho. aos 18 anos, o número dos que ainda estudam cai para pouco mais de 50%, e dos que estudam e trabalham ou buscam emprego sobe para 30%. (SCHWARTZMAN; COSSIO, 2007, p. 4).

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (2004) sobre as “Tendencias Mundiales del Emplo Juvenil” demonstra que em todo o mundo, as taxas de participação dos jovens na população ativa diminuíram quase 4,0% entre 1993 e 2003, sobretudo porque os jovens continuaram estudando ou abandonaram a população ativa, por perderem a esperança de encontrar trabalho. A menor porcentagem de jovens no mercado de trabalho e as baixas taxas de participação dos jovens na população ativa demonstram um declínio na mão de obra juvenil. Isso ocorre, possivelmente, pela diminuição das taxas de fecundidade e elevação do nível de ensino, o que significa que mais jovens frequentam a escola e dedicam mais tempo aos estudos.

Na análise da situação educacional dos jovens brasileiros devemos considerar, ainda, outros aspectos:

> ... embora o analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos seja residual nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sua erradicação ainda se constitui um desafio para o Nordeste (onde a taxa é de 5,3%); persiste uma elevada distorção idade-série, o que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada; o ingresso no ensino superior, em especial para os negros e para as pessoas da zona rural, continua sendo baixo; as oportunidades de acesso à educação profissional são restritas. Uma porcentagem significativa das trajetórias escolares é interrompida pela desistência e pelo abandono que, em alguns casos, são seguidos por retomadas dos estudos, caracterizando percursos educacionais irregulares. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 16).

Nos grupos focais realizados no projeto "Integración de jóvenes al mercado laboral", realizado pelo CEPAL no Chile, Equador, El Salvador, Paraguai e Peru (WELLER, 2006), com jovens provenientes de classe pobre, surgiram quatro discursos diferentes sobre o vínculo entre a educação e o trabalho. Numa situação de baixa escolaridade e escassa presença no mercado de trabalho registrou-se um discurso de disposição para um projeto de reinserção educacional, onde o trabalho só é concebido como complemento a esse objetivo fundamental. Os jovens nessa situação, em geral aqueles que abandonaram recentemente os estudos por problemas econômicos ou familiares, enfatizam a necessidade de terminar o ensino médio, e alegam que de outro modo seria muito difícil encontrar trabalho que não seja precário. Outros jovens, de baixo nível de escolaridade, que através de redes sociais ou agências, conseguiram inserir-se de forma satisfatória no mercado de trabalho, apresentam um discurso de caráter meritocrático. Nesse caso, pode-se prescindir do capital cultural, não havendo necessidade de completar os estudos, já que o esforço pessoal supre tal deficiência. Ou seja, a ênfase principal aqui é na dimensão atitudinal e na confiança do próprio esforço para seguir adiante. Uma terceira situação refere-se ao equilíbrio entre as dimensões: o sujeito pode realizar em sentido pleno sua orientação vocacional, ao contar com suficiente capital cultural e alcançar uma integração satisfatória com o mercado de trabalho. Entre os jovens que desenvolvem competências e contam com capital cultural, mas têm problemas em sua integração com o mercado de trabalho, existe um desajuste de expectativas. A confiança em suas próprias capacidades se vê sobrepujada pelo peso dos fatores estruturais, levando à uma inserção parcial no mercado de trabalho.

Também há uma grande desigualdade educacional entre os jovens que estão na área rural e aqueles que estão na zona urbana: 8,6% e 33% dos jovens na zona urbana tinham, respectivamente, 0 a 4 anos e 5 a 8 anos de estudo. Estes percentuais se elevavam para 28,7% e 43,7% para a juventude no campo. Os jovens negros e rurais tinham número de anos de estudo menor do que, respectivamente, brancos e urbanos, como, provavelmente, uma educação de menor qualidade.

Em relação ao gênero, destaca-se o fato de que as mulheres possuem número médio de anos de estudo maior que os homens. Projetos da CEPAL citados por Weller (2006) demonstram que em alguns países da América Latina, as mulheres jovens têm desenvolvido uma personalidade autônoma, e o trabalho possui um papel simbólico para desfazer-se de seus papéis tradicionais. Ainda que enfrentem problemas graves de inserção no mercado, sobretudo as mulheres com baixa escolaridade, para as quais as oportunidades são mais escassas. Isso leva à necessidade de políticas públicas com enfoque de gênero, enfatizando as mulheres jovens com baixo nível de escolaridade, sobretudo através de programas de formação profissional. Em relação à educação por raça/cor, as desigualdades de acesso são extremamente elevadas e os dados revelam a reprodução intergeracional do padrão de desigualdade racial existente de forma histórica na sociedade brasileira em termos de acesso à educação.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2009), as políticas públicas devem ampliar as oportunidades para esse segmento da população e oferecer serviços de informação e orientação para que o exercício de uma atividade profissional seja entendido como um direito. É necessário também que as políticas públicas ofereçam condições para que os jovens que querem continuar estudando possam fazê-lo. Devem-se criar, ainda, possibilidades de inserção em postos de trabalho de qualidade, com proteção social, que contribuam para o crescimento profissional do jovem, considerando suas peculiaridades e problemas. O fato de que o trabalho pode ser um instrumento de qualificação e aprendizado para o jovem, especialmente aquele de qualidade deve ser levado em conta. Por outro lado, os empregadores valorizam a formação do indivíduo e sua experiência profissional, o que significa, para os jovens, dificuldades em conseguir emprego, especialmente se for o primeiro emprego.

Weller (2006) utiliza alguns resultados do projeto “Integración de jóvenes al mercado laboral”, realizado pelo CEPAL entre 2003 e 2005, que analisou os processos de inserção laboral dos jovens no Chile, Equador, El Salvador, Paraguai e Peru , que demonstram que os jovens têm maiores níveis de educação do que as gerações anteriores, mas também têm maiores problemas de inserção laboral. Isso não se deve à elevada educação dos jovens ou um aumento do número de jovens com elevados níveis de educação. Como indica a elevação salarial para os “mais educados” observada recentemente na América Latina, a demanda do mercado de trabalho está mais direcionada aos indivíduos mais qualificados.

Na maioria dos países da América Latina a demanda de pessoas mais qualificadas por trabalho foi baixa, dada a pequena expansão da atividade econômica. Isso acaba afetando os grupos etários, aumentando as taxas de desemprego específicas. A taxa de desemprego juvenil

subiu consideravelmente e, especificamente, a inserção de jovens mais qualificados (condição considerada mais favorável que a de jovens com nível educativo mais baixo), deteriorou-se num momento de crise, num contexto sem geração de novos postos de trabalho. Nesse momento, a vantagem competitiva dos jovens qualificados não lhes serviu e estes acabaram entrando na condição de desemprego aberto ou trabalhando em setores de baixa produtividade. Para Weller (2006), as políticas públicas deveriam favorecer um crescimento econômico elevado e estável, como pré-condição para uma demanda de trabalho favorável à inserção de jovens no mercado de trabalho.

As desigualdades educacionais prevalecentes no Brasil são expressivas, e os dados e indicadores demonstram que as oportunidades educacionais disponíveis para os jovens brasileiros pobres, negros, para os que vivem no campo e nas regiões Norte e Nordeste são limitadas e deficientes. As consequências são os diferentes padrões de inserção no mercado de trabalho, o que dificulta a construção de uma trajetória de trabalho decente, levando a reprodução da desigualdade e exclusão social. Esse ciclo deve acabar e a melhor maneira seria oferecer aos jovens oportunidades de trabalho que lhes possibilitem sair da situação de pobreza.

Sposito (2008) elucida que trabalho e escola se superpõem enquanto projetos de vida para os jovens e são enfatizados de acordo com o momento de seu ciclo de vida e condições sociais. Trata-se de uma tentativa de articular o presente e as demandas do futuro.

2. 3 A Centralidade do Trabalho na Vida dos Jovens

As mudanças no mundo produtivo alteraram a dinâmica dos mercados interno e externo de trabalho, perceptíveis na seletividade, precariedade e exclusão. Porém, o trabalho não perdeu sua importância e continua na ordem do dia, especialmente para a população jovem, que o vê não somente como provedor de oportunidades de sobrevivência, mas como espaço de sociabilidade e construção identitária.

Diante da importância do trabalho formal na vida dos indivíduos, Castel (1998) afirma que ele ocupa lugar central na sociedade capitalista e significa um fator chave de inscrição do indivíduo na estrutura social, na formação de sociabilidades além de possibilitar o acesso a direitos e redes de proteção social. De acordo com esse autor, o trabalho se encontra totalmente vinculado à proteção contra riscos sociais, o que lhe dá também a conotação de

formação de identidade social do indivíduo, uma vez que a condição de assalariado vincula o trabalhador à proteção contra riscos sociais.

Nesse sentido, quando o indivíduo se encontra numa situação de desemprego, sente-se também, numa situação de invalidação social, de vulnerabilidade. Isso demonstra o quanto a relação com o trabalho é fator determinante para recolocar as pessoas na dinâmica social. O trabalho teria, nesse sentido, a função de suporte da inscrição na estrutura social. E, para os jovens não é diferente: o trabalho assume centralidade em suas vidas, seja por necessidade financeira de complementar renda familiar, desejo de independência ou, por identificação social.

Ao discutir a centralidade do trabalho na vida dos jovens, Guimarães (2008) retoma o ensaio de Offe (1989) sobre o significado das mudanças no trabalho para as formas de sociabilidade contemporânea. Nesse ensaio, Offe (1989) coloca o questionamento sobre o trabalho enquanto categoria analítica, chave para o entendimento da sociedade diante das transformações ocorridas. Seu argumento é de que houve uma "dissolução de uma ética do trabalho". Essa ética do trabalho se refere ao sentido atribuído à inserção na atividade econômica, sendo uma satisfação, uma sensação do "dever cumprido", despertado por essa inserção. Ao se diluir, passa a existir de acordo com Bauman[11] citado por Guimarães, segundo uma "estética do consumo", segundo a qual o trabalho se torna atraente de acordo com sua capacidade de produzir gratificação pelo desempenho de atividades interessantes e refinadas. (GUIMARÃES, 2008).

Nesse sentido, constata-se que o âmbito do trabalho é o locus de produção de bens, serviços e também de ideias e representações. Nos chamados "30 anos gloriosos", a passagem da escola para o trabalho acontecia de forma imediata para a maioria dos jovens porque os empregos se expandiam e, além disso, havia correspondência entre os níveis e gradações do sistema de ensino e os níveis e gradações do sistema de classificação das qualificações em vigor no sistema de emprego. Não significa dizer que tudo era fácil e simples para inserir-se no mercado de trabalho. Naquela época, os adolescentes, eximidos de sua responsabilidade familiar e recém-chegados ao mercado, expressavam grande rotatividade na busca pelo "emprego certo". Rotatividade essa que se diluía ao chegar à idade adulta.

Recentemente, essa passagem migrou para uma situação aleatória, porque caiu o modelo de trabalhador permanente e contratado por tempo completo e os contratos de longa duração em que o trabalhador estava atrelado ao mesmo empregador "por toda a vida"

[11]BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa, 1999.

também caíram. Atualmente, as relações de trabalho são formas alternativas e não existem mais os empregos “para toda a vida”, com possibilidade de carreiras duradouras e estáveis. O trabalhador passou a ser responsável por gerenciar seu percurso formativo e laboral, fazendo face às incertezas e novos riscos.

O trabalho torna-se, portanto, disforme conforme argumentou Offe (1989). Diante desse cenário o trabalhador é responsável e gerenciador solitário de seu percurso e deve fazer face a todas as incertezas e riscos. Ao retomar a discussão sobre o sentido do trabalho na vida humana, Pochmann (2005) pondera que o trabalho pode representar para o ser humano desde uma situação de esforço, dor (labor) e obra (opus), representações contrárias ao ócio, até uma condição essencial da vida, que oportuniza participação e inclusão social.

Em sua forma ontológica, trabalho representa a capacidade do homem de transformar a si próprio e a natureza. Em sua forma histórica, significa a condição de “financiamento da vida humana”, que nem sempre se associa ao desenvolvimento humano.

Condição inalienável do ser humano, o trabalho, assim como o conceito de juventude, não possui uma representação homogênea, combinando diferentes situações de exercício de trabalho e não-trabalho.

> Para alguns poucos segmentos populacionais, a vida nem sempre dependeu do trabalho, uma vez que a concentração da propriedade, do dinheiro e do poder permitiu viver à margem da condição do trabalho comum a todos. (POCHMANN, 2005, p.111).

Segundo Frigotto (2004), o trabalho e o emprego são temas complexos que se misturam e em torno dos quais há simplificações que reduzem o trabalho a emprego, desconsiderando-o enquanto forma de criação e recriação humana. E, por outro lado, o emprego é uma forma específica de trabalho em que ocorre a compra e venda da força de trabalho.

Para os jovens, o trabalho tem vários sentidos e, no caso do segmento pesquisado, ele representa, sobretudo, a transição da infância para a vida adulta a partir da independência, liberdade e autonomia que ele confere. Ou seja, esses jovens passam por um processo de adultização precoce, a partir da inserção no mercado de trabalho formal ou informal. Correa (2008) sublinha que a inserção profissional é uma necessidade para quase 40% dos jovens, que são frequentemente subempregados, em condições ilegais, precárias ou de risco. Isso significa que o mercado de trabalho não responde à demanda dos jovens por emprego. Entretanto, esse problema não passa somente pela inserção no mercado de trabalho, mas,

também, pelas condições de trabalho e mobilidade social, que deveriam permitir a emancipação dos jovens.

Na sociedade moderna, a integração social dos jovens depende do sucesso escolar e da inserção profissional. Mas, Correa (2008) afirma que ainda não estamos diante da situação de dissociação de laços sociais, embora grande parte dos jovens no Brasil esteja em situações de risco e vulnerabilidade. Pois, para a maioria as situações de trabalho precárias e as relações nos grupos e comunidades de pertencimento mantêm esses laços.

A categoria trabalho assume a dimensão de “pedra angular” no desenvolvimento de sua identidade pessoal, o que torna a questão do emprego mais importante ainda não só como geração de renda, mas, como forma de alcançar a autonomia, pois, no ambiente de trabalho, formam-se novas relações sociais. (WELLER, 2006). Para esse segmento, entrar no mundo do trabalho representa não só atender à necessidade de sobrevivência, mas, também, desenvolver o sentimento de identidade e pertencimento social.

De acordo com Weller (2006), os jovens possuem a expectativa de realizações financeiras ao entrar no mercado de trabalho, tais como bem-estar individual e financeiro e reconhecimento social. A percepção material do trabalho, especialmente como fonte de inserção no mercado e forma de auferir ganhos que irão contribuir para sua própria sobrevivência ou de sua família, dá espaço para outro tipo de motivação: as novas relações sociais que os jovens irão construir no âmbito do trabalho e que contribuem para a formação e consolidação de sua identidade pessoal. No entanto, tais aspirações são realizáveis em longo prazo porque requer níveis elevados de educação, uma vez que a qualificação se coloca como pressuposto importante para ocupar um lugar no mercado de trabalho. Em curto prazo, o resultado que temos são jovens saindo do sistema escolar e se vendo “obrigados” a aceitar qualquer emprego ou atividade laboral, que lhe seja importante para manutenção econômica própria e/ou familiar. Muitas experiências de trabalho acabam por não corresponder às expectativas dos jovens, sendo empregos de baixa qualidade e rendimentos. Tais condições não estimulam o aproveitamento do potencial que o trabalho poderia ter para o desenvolvimento individual e social do jovem. Para Weller (2006), isso acaba gerando uma tensão que se origina, muitas vezes, no desconhecimento do jovem acerca do mundo do trabalho. Medidas para uma aproximação precoce do jovem com o mercado de trabalho durante o período escolar podem amenizar os impactos psicológicos dessa transição. Autores como Martins (2001) colocam uma interrogação na centralidade do trabalho para os jovens. Segundo eles o trabalho continua importante, mas, coexiste com elementos de liberdade e

autonomia em busca de suas realizações. Seria uma atitude mais racional diante do trabalho, demonstrada por Chiesi e Martinelli[12] citados por Heloísa Helena Martins:

> Comparando a pesquisa feita em 1992, com os dados das realizadas em 1983 e 1987, Chiesi e Martinelli verificaram que o trabalho perdeu a segunda posição em uma escala de valores, passando para o terceiro lugar. Em primeiro lugar ficou a família, seguida por amizades/amor. Mas o trabalho "conta mais que o tempo livre, que o estudo e a cultura, que o compromisso social, religioso e político"(Chiesi & Martinlelli, 1997, p.122). A conclusão dos autores é de que, na verdade, os dados não indicam o declínio da importância do trabalho, mas sim uma transformação de sua concepção. (CHIESI; MARTINELLI apud MARTINS, 2001, p. 65).

Bajoit e Franssen[13] citados por Heloísa Helena Martins, também verificam uma alteração na relação entre os jovens e o trabalho:

> Enquanto no modelo tradicional a realização pessoal estava subordinada ao trabalho, hoje é o trabalho que tende a estar subordinado à realização pessoal, permancendo entretanto como um elemento e um *locus* essencial , embora não exclusivo. Nesse sentido, não se trata de uma rejeição do trabalho, mas sim de uma reivindicação de um trabalho que tenha sentido para o próprio indivíduo e/ou que lhe deixe tempo para uma vida própria. (BAJOIT; FRANSSEN apud MARTINS, 2001, p. 65).

Essa alteração na concepção do trabalho para os jovens localiza-se nas mudanças no mercado de trabalho ocorridas nos anos 90, que se mostra instável e inseguro. No passado, o jovem que conseguia uma ocupação no mercado, a via como ocupação permanente e como fonte de mobilidade social. Na atual conjuntura, a inserção dos jovens passa por contratos de trabalho temporários e flexíveis, caracterizando-se como ocupações de baixa qualidade e precárias. Mesmo nesse contexto, os jovens adotam atitudes e visões positivas acerca do trabalho e conseguem ver a relação de trabalho flexível de forma favorável, como possibilidade de adquirir experiência profissional. Assumem uma postura positiva, em que vale a possibilidade de experimentar diferentes ocupações, como garantia de experiência que pode levar à melhoria de vida através do trabalho.

Entretanto, diante de variáveis como classe social e renda, cabe interrogar se essa alteração é válida para jovens de classe baixa e de classe alta. Possivelmente, para os jovens de família pobre, o trabalho continua sendo "tudo" na vida, seja porque garante o salário e a

---

[12] CHIESI, Antônio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n.5, v.6, p. 110-125, maio/dez. 1997.

[13] BAJOIT, Guy e FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.5, v. 6, p. 76-95, maio/dez. 1997.

sobrevivência ou, devido ao imaginário social segundo o qual o “trabalho dignifica o homem”.

Nessa perspectiva de mudança do valor do trabalho para os jovens, Abdala (2005) ressalta que os jovens possuem um papel importante na sociedade, sendo um recurso estratégico do desenvolvimento. Entretanto, os obstáculos para a inserção no mercado de trabalho têm aumentado e criou “uma cultura do trabalho instável ou inexistente.” (ABDALA, 2005, p.185, tradução nossa)[14]. A sociedade moderna tem contribuído para esse fato através da sensação de insegurança que ela traz. Essa realidade ocorre especialmente para os jovens pertencentes aos setores pobres o que resulta numa reprodução da pobreza, que se manifesta pelo ingresso precoce e acelerado ao mercado de trabalho precário e informal. Diante da necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar, esses jovens acabam aderindo às “propostas” de trabalho que surgem sem questionar suas condições.

As tensões entre as expectativas dos jovens, sobre os benefícios da inserção no mercado de trabalho e a realidade em que vivem, permanecem na medida em que há expectativas de melhoria das condições materiais individuais e familiares, a criação de uma base para constituir um domicílio próprio, o reconhecimento social, etc. Principalmente as mulheres jovens valorizam a inserção no mercado de trabalho como elemento simbólico para sua autoestima e perspectivas de vida. Entretanto, para muitos jovens o mercado de trabalho não satisfaz essas expectativas. O atendimento a tais aspirações requer um prazo maior, sobretudo para alcançar níveis elevados de escolaridade. Mas, as necessidades de curto prazo por que passam muito jovens, os pressionam a evadir da escola, lhe impedem de retomar os estudos e os obrigam a aceitar qualquer tipo de emprego para gerar renda indispensável para sua família.

Existe um vínculo entre desemprego juvenil e exclusão social, uma vez que desemprego gera, nos jovens, uma sensação de exclusão e inutilidade, podendo levá-los até mesmo às práticas de atividades ilegais. Além disso, a experiência anterior de desemprego influencia nas oportunidades futuras de emprego dos jovens. É importante frisar que o desemprego juvenil é apenas uma parte do problema que se prolonga até às condições inadequadas de trabalho, ou seja, à precarização do trabalho juvenil.

A exclusão social penaliza, na visão de Pochmann (2005), os jovens filhos de famílias pobres, principalmente na relação entre educação e trabalho. Esses têm sofrido o reflexo da falta de horizonte de trabalho decente com renda compatível, que se manifesta pela violência.

[14] “...uma cultura del trabajo inestable o ausente.” (ABDALA, 2005, p.185).

Assim, mesmo que tenha havido uma elevação dos indicadores de escolaridade, o cenário de falta de perspectivas de inserção no mundo do trabalho ocorre tanto nas classes ricas quanto nas classes pobres.

Em relação à posição de origem, há uma pressão considerável sobre os jovens filhos de pais de renda média e alta, para que abandonem o país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de remuneração. Quer dizer, a falta de oportunidades e perspectivas de trabalho decente, desmobiliza o potencial de mobilidade social e acaba incentivando os jovens mais bem preparados a buscarem novas oportunidades fora do país. Mesmo diante das dificuldades de informações disponíveis, é possível associar o processo de emigração às classes sociais de renda mais elevada. Assim, a saída de jovens que estão mais bem preparados em termos de escolaridade e formação profissional corresponde a um "desperdício" de recursos humanos e materiais imprescindíveis na transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

Existe comprovada relação entre desemprego de jovens e vulnerabilidade

> A incapacidade de encontrar emprego provoca um sentimento de exclusão e inutilidade entre os jovens e pode aumentar sua participação em atividades ilegais. Ademais, as coortes que se encontram em um mercado de trabalho particularmente em queda, quando terminam os estudos primários e secundários, estão condenadas – sempre que as demais condições não variem – a taxas relativamente mais altas de desemprego durante os anos mais produtivos de sua vida profissional. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p. 2, tradução nossa)[15].

Quando os jovens aceitam um posto de trabalho precário, não conseguem se sustentar e, por esse motivo, permanecem mais tempo vivendo com a família, mais tempo do que a família poderia assumir. Em consequência, a despesa financeira para a família prolonga-se e diminui as possibilidades dessas famílias saírem da situação de pobreza e até mesmo as possibilidades dos membros mais jovens da família ter acesso à educação. Os pais não podem enviar os filhos mais velhos para a escola, renunciando assim, ao seu limitado potencial de ingressar no mercado de trabalho e ajudar a família financeiramente. Isso acaba prejudicando as perspectivas futuras dos irmãos mais novos. Consequentemente, não é somente a geração

[15] La incapacidad de encontrar empleo provoca um sentimiento de exclusión e inutilidad entre los jóvenes y puede aumentar su participación em actividades ilegales. Además, las cohortes que se encuentran com mercados de trabajo particularmente deprimidos cuando terminan los estúdios primários y secundários están condenadas – siempre que las demás condiciones no varien – a tasas relativamente más altas de desempleo durante los años más productivos de su vida profesional. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004., p. 2).

atual que se vê condenada à situação de pobreza, mas, também as gerações seguintes. Nos países em desenvolvimento e, nas economias mais pobres do mundo, oferecer oportunidades de trabalho decente para os jovens significa, para eles e para suas famílias, uma oportunidade de sair da condição de pobreza.

Em relação ao círculo vicioso de pobreza com a unidade familiar, alguns estudos demonstram a importância do nível educacional dos pais como fator de "proteção" contra a reprodução da pobreza entre gerações. A partir dos dados da PNAD 2006, Neri (2000), estima-se que há 56% de chances de famílias com chefes e cônjuges alfabetizados serem menos pobres do que as famílias com chefes e cônjuges analfabetos. Entretanto, a partir de modelo logístico de pobreza, capital humano e capital físico, é possível evidenciar que a relação entre pobreza e acumulação de capital humano é menos afetada, desde que o capital humano seja acumulado antes de o indivíduo entrar no mercado de trabalho.

O pressuposto, portanto, é que é o mercado de trabalho a referência por excelência por excelência para a inclusão social dos indivíduos, quando na realidade o percentual da renda do trabalho no total da renda nacional vem decrescendo de forma acentuada: correspondia a 55,5% em 1980, a 50% na década de 1980, enquanto no ano 2000 correspondia a apenas 37,2%. (CAMPOS, 2003, p.39).

Para a juventude, esse ponto é importante porque mesmo que os jovens como futuros ocupantes de postos de trabalho, essa é somente uma das possibilidades para sua inserção social e não se apresenta como a possibilidade mais promissora, mesmo diante da diferença entre trabalho formal e informal. Pois, se até a década de 1980 a inserção no mercado de trabalho formal garantia o acesso ao sistema de proteção social, atualmente isso não é seguro, dada a crescente informalidade e a dissociação entre contribuição previdenciária e emprego.

Existem formas alternativas de inclusão dos jovens no mercado de trabalho que são pouco conhecidas dentre as variadas iniciativas de estratégias de sobrevivência emergentes e traduzidas em ações públicas, a exemplo da economia solidária e incubadoras de cooperativa. (COHN, 2004).

2.4 Juventude e Mercado de Trabalho

A inserção ocupacional dos jovens brasileiros ainda permanece precária e se caracteriza por elevadas taxas de desemprego e informalidade, além de baixos níveis de

rendimento e elevado déficit de trabalho decente apesar das mudanças que ocorreram nos últimos anos com o aumento do emprego formal no Brasil.

O ingresso no mercado de trabalho, ao lado da conclusão escolar e da constituição de uma nova família, constitui-se um marco importante na transição dos jovens para a vida adulta e indicam esse déficit. Em boa parte dos países desenvolvidos esse ingresso ocorria após a conclusão da escolaridade formal. Entretanto, no Brasil, essa nunca foi uma realidade homogênea e predominante para a maioria dos jovens. O início da vida ativa começa antes mesmo da conclusão da escolaridade e a combinação entre trabalho e estudo torna-se uma necessidade nem sempre atendida. Isso evidencia a diversificação e complexidade dos caminhos dos jovens em direção à vida adulta. As dificuldades que os jovens têm demonstrado em conciliar trabalho e estudo podem levar à conclusão de que o trabalho atrapalha a trajetória escolar dos jovens. Porém, a entrada no mercado de trabalho ocorre antes do que o abandono dos estudos, "... o que reforça a tese de que nem sempre é o trabalho que expulsa o jovem da escola, como já apontado por várias pesquisas." (MADEIRA[16]; SPOSITO apud CORROCHANO, 2008).

Segundo informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2006 citadas por Corrochano e outros (2008), os jovens representam 53,9 milhões de brasileiros, correspondendo a 28,8% da população total do país. Entre 1999 e 2006, a taxa de crescimento da população jovem foi de 12,5%, inferior à taxa de crescimento da população brasileira, que foi de 14,7%. Isso pode ser atribuído às mudanças no padrão de reprodução e ao aumento da expectativa de vida da população nas últimas décadas, levando à uma queda da participação do contingente de crianças e jovens com até 25 anos de idade. Os jovens na faixa etária de 14 a 29 anos[17] estão distribuídos em 35 milhões de famílias, totalizando 59,3% das famílias brasileiras com aproximadamente um jovem por família. Um traço comum se dá em termos de renda: a maioria das famílias brasileiras que apresentam um ou mais jovens possui baixo rendimento familiar per capita.

> Segundo a Síntese de Indicadores do IBGE, 78,2% das famílias residentes em domicílios particulares declaram, em 2006, até um salário mínimo oficial como renda per capita familiar. Sabendo-se que o valor do salário mínimo, no mês e ano

[16] MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

[17] Segundo Corrochano (2008), desde o ano de 2005 é considerado jovem no Brasil, o cidadão ou cidadã com idade entre 15 e 29 anos, conforme a Lei 11.129 de 30/06/2005 que criou a Secretaria Nacional de Juventude. Esta referência é também considerada pela autora, apesar da maioria dos estudos que focalizam a questão juvenil no mercado de trabalho considerarem a faixa de 16 a 24 anos.

> da pesquisa, correspondia a R$ 350,00, pode-se ter uma dimensão do nível de privação dessas famílias. (CORROCHANO, 2008, p. 15).

A PNAD 2006 citada por Corrochano e outros (2008), revelam ainda que, no Brasil, 66% da população jovem estão no mundo do trabalho, trabalhando ou em busca de trabalho. O grupo de jovens que só estudam forma um contingente de 21%, e 13% compõem o grupo dos jovens que não estudam, não trabalham e não procuram emprego. Esses dados dão a conotação da importância do trabalho para a juventude o que, segundo a autora, é semelhante a outros países da América Latina. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO apud CORROCHANO, 2008)[18].

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (2009), a PNAD 2006 revela que a taxa geral de desemprego para os adultos era de 5,6% e para os jovens essa cifra se elevava a 17,8%. Esses dados demonstram que o desemprego de jovens no Brasil é aproximadamente 3,2 vezes superior ao dos adultos e 2,1 vezes superior à taxa geral de desemprego. Dentre os 22,2 milhões de jovens economicamente ativos, 18,2 milhões estavam ocupados e cerca de 3,9 milhões estavam desempregados. Os jovens representavam 23,2% da PEA total de 15 anos ou mais, e respondiam por apenas 20,8% da ocupação total e quase metade (49,1%) dos desempregados.

As taxas de desemprego são os indicadores considerados mais óbvios para estudar o desemprego juvenil, sendo o indicador utilizado para elaborar e aplicar estratégias que proporcionem um trabalho digno e produtivo aos jovens. É considerada desempregada a pessoa que realmente está buscando trabalho, que não renunciou a essa busca para se dedicar, voluntariamente, aos estudos. Assim, uma alta taxa de desemprego indica que há muitas pessoas que buscam um emprego ativamente e não encontram. A Organização Internacional do Trabalho (2004) frisa que as taxas de desemprego devem ser analisadas em conjunto com outros indicadores específicos de emprego.

Os dados também evidenciam uma forte correlação entre taxa de desemprego e idade: em 2006, a taxa de desemprego aos 15 anos era de 18,5%. Aos 18 anos, elevou-se para 24,3% e depois começava a cair, chegando ao menor índice aos 61 anos. Tal correlação negativa entre desocupação e idade pode ser explicada pela questão da experiência profissional. A desocupação também atinge os jovens por variáveis como sexo, raça/cor: a taxa de desemprego de mulheres jovens (23%) era 66% mais elevada que a dos homens jovens

[18] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**. Trabalho decente e juventude** – América Latina. Lima: OIT, set. 2007. Disponível em <www.oit.org.br>. Acesso em: 04 dez. 2007.

(13,8%). Era de 16,7% para os jovens homens brancos e de 18,7% para os negros (23% para os pretos e 18% para os pardos). Na área rural, o desemprego atingia 7,1% dos jovens trabalhadores. Essa taxa crescia para 17,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e para 24,8% nas áreas urbanas metropolitanas, sendo de 20,1% para as áreas urbanas como um todo.

Ao considerar a relação entre sexo e a dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho mundial, a Organização Internacional do Trabalho (2004) demonstra em seu relatório que em todas as regiões em desenvolvimento, o desemprego juvenil feminino é maior do que o masculino.

Em relação à idade, na maioria dos países, a taxa de desemprego cai conforme aumenta a idade. No caso da América Latina, a taxa de desemprego de adolescentes na faixa de 15 a 19 anos, é mais que o dobro que a dos adultos jovens na faixa de 20 a 24 anos na maior parte dos países. Por sua vez as taxas de desemprego dessa faixa etária (20-24 anos) são significativamente maiores que a dos adultos com 25 anos ou mais. Entretanto, a Organização Internacional do Trabalho (2004) assinala que o desemprego entre os jovens que frequentam a escola nem sempre se mostra como um grave problema, porque muitos jovens procuram trabalho em tempo parcial, como inserção secundária no mercado e não como atividade principal.

Essas informações delineiam algumas características dos trabalhadores que podem incidir sobre a possibilidade de experimentar o desemprego.

Além disso, a taxa de desemprego juvenil demonstra uma correlação negativa com a faixa de renda domiciliar: em domicílios com renda domiciliar per capita de até 1 salário mínimo é superior a 20% entre os jovens, e entre os que vivem em domicílios com renda per capita superior a esse limite varia entre 10,2% e 12,7%.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2004), o número de jovens desempregados no mundo aumentou de forma constante entre 1993 e 2003, chegando a 88 milhões de jovens sem emprego, o que representa 47% de jovens desempregados, o que representa 25% da população em idade de trabalhar.

Em países em desenvolvimento a taxa de jovens desempregados é mais elevada, representando mais do que nas economias industrializadas sendo 21,8% frente a 14,0% em 2003. Além disso, a probabilidade da população jovem não ter emprego é 3,8 vezes maior em relação à população adulta nos países em desenvolvimento. Já nos países de economia industrializada, os jovens têm 2,3 vezes mais probabilidade de estar desempregado.

Outra possível explicação para as diferenças entre as taxas de desemprego dos jovens e dos adultos é o fato de que os jovens registram taxas mais altas de rescisão de contrato de trabalho. Há um grande número de jovens que passa da situação de empregado a desempregado e vice-versa, caracterizando um mercado de trabalho instável e precário.

As tendências do emprego para os jovens, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2004), apontam para uma defasagem: de 1993 a 2003, a população juvenil cresceu 10,5% e o emprego juvenil cresceu apenas 0,2%. Em algumas regiões essa situação é mais alarmante, especialmente nas economias em transição, cuja população jovem cresceu em 10,1% e o emprego juvenil caiu 11,7%. Na América Latina e Caribe, em 2003, havia 13,1% mais de jovens do que em 1993. Mas, somente 2,8% mais de jovens trabalhavam. As regiões da África do Norte e Oriente Médio apresentaram, nesse mesmo período, o coeficiente mais baixo de emprego/população juvenil: um em cada três jovens trabalhava em 2003. Além disso, as taxas de matrícula nas instituições de ensino eram baixas.

No mundo, o desemprego tem aumentado desde 1993, quando se situava 11,7%. Em 2003, alcançou seu máximo histórico de 14,4%, o que significa que 88 milhões de jovens estavam sem trabalho: 26,8% a mais que em 1993.

A taxa de desemprego total em 2003 era de 47% (186 milhões de pessoas) e de desemprego juvenil era de 25% da população em idade ativa. Nesse mesmo ano, a taxa de desemprego juvenil no mundo era 3,5 vezes superior à dos adultos.

Para se ter uma ideia mais ampla sobre o desemprego juvenil, o relatório cita o seguinte exemplo:

> (...) a proporção do total de jovens desempregados (o desemprego total foi de 186 milhões em 2003) era de 47% em 2003. Trata-se de uma cifra preocupante, dado que os jovens representam somente 25% da população em idade de trabalhar. Portanto, é óbvio que neste caso os jovens têm mais dificuldade do que os adultos para encontrar emprego. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p.12, tradução nossa)[19].

Do total de jovens no mundo, 85% vivem em países de economia em desenvolvimento. Essa proporção deve aumentar tendo em vista as atuais tendências demográficas. Tais tendências referem-se à denominada transição demográfica, consequência

[19] "...la proporción de los jóvenes em el desempleo total (el desempleo total fue de 186 millones em 2003) era el 47 por ciento em 2003. Se trata de una cifra particularmente preocupante, dado que los jovenes representaban solo el 25 por ciento de la población em edad de trabajar. Por ello, resulta también obvio em este caso que los jóvenes tienen más dificultad que los adultos para encontrar empleo". (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p.12).

de atitudes sociais e da medicina moderna. Essa transição se refere ao declínio da taxa de natalidade e de mortalidade na maior parte do mundo durante o século XX. Primeiro, as taxas de mortalidade começaram a cair. Depois veio o declínio das taxas de natalidade, o que refletiu na distribuição da população juvenil por idade. Essa evolução demográfica possui três fases: a primeira, com o aumento da população jovem, na segunda, a proporção de jovens diminui moderadamente e as taxas de adultos em idade de trabalhar aumentam moderadamente e, na terceira fase, a proporção de adultos em idade de trabalhar diminui e de idosos aumenta. Nos anos 2000, os países industrializados estavam aproximando-se da terceira fase:

> A proporção da população joven em idade de trabalhar era menor que a quinta parte. Dada a tendencia de prolongação dos anos de ensino e a incorporação tardia no mercado de trabalho, a queda da mão de obra juvenil nesta região está confirmada e, provavelmente continuará. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p.3)[20].

De acordo com esse relatório, em 2015, 660 milhões de jovens estarão trabalhando ou procurando por trabalho. Isso representa um aumento de 7,5% em relação ao número de jovens que formavam parte da população ativa em 2003. No último decênio de 2015, haverá mais pessoas buscando trabalho pela primeira vez do que em qualquer outro momento da história.

O crescente desemprego mundial tem afetado especialmente os jovens. Segundo o relatório "Tendencias Mundiales Del Empleo Juvenil" da Organização Internacional do Trabalho (2004), os jovens têm, em comparação com os adultos, três vezes mais probabilidades de ficarem desempregados e seu potencial não é utilizado por falta de acesso ao trabalho decente.

2.4.1 As Transformações no Mundo do Trabalho e Seus Efeitos Sobre a População Jovem

O nível de educação atual deixou de ser garantia de acesso ao mesmo tipo de ocupação de décadas atrás. Isso ocorre devido às transformações no mercado de trabalho. A

[20] "La proporción de los jóvenes em la población em edad de trabajar era menos de la quinta parte. Dada a tendência hacia la prolongación de los anos de enseñanza y la incorporación tardia em el mercado de trabajo, la disminución de la mano de obra juvenil em esta región está perfectamente confirmada y, probablemente, continuará". (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p.3).

empregabilidade passou a ser ameaçada pelas transformações que afetaram e continuam afetando as organizações em toda a sociedade. Diante disso, a escolaridade e a qualificação tornaram-se requisitos imprescindíveis no alcance de uma oportunidade de trabalho, especialmente para os mais jovens, que ainda não ocuparam uma vaga nesse mercado e não possuem experiência profissional que os qualifique a uma vaga de emprego. Essa percepção acerca do contexto atual conduz à análise sobre as mudanças que afetam a dinâmica do mercado de trabalho.

Na época do fordismo, era exigido um perfil de trabalhador capaz de ajustar-se aos novos métodos de produção, através da articulação de novas competências a novas formas de viver, pensar e sentir. Os novos métodos de trabalho não mobilizavam energia intelectual e criativa. O trabalhador precisava apenas de uma concepção de mundo que justificasse sua alienação e suprisse as necessidades do capital. O fundamento do fordismo é a fragmentação entre atividade intelectual e material, entre produção e consumo. Assim, as relações sociais, produtivas e a escola educam o trabalhador para essa divisão. O conhecimento científico e desenvolvimento gerado são distribuídos desigualmente.

Ao mudar as bases materiais de produção, as demandas do novo trabalhador também mudam e a lógica passa a ser a polarização entre competências. As capacidades passam a chamar-se competências e passam de habilidades psicofísicas para competências cognitivas complexas. (KUENZER, 2005). Nesse contexto, o conteúdo do trabalho aparentemente amplia-se quando a linha de produção é substituída pela célula de trabalho. Entretanto, um trabalhador passa a cuidar de várias máquinas e sua atividade é esvaziada e os requisitos de qualificação reduzidos com intensificação do uso da força de trabalho, que passa a ser mais explorada.

> Ou seja, sob a aparente reconstituição da unidade de trabalho para enfrentar os limites da divisão técnica, se esconde sua maior precarização, exatamente porque a finalidade das novas formas de organização, ao ampliar as possibilidades de reprodução ampliada do capital, não superam, mas aprofundam, a divisão entre capital e trabalho. (KUENZER, 2005, p.4).

Isso significa que o trabalhador especializado foi substituído pelo trabalhador multitarefa, sem criatividade e autonomia. Ou seja, um simples tarefeiro esvaziado de conhecimento técnico.

A partir da década de 1980, as discussões sobre reestruturação produtiva ganharam relevância uma vez que profundas mudanças afetaram as organizações e trabalhadores. A

introdução de tecnologia física – máquinas, equipamentos e sistemas e, também, de tecnologia organizacional, que compreende a gestão e organização do processo de produção na indústria brasileira, assinalou a passagem por três períodos distintos. Segundo Leite[21] citado por Martins (2001), o primeiro período teve início no final dos anos 1970 e estendeu-se até meados da década de 1980, foi marcado pela difusão dos círculos de qualidade; o segundo estendeu-se de meados da década de 1980 até o início da década de 1990 e caracterizou-se pela rápida difusão de equipamentos e adoção de técnicas japonesas de organização do trabalho; o período iniciado no começo dos anos 1990 demonstra maior investimento das empresas em técnicas japonesas de gestão e organização com ênfase na flexibilização do trabalho e maior envolvimento do trabalhador com a qualidade e produtividade. Esse percurso demonstrado de maneira sintética revela o volume de transformações ocorridas no mundo do trabalho, estimulado segundo Martins (2001), por pressões políticas e econômicas. Na verdade, são trajetórias de adaptação através das quais as empresas buscam adaptar-se às exigências da globalização.

Essas trajetórias de adaptação são, segundo Neves (2004), o aprimoramento de modelos produtivos e o desenvolvimento constante de inovações tecnológicas como produção em massa, a normatização das tarefas produtivas, a nova relação salarial e a obtenção do status de trabalhador e consumidor e o fortalecimento do vínculo de atividade de trabalho salarial com emprego, as quais contribuem para uma nova configuração do mundo do trabalho. Diante dessa nova configuração, o trabalho assalariado passou a constituir "um sistema de relações sociais, de pactos de solidariedade, de formação de identidades, de um conjunto de valores e símbolos e de ações coletivas estruturando toda uma experiência." (NEVES, 2004, p.3).

Magda Neves afirma que as causas que levaram às modificações ocorridas nos anos 1970 foram

> ... os movimentos sociais dos anos 60, questionando o conjunto de normas e valores os quais alicerçavam a sociedade moderna; a nova divisão internacional do trabalho, com a reorganização e instalação de empresas multinacionais em diferentes países, configurando novos territórios produtivos; o deslocamento da matriz centrada no Estado Social como regulador das relações sociais e econômicas para o mercado como dinamizador da economia; o esgotamento do modelo fordista e a constituição de um novo paradigma baseado no modelo de acumulação flexível do capital; a mundialização do capital com o predomínio do capital financeiro rompendo

[21]LEITE, Márcia de Paula. Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional. In: CASTRO, Nadya A. de (Org.). **A máquina e o equilibrista**: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.335-360.

> fronteiras nacionais, e acentuando a hierarquia entre países centrais e periféricos. (NEVES, 2004, p. 4-5).

Esse processo intenso de crise e transformação atinge de forma diferenciada as distintas regiões, setores e perfis de trabalhadores.

> A partir dos anos 1970, nos países desenvolvidos, e do final dos anos 1980, no Brasil, os mercados de trabalho tornaram-se cada vez mais heterogêneos e fragmentados, observando-se um grupo de trabalhadores com alta qualificação, atividades em período integral e direitos trabalhistas assegurados convivendo ao lado de uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados, ocupando postos de trabalho precários, mal remunerados, muitas vezes sem quaisquer direitos trabalhistas, e junto ainda a um número cada vez maior de desempregados. Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho e o aumento dos ganhos de produtividade não significaram aumento do nível de emprego, tornando o desemprego um problema estrutural no cenário global. O período mais recente mostra um contexto de maior crescimento da atividade econômica e das oportunidades de empregos e ocupações que, embora ainda insuficientes, podem ser indicativos de relevantes mudanças socioeconômicas em curso. (CORROCHANO et al, 2008, p. 9).

A partir dos anos 90, com a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais, as tarefas tornaram-se mais simples, mas, ampliou-se a exigência de conhecimento e qualificação do trabalhador, além da ampliação de sua escolaridade através de permanentes processos de educação continuada. A relação entre trabalho e educação passou a ser mediada pelo conhecimento enquanto domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas.

A partir dessas transformações, houve a intensificação das atividades produtivas diante das exigências de competitividade do mercado internacional e às mudanças nas organizações. Essas mudanças no modelo de gestão organizacional trouxeram consigo um conjunto de inovações, tais como enxugamento, busca por flexibilidade, redução de custos e busca por maior qualidade. Como consequência, houve uma queda crescente do pleno emprego e de empregos estáveis. As empresas passaram a buscar formas de terceirização, levando a um aumento de trabalhos precários e maior exigência de qualificação, flexibilidade e polivalência.

As transformações no modo de produção capitalista, de acordo com Pochmann (2005), influenciaram o papel que a educação e a formação profissional possuem na inserção e trajetória ocupacional. Tais transformações trouxeram à tona as inadequações entre o atual sistema educacional e o mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva tem enfatizado a necessidade de um novo perfil de trabalhador, com maior nível de qualificação, escolaridade avançada, que assuma mais

responsabilidades, seja mais participativo e comprometido com os objetivos da empresa. Por exemplo, o ensino médio pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para uma inserção exitosa no mercado de trabalho. O mesmo grau escolar hoje em dia não outorga as mesmas habilidades que antes, dado que os requisitos do mercado também mudaram. Entretanto, a melhoria na quantidade e na qualidade da educação é e continuará sendo uma condição simbólica para a inserção individual e coletiva no mercado de trabalho. Daí, que melhorar a educação segue sendo uma das tarefas principais das políticas públicas.

Kuenzer (2005) enfatiza que a acumulação flexível aprofunda as desigualdades pela polarização de competências. E, nesse contexto, o Estado Neoliberal assume papel específico em relação à educação e ao trabalho.

O Brasil, entretanto, encontra-se defasado: seu "sistema educacional mostra-se inadequado para a maioria dos trabalhadores, não permitindo que todos completem o ensino médio." (POCHMANN, 2005. p.108). Essas deficiências se agravam pela precariedade do mercado de trabalho, que levam jovens e crianças para o trabalho e os adultos para o desenvolvimento de atividades precárias e instáveis.

Quer dizer, o nível educacional não se mostra como um determinante na inserção dos jovens no mercado de trabalho, porque sua qualidade é questionável e o nível de escolaridade oscila, com trajetórias escolares interrompidas, seja para trabalhar ou devido à repetência e consequente desmotivação do jovem. A escolaridade não garante o acesso de jovens aos empregos, mas, é uma condição "simbólica" para uma inserção individual ou coletiva no mercado de trabalho. Na medida em que o nível de escolaridade aumenta, a possibilidade de inserir-se no mercado aumenta para os jovens, uma vez que a demanda é por jovens com escolarização e qualificação.

Ao separar a atividade intelectual da atividade material, o fordismo produz efeitos não somente na esfera do trabalho, mas, também, no contexto educacional. Pois, a escola passa a ser local de acesso ao saber teórico divorciado da prática, onde se expressa e reproduz a fragmentação através de conteúdos e formas de organização e gestão escolar. A pedagogia dominante na sociedade taylorista/fordista tinha o objetivo de atender demandas numa delimitação de fronteiras entre ações intelectuais e instrumentais. As unidades fabris tinham por objetivo produzir em massa produtos diversificados de base eletromecânica rigidamente organizados, sem espaços para mudanças. Nesse contexto, as tendências pedagógicas privilegiavam a racionalidade instrumental ou formal fundamentadas no rompimento entre pensamento e ação KUENZER (2005).

> Esta pedagogia foi dando origem a propostas que ora se sentraram nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca contemplar uma relação entre aluno e conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas. (KUENZER, 2005, p.6).

As propostas curriculares organizavam os conteúdos rigidamente e eram repetidos através do método expositivo com cópias e questionários. Tal fragmentação expressa-se, por exemplo, na fragmentação curricular onde o conhecimento é dividido em áreas e disciplinas que são trabalhadas isoladamente, tratadas como se fossem autônomas entre si.

Com o toyotismo, o paradigma da transdisciplinaridade emerge como alternativa para articular teoria e prática. E o trabalho pedagógico volta-se para o disciplinamento da vida social e produtiva. Cujo objetivo passa a ser o desenvolvimento de uma concepção de mundo consensual de acordo com as necessidades de valorização de capital.

Segundo Pochmann (2005), a transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento é responsável pela exigência de maior preparação em termos de educação e formação, ao contrário do que era exigido no período fordista. Por esse motivo, a preparação para entrar no mercado de trabalho passa a ser maior e exigir mais tempo, e a educação e qualificação devem ser contínuas ao longo da vida do indivíduo.

Segundo Bonetti (2008), o capitalismo global implementou a premissa da excelência para inserção no mercado de trabalho e o indivíduo passou a ser responsável pela aquisição de conhecimento que possibilite tal inserção. Esse conhecimento se produz e é acessado pelo ingresso em cursos universitários. Portanto, a profissionalização do jovem brasileiro ocorre por intermédio do ensino superior. Outra alternativa oferecida pelo sistema nacional de educação são os cursos técnicos que se preocupam em atender demandas do mercado de trabalho. Esses cursos, segundo a autora, possuem um caráter emergial e são voltados para pessoas já inseridas no mercado.

2.4.2 O Modelo da Competência, Trabalho Decente e a Inserção Ocupacional de Jovens

Na sociedade do conhecimento, as transformações capitalistas influenciam o papel da educação e formação profissional na inserção e trajetória ocupacional de jovens. Passa a haver também a exigência de identificação das competências laborais: capacidade do trabalhador dominar tarefas de uma determinada função, principalmente porque a concorrência é maior no mercado e, pelo surgimento de novas ocupações. É a necessidade de uma educação geral

ampliada e de uma formação continuada, de modo a alcançar a transdiciplinaridade do conhecimento aliada à transferência de tecnologia, que seria a parte prática do processo de formação. Esse perfil atende princípios educacionais mais humanistas do que técnicos, adotados nos programas de qualificação profissional, a exemplo do programa que será analisado[22]. Para que isso se efetive, é imprescindível uma sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. O "novo" compromisso educacional é a formação profissional ampliada e continuada ao longo do ciclo de vida ativa do trabalhador.

> Dentro desse conceito, a educação geral exigiria mais tempo de vida da juventude, estando comprometida com a aprendizagem teórica e prática, capaz de potencializar as oportunidades do conhecimento. Dessa forma, a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é coetânea com os desafios da sociedade do conhecimento. (POCHMANN, 2005, p.108).

Nessa análise não se pode negligenciar a globalização como fenômeno de grandes proporções no cenário econômico e político que afeta a questão da empregabilidade. Segundo Dupas (1999), a intensificação do processo de internacionalização das economias, caracterizada pela integração dos mercados financeiros mundiais e crescimento do comércio internacional trouxe, como consequência, várias transformações na esfera individual através da mudança de valores e padrões, e da crescente sensação de insegurança decorrente de alterações no mercado de trabalho.

Bonetti (2008) elucida que a lógica do capitalismo global focada num "Estado mínimo" impõe um padrão para igualar as diferenças, segundo o qual é necessário que o indivíduo adquira competências tecnológicas para incluir-se ou continuar incluído no mundo do trabalho. A garantia de emprego deixa de ser elemento integrador e igualador de diferenças. O Estado exime-se da responsabilidade pelas diferenças existentes e assegura as condições para que a competitividade exista através de inovações tecnológicas, flexibilidade do mercado e subordinação da política social à política econômica.

Nesse contexto, a sociedade passa a exigir das pessoas a universalização de padrões tecnológicos, hábitos culturais e de consumo, como elementos indispensáveis na produção econômica. Trata-se de uma hegemonia mundial que nega as diferenças e opera segundo a norma da homogeneização.

---

[22] O programa escolhido, já mencionado anteriormente, é o Programa Educação e Trabalho da Fundação CDL de Belho Horizonte, o qual será descrito em seção própria.

> A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, dos procedimentos rígidos para os flexíveis, que atinge todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante. (KUENZER, 2005, p. 9).

Diante dessas circunstâncias, forma-se o novo conceito de ocupação, como um novo paradigma de emprego, mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional. (DUPAS, 1999). Nesse sentido, a modernidade alterou significativamente a natureza do trabalho e o processo produtivo. O desemprego, antes acidental, passa a expressar uma crise conjuntural, posteriormente definindo-se como estrutural. Sua lógica passa a ser operada pela exclusão e não pela inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho.

> O sentimento de desamparo é reforçado pelo fato de o Estado – desde o pós-guerra identificado como guardião das garantias sociais – estar passando por forte reestruturação e rediscutindo essa função. Com frisa Marshall Wolfe, aqueles que antes desfrutavam do acesso a bens públicos e a benefícios sociais fornecidos pelo Estado – e que os tinham incorporado às suas expectativas – vêem-se ameaçados nestes direitos... (DUPAS, 1999, p.16).

Esse contexto penalizou todos os trabalhadores, especialmente os jovens que, diante da pouca oferta de emprego, não possuem condições de equidade em meio à concorrência do mercado de trabalho.

De acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho (2009), a juventude é severamente atingida em momentos de retração do mercado de trabalho e menos beneficiada em períodos de recuperação. Isso ocorre mesmo que os jovens estejam inseridos no mercado de trabalho em setores sujeitos às flutuações da demanda agregada. A própria dinâmica do mercado de trabalho e seus determinantes sociais e econômicos gera novas desigualdades e, por isso, o combate às desigualdades sociais não é suficiente para promover o trabalho decente, embora seja uma condição necessária.

De acordo com Kuenzer (2005), do ponto de vista do mercado, o que se configura atualmente se caracteriza como “exclusão includente”, identificada através das estratégias de exclusão do mercado formal do trabalho. Nesse processo, o trabalhador é desempregado e re-

empregado com salários mais baixos ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços. Dessa forma, o setor alimenta-se e mantém-se competitivo através do trabalho precarizado.

O conceito de trabalho decente foi desenvolvido pela OIT e surge nesse cenário de dificuldades de inserção laboral, tanto para jovens como para o segmento adulto da população, como forma de assegurar a possibilidade de encontrar um emprego digno e produtivo e boas condições de empregabilidade.

O documento da OIT denominado "Trabalho Decente e Juventude no Brasil", foi elaborado no marco do projeto "Promoção do Emprego de Jovens na América Latina" – PREJAL, desenvolvido na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, México, Peru e República Dominicana.

O objetivo do PREJAL foi estabelecido na Declaração do Milênio aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), ratificada no ano de 2000, e inscreve-se nos esforços da Rede de Emprego de Jovens – REJ. Assim, sua pretensão é estabelecer as bases de uma rede de promoção de empregos de jovens nos países atendidos e promover a participação dos governos, organização de empregadores e trabalhadores nessa rede.

O termo trabalho decente é definido pela OIT como

> ...trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana. (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE et. al, 2008, p.12).

Essa ideia foi afirmada em três reuniões realizadas em 2005, evidenciando a relevância do tema na agenda política latino-americana e internacional. Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos, especialmente mulheres e jovens, foi definida como meta de políticas e estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento.

O trabalho decente se apóia em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de

trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social.

O documento ressalta ainda a existência de algumas prioridades em relação às políticas voltadas para a juventude, com base na análise dos dados da PNAD 2006. Essas prioridades seriam: a) fortalecer as ações de elevação da escolaridade; b) investir em ações contra a evasão escolar precoce; c) considerar a redução das desigualdades educacionais como elemento central dos programas, ações e políticas públicas; d) melhorar a qualidade de ensino; e) ampliar as oportunidades de educação profissional; f) melhorar a articulação entre sistema educacional e mundo produtivo; g) ampliar o acesso à cultura.

O segmento jovem é afetado ainda por outra variável: a busca pelo primeiro emprego, aliado ao fato de que, em momentos de crise econômica os jovens são os primeiros a perder o posto de trabalho, muitas vezes sem quaisquer garantias trabalhistas. O ingresso no mundo do trabalho é alternado entre a procura e passagem por diferentes ocupações, que geralmente são mais instáveis e em condições de trabalho mais precárias que as do adulto. Essa situação de inatividade do jovem é geralmente associada à passagem pelo sistema escolar, enquanto a situação de atividade diz respeito à entrada no mercado de trabalho. (POCHMANN, 1998).

Em relação à pouca ou nenhuma experiência dos jovens no mercado de trabalho e à consequente dificuldade em conseguir o primeiro emprego, a Organização Internacional do Trabalho (2004) assevera que esse fenômeno pode se traduzir em grande dispêndio econômico para os países. Pois, se a taxa mundial de desemprego dos jovens reduz-se à metade, (de 14,7% para 7,2%) e aproxima-se da taxa de desemprego adulto (6,2%), seria possível agregar entre 2,2 e 3,5 bilhões de dólares à economia mundial. Isso representa entre 4,4% e 7,0% do valor do PIB mundial em 2003. Todavia, a vantagem mais evidente seria o benefício pessoal para os jovens, pois, a incapacidade de encontrar o primeiro emprego provoca um sentimento de inutilidade e de exclusão, o que pode levar os jovens a aumentar sua participação em atividades ilegais. Além disso, a experiência anterior de desemprego pode repercutir no comportamento futuro no mercado de trabalho.

O padrão de inserção ocupacional é um conceito importante na análise do emprego juvenil e significa “a trajetória predominantemente traçada pelo segmento juvenil da População em Idade Ativa (PIA) na transição da inatividade para o mundo do trabalho.” (POCHMANN, 1998). Nesse conceito encontra-se envolvida a saída da escola, as situações de busca pelo emprego, a busca pela independência em relação à família de origem e sua entrada definitiva para o mundo adulto.

Segundo Pochmann (1998), ate o final da década de 1980, a inserção ocupacional do jovem era marcada por uma passagem rápida e simples pela inatividade. O desemprego era, portanto, caracterizado como conjuntural. Os jovens encontravam oportunidades de acesso ao trabalho com registro em carteira e tinham a possibilidade de tornar-se empregados assalariados. Esse padrão de inserção tanto beneficiava os jovens ao abrir possibilidades de inclusão aos setores modernos da economia, como também produzia e reproduzia condições insatisfatórias para os trabalhadores jovens. Pois, havia também o trabalho infantil, super exploração da mão de obra adolescente e postos de trabalho precários, sem carteira e não assalariados.

Atualmente, o padrão de inserção ocupacional dos jovens mostra-se instável, devido "à baixa capacidade da economia brasileira gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade." (POCHMANN, 2000, p.62). Diante dessa situação, os empregos criados são insuficientes e precários, localizados nos setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçons, etc.). Outra fragilidade é que essas vagas acabam não sendo ocupadas por jovens, mas, sim, por adultos com elevada escolaridade e algum tipo de qualificação profissional.

> Isto faz com que, de um lado, as antigas portas de ingresso dos jovens no primeiro emprego terminam sendo fechadas (construção civil, bancos, serviços na grande empresa e administração pública) e, de outro lado, as vagas existentes sejam ocupadas preferencialmente pelos adultos com maior escolaridade e qualificação. (POCHMANN, 2000, p. 63).

O mercado de trabalho brasileiro acaba por delinear uma forma de discriminar o emprego de jovens, uma vez que, mesmo diante da oferta de postos de trabalho de menor qualificação, ocorre uma elevação dos requisitos contratuais por parte das empresas.

Esse contexto penalizou todos os trabalhadores, especialmente os jovens que, diante da pouca oferta de emprego, não possuem condições de equidade em meio à concorrência do mercado de trabalho. Além disso, as alternativas de emprego para os jovens acabam distanciando-se cada vez mais dos setores modernos da economia e associando-se a segmentos precários e de baixa produtividade, o que provoca também a marginalização do jovem no mercado de trabalho.

Pochmann (2000) classifica o desemprego juvenil sob diferentes aspectos:

a) Desemprego de inserção: é a condição do jovem que está à procura, por um longo período de tempo, do seu primeiro emprego. É o primeiro contato do jovem com o mercado de trabalho após a passagem pelo sistema educacional.

b) Desemprego recorrente: ocorre quando, na ausência de emprego estável, o jovem encontra uma ocupação temporária, parcial e provisória, sem sustentação, ao longo do tempo.

c) Desemprego de reestruturação: é consequência do forte ajuste ocupacional promovido pelas empresas do setor privado.

d) Desemprego de exclusão: diz respeito ao jovem que permanece na condição de sem-emprego por um longo período.

Tais categorias de desemprego assinalam a marginalização e desagregação social que, segundo Pochmann, derivam das medidas macroeconômicas e do funcionamento desfavorável do mercado de trabalho.

2.4.3 Inserção Ocupacional e Capacitação de Jovens

O mercado exige experiência de trabalho, mas, para muitos jovens que buscam trabalho pela primeira vez, é muito difícil acumular experiência. Além disso, o mercado não reconhece a experiência gerada em muitas das ocupações acessíveis para os jovens de baixo nível educativo, sendo quase impossível para esse grupo criar uma trajetória ascendente no trabalho. Weller (2006) assinala que, ainda que uma capacitação não possa corrigir as falhas de uma educação insuficiente, pode ser simbólica para melhorar a empregabilidade dos jovens de nível educativo médio e baixo, especialmente em programas de capacitação que combinam formação teórica com as primeiras experiências práticas no mercado. Um exemplo desse tipo de programa são os programas “Jóvenes”, aplicados em vários países da América Latina, que podem apoiar, até certo ponto, uma inserção com potencial para trajetórias ascendentes, ao gerar experiências práticas reconhecidas pelo mercado.

Abdala (2005), ao falar sobre os modelos de capacitação de jovens, desenvolvidos na América Latina, ressalta que os programas de formação encontram-se ainda centrados na formação do jovem para o trabalho, ainda que a noção atual de capacitação envolva uma ênfase em conhecimentos e valores além da aplicabilidade ao trabalho. Sua crítica não se restringe à necessidade de diversificação e renovação da formação tradicional, vai além: as políticas de emprego e capacitação de jovens estão centradas na preparação para o mercado de trabalho, sem se preocupar em protegê-los das flutuações do mercado. As políticas públicas poderiam se direcionar à mobilização de novos atores pela combinação de esforços e recursos

públicos, com o objetivo de trabalhar sobre a oferta de trabalho e sobre a demanda de emprego. Seria uma mudança no papel do Estado:

> Resumidamente, este papel pode caracterizar-se como um papel subsidiário, pelo qual o Estado abandona a execução direta das ações, delegando-as a empresas privadas e eventualmente públicas, sujeitas a concorrência através d elicitações. (ABDALA, 2005, p. 188, tradução nossa)[23].

O Estado ficaria responsável, portanto, pelo acompanhamento dos resultados e pela definição de mecanismos de evolução e controle dos programas.

No Brasil, a Lei n° 10.097 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como "Lei do Jovem Aprendiz" que propõe a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho atua no sentido proposto por Weller (2006), de proporcionar aos jovens a primeira experiência no mercado de trabalho, aliando formação teórica à prática. Trata-se de uma iniciativa de regulamentar o trabalho juvenil através do acompanhamento e qualificação dos jovens durante a vigência de seu contrato nas empresas. Os programas de qualificação baseados nessa lei tentam minimizar os efeitos da crise do emprego para os jovens, além de estimular a continuidade dos estudos e promover o desenvolvimento de atividades sociais e comunitárias, acompanhadas pelo benefício econômico da inserção no mercado de trabalho. Resta saber se seus resultados alcançam eficiência em termos de inserção ocupacional dos jovens e se o acesso ao mercado de trabalho é diretamente proporcional ao nível de qualificação, seguindo uma trajetória ascendente.

Pochmann (2005) enfatiza que as lutas sociais no Brasil tiveram desdobramentos importantes em relação ao ingresso precoce no mundo do trabalho. Foi através dessas lutas que as classes trabalhadoras obtiveram redução importante na jornada de trabalho, com a introdução de limites para a entrada e saída do mercado.

> A legislação de trabalho do menor, por exemplo, inibiu o ingresso precoce no mercado de trabalho de crianças e adolescentes, enquanto a implementação de sistemas de aposentadoria e pensão permitiu aos trabalhadores usufruírem da condição de inatividade remunerada com recursos de fundos contributivos de verbas orçamentárias. (POCHMANN, 2005, p.112).

[23] Sintéticamente, este rol puede caracterizarse como um papel subsidiário, por lo cual el Estado abandona la ejecución directa de las acciones, delegándola em oferentes privados y eventualmente públicos, sometidos a competência a través de licitaciones. (ABDALA, 2005, p. 188,)

Nos anos 1930, o Brasil ainda que lentamente, conseguiu ampliar o acesso à educação pública e à alimentação escolar para os pobres; também aumentou a garantia de renda às famílias, o que possibilitou a "libertação" do emprego de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Atualmente, ainda há uma parcela significativa de crianças e adolescentes trabalhando, o que revela a necessidade de avanços em relação às condições de entrada de jovens no mercado de trabalho, que deve ser o mais tardiamente possível. Segundo Pochmann (2005, p. 112), "... no Brasil, para cada 10 jovens, há quase 7 ativos no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, a presença de jovens no mercado de trabalho é muito menor, chegando a apenas 1 ativo para cada 9 inativos". Para esse autor, reduzir o número de jovens no mercado de trabalho pode levar a ampliação da escolaridade e melhor preparação para a inserção laboral que, consequentemente, ocorreria mais tardiamente. E, para ele, isso seria possível com a implementação de programas nacionais de transferência de renda que financiassem a inatividade, como ocorre privadamente com os jovens de famílias ricas. Weller (2006) ao analisar a inserção de jovens no mercado de trabalho em alguns países da América Latina, afirma que para os jovens de famílias pobres, os programas de transferência de renda que objetivam reduzir o trabalho infantil e juvenil são instrumentos adequados para minimizar os impactos das urgências de curto prazo. Entretanto, estimular um ingresso precoce no mercado de trabalho faz com que os jovens desenvolvam expectativas realistas e a definição de estratégias de trabalho individuais ajuda a satisfazer essas expectativas.

Pochmann (2000) afirma que o ingresso do jovem no mercado de trabalho está condicionado a fatores macro: comportamento do mercado de trabalho, efetividade dos programas de garantia de renda e rede de proteção social e qualidade do sistema educativo.

> Assim, quanto mais desfavorável o funcionamento do mercado de trabalho para o jovem, quanto mais efetivos os programas de garantia de renda e quanto maior qualidade tiver o sistema educativo, menor a proporção de jovens que tendem a abandonar a condição de inatividade. (POCHMANN, 2000, p.65).

Ainda, de acordo com Pochmann (2000), dentre os fatores micro, as condicionalidades na passagem do jovem da escola para o trabalho está sobre a família. Ou seja, com o avanço da faixa etária e redução do papel familiar sobre a transição escola/trabalho, a decisão de entrar no mercado associa-se à renda familiar: quanto menor a renda familiar, maior a proporção de jovens economicamente ativos. Esse fator é importante na decisão de ingresso dos jovens no mercado de trabalho, porque sair da inatividade significa tentar atender às necessidades da família diante da renda insuficiente.

Entretanto, jovens da elite também podem entrar precocemente no mercado de trabalho. Nesse caso, o interesse é atender financeiramente suas necessidades individuais que nem sempre são atendidas pela família.

Essa necessidade de antecipar renda ou ajudar no orçamento familiar tem levado os jovens à uma rápida passagem pelo sistema educacional.

Deve-se considerar que, embora muitos jovens entrem no mercado de trabalho por necessidades econômicas, segundo a OIT, existem também aqueles que entram no mundo do trabalho de maneira voluntária com desejo de autonomia, independência financeira, crescimento profissional, pessoal ou outras razões de cunho subjetivo. O importante é que "...a necessidade de trabalhar não seja, para os jovens de baixa renda, um impeditivo para o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, assim como não implique na aceitação de um posto de trabalho precário." (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 2009, p.10).

Ao discutir o padrão de inserção, Costa e Neves (2004), ressaltam que a passagem pela inatividade é muitas vezes vinculada ao período de estudos obrigatórios. Entretanto, esse padrão vem se mostrando mais instável, devido à "dificuldade da economia brasileira gerar empregos qualificados e em quantidade suficiente para absorver a demanda dos jovens que buscam inserir-se no mercado de trabalho." (COSTA; NEVES, 2004, p.443).

Tal análise é endossada por Pochmann (1998), ao demonstrar que a qualificação profissional representa, de fato, uma variável explicativa do acesso diferenciado ao emprego e riscos menores de desemprego. Todavia, num contexto de baixa evolução do emprego perante a oferta de mão de obra, a evolução do nível de formação pode contribuir tanto para elevar a concorrência entre os trabalhadores, quanto para degradar a qualidade da formação profissional nos postos de trabalho mais simples. Para ele, existem algumas hipóteses sobre o efeito da qualificação sobre o emprego de jovens: a) teoria da reprodução (o sistema educacional reflete desigualdades oriundas da origem social, sendo a possibilidade de acesso ao emprego postergada, associada às condições de origem do jovem, mais do que ao nível de escolaridade); b) teoria do filtro (destaca o papel da formação profissional na capacitação individual do trabalhador. Reduz incertezas sobre a qualidade da mão de obra); c) teoria do capital humano (investimentos em formação e qualificação da mão de obra como forma de encontrar emprego regular, com renda e melhor posição ocupacional).

Por outro lado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008b) sugere que o desemprego jovem ocorre por diferentes motivos: rotatividade entre os trabalhadores jovens, que pode ser por decisão própria ou porque os postos de trabalho são de baixa qualificação e

piores em remuneração e condições de trabalho. Mas ocorre, também, o desemprego por desalento ou aquele que coincide com o abandono dos estudos, fator de grande preocupação, uma vez que os jovens foram os mais afetados pela crise do emprego. As altas taxas de desemprego, a precariedade das ocupações e os baixos salários têm comprometido a trajetória educacional e profissional dos jovens. Em consequência, há um reflexo nas garantias sociais e trabalhistas. Essa crise evidencia os limites em se adotar o trabalho formal como mecanismo central para a inserção social dos indivíduos.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho através da Lei do Jovem Aprendiz encaixa-se naquilo que Kuenzer (2005) denomina como sendo uma “inclusão excludente”, onde as estratégias de inclusão nos diversos níveis de educação não correspondem aos padrões de qualidade que permitem formar identidades capazes de responder e superar as demandas do capitalismo. Essa crítica se deve ao fato de que os cursos de qualificação atrelados à Lei da Aprendizagem, seriam formas de substituir a escolaridade básica por cursos de formação profissional que “supostamente melhorarão as condições de empregabilidade.” (KUENZER, 2005, p. 15).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A trajetória juvenil em relação ao trabalho tem sido marcada pela precariedade ou pela ausência de emprego. Para os jovens, trabalhar é sinônimo de independência financeira, estruturação do tempo (rotina diária de trabalho), laços de sociabilidade, variedade no convívio com outros espaços sociais, sentido de investimento e identidade pessoal, fonte de dignidade associada à ideia de provedores para os homens e realização pessoal para jovens mais escolarizados e solteiros. Entretanto, diante da conjuntura de desemprego, o trabalho passou a se relacionar à necessidade e se colocou no plano do interesse e preocupação dos jovens em relação ao emprego, como forma de realizações pessoais.

Nesse sentido, o valor do trabalho para os jovens, enquanto possibilidade de autonomia e reconhecimento, traz em contrapartida o aumento da incerteza e da sensação de risco diante de sua ausência. Mesmo no caso de jovens ocupados, a relação com o trabalho é mediada pela ameaça do desemprego, elemento constitutivo da experiência juvenil nas sociedades contemporâneas. É a partir desse contexto de incerteza, que se torna possível analisar políticas públicas de qualificação e inserção ocupacional de jovens.

O prolongamento da crise econômica e a perda da eficácia das políticas governamentais adotadas a partir da década de 1970 trouxeram efeitos negativos sobre a oferta de mão de obra juvenil. Por consequência, o desemprego aumentou e passou a ser combatido através de políticas públicas, denominadas genericamente como “Políticas de Emprego” ou “Políticas de Emprego e Renda”. Essas políticas possuem suas raízes nos modelos de proteção social implementados em vários países, e foram se desenvolvendo durante os anos 80 na Europa e, nos 90, no restante do mundo. O objetivo dessas políticas era aumentar as oportunidades de emprego e reduzir os patamares de desemprego vigentes nesse período.

O padrão de inserção ocupacional dos jovens foi se alterando nas décadas de 1980 e 1990, devido ao aprofundamento da crise do emprego que limitou as políticas de trabalho para os jovens. Pois o problema relacionado a esse segmento foi identificado com o período de transição profissional, que corresponde à passagem da escola para o mercado de trabalho, momento em que a inserção laboral corresponde às formas heterogêneas e aponta para uma situação de marginalização de parcela desse segmento. Entretanto, tais políticas não eliminaram o conhecido “bico”, que se tornou uma situação normal e, no caso dos brasileiros,

uma consequência natural da crise econômica que não exclui a população jovem. Por esse motivo, os jovens se tornaram um dos principais focos destas ações.

Para aprofundar nessa análise, é necessário percorrer o processo de evolução das Políticas Públicas e sua relação com os modelos de proteção social e a inserção de jovens no mercado de trabalho. Antes, serão abordados os conceitos de emprego e desemprego e sua relação com as diversas mudanças no contexto econômico e social.

3.1 O Emprego e o Desemprego

Com a expansão e generalização do trabalho nas sociedades capitalistas, o risco da ausência de emprego tornou-se generalizado e, por consequência, o desemprego passou a ser uma manifestação típica de tais sociedades. O desemprego existe devido ao risco da ausência de emprego e, também, pela queda no nível de atividades, tendo em vista a existência de um mercado onde o trabalhador coloca sua força de trabalho à venda, podendo ou não ser comprada. O desemprego é, portanto, o resultado do excesso de força de trabalho diante da escassez de demanda de trabalho. Importante ressaltar que esse mercado não funciona como os outros, porque a força de trabalho não é produzida por ninguém, e sim, uma atividade humana que acompanha a vida do trabalhador. Se nos outros tipos de mercado é possível estocar mercadorias, enquanto o preço ou demanda estiverem baixos, no mercado de trabalho essa possibilidade não existe: o indivíduo não pode se retirar do mercado porque depende do salário para sobreviver. Essa situação se aprofunda diante do crescimento populacional e das inovações tecnológicas que levam ao aumento do desemprego e à uma redução salarial.

Além dos aspectos citados, o desemprego também significa risco à coesão social, na medida em que, diante da falta de emprego, os indivíduos perdem a autoestima e deixam de sentir-se membros de um organismo social. Por esses motivos, seria importante que as políticas públicas possibilitassem não somente a redução da oferta de trabalho, mas, também, o incremento da demanda de trabalho.

De modo geral, a vida social submete-se às leis de mercado e, por esse motivo, percebe-se que as políticas públicas acabam por perder seu caráter universal e tornam-se focalizadas em grupos mais vulneráveis da sociedade. Um exemplo são as políticas afirmativas que procuram inserir ou reinserir segmentos socialmente vulneráveis na dinâmica capitalista, como é o caso dos programas de capacitação baseados na Lei da Aprendizagem, destinados à inserção de jovens no mercado de trabalho.

A preocupação com o desemprego surgiu na Inglaterra por volta de 1880, quando os primeiros índices de desemprego foram coletados e divulgados pela Câmara do Comércio. E, a partir da antevéspera da Primeira Guerra Mundial, foram registradas taxas de desemprego que se mantiveram altas e atingiram seu pico durante a crise de 1929 e reduziram-se somente no Pós IIª Guerra.

Contudo, Barbosa e Moretto (1998) afirmam que o perfil do desempregado nesses diferentes períodos não era o mesmo, e revelava vários tipos de desemprego que podem ser classificados da seguinte forma:

a) Desemprego friccional – relacionado ao desencontro temporário entre oferta e demanda de trabalho. Refere-se ao período entre a demissão do trabalhador e sua admissão em outro emprego.
b) Desemprego cíclico – demissões em massa durante períodos de recessão ou de baixas taxas de crescimento econômico.
c) Desemprego sazonal – concentra-se em alguns períodos do ano.
d) Desemprego estrutural – resultante de mudanças estruturais.
e) Desemprego oculto – comum em países subdesenvolvidos com setor formal menos extenso e políticas sociais menos abrangentes. Trabalhadores ocultam sua situação de desemprego através da realização de “bicos” ou atividade informal, de forma irregular e descontínua.

Esses tipos de desemprego estariam relacionados às mudanças ocorridas no mercado capitalista, incluindo crises e processos de reestruturação produtiva, inerentes à cada período. Por exemplo, nos anos 30, o desemprego era classificado como cíclico, entre os anos 50 e 60, o desemprego era friccional e, a partir dos anos 70, a maioria dos países passou ao desemprego cíclico, estrutural e oculto, tornando o desemprego um fenômeno mais complexo.

No caso do segmento juvenil, o desemprego é caracterizado como oculto, já que é comum os jovens passarem por experiências de emprego informal, fazendo atividades irregulares e descontínuas durante a fase de transição entre escola e trabalho.

Nos centros urbanos, percebe-se a existência de uma dependência entre o trabalho autônomo e a existência de trabalhadores assalariados, pois, ao desenvolver seu próprio negócio os trabalhadores tornam-se trabalhadores por conta própria, e seus produtos e serviços são vendidos basicamente para os assalariados.

Algumas teorias evidenciam modelos econômicos com diferentes explicações e propostas, que tentam explicar porque existe uma oferta de trabalho superior à demanda. Um desses modelos é o Modelo Clássico, que supõe que o ponto de equilíbrio no mercado de

trabalho é o seu livre funcionamento, em que o preço da mão de obra permite que a oferta de trabalho se iguale à sua demanda. O mercado de trabalho determina o salário real e o nível de emprego que determinará a oferta de bens e serviços. Nesse sentido, é o mercado de trabalho que determina os equilíbrios nos outros mercados. Esse é o pressuposto da Lei de Say e aceitá-lo

> ... supõe que não são vislumbradas situações nas quais a produção não possa ser absorvida pela demanda, uma proposição que confronta, por exemplo, antecessores teóricos no campo da economia. Marx, por exemplo, identificou dois tipos de crises nas economias de mercado: uma tem sua origem na queda nas taxas de lucro e outra na qual os bens não encontravam mercados. (RAMOS, 2003, p.3).

Para esse modelo, o desemprego existia devido ao elevado salário real que gerava uma oferta de trabalho superior à demanda. Segundo esses teóricos, se os salários fossem flexíveis o excesso de oferta seria corrigido através dos mercados. Pois, esse excesso provocaria uma queda nos preços reduzindo a oferta e elevando a demanda. Nesse sentido, a autoregulação dos mercados levaria ao desaparecimento do desemprego.

O outro modelo é o keynesiano que rompeu com o modelo clássico de duas formas, que interessam ao objetivo deste trabalho. De acordo com Keynes citado por Ramos (2003), a demanda determina a oferta e não o contrário. Essa seria a primeira ruptura com o modelo clássico, vinculada à determinação do nível de atividade.

A segunda ruptura apregoa que o nível de ocupação é determinado pelo produto e não pelos salários reais.

> Para Keynes, no mercado de trabalho não se determinavam salários reais senão salários nominais. Um governo ou um sindicato, por maior que seja seu poder, não pode determinar o poder de compra do salário senão, unicamente, o valor nominal do salário. Dessa forma, a existência de um salário mínimo ou de sindicatos com notório poder de barganha não podia ser desculpa para situações de desemprego. Nessa perspectiva analítica, o nível de emprego era determinado pelo nível de atividade e o salário real se ajustava (via inflação, por exemplo). (RAMOS, 2003, p.5).

Nesse contexto, o desemprego é tido como um desdobramento do nível de atividade, consequência de restrições na dimensão macroeconômica, sendo atribuído à escassez de investimentos, o que provoca a diminuição do crescimento econômico e menor absorção da força de trabalho. Essa escassez de investimentos pode ser por motivos estruturais como a perda do poder de compra dos salários ou, por motivos macroeconômicos, que seria, por

exemplo, a alta de juros. Para essa corrente de pensamento, existe o desemprego *involuntário*, acima do *friccional*, podendo ser *cíclico* e/ou *estrutural*.

Depois da década de 1940 houve uma regulação do nível de atividade das economias em torno do pleno emprego e variáveis monetárias e fiscais eram utilizadas para administrar o nível de atividade para que não se situasse muito acima (gerando pressões inflacionárias) e nem muito abaixo do pleno emprego (resultando em patamares de desemprego elevados).

No final do século XIX, as economias centrais eram importadoras de mão de obra, pois, o ciclo de crescimento posterior à Segunda Guerra tencionou o mercado de tal forma que os fluxos migratórios das economias periféricas para as centrais eram uma fonte de "abastecimento".

A hegemonia keynesiana complementava-se com a base tecnológica do taylorismo/fordismo através de grandes unidades de produção em massa com trabalhadores pouco qualificados. Essa era a característica da mão de obra dessa época: baixa qualificação. O trabalhador complementava-se com a máquina e realizava tarefas repetitivas na linha de produção. A qualificação era mínima e os trabalhadores migrantes de áreas rurais eram muito funcionais, exatamente pela pouca exigência de qualificação. Esses trabalhadores não eram qualificados além de não terem tradição sindical. Esse perfil interessava ao capital porque não possuíam, ainda, exigências relacionadas ao ambiente de trabalho, necessitavam apenas de passar por um processo de adaptação cultural, que os levasse a cumprir horários, aceitar hierarquias, cumprir regras e normas organizacionais.

Outro aspecto importante nessa época era a falta de motivação dos assalariados: o ritmo de trabalho era ditado pelas máquinas, e as tarefas eram determinadas pela complementação homem/máquina. Assim, a criatividade e motivação dos trabalhadores eram dispensáveis. Isso significa que a matriz tecnológica taylorismo/fordismo era caracterizada por recursos humanos desqualificados e desmotivados.

Com a crise dos anos 70, atribuída ao choque do petróleo, o modelo de crescimento esgotou-se e o paradigma keynesiano começou a perder forças porque deixou de ser eficaz.

> ... o fracasso do keynesianismo devia ser atribuído a suas, supostas, intrínsecas fragilidades. Ou seja, o fracasso em servir de referência para os gestores de política teria suas raízes na falta de sustentação teórica do paradigma keynesiano. Em realidade, Keynes colocou na sua obra muitas proposições que, não obstante serem plausíveis e ter certo apelo ao senso comum, não eram deduzidas, não eram o resultado de raciocínio lógico. A propensão marginal a poupar menor que um, a importância dos salários relativos e não os absolutos, a ilusão monetária, etc. eram temas que confrontavam o pensamento clássico, especialmente na versão mais microeconomicista, mas não eram fundamentados. Era, mais que proposições,

> hipóteses a serem justificadas ou provadas. O novo pensamento hegemônico atribuía o fracasso do keynesianismo à falta de fundamentação de seu paradigma. (RAMOS, 2003, p. 10).

Efetivamente, o que se percebe é uma falta de correspondência entre as proposições do modelo keynesiano e o contexto histórico que o originou.

Paralelamente ao esgotamento do keynesianismo, o modelo de produção taylorismo/fordismo também começa a ruir, devido à consolidação de outra base tecnológica. Aquilo que se denomina de “novas tecnologias” vai, aos poucos, substituindo a antiga matriz tecnológica. Nesse contexto, ocorrem mudanças relacionadas aos recursos humanos, que passam a ser mais qualificados e autônomos sendo, portanto, mais compatíveis com os postos de trabalho que vão sendo criados.

A unidade de produção, característica do sistema fordista, também apresenta incompatibilidade com o novo paradigma. A típica unidade de produção do taylorismo/fordismo, a grande fábrica, produzia uma oferta uniforme e aglutinava grande quantidade de assalariados. No novo paradigma, as pequenas e médias empresas surgem como unidades de produção mais funcionais e compatíveis com o novo contexto tecnológico.

A partir dos anos 70, a elevação das taxas de desemprego deveria ser reduzida e isso aconteceria por meio de medidas que atuassem a partir do próprio mercado de trabalho, contrariamente ao que preconizava o modelo keynesiano. A estratégia emergente é a liberal/ radical que consistia em enfraquecer os sindicatos, reduzir o salário mínimo, diminuir as ajudas financeiras aos desempregados. Ou seja, enfraquecer o welfare state, de modo a tornar o mercado de trabalho mais concorrencial possível.

> Na ausência de sindicatos, salário mínimo, etc. a autoregulação dos mercados deveria funcionar de forma mais rápida e eficiente. A queda nos preços (salários reais) deveria ser a resposta a excesso de oferta (desemprego) e, mediante movimentos nas quantidades oferecidas e demandadas, o ponto de equilíbrio (oferta igual a demanda) deveria ser atingido. (RAMOS, 2003, p. 13).

Na Europa, foi adotada a alternativa Social Democrata, cuja essência coincide com o modelo clássico e uma série de medidas denominadas políticas de emprego. Essas políticas advêm das variações do *welfare state* implementado em diferentes países e regiões. Os contextos que marcaram o desenvolvimento do *welfare state*, sua trajetória histórica e impasses são os pontos discutidos na próxima seção.

3.2 O Estado de Bem-Estar Social ou a Relação entre Welfare State e Políticas Sociais

O trabalho, enquanto suporte de inscrição na estrutura social, de acordo com Castel (1998), encontra-se estreitamente relacionado ao sistema de proteção social e, por esse motivo, não participar da esfera produtiva representa a desfiliação dessa estrutura. Dentre as condições apontadas por esse autor para a passagem da industrialização à relação salarial fordista, está o "acesso à propriedade social" e aos serviços públicos. Trata-se do direito à seguridade social. "Uma rede mínima de seguridades ligadas ao trabalho pode ser desenvolvida nas situações fora do trabalho para colocar o operário protegido da privação absoluta". (CASTEL, 1998, p. 433).

Essas subvenções são mínimas para efetuar uma redistribuição de peso sobre a "norma do consumo", mas, são as formas de vincular os direitos de maneira identificável, definida e estabilizada.

Tais subvenções são parte integrante dos chamados Estados de Bem-Estar Social ou *welfare state*, que procuram responder às necessidades individuais na sociedade e cuja definição envolve a responsabilidade estatal na garantia do bem-estar básico aos indivíduos. Necessário explicitar de imediato que há uma diferença entre *welfare state* ou Estado de Bem-Estar Social e o conceito de políticas sociais. *Welfare state* possui conotação histórica de política pública, bastante específica e relacionada ao pós-guerra, ao passo que política social é um conceito genérico. (FARIA, 2007). Esping-Andersen (1991) problematiza essa definição ao questionar o caráter emancipatório dessas políticas, o que seria o básico e a importância de se satisfazer mais do que este básico aos indivíduos. Nesse sentido, quais seriam os critérios para se saber se um Estado representa um *welfare state*? No mínimo, suas atividades rotineiras devem se voltar, em grande proporção, para as necessidades de bem-estar das famílias. E, de acordo com Esping-Andersen (1991), nenhum Estado pode ser considerado um *welfare state* até a década de 1970, porque a maior parte das atividades diz respeito à lei, ordem e administração. Para esse autor, o Estado de Bem-Estar Social é mais do que o desenvolvimento de políticas sociais, ele representa a reconstrução política, moral e econômica dos países.

De acordo com Marshall[24], citado por Esping-Andersen (1991), a cidadania social é a ideia fundamental de um *welfare state.* Essa ideia deve envolver, antes de tudo, a garantia de direitos sociais que envolvem direitos de propriedade e a estratificação social, em que o status do cidadão compete com a posição de classe das pessoas e pode substituí-lo. Entretanto, o Estado de Bem-Estar Social deve ser compreendido em termos de atividades estatais que se entrelaçam com o papel do mercado e da família. Sua expansão contínua baseou-se na crença de que a ação redistributiva do Estado se harmonizava com o crescimento econômico, sendo indispensável para o exercício de novas funções pelo Estado. (FARIA, 2007). O Estado de Bem-Estar Social deveria institucionalizar os direitos sociais, considerados por Marshall o terceiro elemento da cidadania.

Quando o bem-estar dos indivíduos na sociedade passou a depender de relações monetárias, começou a mercadorização das pessoas. Os direitos sociais modernos impuseram a desmercadorização a partir da prestação de serviços, vista como questão de direito ou quando uma pessoa passa a se manter sem depender do mercado. Mas, não é a mera presença da assistência social que gera significativa desmercadorização. Pois, quando os benefícios são poucos e associados à estigma social, o sistema de ajuda força todos a participarem do mercado. Nos países em que os direitos não são tão relacionados ao desempenho no trabalho e, sim, à comprovação da necessidade, o efeito de desmercadorização é limitado. Isso leva ao fortalecimento do mercado.

Existe também o modelo que adota a previdência social estatal e compulsória que pode não assegurar automaticamente uma desmercadorização substancial, porque depende da forma de elegibilidade e das leis que regem os benefícios. Ou seja, as regras e pré-condições correspondentes é que ditam a extensão dos programas de bem-estar em relação ao mercado. Os *welfare states* desmecardorizantes são recentes e pressupõem uma liberdade dos cidadãos em que, por exemplo, poderia se requerer um seguro doença com garantia de benefícios correspondentes aos ganhos normais, com direito de ausentar-se com uma comprovação mínima de impedimento médico. (ESPING-ANDERSEN, 1991).

.Na Europa Ocidental, a implementação de políticas de estímulo ao pleno emprego marca uma linha divisória entre a situação de emprego e desemprego. Essas políticas articulam o Estado, a economia e a sociedade na promoção por benefícios sociais e pela

[24] MARSHALL, T. H. . **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar 1967.

redução de desigualdades através de um conjunto de políticas, que buscam assegurar um padrão mínimo de vida aos cidadãos.

Durante parte do século XIX e do século XX o desemprego não era considerado um problema econômico e suas origens não eram questionadas. A principal preocupação eram seus efeitos nocivos à sociedade, tais como a prostituição, a mendicância e a violência. Eram os miseráveis, população com problemas e que dependia da assistência devido sua invalidez. Não existiam políticas de emprego e esses efeitos sociais, nocivos à sociedade, eram combatidos através de ações pontuais implementadas pelo Estado ou por associações filantrópicas.

Do ponto de vista político, Esping-Andersen (1991) explicita que a industrialização e o surgimento das massas proletárias tornaram a democracia uma ameaça aos liberais devido à redução de privilégios da propriedade. Para muitos liberais a democracia significava a destruição do mercado. O fato de a sociedade ser ou não industrializada se sobrepõe as variáveis culturais ou às relações de poder. Pois, a industrialização torna a política social necessária e possível. Ou seja, diante dos “laços sociais” destruídos pela modernização, o mercado não consegue abastecer todos os indivíduos, mas, apenas aqueles que conseguem atuar dentro dele. Essa abordagem estruturalista do Estado de Bem-Estar pressupõe certo nível de desenvolvimento para investir recursos do uso produtivo para a previdência social.

Outra abordagem possível é a institucional (ESPING-ANDERSEN, 1991) que se alimenta da separação entre política e economia e coloca a política social como pré-condição para reintegrar a economia social. Essa abordagem não faz referência à classe ou agente social e afirma a distribuição social, feita pela maioria, como forma de compensar fraqueza ou os riscos do mercado.

A expansão da pobreza tornou-se preocupante para os países europeus por volta de 1840. Era o chamado “pauperismo”, uma situação de vulnerabilidade de operários do setor industrial que não possuíam qualificação e alternavam entre a situação de emprego e não-emprego. A classe operária caracterizava-se pelo desemprego recorrente.

.Na Inglaterra, as primeiras medidas de legislação social surgiram em 1870, quando os trabalhadores passaram a se organizar em sindicatos e, a partir desse momento, o mercado de trabalho passou a ser regulado e a contradição entre o avanço tecnológico e o aprofundamento da miséria dos trabalhadores passou a ser evidenciada pelos reformadores ingleses. Até a segunda metade do século XIX predominavam as instituições filantrópicas na proteção aos trabalhadores contra riscos de doenças, velhice, acidentes de trabalho e desemprego.

> No entanto, enquanto a proteção social fosse voluntária, ela não atingiria os trabalhadores de menos recursos e mais vulneráveis. O trabalhador, independentemente da sua renda ou ofício, só teria direito a um rendimento em caso de acidente de trabalho, doença, velhice ou perda do emprego quando o Estado assumisse a responsabilidade pela política social, tornando obrigatório o seguro contra os riscos sociais. (BARBOSA; MORETTO, 1998, p. 38).

Os primeiros seguros cobriam acidentes de trabalho, doença e velhice. O seguro-desemprego foi a forma mais tardia de proteção social, pois, o desempregado era visto como desqualificado e era culpado moralmente por sua situação social. A introdução desses seguros ocorreu de forma diferente nos países desenvolvidos, devido a fatores que os diferenciavam em vários aspectos.

A primeira nação a desenvolver o seguro-desemprego de forma obrigatória foi a Inglaterra em 1911, seguida pela Itália em 1919, Áustria em 1920 e Alemanha em 1927. A França foi o país em que a expansão da proteção social ocorreu de forma mais lenta e tardia: a lei de seguros sociais foi criada em 1930 para arcar com os riscos de doença, maternidade, velhice, invalidez e morte. Alguns países tentaram enfrentar a crise social com novas oportunidades de emprego, criadas especialmente no setor público. Entretanto essas políticas fracassaram porque não conseguiram fazer frente ao desemprego. O problema estava na falta de recursos públicos, já que os impostos eram baixos e a base tributária limitada.

Após a Primeira Guerra Mundial, esse cenário se altera em função da tragédia material e de perda de vidas humanas que a Guerra representou. Foram necessárias algumas mudanças onde se destaca a redução da jornada de trabalho máxima, que passou para oito horas e negociação salarial que, baseada na relação entre sindicatos e empresários, que passou a contar com a atuação do Estado na regulação do mercado de trabalho. Ao atuar como autoridade externa, o Estado propiciou melhorias sociais como proibição do trabalho infantil e estabelecimento de jornada de trabalho máxima, com repouso semanal e férias remuneradas. Entretanto, ocorreu uma redução da oferta de trabalho e o excedente da mão de obra seria financiado pelo Estado. Mas, as políticas sociais voltadas para esse público excedente não foram suficientes diante da crise de 1929, quando a criação de empregos se fez necessária. Entretanto, somente após a Segunda Guerra vieram as soluções para esse problema.

O conjunto de políticas públicas implementadas nos países desenvolvidos durante a última metade do século XIX contra os vários tipos de risco social passou a definir, a partir dos anos 40 e 50, um novo tipo de Estado: o Estado de Bem Estar Social, ao qual caberia assegurar condições sociais mínimas para os trabalhadores de um país.

A inspiração para vários países implementarem o Estado de Bem Estar Social veio do Plano Beveridge, introduzido na Inglaterra no pós-Segunda Guerra. Segundo esse Plano, o sistema de seguridade social deveria ser amplo e unificado, correspondente à uma contribuição que respondesse por todos os riscos sociais, independente dos níveis salariais e tipos de emprego. Além disso, sua administração deveria ser responsabilidade do Estado. (BARBOSA; MORETTO, 1998). A principal função do Estado de Bem-Estar Social seria compensar os indivíduos pela perda salarial e contra a destruição da capacidade de obter renda e cobrir despesas extras, a exemplo de nascimento, casamento ou morte. Assim, os três pilares desse Plano eram o pleno emprego, o Serviço Nacional de Saúde e o abono familiar. (FARIA, 2007). Sua ênfase recaía sobre a universalização dos benefícios que seriam condicionados pelas necessidades dos indivíduos classificados por grupos, segundo as causas da instabilidade econômica a que se sujeitavam. O Plano Beveridge foi ampliado e deu origem à Seguridade Nacional no estado inglês.

Após a IIª Guerra, a consolidação dos *welfare states* passou a depender de alianças políticas com novas classes médias e o desafio para a social democracia era sintetizar as demandas da classe trabalhadora e dos *white-collar,* sem sacrificar o compromisso de solidariedade. A consolidação do *welfare state* tem estreita relação com as tendências políticas das novas classes médias, cuja importância eleitoral foi suficiente para impor resistência a maiores extensões das atividades do *welfare state.* (ESPING-ANDERSEN, 1991).

A partir dos anos 1950, algumas políticas de emprego voltadas para o mercado de trabalho foram sobressaindo. São as políticas que envolvem o seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, formação profissional, concessão de subsídios públicos para a contratação de trabalhadores e crédito para pequenos empresários. Pois, era necessário reativar as economias, aumentar o nível de emprego, elevar os níveis de renda e melhorar as condições sociais, para que os gastos públicos possibilitassem o financiamento de gastos sociais.

Nesse contexto, os trabalhadores passaram a necessitar de recursos sociais para participar enquanto cidadãos, e a política social mostrou-se uma alternativa emancipadora e um requisito para a eficiência econômica. A estratégia era transformar a política social em mobilização de poder, pelo aumento das capacidades políticas e redução das divisões sociais, barreiras para a unidade política dos trabalhadores. (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Esse período até os anos 1970 ficou conhecido como “anos gloriosos”, em que o crescimento da renda per capita e o crescimento econômico foram puxados pelo investimento

em novas máquinas e equipamentos e houve o aumento do poder de consumo devido à elevação dos salários reais. O salário mínimo elevou-se e tornou-se referência para os outros salários e para a fixação de benefícios sociais. Nesse período houve, portanto, o aumento dos gastos sociais, o crescimento da economia e do investimento total, que incrementava o poder de consumo com elevação do emprego. Em contrapartida, o desemprego diminuiu e a arrecadação do setor público aumentou, abrindo possibilidade para definir políticas de emprego para os indivíduos em desvantagem no mercado de trabalho.

Nesse período, a principal política social implementada foi o seguro-desemprego que foi se associando, aos poucos, à intermediação de mão de obra e à formação profissional, cujo objetivo era a recolocação do trabalhador desempregado no mercado de trabalho.

Através da intermediação de mão de obra, os trabalhadores desempregados têm a oportunidade de encaixar-se em vagas disponibilizadas por empresas cadastradas no sistema e, por outro lado, as empresas podem checar nas agências públicas a existência ou não de um trabalhador com o perfil requerido. Esses serviços proliferaram na década de 1930 e amadureceram a partir da Segunda Guerra Mundial, com o cruzamento entre vagas oferecidas e trabalhadores disponíveis, contando ainda com aconselhamento vocacional e análise detalhada do perfil de trabalhadores requisitados pelas empresas. A eficácia desse serviço pode ser medida pela quantidade de trabalhadores recolocados no mercado de trabalho e seu alcance, medido pela quantidade de empregos fornecidos por essas agências em relação ao total de empregos gerados num país, durante um determinado período.

A formação profissional passou a ser um elo entre o seguro-desemprego e a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, através da intermediação da mão de obra. Sua justificativa é que, se um trabalhador consegue emprego via formação, há uma economia de recursos que seriam gastos com o seguro-desemprego. Além disso, a formação profissional requalifica trabalhadores para atender às demandas de um mercado que passa por rápidas mudanças tecnológicas, e que se tornam aptos para executar tarefas ligadas aos setores em expansão.

Entretanto, a queda nas taxas de crescimento econômico dos países desenvolvidos na década de 1970 elevou o desemprego, e os governos não podiam aumentar seus gastos públicos porque se encontravam endividados. Por esse motivo, os sistemas públicos de emprego iniciaram um movimento no sentido de aumentar a coordenação entre políticas de emprego. Foram colocadas restrições ao seguro-desemprego e ampliado o investimento em políticas ativas, principalmente de formação profissional.

De acordo com Azeredo (1997), a mudança no conteúdo das proposições nos sistemas de proteção social mudaram devido às modificações na economia mundial desde o final da década de 1970. A mudança ocorreu no conteúdo e nas proposições dos sistemas de proteção, como consequência das políticas monetárias e fiscais dos Estados Unidos, no final dessa década. A recessão a que foi arrastada a economia comprometeu a receita pública e, consequentemente, os serviços e bens ligados à política social. Houve aumento de gastos e o *welfare state* tornou-se parte dos problemas, devido à demanda crescente por bens e serviços. Diante dos problemas desse contexto, o discurso neoliberal rapidamente identificou-se com os sistemas de proteção social, com o objetivo de reduzir despesas e restabelecer o equilíbrio das contas públicas. Pois, o Estado de Bem Estar Social passou a ser visto como obstáculo à competitividade da economia.

A crise do petróleo em 1979 colocou em xeque os sistemas de seguridade social, e muitas condições que sustentam sua expansão deixaram de existir. O comprometimento da receita pública com a produção de serviços e bens ligados a política social aumentou no momento de crise, devido à demanda crescente para esses bens e serviços. Consequentemente e em decorrência dos desequilíbrios macroeconômicos, o *welfare state* passou a fazer parte do problema.

Em geral, o declínio do Estado de Bem-Estar Social é atribuído a elevação dos gastos sociais. De acordo com Esping-Andersen (1991), essa seria uma suposição de que todos os gastos contam igualmente, o que contradiz a noção sociológica de que o bem-estar é um fenômeno relacional e estrutural. Não é a destinação dos gastos a benefícios usufruídos pelos cidadãos que representa o compromisso com a solidariedade e cidadania social. Gastos baixos em alguns programas também podem representar um *welfare state* comprometido com o pleno emprego. Ao analisar esse declínio, o autor observa que os sentimentos contrários ao bem-estar social foram maiores, devido ao caráter de classes dos *welfare states*. Ou seja, devem-se considerar os princípios pelos quais as forças históricas do regime uniram-se e lutaram voluntariamente, envolvendo a formação política da classe trabalhadora e a construção de coalizões políticas durante a transição de uma economia rural para uma sociedade de classe média.

Essa crise levou à reestruturação industrial, a partir de meados dos anos 1980, quando a economia americana retomou o crescimento e ocorreu a aceleração da globalização financeira e a mudança do paradigma tecnológico.

Esses processos foram acompanhados pelo aumento da concentração de renda e da riqueza e, consequentemente, da exclusão social. Por sua vez, o problema do desemprego

passou a ocupar um lugar de preocupação dos governos. Esse parecia ser o fim do ciclo de prosperidade que teve início no final da IIª Guerra Mundial.

> Contraditoriamente, no entanto, este processo forçou os principais competidores daquele país a promover bem-sucedidos processos de reestruturação industrial, o que levou a partir de meados da década de 80, quando a economia americana retomou o crescimento, à aceleração da globalização financeira e à mudança do paradigma tecnológico. (AZEREDO, 1997, p. 47).

Para se opor ao desmonte desses sistemas, surgiram as chamadas “políticas sociais de última geração” que correspondem às diversas experiências que vêm sendo tentadas nos últimos anos. Entretanto, para vários autores, ela representa conformismo com o pensamento neoliberal e aceitação de uma irreversível submissão da vida social às leis do mercado. O que importa, nesse caso, é a redução do gasto e a focalização das leis nos grupos mais pobres e vulneráveis da sociedade. Fica abandonado, portanto, o caráter universal dos programas sociais. É o que Castel (1998) denomina como sendo a passagem das políticas de integração para as políticas de inserção. As políticas de integração são desenvolvidas a partir de diretrizes para promover o acesso de todos aos serviços públicos, enquanto as políticas de inserção discriminam positivamente sua clientela com objetivo de reequilibrar e integrá-la à estrutura social. Essa diferenciação entre as políticas sociais equivale à distinção feita por Esping-Andersen (1991) entre *welfare states* residuais e institucionais, onde o primeiro representa a responsabilidade assumida pelo Estado quando a família ou mercado são insuficientes e o segundo destina-se à toda a população. Tais políticas foram criadas para resistir ao desmonte dos sistemas de proteção social, mesmo que não correspondam a um sistema definido, pois, existem experiências em contextos diversos que acabam por não caracterizar um sistema definido.

As novas formas de políticas sociais conjugam-se com a perda da centralidade do trabalho, enquanto categoria analítica passível de explicar os processos sociais ou enquanto elemento nuclear da organização do processo produtivo ou como base da cidadania. O trabalho vem sendo substituído pela centralidade do mercado, cujas leis se impõem à toda sociedade e, concretamente, esse fenômeno se traduz pela reestruturação produtiva das empresas que passam a adotar processos de automação flexível, introduzem novos padrões de gestão e organização empresarial e buscam novas estratégias de competitividade. Os efeitos desse movimento são a substituição de empregos qualificados por empregos menos exigentes

em qualificação e pior remunerados; trabalho parcial e trabalho temporário; precarização dos empregos; subemprego e desemprego estrutural. (AZEREDO, 1997).

Se existem aspectos positivos nas novas formas de encaminhamento da questão social eles encontram-se associados às tentativas de preservar o caráter universal dos programas tradicionais, sua natureza solidária, a descentralização nos serviços prestados e a articulação entre setor público e privado.

Diferentes respostas foram dadas no âmbito da crise dos sistemas de proteção social, desde o início dos anos 1970, e as preocupações com as relações entre o capitalismo e o bem-estar social não são recentes, com várias respostas que convergem, todas para a relação entre mercado e Estado, tal como aponta Esping-Andersen (1991).

Outras políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho têm sido adotadas, como oferta de treinamento, subsídios para contratação no setor privado e auxílio para quem trabalha por conta própria (autônomo). E, nesse sentido, em alguns países se observa um deslocamento de prioridades em favor de jovens e mulheres, por exemplo, grupos marginalizados sob as condições tradicionais de pleno emprego. Trata-se de uma nova definição de política social, em que a família e o emprego apresentam novos riscos e necessidades durante a fase ativa da vida do indivíduo. É a transformação de um tema em objeto de atenção social, através do reconhecimento do assunto em questão como assunto político. Como bem observa Rodrigues (2009), um tema específico pode transformar-se em problema político de acordo com interesses por parte do poder público, para angariar apoio popular a um projeto local ou nacional. Sendo assim, nem todos os temas apresentam relevância e conseguem fazer parte da agenda governamental e tornar-se, posteriormente, foco de política pública. Essa questão será abordada no próximo tópico, quando será abordada a questão das políticas públicas no Brasil.

Os países que adotaram o neoliberalismo nos anos 1980, como estratégia de desregulamentação do mercado, como, por exemplo, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Nova Zelândia, adotaram a estratégia de flexibilizar os salários, reduzir os encargos sociais e impostos para enfrentar o baixo dinamismo da economia, particularmente o mercado de trabalho. Ainda que esses países tenham diferentes sistemas de proteção social, há um resultado comum a todos que é o aumento da desigualdade e o crescimento da pobreza. Em contrapartida a esse aumento dos níveis de pobreza, houve aumento da demanda por programas sociais de transferência de renda, o que pode gerar desestímulo ao trabalho levando à “armadilha da pobreza.” (AZEREDO, 1997).

Nesses países, a característica dos sistemas de proteção é a ênfase na previdência social, especialmente as aposentadorias com critérios atrelados ao emprego e contribuições individuais.

Dadas as transformações do mercado de trabalho e as exigências fiscais sobre o sistema de transferências, a base de arrecadação tornou-se limitada. Desse processo decorreram desequilíbrios financeiros da seguridade social e seu enfrentamento incluiu aumento das contribuições, ampliação da base contributiva e diversificação das fontes de recursos. Essa estratégia levou ao aumento do custo do trabalho e ao incentivo de instrumentos informais de contratação de mão de obra e à proliferação do trabalho autônomo. Esse processo leva ao aprofundamento da exclusão social através do alargamento da distância entre os "incluídos" no mercado de trabalho e os "excluídos", com relações precárias de emprego e dependentes das transferências do *welfare state*.

Esping-Andersen (1991) conclui em sua análise que não houve um desmonte do *welfare state*, mas, um redirecionamento dos sistemas para uma focalização maior e para a busca de políticas voltadas para o enfrentamento do problema do desemprego. Segundo ele, há um *trade-off* entre igualdade e pleno emprego, cujas raízes repousam na nova ordem mundial. Por outro lado, o mesmo autor enfatiza as classes sociais como principais agentes de mudança, onde o equilíbrio do poder determina a distribuição de renda. Ou seja, as coalizões políticas de classe podem definir a variação entre os Estados de Bem-Estar Social em cada país. Essa é a teoria de mobilização das classes sociais, em que o *welfare state* alivia os males do sistema, estabelece fontes cruciais de poder aos assalariados e fortalece o movimento dos trabalhadores. Atomizados e estratificados, os assalariados encontram-se na obrigação de competir no mercado de forma insegura e dependente de decisões e forças fora de seu controle. Desse modo, não se pode negligenciar as relações entre cidadania e classe social, uma vez que o próprio *welfare state* representa uma forma de estratificação social.

Desde a metade da década de 1970, registra-se uma diminuição dos gastos sociais, que se acelerou nos anos 80, com políticas fiscais e monetárias rígidas.

Atualmente, a questão do emprego assume centralidade na política social e as mudanças no mundo do trabalho são um componente importante da crise enfrentada pelos países. A experiência dos países desenvolvidos mostra o papel estratégico do Estado no equacionamento do problema e, mesmo com diferenças de estratégias adotadas, os gastos públicos nesses países com "políticas públicas de emprego" são significativas.

3.3 Políticas de Emprego no Contexto de Proteção e Desenvolvimento Social

O que são políticas de emprego? Essa pergunta, aparentemente fácil, revela em sua resposta alguns paradoxos que envolvem os processos, pelo qual o poder público tenta intervir no problema do emprego e desemprego. As políticas de emprego poderiam ser todas as políticas cujo objetivo fosse a geração de novos empregos. Entretanto, Ramos (2003) assevera que, a princípio, elas abarcam somente as medidas que tendem a afetar, de forma mais ou menos direta, a oferta e/ou demanda de trabalho. Por isso, as políticas macroeconômicas de tipo keynesiano, não estão incluídas no conceito de políticas de emprego. Pois, seus objetivos incluem a elevação da oferta de empregos Portanto, Políticas de Emprego é um

> ... um conjunto de medidas que atua sobre a oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando a demanda de forma direta (criaçãod e emprego público, por exemplo) ou indireta (formação profissional). (RAMOS, 2003. P.5)

As políticas de emprego são classificadas em políticas passivas e políticas ativas. As políticas passivas são aquelas cujo objetivo é reduzir a oferta de trabalho disponível através de medidas como seguro desemprego, aposentadoria antecipada e incentivo à permanência de jovens na escola. São ações que amenizam a condição de "desempregado", tornando-a mais tolerável, como por exemplo, através de transferência monetária ao trabalhador desempregado. Tais políticas consideram como dado o nível de emprego e, seu objetivo é reduzir o excesso de oferta de trabalho ou assistir financeiramente o trabalhador desempregado. Podem-se evidenciar as seguintes políticas passivas:

Seguro-Desemprego - É a Política Passiva mais importante em termos de recurso, criado num contexto histórico em que o pleno emprego era a regra na sociedade. O desemprego era consequência de problemas circunscritos como falência de empresas, por exemplo, ou circunstancial como queda no nível de atividade. Como o desempregado não está nessa condição por vontade própria, mas, porque o contexto econômico não é capaz de lhe oferecer um posto de trabalho, para atenuar sua falta de renda, a sociedade outorga-lhe um benefício monetário no período de transição entre um emprego e outro.

Extensão dos Ciclos Escolares - O objetivo dessa política é postergar o ingresso no mercado de trabalho através da permanência no sistema escolar. Quando o indivíduo fica mais tempo no sistema escolar, a pressão sobre a oferta de trabalho reduz-se e, além disso, existe a

concepção de que, quanto maior a escolaridade, maiores são as chances para encontrar emprego. Assim, induzir a população a permanecer no sistema escolar pode diminuir, direta ou indiretamente, o desemprego.

Aposentadoria Precoce - Essa política tem relação com as políticas ativas: em algumas situações, o indivíduo tem dificuldades para reinserir-se como ocupado, no mercado de trabalho, devido sua idade e formação. Nessas situações, "... adiantar a aposentadoria seria menos oneroso que pagar o seguro desemprego por longos períodos, especialmente quando este benefício está articulado com formação ou reciclagem." (RAMOS, 2003. p. 17).

Expulsão dos Imigrantes - É a alteração direta ou indireta da oferta de trabalho através da redução de imigrantes ou, da elevação das exigências para ingresso de trabalhadores estrangeiros. Seria reduzir a oferta para reduzir a taxa de desemprego.

Diante da exemplificação acima, pode-se concluir que as políticas passivas são mecanismos compensatórios e os instrumentos voltados para a redução da oferta de trabalho.

As políticas ativas, por sua vez, atuam na alteração do perfil da oferta de trabalho, como por exemplo, através da formação profissional, intermediação da mão de obra que, paralelo à oferta de trabalho, aperfeiçoam a qualificação da mão de obra e ampliam as possibilidades de encontrar e manter um posto de trabalho. Essas políticas englobam ações para elevar o nível de emprego e atuam sobre o contingente de trabalhadores. São exemplos de políticas de emprego ativas:

Formação Profissional - Parte da suposição de que a elevação da qualificação ou formação do indivíduo aumenta suas chances de conseguir emprego ou não perder seu posto de trabalho atual.

Intermediação - Engloba atividades cujo objetivo é um ajuste entre a oferta e demanda de trabalho. Parte do gerenciamento de banco de dados com vagas oferecidas e características dos indivíduos que procuram emprego.

Apoio aos Micro e Pequenos Empreendimentos - Abrange ações desde crédito dirigido até ao apoio para o desenvolvimento tecnológico, design, identificação de novos canais de comercialização, etc.

Subsídios à Contratação de uma Determinada População-Alvo - Trata-se de subsidiar a contratação de um grupo da população que se encontra em situações particulares de desemprego, como por exemplo, jovens sem experiência ou qualificação que têm sérias dificuldades de encontrar emprego. Nesse caso, o governo incentiva as empresas a contratarem jovens sem experiência e com pouca escolaridade, através de incentivos fiscais como redução de encargos sociais.

Os sistemas públicos de emprego, que emergiram a partir da crise dos anos 70, combinaram medidas passivas com instrumentos ativos. Entretanto, outra questão se coloca de forma contundente: qual é o impacto dessas políticas na sociedade em termos de redução do desemprego?

Barbosa e Moretto (1998) pontuam que para analisar o impacto às políticas passivas e ativas, devem-se considerar fatores como: políticas macroeconômicas, políticas estruturais e políticas de proteção social. As políticas macroeconômicas são relacionadas à taxa de juros, câmbio, nível de gasto público, dentre outros níveis de investimento e crescimento da economia, que afetam a quantidade e qualidade de postos de trabalho gerados. As políticas estruturais estão relacionadas à distribuição da carga tributária, à distribuição de renda e relações entre capital e trabalho. As políticas de proteção social permitem assegurar a renda do trabalhador em condições específicas, por exemplo, em caso de acidente de trabalho.

As políticas de emprego têm sua fundamentação e supõem que os problemas do desemprego são gerados pelo mercado de trabalho, ou seja, que existem vagas de emprego e que estas não são ou demoram a ser preenchidas, o que gera o desemprego. Assim, a principal fonte de desemprego seria a baixa empregabilidade o que implicaria numa taxa de crescimento suficiente que não se eleva porque não há mão de obra para acelerar o desenvolvimento. (RAMOS, 2003).

Para Pochmann (1998), os níveis microeconômico e macroeconômico condicionam a análise das políticas de emprego.

A perspectiva microeconômica, também denominada visão ortodoxa, propõe políticas do trabalho que se concentram no funcionamento do mercado de trabalho. Pois, segundo esta perspectiva o emprego é correspondente à produtividade e ao custo do trabalho. Nessa visão existem três dimensões de determinação do emprego: escassez de emprego por causa do desajuste entre o custo do trabalho e produtividade da mão de obra; desequilíbrio do mercado de trabalho pela rigidez no salário ou nos contratos de trabalho e inadequação entre demanda da mão de obra e qualidade da força de trabalho.

> A empresa tende a identificar uma desvantagem em contratar o jovem sempre que o custo do seu trabalho for equivalente ao do trabalhador adulto, já que predomina a suposição de que a produtividade do jovem é mais baixa e seu nível de qualificação é inferior ao do adulto. Essa hipótese pressupõe salários homogêneos aos trabalhadores adultos e plena substituição do trabalhador jovem pelo adulto. (POCHMANN, 1998, p. 78-79).

O plano de análise macroeconômica subordina o nível de emprego à demanda agregada. Ou seja, de acordo com o desempenho geral da economia, ocorre a oscilação do volume do emprego com maior ou menor abertura de postos de trabalho. Quando ocorre queda na demanda agregada, o nível de ocupação diminui, especialmente para os jovens. Quando há expansão da economia, o nível de emprego eleva-se, sendo mais favorável à contratação de adultos do que de jovens. Nesse contexto analítico, as políticas de trabalho envolvem a perspectiva de atuação combinada com políticas macroeconômicas tradicionais e sociais. É uma tentativa de tornar a geração do emprego mais eficaz e mais adequado o tratamento social do desempregado.

3.4 Políticas Públicas de Emprego no Contexto Brasileiro

Segundo Cohn (2004), os países pautados na sociedade do trabalho e do pleno emprego, que experimentaram o Estado de Bem-Estar Social, preconizam que, independente da posição ocupada pelo indivíduo no mercado, os direitos são universais. Nesse sentido, todos aqueles que não se encontram sob a responsabilidade da família estão vinculados ao Estado, como é o caso de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. Entretanto, esse processo não é linear e, no caso do Brasil, cujo modelo de proteção social difere do modelo de países europeus, as políticas públicas direcionam-se a dois públicos: os pagantes e não pagantes. O modelo de proteção social brasileiro está fundamentado no vínculo dos indivíduos com o trabalho, articulada com a reprodução social conseqüente da sociedade salarial.

As primeiras instituições de previdência social datam da década de 1920, mas, foi a partir de 1930 que o país estruturou um sistema previdenciário para os trabalhadores das áreas urbanas, baseado no seguimento social de caráter contributivo. Os diereitos sociais vinculam-se, portanto, à condição de trabalhador no mercado formal e não são universais, são de caráter contributivo e compulsório.

Nas primeiras décadas do século XX, a indústria ainda não era um setor dinâmico da economia no Brasil, embora o processo de industrialização tenha começado no final do século XIX. A agricultura ainda dinamizava a economia do país e era dirigida para a exportação com o café sendo o principal produto. A nascente do histórico de proteção social no Brasil é a década de 1930, após a Segunda Guerra, na chamada “Era Vargas”, baseada no tripé

legislação previdenciária, trabalhista e sindical regulador da relação capital/trabalho e cujo pano de fundo foi a industrialização em curso naquele momento.

Até esse momento, a relação entre trabalhadores e empregadores era regulada pela Constituição de 1891, que dava liberdade total de contratação e demissão de funcionários, o que não impedia a dispensa de trabalhadores sem indenização pelo tempo de serviço prestado, nem em caso de acidentes de trabalho.

No Brasil, as medidas de proteção social ao trabalhador surgiram trinta anos após sua implantação nos países desenvolvidos. Esse atraso ocorreu porque a industrialização demorou a se difundir no país e o trabalho assalariado era a exceção e não a regra. Além disso, os sindicatos não tinham grande poder de pressão sobre os empresários e era restrito à algumas atividades e, por fim, a estrutura política no Brasil se assentava em oligarquias.

A origem do sistema de proteção social brasileiro articula-se com o processo de acumulação e desenvolvimento do país em que a questão social da pobreza e da desigualdade era responsabilidade do Estado ou do setor filantrópico.

No caso do Estado, ele responsabilizava-se pelos segmentos importantes para os projetos econômicos vigentes. Assim, sua função era cuidar dos interesses econômicos em detrimento das questões sociais. O padrão de intervenção pública, portanto, entendia os investimentos na área social como gastos residuais quando eram investimentos na saúde e educação e, sobretudo, quando voltados para segmentos não inseridos no mercado de trabalho.

> Com isso não só as fronteiras entre direitos universais e direitos contributivos ficam borradas, refletindo-se no esmaecimento da constituição de uma esfera pública em nossa realidade, como aqueles segmentos que estão fora do mercado de trabalho – incluindo aí a juventude – passam a ser objeto de políticas (quando existem) pontuais, segmentadas e não regidas pelo paradigma dos direitos sociais. (COHN, 2004, p. 164).

A Revolução de 1930 alterou os rumos políticos, econômicos e sociais do país e teve início, então, um processo de nacionalização do mercado de trabalho. O Estado passou a ser mais centralizado e autônomo e iniciou algumas mudanças no contexto: promoção e reforço do processo de industrialização e proteção aos trabalhadores urbanos do país.

Nesse período, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e uma de suas primeiras medidas foi decretar a Lei dos Dois Terços, que estabelecia que pelo menos

dois terços do total de empregados das empresas teriam que ser brasileiros natos. Através dessa Lei o governo pretendia abrir espaço para um mercado de trabalho nacional.

Em 1931, a Lei de Sindicalização proibia atividades ideológicas e obrigava a aprovação dos estatutos pelo Ministério do Trabalho. Nesse mesmo ano, houve a regulamentação do trabalho da mulher com a proibição da discriminação salarial entre trabalhadores de sexos diferentes desempenhando a mesma função/tarefa, vedava a demissão de gestantes e num período determinado após o parto. Ainda em 1931, a Lei do Trabalho do Menor proibia o trabalho industrial para menores de 14 anos, e jovens com idade entre 14 e 18 anos só poderiam trabalhar se possuíssem documentos e em determinados tipos de ocupações.

A carteira profissional foi instituída em 1932, mesmo ano em que a Lei de Convenções Coletivas foi aprovada. Essa Lei tem dispositivos relacionados à forma de negociação entre trabalhadores e empresas acerca das condições de trabalho, podendo ser feita diretamente ou pela intermediação de sindicatos.

Na década de 1930 também foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que ampliaram a cobertura da previdência social. Eram autarquias articuladas ao sindicato de cada categoria e contava também com a participação do governo federal em sua gestão.

> É preciso esclarecer que duas são as formas de financiamento da previdência: capitalização e repartição simples. No primeiro modelo realiza-se uma espécie de poupança que será recebida pelo contribuinte beneficiário no momento da sua aposentadoria. No segundo, os contribuintes de hoje pagam pelos atuais aposentados, ou seja, aqueles que no passado foram contribuintes, não havendo uma relação direta entre o montante da contribuição e a aposentadoria efetiva de cada trabalhador. (BARBOSA; MORETTO, 1998. p. 67)

O salário mínimo foi introduzido pela Constituição de 1934 e passou a garantir a renda principalmente de trabalhadores não qualificados em ocupação de baixa produtividade. Em 1940 o salário mínimo foi instituído e estabeleceu catorze diferentes valores, variando de um Estado para outro.

As leis trabalhistas foram consolidadas em 1943, através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que reuniu todas as normas que organizavam o trabalho, sindicatos, Justiça do Trabalho e sistema previdenciário.

Nos anos 40 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), refletindo a estratégia de

formação de mão de obra para atender principalmente à indústria. Era o chamado “sistema s”, um dos principais mecanismos de formação profissional, concentrado nos operários especializados, o “chão de fábrica”.

Nesse período, a relação entre empregadores e trabalhadores dava-se através da regulação do Estado, evidenciada pela fixação do salário mínimo e pelo controle do Estado sobre os Sindicatos.

O controle sobre os sindicatos foi reforçado pelo regime militar em 1964 e o Estado passou a cercear manifestações e reivindicações dos trabalhadores.

Com o crescimento da economia, durante os anos 70, à uma média de quase 10% ao ano, o nível de emprego aumentou mais rapidamente que o incremento da PEA, o que levou à redução do índice de desemprego e da pobreza. Por outro lado, a distribuição de renda piorou em função do arrocho do salário mínimo e da proibição das negociações coletivas. (BARBOSA; MORETTO, 1998).

A perda do poder aquisitivo do salário mínimo frustrou os objetivos para os quais ele foi criado: de ter como referência o custo de sobrevivência do trabalhador. E, no período posterior a 1964, ele tornou-se sinônimo de menores remunerações pagas aos trabalhadores em empresas de baixa produtividade.

Nesse período, a previdência social se expandiu com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, que reuniu todos os institutos até então existentes. Além disso, o antigo sistema de capitalização foi substituído pelo sistema de repartição simples. Em 1970, com sua expansão, o sistema passou a cobrir categorias do setor urbano que não eram atendidas, e avançou para o trabalhador rural.

No âmbito da formação profissional, também ocorreram diversas mudanças. Em 1963, foi instituído o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (Pipmo) para atender à demanda do parque industrial de mão de obra especializada. O MEC ampliou a atuação desse Programa para os demais setores da economia a partir de 1971. Outras medidas de proteção ao trabalhador também foram criadas e em 1966, instituiu-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com o objetivo de flexibilizar o processo de demissão de trabalhadores.

O FGTS representou estímulo à rotatividade porque os empregadores não precisavam pagar grandes indenizações ao demitir seus funcionários. Ists acarretou um aumento na rotatividade do trabalhador e instabilidade na renda e no emprego. Pois, a mão de obra tornou-se sinônimo de custo no processo produtivo e o FGTS deixou representar proteção efetiva ao trabalhador desempregado.

Em 1975, foi criado o Sistema Nacional de Emprego – SINE, para fornecer mão de obra às novas empresas e disponibilizar ao trabalhador desempregado informações sobre empregos existentes.

No período do regime militar, as políticas de emprego e proteção social não foram aprofundadas, orientaram-se no sentido de indenizar o trabalhador demitido ao invés de fornecer alguma proteção efetiva ao trabalhador desempregado. No caso da formação profissional, limitou-se a algumas categorias de trabalhadores especializados em setores industriais em expansão. O Sistema Público de Emprego não se articulava com outras políticas de emprego e se restringiu à intermediação da mão de obra.

Entre os anos 1945 e 1980, o desemprego não era visto como um fenômeno relevante diante das taxas de crescimento econômico. Somente a partir da recessão de 1981 a 1983 é que o desemprego se mostrou problemático com a população de trabalhadores sem acesso às políticas de emprego e proteção social, que haviam sido consolidadas no pós Segunda Guerra nos países desenvolvidos.

Desde a crise dos anos 80 o país viveu sob um período de estagnação ou desaceleração econômica e, em consequência, o desemprego adquiriu contornos marcantes, despontando nos momentos de crise, como entre 1981-83 e 1990-92 e 1996-98.

A redemocratização da sociedade e a nova Constituição aumentaram a participação de trabalhadores no plano sociopolítico através de partidos e/ou sindicatos e movimentos sociais. A nova Constituição aprimorou a legislação referente aos direitos sociais e estabeleceu a jornada de trabalho em 44 horas semanais, remuneração das horas extras em 50%superior ao salário base, bônus de 1/3 do salário nas férias, ampliou a licença-maternidade para 120 dias, licença paternidade em 5 dias, proteção do emprego face à automação e seguro desemprego em caso de desemprego involuntário.

Nas relações de trabalho, a nova Constituição proibiu a interferência do governo nos sindicatos e tornou constitucional o direito de greve, permitiu a formação de centrais sindicais e comissões nas empresas com mais de 200 empregados.

Em 1986 foi criado o Seguro-Desemprego com o principal objetivo de fornecer assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, que tenha sido demitido sem justa causa. Além disso, a legislação prevê auxílio a todos os trabalhadores na busca por um novo emprego, através de programas integrados de orientação, recolocação e qualificação profissional. Os critérios de pagamento e acesso a esse benefício foram bem restritivos, pois, ao trabalhador cabia a comprovação de sua condição de assalariado no mercado formal nos últimos seis meses e contribuição de pelo menos 36 meses nos últimos quatro anos. O

benefício teria a duração de até quatro meses, com carência de 18 meses para receber novo seguro.

Nos primeiros anos da implantação do programa a cobertura foi baixa porque “os trabalhadores menos qualificados sofrem de maior instabilidade no mercado de trabalho por não satisfazerem as regras para obtenção do benefício.” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p.402).

A crise do modelo desenvolvimentista, na década de 1980, supera o padrão de intervenção na área social que vê os investimentos como gastos residuais. Mas, mesmo assim, prevalece ainda hoje a concepção de que gastos na área social não são compatíveis com o projeto vigente.

Em 1990, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que possibilitou o aumento da abrangência do Seguro Desemprego. O FAT proveu o programa de recursos necessários para sua sustentação e desvinculação do orçamento da União. Seus recursos originam-se da arrecadação do PIS/PASEP, das remunerações dos recursos depositados nas instituições financeiras federais, das multas, juros e correções das contribuições em atraso. Sua gestão é realizada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Os novos critérios do Seguro-Desemprego tornaram-se um eixo organizador de um conjunto de benefícios e serviços nas políticas de emprego. A Lei 8.352/91 alterou a elegibilidade do programa de Seguro Desemprego que passou a dispensar a comprovação de trabalho com carteira durante 15 meses nos últimos dois anos. “Para receber o benefício, bastava comprovar carteira assinada nos últimos seis meses.” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p.403).

O FAT permitiu a ampliação do alvo das políticas de emprego para que elas fossem mais do que a concessão do Seguro-Desemprego indo até à intermediação e aperfeiçoamento da mão de obra e formação profissional.

A intermediação da mão de obra é realizada pelo Sine, que prioriza o setor formal da economia através da disponibilização de vagas das empresas cadastradas no sistema para os trabalhadores desempregados e para os indivíduos que procuram o primeiro emprego.

Entre os anos 40 e os anos 80, a formação profissional foi realizada por intermédio de instituições federais, do Sistema “S” ou dos programas de incentivo ao treinamento dentro das empresas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c), a maioria das Políticas de Emprego passou a focar jovens de comunidades mais pobres e, especialmente, os Programas da década de 1990 foram influenciados pelo diagnóstico de que o desemprego poderia ser enfrentado pela oferta de qualificação massiva e o trabalho não estaria

futuramente vinculado ao trabalho assalariado. Foi o momento das Políticas de Emprego centradas na qualificação profissional por meio de cursos financiados pelo FAT.

A partir de 1990, a Secretaria de Formação Profissional (SEFOR) também passou a oferecer cursos. Essa oferta de cursos foi ampliada em 1995 através do Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) direcionado a todos os indivíduos em busca de uma ocupação, prioritariamente a parcela da população em desvantagem social. Esse Plano estabelecia parcerias mediante convênios, termos de cooperação técnica e protocolos de intenção entre o MTE e a rede de educação profissional do país (sistemas de ensino federal, estadual e municipal; universidades públicas e privadas; Sistema S; sindicatos; escolas e fundações de empresas; organizações não governamentais.

Entretanto, o Programa não tinha controle na distribuição de recursos e, em termos de recolocação no mercado de trabalho, sua eficácia era pequena. Isso se devia ao fato de que os cursos eram de curta duração e não havia articulação com o serviço de intermediação de mão de obra que, somando-se às condições restritivas do mercado de trabalho na época, levaram à novas diretrizes a partir do ano de 2003.

> ... mais uma vez, a coordenação com outras políticas de emprego mostrou-se frágil e os segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho não contaram com uma elevada participação nos cursos fornecidos. Neste sentido, os cursos tendem a priorizar aqueles que possuem maiores vantagens em termos de inserção no mercado de trabalho, ou seja, aqueles com maior empregabilidade. Deve-se ressaltar, também, que o Planfor funciona de forma isolada em relação às escolas técnicas e ao sistema “S”, sendo parcas as iniciativas de integração entre o sistema de formação profissional do Ministério do Trabalho e o arcabouço institucional constituído desde a década de 40. (BARBOSA; MORETTO, 1998, p.91).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2006), em 2003 o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), devido às fraudes que ocorreram no Distrito Federal em 1999. Com o PNQ, houve um aumento do monitoramento e controle de suas ações, estabelecimento de uma carga horária mínima e conteúdos pedagógicos específicos para os diversos cursos de qualificação. Nesse contexto também existiram os Planos Estaduais de Qualificação – PEQ’s, voltados para a qualificação e requalificação profissional. Seu público-alvo inclui os beneficiários do seguro desemprego e do programa de geração de emprego e renda, trabalhadores em risco de perder o emprego, desempregados e trabalhadores autônomos.

Para incrementar a utilização dos recursos do FAT, foi promulgada a Lei 8.352/91, que possibilitou a aplicação de disponibilidades financeiras do FAT em depósitos especiais

remunerados em favor de instituições financeiras oficiais federais. Com isso, a implementação de novas políticas para a geração de emprego e renda tornou-se mais ampla.

A partir desses depósitos especiais, foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) do governo federal, para enfrentar o desemprego, com o objetivo de dar crédito aos segmentos com poucos recursos ou sem acesso ao setor financeiro tradicional. São linhas de crédito voltadas ao financiamento do investimento em capital fixo e capital de giro em micro e pequenas empresas. Também procura atender pessoas no setor informal da economia para que as mesmas integrem o mercado formal. Além do financiamento, existem programas de capacitação técnica e de gestão oferecidas aos tomadores de crédito por meio de várias entidades.

Em 1996 foram criados outros dois programas que se juntaram ao Proger: Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida (Proemprego) e o Programa de Crédito Produtivo Popular, inspirado na experiência do Grameen Bank de Bangladesh. Esse Programa era direcionado ao segmento da população de baixa renda com difícil acesso ao mercado de crédito. O Proemprego direciona recursos para áreas como transporte coletivo de massa, saneamento ambiental, infraestrutura turística.

O SINE tornou-se vital na consolidação de um sistema público de emprego a partir da criação e posterior ampliação do seguro desemprego. Foi responsável pela articulação, num único local, de várias políticas voltadas para o trabalhador, o que se reforçou com a criação das comissões de emprego (estaduais e municipais). Essas comissões constituem importante instrumento de participação da sociedade organizada na definição das áreas e segmentos para direcionamento dos recursos do FAT.

Dois segmentos insuficientemente cobertos foram contemplados no ano de 2003 com dois novos programas: um voltado para inserir jovens de baixa renda com idade entre 16 e 24 anos no mercado de trabalho, em que a prioridade é para os jovens afrodescendentes, portadores de necessidades especiais e jovens em conflito com a lei. E o outro programa foi criado para buscar o fortalecimento da Economia Solidária, “segmento constituído por empreendimentos administrados pelos próprios trabalhadores.” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006. p.409).

É possível afirmar que na área de geração de emprego e renda, vários programas tomaram forma desde 1995. Porém, a capacidade desses Programas em atingir um universo significativo de empreendimentos é questionável e conduz à outra questão: a baixa cobertura que demonstram para contrabalançar os efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego.

Como bem observa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2006), o sistema de emprego brasileiro apresenta uma política de diretrizes centralizadas no Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Entretanto, a implementação dos programas foi feita de forma descentralizada a partir das unidades estaduais do SINE e seus escritórios locais.

> As atividades clássicas de intermediação de mão de obra são de responsabilidade pública, enquanto as de formação profissional são compartilhadas entre os setores público e privado, onde o conhecido Sistema S desempenha papel de relevo. Ambas as atividades dependem basicamente de recursos do FAT, que desde a Constituição de 1988 reúne os fundos do sistema PIS/PASEP. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p.410).

Outra ocorrência de relevância no final da década de 1990, foi a desvinculação da base contributiva da inserção no mercado de trabalho, passando o critério para aposentadoria a ser o tempo de contribuição. Isso significa que o importante é quanto tempo o trabalhador contribui, mesmo que esteja fora do mercado formal de trabalho. Além disso, a extensão dos direitos sociais contributivos e não contributivos a diferentes segmentos de trabalhadores que ocorreu a partir da década de 1970 passou, nesse mesmo período, a incluir empregadas domésticas, trabalhadores autônomos e rurais. Mais recentemente, essa ampliação incluiu idosos e portadores de deficiência física, mas manteve, à margem, os jovens. (COHN, 2004). Como os jovens não se encaixam nas categorias protegidas pelo Estado na ausência da responsabilidade familiar e possuem potencialidade para o trabalho na idade adulta, ocupam uma categoria transitória, da infância para a maturidade e acabam por ficar de fora do público atingido pelas políticas públicas. A juventude brasileira não tem lugar nas políticas sociais, exceto em programas pontuais dissociados de uma concepção ampla de seguridade social.

De acordo com Barbosa e Moretto (1998), a partir de meados dos anos 70 houve uma ruptura com a tendência ao pleno emprego que se iniciou no pós Segunda Guerra. O desemprego voltou a crescer em 1974 e ficou mais marcante na década de 1980. Entre 1983 e 1989, o desemprego voltou a se reduzir, mas, em 1995, novamente aumentou. O que se percebe nessas oscilações é que o desemprego se tornou um problema para todas as economias desenvolvidas e, no período atual, o problema continua e agrava-se com a perda gradual da importância do contrato de trabalho por prazo indeterminado, que possibilitava ao trabalhador a participação em benefícios e direitos de legislação trabalhista. Essa modalidade de contrato passou a ser substituída por formas particulares de emprego, tais como contratos por tempo parcial ou específicos para jovens e/ou trabalhadores com baixa qualificação.

Além disso, ocorreram mudanças ocupacionais em função da redução do nível de emprego na indústria na maioria dos países desenvolvidos e pela concentração de novos postos de trabalho no setor de serviços. Cria-se, portanto, várias categorias de trabalhadores com níveis distintos de acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Essas ocorrências levam à maior instabilidade na renda e no emprego além de suscitar propostas de novas soluções em termos de políticas públicas, classificadas por Barbosa e Moretto (1998) como liberal ou estruturalista, o que reflete em diferentes concepções acerca do que são políticas de emprego.

As políticas públicas de cunho liberal consideram a elevação do desemprego em função do excesso de benefícios e direitos trabalhistas e à falta de qualificação dos trabalhadores. As novas tecnologias provocam uma concentração do desemprego nos trabalhadores de menor nível de instrução e naqueles que estão ingressando no mercado. Nesse sentido, três propostas de medidas de combate ao desemprego são apregoadas: redução dos custos trabalhistas; realização de negociações salariais no âmbito da empresa e a remodelagem dos sistemas públicos de emprego, estimulando a adoção de políticas ativas, principalmente de formação liberal. Essa visão liberal “defende a crescente flexibilização do mercado de trabalho”.

A visão estruturalista não vê a rigidez do mercado de trabalho como fator responsável pela elevação do desemprego, mas, como consequência da queda das taxas de investimento. Pois, de acordo com essa vertente, a introdução de novas tecnologias dificulta a geração de empregos num contexto de estagnação da capacidade produtiva e, com a elevação dos juros em alguns países, fruto da globalização financeira, ocorre o enfraquecimento dos níveis de investimento. O desemprego é, portanto, consequência das limitações do crescimento das economias dos países desenvolvidos, fruto da má condução das políticas macroeconômicas. Seria necessária uma redução da jornada de trabalho com redução proporcional dos salários e dos encargos sociais para possibilitar o aumento do emprego. O funcionamento adequado dos sistemas públicos de emprego depende, por sua vez, de uma demanda crescente de emprego para tornarem-se consolidados. Essa demanda somente poderia se elevar se ocorressem mudanças nas políticas macroeconômicas e nas negociações salariais com maior poder para os sindicatos. Isso significa que a formação profissional é importante, mas só é válida se novos empregos forem oferecidos. Caso contrário, têm-se desempregados qualificados disputando empregos com outros desempregados com menor qualificação.

A visão liberal defende a flexibilização do mercado de trabalho através, por exemplo, da flexibilização da legislação trabalhista para ajustar o país às necessidades da revolução

tecnológica, da globalização da economia e das mudanças organizacionais no âmbito das empresas.

Para a visão estruturalista, o problema estaria na incapacidade de elevar os níveis de investimento num contexto de juros altos e abertura econômica.

As duas visões possuem um consenso de que as políticas de emprego são importantes e que se deve trabalhar para consolidar um sistema público de emprego responsável pela articulação do seguro-desemprego, formação profissional, intermediação da mão de obra e programas de geração de emprego e renda (Proger e Banco do Povo).

Como bem observa Ramos (2003), uma Política Pública efetiva deve ser baseada num diagnóstico, ou seja, deve ser o desenho de uma política como forma de responder a um problema. No caso das Políticas de Emprego, podemos ter identificada uma questão de empregabilidade em que os desocupados não encontram emprego porque não atendem aos requisitos das vagas em termos de educação ou qualificação. Nesse caso, existem as vagas e os desocupados não as podem ocupar, em função de seu perfil não atender aos requisitos.

Entretanto, o problema pode ser também de crescimento, uma vez que não faria sentido educar e capacitar os indivíduos tecnicamente e as vagas continuarem sem ser preenchidas, em paralelo com o aumento da fila de desempregados. Especialmente no contexto brasileiro, seria possível afirmar que se trata de um problema de crescimento, pois, a maior taxa de desemprego brasileiro está situada nos níveis de escolaridade médios (a curva de desemprego por nível de escolaridade é um U invertido.

> Nessa direção, quando se instrumentaliza uma política de formação profissional e se supõe que ele é um componente com certa relevância na redução do desemprego, é de imaginar que exista um estudo prévio no qual foi identificado que há desempregados e que, simultaneamente, existem vagas para as quais é, o mínimo, muito oneroso encontrar candidatos que preencham os requisitos necessários para ocupá-las. (RAMOS, 2003, p. 22).

Em relação ao caráter nacional de funcionamento do mercado de trabalho, ainda que haja a internacionalização de bens e serviços, a regulação dos mercados de trabalho continua operando-se no âmbito de cada Estado-Nação. Ou seja, cada país possui características próprias de regulação do mercado de trabalho e o ponto central aqui é que existem instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho. E, nesse sentido, os problemas e o funcionamento do mercado de trabalho têm tempo e espaço e as Políticas de Emprego não podem ser aplicadas de forma universal, pois os problemas são diferentes.

> Não podemos fazer paralelos entre o mercado de trabalho na Suécia e o mercado de trabalho no Brasil. Inclusive, temos que ser muito cuidadosos quando compramos um mercado de trabalho de um mesmo país em dois momentos do tempo. Vamos dar um exemplo. Um dos maiores problemas do mercado de trabalho Italiano é o desemprego dos jovens, inclusive dos jovens com formação universitária, para os quais a taxa de desocupação chegou a situar-se em patamares próximos de 40%. Com o tempo, esses jovens (com formação superior completa) logravam uma satisfatória inserção no mercado de trabalho, reduzindo-se significativamente sua desocupação e elevando-se os rendimentos. Ou seja, a Itália enfrenta um problema de transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho. a Alemanha não enfrenta esse problema , devido à peculiar característica de seu sistema de ensino, que mistura a formação escolar com a formação no próprio "chão de fábrica", uma tradição com raízes medievais. Nesse contexto, a transição entre o sistema escolar e o mercado de trabalho é muito menos onerosa em termos de desemprego juvenil. A conclusão óbvia é: não podemos aplicar a mesma política de emprego na Alemanha e na Itália. Os problemas são diferentes. (RAMOS, 2003, p. 23).

Porém, essa argumentação que parece lógica e intuitiva não é tão óbvia quanto parece, pois, no Brasil várias políticas públicas foram aplicadas e continuam sendo geradas fora de contexto. A formação profissional, por exemplo, tem seu diagnóstico e ponto de referência nos países da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - OCDE e requer um exame cuidadoso ao transpô-la a outro contexto. Ramos (2003) afirma que no Brasil existe a afirmação de que o problema é a que existem vagas que não podem ser preenchidas porque não há indivíduos com perfil educacional e técnico adequado. Mas, onde se encontra esse diagnóstico? O autor assevera-nos que as políticas de emprego vêm sendo implementadas no Brasil numa atitude de mimetismo, sem diagnóstico, simplesmente porque se tornaram populares em países desenvolvidos.

Além disso, a "importação" de estratégias foi parcial, pois, os diagnósticos e políticas foram importados, mas, as avaliações não foram consideradas. Na maioria dos países da OCDE, as políticas de formação profissional tiveram efeitos duvidosos e mostraram pouca efetividade e, "não obstante esses resultados, a mesma (a política de formação profissional) constituiu a principal política ativa no Brasil no transcurso dos anos 90." (RAMOS, 2003, p.24).

Outro fator importante nessa análise é a heterogeneidade do Brasil que permeia aspectos econômicos, sociais, ecológicos, culturais, dentre outros e que são fundamentais para entender o mercado de trabalho. No Brasil, existem "mercados de trabalho" o que reforça mais ainda a necessidade de existirem diagnósticos locais e de políticas balizadas nesses diagnósticos de caráter local. Aqui, o argumento prevalecente é de que o Brasil adotou certas singularidades das modernas políticas sociais como descentralização, parceria com a sociedade civil, avaliação sem aprofundar na questão. Por exemplo, Os Planos Estaduais de

Qualificação que foram formulados, executados e avaliados de forma descentralizada sem, contudo, descentralizar a política de emprego. (RAMOS, 2003). A descentralização deveria ser na essência em que cada região teria seu diagnóstico sobre o mercado de trabalho e desenharia sua estratégia de intervenção pública. Nesse sentido, as práticas internacionais seriam experiências a serem utilizadas como referência e não como políticas a serem copiadas.

E os programas e projetos governamentais voltados para a juventude? Onde se inserem na agenda governamental? Estas são questões importantes a serem debatidas no contexto desta tese e serão refletidas na seção seguinte.

3. 5 Políticas Públicas e Inserção Ocupacional dos Jovens

A inserção de um tema na pauta política/agenda governamental ocorre a partir do momento em que a dinâmica social e política demonstram o reconhecimento do assunto como um assunto público. Nesse sentido, não são os fatores inerentes ao problema verificado que o tornam um assunto público. Além disso, um tema específico se transforma em assunto político de acordo com os interesses estratégicos para angariar o apoio da população aos projetos governamentais. Nessa perspectiva, os jovens que morrem em decorrência do tráfico de drogas, por exemplo, estariam na lista de assuntos públicos sob responsabilidade do governo. Por outro lado, problemas de envolvimento de jovens com cigarro ou bebidas, percebidos como escolha individual, tendem a ser vistos como assuntos privados, responsabilidade da família. Mas, se passarem a ser vistos como relacionados a gastos públicos com saúde, tornam-se problemas políticos.

Evidentemente, para adquirir o caráter de assunto público e inserir-se na pauta governamental devem existir ações reivindicatórias de grupos relacionados aos temas. Essas ações podem transformar um assunto num problema social e “empurrá-lo” para a agenda política de um governo. Uma questão é efetivamente inserida na agenda governamental quando desperta a atenção das autoridades.

Por muito tempo, a juventude não encontrou espaço na agenda governamental. Até os anos 1990, os problemas relacionados à juventude chamavam a atenção do poder público, mas, não entravam na agenda. A visibilidade do público jovem como alvo da ação pública é recente e é resultado do desenvolvimento dos cenários político/econômico e sociocultural,

além do registro de acontecimentos violentos envolvendo diferentes grupos de jovens. (ABRAMO, 2008; SPOSITO, 2008).

O Banco Mundial (BIRD), em seu 29º Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007, demonstrou através de dados que a época atual é propícia ao investimento nos jovens. Pois, o atual quadro social registra o maior coorte de jovens da história: 1,3 bilhões de pessoas na faixa etária entre 12 e 24 anos[25]. O Relatório chama a atenção para ao fato de que essa população é mais saudável e detém melhores níveis de educação. Na visão do Banco Mundial, esse perfil contribui para a formação de uma base sólida num mercado que não se contenta mais com qualificações básicas. Além disso, o relatório ressalta que, em função da queda na fertilidade, terão menor número de dependentes o que propicia o crescimento a partir do aumento da população ativa e da melhoria da economia familiar. Para aproveitar essa oportunidade de crescimento e aumento da produtividade, há a preocupação em estabelecer eixos específicos de ação governamental para os países em desenvolvimento, que traduza a ampliação de oportunidades, de programas de segunda oportunidade e aumento de capacidades. Trata-se de incentivar os governos a investir em políticas voltadas para os segmentos jovens, considerados geradores de desenvolvimento efetivo das nações.

O jovem é percebido no Brasil como protagonista e "futuro da nação" e foi, por esse motivo, inserido na agenda governamental.

Os eixos fundantes das políticas de trabalho para jovens encontram-se na primeira metade dos anos 70. São as políticas do trabalho implementadas para atacar o problema geral da crise de emprego que levariam em consideração a globalização financeira, a desregulação da concorrência comercial e a inovação tecnológica. O aprofundamento da crise do emprego limitou as Políticas de Trabalho para os jovens, que passaram a se identificar como problema de gestão do período de transição profissional. Outras políticas concentraram-se sobre o mercado de trabalho e voltaram para outros dois eixos: *a formação e qualificação profissional* para possibilitar melhor capacitação e, medidas de redução de custos do trabalho e flexibilização dos contratos de trabalho.

As políticas voltadas para a juventude no Brasil surgem na segunda metade dos anos 1990. Antes, porém, entre os anos de 1980 e 1991, o grupo etário entre 15 e 19 anos salta de 0,5% para 2,1% entre 1991 e 1996 e os efeitos das desigualdades sociais crescem. Nesse período, cresce no imaginário social, a imagem do jovem como problema, relacionado a violência, gravidez na adolescência, drogas e desemprego. Nesse contexto emergem os

[25] Relatório publicado no ano de 2007.

primeiros programas e projetos destinados aos jovens, ainda que fragmentados. As ações deixam de limitar-se à proteção, garantida atualmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Emerge uma nova concepção de juventude descolada da adolescência, em que projetos e programas consideram as demandas de uma nova geração caracterizada, sobretudo, pela forte necessidade de autonomia individual. Essa condição juvenil é totalmente diferente daquela experimentada pelas gerações anteriores. (RODRIGUES, 2009).

Vários fatores contribuíram para que várias iniciativas voltadas para a juventude fossem tomadas, envolvendo instituições públicas, privadas, ONG's, entidades sociais e organismos internacionais.

A UNESCO é considerada estratégica na inserção do tema juventude na agenda governamental na América Latina, inclusive no Brasil. A organização construiu a perspectiva dos segmentos juvenis como atores sociais fundamentais nos processos de transformação social, sobre o qual é necessário construir e instituir um campo de intervenção moral e política. Todas as intervenções se vinculam aos direitos sociais e repudiam a missão do Estado.

A partir do ano de 1997, são registradas ações que contemplam os jovens, especialmente com a participação da UNESCO.

Em meados de 1990, identifica-se a existência da agenda sistêmica, em que temas que representam preocupações partilhadas para autoridades políticas e pessoas ligadas ao governo não mobilizam o Estado na reversão da realidade através de políticas voltadas para esse grupo geracional.

Somente no final da década de 1990 é que os problemas da agenda sistêmica são levados em consideração e inicia um processo de geração de políticas específicas e passa a denominar-se agenda institucional, governamental ou formal. (CAPELLA, 2007;).

As experiências de políticas do trabalho para jovens têm resultados bastante heterogêneos, sendo na maioria das vezes, resultados pouco robustos e de difícil interpretação no plano macro e microeconômico.

A fase de transição do jovem entre escola e trabalho revela uma grande incapacidade de adaptação das sociedades modernas perante às mudanças nas economias. O padrão de inserção do jovem brasileiro é composto de formas heterogêneas de inserção do jovem e aponta para uma situação de marginalização de uma parcela significativa de jovens.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c), foi a partir da década de 1990 que se estruturam políticas federais para a juventude, pensadas sob a ótica de que "...transição escola/mundo juvenil para o trabalho/mundo adulto..." (INSTITUTO DE

PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c, p. 51), problemática para determinados segmentos sociais, poderia não se completar devido ao fracasso escolar, pela incapacidade de utilizar-se conhecimentos em oportunidades de trabalho dignas. Por esse motivo, os Programas, em sua maioria, passaram a ter como foco a camada mais pobre da sociedade com vistas a encarar o problema da marginalização e envolvimento com a criminalidade. Esses Programas também sofreram a influência de um duplo diagnóstico de que o desemprego poderia ser enfrentado pela oferta massiva de qualificação e de que o trabalho, no futuro, não estaria ligado ao trabalho assalariado. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c).

A inserção da juventude na agenda sistêmica identifica-se com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002), mas o início da qualificação profissional dos jovens iniciou-se a partir de meados da década de 1990 e centrou-se na qualificação profissional por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), vigente entre os anos de 1995 e 2002, seguido do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que teve início em 2003.

O argumento do Planfor era de que a rede de educação profissional e tecnológica já não atendia a população pobre e não conseguiria, por isso, expandir sua oferta. Nesse sentido, sua estratégia era formar uma rede própria de entidades em que predominavam os serviços de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR), escolas, centrais sindicais e diversas ONG's, para garantir a cobertura ampla e centrar nos estratos mais pobres das famílias trabalhadoras.

O PNQ trouxe novas diretrizes, como a elevação da carga horária dos cursos e a articulação com o sistema público de emprego. Outra inovação foi o incentivo desses cursos, para que os jovens montassem sua própria empresa individualmente ou em cooperativas. Nesse sentido, os cursos combinavam a formação para a gestão com a elaboração de plano de negócios. Para isso, havia uma linha de crédito específica via FAT.

Enquanto política pública, o PNQ possui resultados questionáveis pelas dificuldades de manutenção de pequenos negócios, da pouca atratividade para os jovens e pelo risco de que empreendimentos reproduzam as práticas de trabalho formal e precário. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006).

O Planfor chegou a qualificar 40% de jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2006) e, o PNQ superou 50% de jovens qualificados em 2004.

No ano de 2003, foi criado o Plano Nacional de Primeiro Emprego para a Juventude, o PNPE, que teve várias vertentes, mas, a mais conhecida é a contratação incentivada que

cobria ½ salário mínimo ao longo do primeiro ano. Entretanto, a adesão dos empregadores foi restrita e uma das justificativas para tal frustração é que as restrições quanto ao contrato de trabalho e demissão tornariam a subvenção pouco atrativa.

Essa modalidade deixou de ser o centro do Primeiro Emprego e passou a combinar qualificação profissional, intermediação e prestação de serviços comunitários através de Consórcios Sociais da Juventude (CSJ's), um arranjo de Organizações Não Governamentais (ONG's) que opera nas áreas metropolitanas e grandes núcleos urbanos.

> Constituíram-se mais de 30 CSJs no período 2004-2006, e foram iniciadas tentativas para levar este modelo ao interior por meio de convênios com governos municipais. No entanto, a expansão dos CSJs deparou-se com um obstáculo institucional: o seu desenho era bastante semelhante ao do ProJovem e atendia ao mesmo público, com a desvantagem de que os consórcios não previam a elevação de escolaridade. A sobreposição entre os dois programas gerou pressão dentro do governo pela unificação, em consonância com o diagnóstico mais geral de que os programas federais voltados para os jovens eram fragmentados, não se articulavam uns com os outros e careciam de escala. (...) diante da perspectiva de unificar os programas de juventude e expandir sua cobertura, em 2007 os CSJs passaram a integrar o ProJovem na sua nova configuração, sob a modalidade de ProJovem Trabalhador. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c, p.52).

O PNPE contribuiu na integração de serviços e políticas ligados à transição escola/trabalho e levou à reflexão sobre a importância de aliar a formação profissional com marcos normativos específicos para o emprego de jovens, como por exemplo, contratos de experiência e regulamentos de estágio.

A principal vertente das Políticas de Emprego juvenil atualmente é o Contrato de Aprendizagem, que permite contratar jovens entre 14 e 24 anos por um período de até 2 anos, desde que esses jovens frequentem um curso de aprendizagem profissional. Essa Política também possui dilemas a serem enfrentados e, para entendê-los e analisá-los, o Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (2008d) divide as Políticas de Trabalho para os jovens em três tipos: *formação profissional, incentivo à contratação e políticas normativas*.

As *políticas de formação profissional* têm como objetivo elevar as habilidades produtivas dos trabalhadores jovens através da aprendizagem de técnicas necessárias para determinados empregos no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, atuam no processo de socialização dos jovens. A formação profissional pode, sob certas condições, facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho ou diminuir aspectos que os desfavorecem frente aos demais trabalhadores.

No caso da *formação profissional*, sua eficácia é questionável quando se refere à redução significativa do desemprego. Pois, o aumento do desemprego não ocorre somente no segmento jovem da população e deve-se também à geração insuficiente de postos de trabalho para toda a classe trabalhadora. Nesse sentido, o aprimoramento das habilidades dos jovens não garante a ocupação de postos de trabalho por esses jovens. E o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008d) esclarece que, caso houvesse essa ocupação, ela ocorreria à custa do aumento do desemprego entre trabalhadores adultos.

Entretanto, tais políticas são importantes na "construção de itinerários ocupacionais" e sua principal contribuição é permitir que os jovens busquem ocupações mais interessantes para construir sua carreira profissional. Mas, somente a qualificação não é suficiente, é necessário se associar a mecanismos que garantam renda e uma orientação para a inserção profissional. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008d).

As *políticas de incentivo à contratação* estão relacionadas à redução de custos na contratação de trabalhadores mais jovens através de subsídios que estimulam a empresa a manter o jovem empregado por mais tempo, para que ele adquira experiência e credenciais que alterem positivamente sua trajetória no mercado de trabalho. Essa forma de contratação de jovens garante experiência de trabalho ao jovem e evita que sua experiência se perca por falta de contratação ou demissão rápida. Nesse sentido, é mais efetiva do que a formação profissional. O risco inerente à contratação subvencionada é de os jovens substituam trabalhadores adultos e estes continuarem competindo pelo emprego com jovens desempregados. Outro risco que se apresenta é relacionado à ineficiência da política, uma vez que ela aposta na redução de despesas com um tipo de trabalhador cujo custo é mais baixo.

Outro incentivo à contratação de jovens são os contratos de trabalho isentos de algumas normas trabalhistas, especialmente aquelas que se relacionam à remuneração mínima. O argumento dessa proposta é de que um piso salarial elevado dificultaria a contratação de jovens, porque ficam acima do que as empresas estariam dispostas a pagar. É uma variante do subsídio que não onera diretamente o Estado no aspecto fiscal. Por outro lado, essa política pode estimular a inserção de jovens em empregos de baixa qualidade que não contribuem em seu itinerário profissional. Nesses casos, é comum empregos de curta duração e desinteresse dos empregadores no aprendizado dos jovens.

Pochmann (1998) assevera que não há comprovação empírica de que custo menor de contratação de jovens implica em elevação da demanda por eles. Também não há consenso de que o nível de formação profissional representa uma variável explicativa do acesso ao emprego por parte dos jovens com menores riscos de desemprego. Entretanto, num contexto

de baixa oferta de empregos, a evolução do nível de formação pode contribuir para a concorrência entre trabalhadores. Nessa situação, a substituição de pessoas menos qualificadas para outras pode levar à degradação da formação profissional em postos de trabalho mais simples.

As *políticas normativas* são as regulações das formas de contratação de jovens que criam novas formas de contrato de trabalho temporário, por tempo determinado ou em tempo parcial com encargos reduzidos.

Embora o Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (2008d) faça distinção entre diferentes tipos de políticas, existem estratégias que combinam os elementos referidos, como é o caso da Lei da Aprendizagem ou Contrato de Aprendizagem, objeto da análise dessa pesquisa.

Fatores como contexto cultural e o tipo de organização institucional são capazes de definir a legitimidade das ações propostas pelo poder público e as regras para a implementação de cada iniciativa e a dinâmica do debate público em torno do problema enfrentado.

3.6 A Lei da Aprendizagem no Contexto das Políticas de Emprego

De acordo com Pochmann (1998), os efeitos negativos sobre a oferta de mão de obra do segmento juvenil perduram desde o prolongamento da crise econômica e perda da eficácia das políticas governamentais adotadas a partir dos anos 70. Para responder a esse contexto de crise, a partir das décadas de 1980 e 1990, novos mecanismos de intervenção pública foram adotados no mercado de trabalho e os jovens tornaram-se um dos principais focos dessas ações. Como bem observa Cohn (2004), as políticas de juventude deveriam garantir o acesso à condições de vida e de trabalho dignas aos jovens. Entretanto, como já mencionado, a juventude enquanto segmento em transição não encontra lugar no sistema de proteção, uma vez que sua matriz estrutural era o trabalhador assalariado do mercado formal de trabalho. No modelo desenvolvimentista, a inserção social dava-se pelo trabalho e o desenvolvimento social era subproduto do desenvolvimento econômico. Isso significa que as políticas sociais ficavam “à reboque” do desenvolvimento econômico e a pobreza como questão superável ante o bom desempenho da economia. Assim, o Estado evitava a questão geracional e os jovens contavam com o sistema de solidariedade social, desde que inseridos no mercado de trabalho formal.

Mesmo com o esgotamento do modelo desenvolvimentista, ainda prevalece a concepção de gastos sociais incompatíveis com o projeto econômico vigente. Ou seja, alocar recursos na área social significa gastos sociais e não investimentos sociais.

Atualmente, o desafio que se coloca é como construir e implementar políticas de Estado que consigam detectar formas de inserção social que não seja pela via do trabalho como é classicamente concebido. Esse desafio deve ser pensado num contexto em que o crescimento econômico não consegue gerar trabalho suficiente para incluir os segmentos sociais "em trânsito para a juventude". Esses segmentos representam contingentes que buscarão oportunidades para obtenção de renda que garanta sua subsistência.

Em função desse desafio, as políticas sociais de combate à pobreza ganham relevo a partir do ano de 1990 e a questão que se coloca é a universalização ou focalização de tais políticas. Ou seja, como formular políticas sociais universais e focalizadas, pautadas pelas premissas dos direitos sociais, num sistema de proteção social não mais pautado pelo trabalho como mecanismo de inserção social?

> Noutros termos, se a educação enquanto capital social revela-se como mecanismo essencial para os indivíduos saírem da condição de pobreza, as formas de sua inserção social que lhes garantam fontes de renda de maneira sustentável não são mais o mercado de trabalho no sentido clássico do termo. Essas formas adquirem hoje uma gama diferenciada e múltipla de possibilidades que não se confundem com as até então conhecidas, institucionalizadas e reguladas pelo Estado. (COHN, 2004, p. 170).

Quando a reflexão se refere à políticas públicas voltadas para a juventude, o ponto crucial são as formas de inserção social diante das diferentes identidades juvenis. As políticas instituídas para esse segmento devem resgatar sua autonomia e se pautar pelo paradigma dos direitos da cidadania, pois, os diferentes segmentos sociais apresentam necessidades diferentes, mas, que não podem se descolar dos princípios da universalização dos direitos sociais. O reconhecimento das diferentes identidades sociais dos sujeitos é, certamente, o primeiro passo na busca por novas formas de inserção social, pelo resgate de sua autonomia e políticas públicas pautadas pelo paradigma dos direitos da cidadania.

Nesse contexto, um conjunto de ações voltadas para a juventude ergueu-se nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, bem como no setor privado.

Dentre as alterações nas políticas públicas destinadas aos jovens, em 2003 o Governo federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), cujo objetivo era de contribuir na geração de mais empregos e com melhor qualidade. No ano de 2005, a

Política Nacional da Juventude foi instituída e, no mesmo ato, o Presidente da República criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Em 2007 o ProJovem foi reestruturado e ampliou o atendimento aos jovens fora da escola e sem acesso à formação profissional. A partir da integração de seis programas, passou a existir o ProJovem integrado com o objetivo de promover a reintegração de jovens ao processo educacional, qualificação profissional e participação em ações comunitárias.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2009), atualmente, as políticas públicas para a juventude têm como eixo norteador as noções de oportunidades e direitos. Ou seja, é necessário oferecer meios de aquisição de capacidades e formas de utilizá-las. Por capacidades entende-se o acesso à educação e qualificação profissional e, utilização seria o acesso ao trabalho decente e crédito. Esse eixo estaria em consonância com compromissos nacionais e internacionais previstos na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente (AHTD), cujo plano de trabalho está previsto para o período de 2006-2015, com recomendações de políticas gerais e específicas relativas ao emprego de jovens. No âmbito dessas políticas e ações existem aquelas que elevam a escolaridade e a qualificação dos jovens e, também, aquelas que favorecem direta ou indiretamente a inserção do jovem no mercado de trabalho. Evidentemente, também são consideradas, nesse contexto, as políticas que contribuem para a obtenção do trabalho decente, o sistema de proteção social ao trabalhador, que engloba o seguro-desemprego e benefícios previdenciários. Pois, as estratégias de disseminação do trabalho decente se conjugam com as políticas de crescimento econômico, proteção social, geração de mais empregos e oportunidades de qualificação profissional.

Nesse contexto, as agendas governamentais passaram a priorizar políticas voltadas à remodelação dos sistemas de formação profissional para os jovens. E, no campo de promoção do emprego, foram difundidos dispositivos de estímulo aos contratos especiais de trabalho.

> Programas governamentais para jovens foram sendo desenvolvidos, e se envolveram desde a linha da redução do custo do trabalho, com múltiplas variedades de perda de salário e rebaixamento dos encargos sociais, até as exigências do empregador contratar um número adicional de jovens, de conceder formação profissional adicional e manter o jovem empregado por um determinado período de tempo. (POCHMANN, 1998, p. 87).

Os contratos de formação-trabalho teriam a função de ser um emprego para o jovem na ausência de emprego.

> Como parcela significativa dos gastos sociais encontra-se orientada para as despesas compensatórias (identificada a formação profissional como uma política compensatória), alguns programas foram racionalizados, com a focalização das ações, a restrição do uso e a limitação dos valores. Nota-se que parte dos desempregados deixou de ter acesso aos benefícios do seguro-desemprego, enquanto outros programas foram introduzidos com base em novas fontes de financiamento. No mesmo sentido da racionalização dos recursos públicos, maiores espaços foram dados às ações de empresas privadas no âmbito dos serviços de emprego. (POCHMANN, 1998, p. 88-89).

Uma alternativa que vem sendo implementada como forma de ampliar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho é a criação de contratos especiais de trabalho entre empresas e jovens. Algumas dessas formas incluem processos de aprendizagem e articulação entre trabalho e renda. Uma dessas formas é o contrato de aprendizagem, regulado pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e que estabelece normas legais de proteção ao trabalhador jovem menor de 18 anos. Nos anos 200, este tipo de contrato passou por reformulações através da promulgação das Leis 10.097/2000, 11.180/2005 e do Decreto Lei nº 5.598/2005.

No século XIX, o conceito de aprendiz surgiu no Brasil associado ao de menor abandonado e os primeiros projetos para esse público eram de cunho assistencialista. Na segunda metade do século XIX, com a criação dos Liceus de Artes e Ofícios, houve um aprimoramento da formação de aprendizes em oficinas públicas e privadas. Essa mudança deu uma conotação mais escolarizada e mais profissionalizada ao processo.

Em 1909, houve a instalação de uma rede de escolas de aprendizes e artífices, que foi o embrião da educação técnica e tecnológica atual.

Em 1937, a Constituição Federal manteve a orientação assistencialista da formação profissional, aos tratar de escolas vocacionais e pré-vocacionais e passou a considerá-las como “dever do Estado” em relação às classes menos favorecidas. Incluiu ainda os “sindicatos econômicos” como responsáveis pelo seu desenvolvimento, cuja responsabilidade era de “criar, na esfera de sua especialidade, escola de aprendizes destinada aos filhos dos operários ou de seus associados.” (BRASIL, 1999, Art. 129).

A Constituição da República Federativa do Brasil determina a idade de 16 anos como a idade mínima para trabalhar e admite, a partir de 14 anos, apenas o trabalho como aprendiz. Essa modalidade de trabalho na condição de aprendiz é regulamentada pelo Decreto Lei n.o 5.598/2005, que define aprendiz como “todo trabalhador com idade entre 14 e 24 anos e que celebra contrato de aprendizagem como um contrato especial de trabalho”, segundo o qual, “o empregador deverá fornecer ao aprendiz formação técnico-profissional compatível com o seu

desenvolvimento físico, moral e psicológico.” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009).

A Lei da Aprendizagem possui raízes na Constituição de 1988 que proíbe o trabalho de menores de 16 anos através de vários dispositivos que enunciam a obrigatoriedade de proteger os direitos da criança e do adolescente. O artigo 227 define:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1998).

Esse mesmo artigo, ao dispor que "... o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais..." (BRASIL, 1998), propõe que o Estado deve atuar como promotor dos direitos infanto-juvenis.

A Lei pressupõe que a formação profissional de adolescentes amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e assinala para um futuro promissor para a nova geração. Suas diretrizes curriculares estão estabelecidas na Portaria MTE[26] nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Nesse contexto, o objetivo da aprendizagem é qualificar social e profissionalmente os adolescentes de modo a atender às demandas e diversidades peculiares ao desenvolvimento desses indivíduos no mundo do trabalho e na convivência em sociedade, atendendo à dimensão ética, cognitiva, social e cultural do aprendiz.

Em tese, ao cumprir com a Legislação, o empresário também cumpre uma função social que é contribuir para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado. Na fala do então Ministro do Trabalho e Emprego,

> Mais que uma obrigação legal, portanto, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade. (BRASIL, 2009, p. 9).

Mesmo que as empresas atuem por força legal, o nível de qualificação tende a elevar-se e a precariedade no mercado de trabalho para o jovem tende a diminuir. Por consequência,

[26] Ministério do Trabalho e Emprego.

atende aos objetivos da agenda do trabalho decente segundo o conceito da OIT, uma vez que o aprendiz é uma das modalidades das condições formais do trabalho de adolescentes. Ou seja, Lei do Jovem Aprendiz contribui para elevar a qualidade da inserção laboral dos jovens no mercado de trabalho devido à qualificação pela qual esses adolescentes passam. É essa qualificação que possibilita a garantia de uma trajetória de trabalho decente, que significa assegurar condições de trabalho que não sejam empecilho para o desenvolvimento dos jovens.

> Os estabelecimentos de qualquer natureza, que tenham pelo menos 7 (sete) empregados, são obrigados a contratar aprendizes, de acordo com o percentual exigido por lei (art. 429 da CLT).
> É facultativa a contratação de aprendizes pelas microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), inclusive as que fazem parte do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições, denominado "SIMPLES" (art. 11 da Lei nº 9.841/97), bem como pelas Entidades sem Fins Lucrativos (ESFL) que tenham por objetivo a educação profissional (art. 14, I e II, do Decreto nº 5.598/05). Nesses casos, o percentual máximo estabelecido no art. 429 da CLT deverá ser observado. (BRASIL, 2009, p. 15).

Essa Lei valida a contratação de jovens adolescentes nas empresas através de um contrato de aprendizagem, em que o empregador se compromete a assegurar aos adolescentes inscritos no programa, formação técnico-profissional, caracterizada por atividades teóricas e práticas, desenvolvidas no ambiente de trabalho. Tais atividades devem ser organizadas em tarefas de complexidade progressiva, num programa que seja correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes. Essas tarefas é que proporcionam ao aprendiz uma formação profissional básica e possibilita uma qualificação para o mercado de trabalho.

Para participar do programa o adolescente deve ser maior que 14 e menor que 24 anos e ter concluído o Ensino Fundamental. Caso isso não tenha ocorrido, o contrato é vinculado à frequência do aprendiz à escola. Ao passar para a condição de aprendiz, o jovem deve estar matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos que possuam empregados regidos pela CLT. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008d), a extensão da idade máxima de 18 para 24 anos, pode ter o efeito perverso de levar à utilização desse contrato como outro tipo de trabalho precário.

Os adolescentes devem matricular-se em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas. Prioritariamente, devem ser matriculados nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas de Educação e Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivo atendimento ao adolescente e educação profissional, registrados no Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), quando se trata de aprendizes entre 14 e 18 anos.

Instituída pelo Decreto-Lei nº 8.622 de 10 de janeiro de 1946 e atualizada pela Lei nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005, a Lei de Aprendizagem (Programa Jovem Aprendiz) tem como objetivo promover a inclusão social e profissional, oferecendo formação técnico-profissional a alunos com idade entre 14 e 24 anos, de acordo com a legislação.

Para cumprir as exigências da Lei, as empresas de médio e grande porte devem empregar e matricular nos cursos de qualificação de jovens aprendizes, número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. A exceção é válida para as microempresas e entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a educação profissional, facultadas a realizar a contratação dos aprendizes.

A Lei n° 10.097/2000, Art. 227 (BRASIL, 2000) surgiu a partir de uma revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Tal Lei constitui um marco para a aprendizagem, porque rompe com a postura assistencialista e sua concepção de aprendizagem aliada ao ECA, considera a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e sujeito a direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição Federal, ressaltando o direito constitucional à profissionalização.

Essa Lei possui as seguintes características:

a) obrigatoriedade legal para todos os estabelecimentos de qualquer natureza de contratarem aprendizes e matriculá-los em cursos de aprendizagem;

b) garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, consubstanciados em um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos e vinculado a um programa de formação técnico-profissional metódica, com atividades teóricas e práticas, ministradas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, subsidiariamente, pelas escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, atendidos os requisitos legais;

a) o contrato de trabalho pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o Ensino Fundamental, e a inscrição e frequência em Programa de Aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

b) possibilidade de contratação direta do aprendiz pelo estabelecimento ou entidade sem fins lucrativos, capacitada a ministrar a Aprendizagem;

c) jornada máxima de seis horas para os que ainda não concluíram o Ensino Fundamental. Permissão de jornada de oito horas para os que já concluíram o Ensino Fundamental, desde que nela estejam incluídas as horas destinadas à aprendizagem teórica;

d) garantia de salário mínimo-hora.

Caso o menor não tenha concluído o Ensino Fundamental, deve ser encaminhado à escola para cursá-lo. Com essa exigência, pressupõe-se a corroboração da necessidade de elevar a escolaridade de parcela dos jovens brasileiros, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Quando a escolaridade básica se alia à formação técnico-profissional, a Aprendizagem passa a favorecer a condição de empregabilidade do jovem. A formação técnico-profissional é um pré-requisito para o ingresso no mercado de trabalho, mas, não substitui a educação básica e, pelos pressupostos legais, não deve comprometer os estudos e o desenvolvimento social do jovem aprendiz.

A Lei n° 11.180/2005 e o Decreto n° 5.598/2005 trouxeram mudanças à Lei anterior em relação a faixa etária atendida e a jornada de trabalho:

a) aprendiz é a pessoa com idade maior de 14 anos e menor e 24 anos, o que não se aplica a aprendizes com deficiência;

b) a contratação de aprendizes deverá priorizar os adolescentes entre 14 e 18 anos, exceto em condições insalubres ou perigosas;

c) a jornada do aprendiz compreende horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, não podendo exceder seis horas diárias, para que os aprendizes possam concluir o Ensino Fundamental. Esse limite poderá ser de até oito horas para os aprendizes que já tiverem concluído o Ensino Fundamental;

d) os aprendizes que concluírem os Programas de Aprendizagem receberão certificado de Qualificação Profissional.

De acordo com o Dicionário da Educação Profissional, qualificação profissional remete a ideias diversificadas e o caráter profissional de uma atividade é definido pelo profissionalismo, dado por circunstâncias determinadas, tais como: conhecimento específico, formação profissional, carreira, autonomia, etc.

> A qualificação profissional, requerida por uma atividade profissional, está, portanto, dentro de um quadro amplo de relações, no qual se inscrevem as que o trabalhador guarda com os objetos de seu conhecimento e com as expectativas sociais sobre o que deve conhecer saber fazer e como deve se comportar. (...) A qualificação profissional, nesse sentido, expressa a combinação, em dado momento histórico, de

> um conjunto de fatores que constituem as relações sociais que vivem os profissionais no exercício de sua atividade. (FIDALGO; MACHADO, 2000, p.274).

Ponto crucial na aplicação da Lei é distinguir entre aprendizagem e trabalho, já que esses jovens devem ser empregados como aprendizes, submetidos a uma legislação especial. A definição da "condição de aprendiz" não foi definida na Lei n° 10.097/2000, porém, os Arts. 403 e 428 e seguintes da CLT preveem alguma caracterização para esse tipo de trabalho:

> ART.403 É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
> Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência a escola.
> ART. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, 2000).

Até pouco tempo, considerava-se que a aprendizagem poderia ser ofertada somente por instituições dos serviços nacionais de aprendizagem, como SENAI e SENAC. Mas, a Lei n° 10.097/2000, alterou essa compreensão, permitindo que a aprendizagem seja implementada por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica. É o caso das entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tais entidades se configuram como um novo espaço de interseção e intercâmbio entre o público e o privado. É a evidência no Brasil, de uma tendência assinalada por Abdala (2005), de que na América Latina, as políticas sociais aplicam a capacitação como estratégia contra o desemprego juvenil através da diversificação de atores (além do estado, mercado e empresa), no atendimento da população em situação de vulnerabilidade social. Além disso, as mudanças e transformações no mundo trazem a necessidade de replanejar os programas de formação profissional.

O Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (2008d) afirma que, até o momento, essa Lei tem sido considerada uma das formas mais articuladas de relacionar experiência profissional com aprendizagem, cujo resultado depende da pactuação entre empresas, sindicatos e fiscalização do trabalho.

Segundo Pochmann (1998), não há comprovação empírica de que custo menor de contratação de jovens implica em elevação da demanda por eles. Também não há consenso de

que o nível de formação profissional representa uma variável explicativa do acesso ao emprego por parte dos jovens com menores riscos de desemprego. Entretanto, num contexto de baixa oferta de empregos, a evolução do nível de formação pode contribuir para a concorrência entre trabalhadores. Nessa situação, a substituição de pessoas menos qualificadas para outras pode levar à degradação da formação profissional em postos de trabalho mais simples.

Algumas hipóteses orientam o debate sobre os efeitos da qualificação profissional sobre a oferta e demanda de trabalho: teoria do capital humano, teoria da reprodução, teoria do filtro.

A teoria da reprodução pressupõe que o sistema educacional reflete desigualdades oriundas da origem social. A teoria do capital humano defende investimentos em formação e qualificação da mão de obra como forma de encontrar emprego, e a teoria do filtro destaca o papel da formação profissional cuja função seria reduzir as incertezas sobre a qualidade da mão de obra por parte do empregador.

As principais mudanças no padrão de inserção ocupacional dos jovens realizadas na década de 1990 partiram do pressuposto de que se tratava de um problema de natureza conjuntural.

> O aumento do desemprego dos jovens seria, por um lado, um indicador de maior fragilidade de um segmento específico da população ativa diante de um descompasso entre as qualificações da mão de obra e os novos requisitos ocupacionais, e por outro, um indicador de alterações substanciais na dinâmica demográfica. (POCHMANN, 1998, p. 82).

O padrão de inserção no mercado de trabalho é um indicador muito importante para analisar a situação da população jovem e tem sofrido alteração nas décadas de 1980 e 1990. A nova fase de desemprego dos trabalhadores jovens identifica-se com três definições de trabalhadores sem emprego: desemprego recorrente (trabalhadores de faixa etária menor que, diante da ausência de emprego estável, se encontra na situação de desemprego); desemprego de reestruturação empresarial, ocasionado por alterações no contexto organizacional das empresas (gestão da produção e organização do trabalho); desemprego de exclusão que envolve o trabalhador jovem, marginalizado do mercado de trabalho, na maioria jovens analfabetos ou com baixa qualificação.

> Todas essas novas definições de desemprego estão relacionadas ao movimento mais geral de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. Além do desemprego, também podem ser destacadas tanto as crescentes dificuldades do jovem encontrar o seu primeiro emprego (desemprego de inserção) quanto o aparecimento de postos de trabalho precários como forma de acesso e permanência no mercado de trabalho. (POCHMANN, 1998, p. 98-99).

No final da década de 1990, quatro padrões de inserção ocupacional do jovem difundem-se: ofício profissional; emprego assalariado; função autônoma e trabalho protegido.

No ofício profissional, destacam-se postos de trabalho com exigência de jovens com elevada qualificação em que, segundo Pochmann (1998, p. 99), "... experiências de formação profissional alternadas e continuadas ..." são marcantes.

No padrão de emprego assalariado, o jovem acessa atividades menos especializadas, especialmente em pequenas e micro empresas.

No padrão de emprego da função autônoma, o trabalho por conta própria tem destaque e, no trabalho protegido, encontram-se os contratos-formação, de aprendizagem e de experiência profissional que decorrem, na maioria das vezes, de recursos públicos e é responsável pela maior absorção de jovens.

As medidas de atenção à educação profissional tornaram-se mecanismos de intervenção pública e, de certa forma, os estágios e contratos especiais de trabalho dos jovens tornaram-se meio de estudo e forma de inserção na vida ocupacional.

Nos anos 80 e 90, o desemprego juvenil persistiu e agravou-se com a recessão e, por conseguinte, acabou mudando as prioridades de alguns governos que passaram a priorizar medidas específicas direcionadas ao segmento jovem mais fragilizado nesse contexto.

O desemprego juvenil foi sendo identificado cada vez mais com a etapa de transição da escola para o trabalho e, as Políticas de Emprego para jovens parecem, à primeira vista, a solução para esse problema. Mas, existem dilemas e efeitos perversos a partir da adoção dessas Políticas. Um dos dilemas apontados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c, p. 52) é "... a disjuntiva entre encaminhar o jovem participante imediatamente para o mercado de trabalho ou procurar estender sua permanência no espaço educacional...". Isso se torna mais grave no caso de jovens com defasagem escolar, uma vez que a baixa escolaridade limita a ascensão do jovem no mercado de trabalho, e esses jovens são parte do grupo familiar de renda mais baixa e que não podem "esperar" atingir um grau de escolaridade mais elevado para ingressar no mercado de trabalho.

> Também é nesse sentido que se torna necessário manter auxílios financeiros minimamente atrativos, pois valores baixos levam ao abandono dos cursos assim que surge uma oportunidade de emprego, mesmo que de curta duração. Um desdobramento deste dilema é que programas de "primeiro emprego", seja qual for o seu formato, abarcarão sempre uma parte restrita do problema do desemprego juvenil, dado que uma grande parte dele se deve à rotatividade dos jovens que já tiveram uma experiência no mercado de trabalho. Apesar do mérito em procurar garantir ao jovem uma entrada favorável no mercado de trabalho, não se pode esperar que sua trajetória seja menos caótica do que a maioria das trajetórias ocupacionais; é importante não restringir a atenção apenas ao momento de entrada, e pensar em oportunidades de educação e requalificação continuada. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c, p.52).

Outro dilema apontado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2008c) é a escolha dos conteúdos da formação: sempre há dúvida entre gestores e atores sociais sobre o que ensinar.

> Em particular, existe o medo de oferecer conteúdos relativos a ocupações para as quais não há mais espaço no mercado de trabalho, sendo que as competências exigidas pelo mesmo estão sempre em mutação. Da parte dos jovens trabalhadores (e mesmo por parte de algumas entidades de formação), há por vezes forte resistência em aceitar serem preparados para funções rotinizadas e subalternas, que não oferecem perspectivas atraentes em termos de remuneração, *status* social ou desafio pessoal. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008c, p. 52).

As Políticas de Emprego para os jovens devem contribuir não somente para a autonomia econômica expressa na obtenção de renda própria, deve contribuir também para a socialização do jovem em ambiente diverso da família, vizinhança e escola. Os indicadores dessas Políticas não deveriam se restringir apenas à capacidade de inserir o jovem no mercado de trabalho, mas, avaliar em que medida a experiência de trabalho contribui para adquirir novos conhecimentos e contato com redes de convívio. Mas, infelizmente, a tendência é de reprodução das hierarquias sociais preexistentes, com jovens de classe baixa ocupados em atividades desvalorizadas e mal remuneradas. Por isso, é fundamental que as políticas de emprego consigam desenvolver estratégias que rompam com as barreiras sociais que se colocam para esses jovens, ao invés de reforçá-las.

4 A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES E COMO SE TECEM AS TEIAS: FUNDAÇÃO CDL, LEI DA APRENDIZAGEM E TRAJETÓRIA JUVENIL

Abramo (2008) elucida que durante algum tempo, a visibilidade dos jovens no Brasil era restrita aos jovens escolarizados de classe média e o debate ficava em torno do papel dos jovens na continuidade ou transformação da cultura e política. Essa visão da juventude se manteve até os anos 1960. Depois, o foco da preocupação passou a ser as crianças e adolescentes em situação de risco, o que desencadeou várias ações em defesa dos direitos desses segmentos.

No que tange ao mercado de trabalho, a situação de risco dos jovens se agravou a partir do momento em que o capitalismo global implementou a premissa da excelência como critério exigido para inserção no mercado de trabalho, e legou aos indivíduos a responsabilidade pela aquisição de conhecimento que o possibilite tal inserção. (BONETI, 2008). Especialmente a juventude dos segmentos mais baixos da sociedade passou a encontrar dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente para o primeiro emprego. Diante da necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas familiares e, também, para ter autonomia na aquisição de bens pessoais e, sem encontrar resposta positiva do mercado, os jovens começaram a encontrar no mercado informal e na criminalidade saídas para esse problema.

O argumento que sustenta a visão de que os jovens são de certa forma levados à criminalidade refere-se às escassas e subalternas oportunidades que esse segmento encontra de inserção no mundo do trabalho numa sociedade economicamente estruturada pelo livre mercado. (MOREIRA; SUCENA; FERNANDES, 2008). Nesse sentido, a criminalidade estaria associada às escassas oportunidades de emprego que, por sua vez, se associa à escolarização e qualificação dos adolescentes. Ou seja, para consumir o jovem precisa trabalhar para ter seu próprio dinheiro e sua autonomia, ou, em situações extremas, ele precisa trabalhar para sustento da família. Na medida em que encontra dificuldades ou não consegue se inserir no mercado de trabalho, a criminalidade passa a ser uma forma de participar da sociedade de consumo. Para os jovens que não enveredam pelos caminhos da criminalidade, o mercado informal torna-se o alvo para o qual se canaliza a possibilidade de realização material. Na informalidade, o jovem consegue ter seu dinheiro, necessidade imediata, mas, nem sempre consegue dar continuidade aos estudos, não se qualifica e, sem comprovar experiência de trabalho, encontra dificuldades na busca por novo emprego. Sem

desconsiderar a profundidade deste raciocínio e as interfaces entre qualificação, escolaridade e oferta de emprego de qualidade, a Fundação CDL começou sua história na busca por soluções que dessem conta da criminalidade crescente no hipercentro de Belo Horizonte. As soluções propostas articulam-se com práticas institucionais e políticas públicas voltadas para os direitos de crianças e adolescentes.

A trajetória dessas práticas institucionais no Brasil possui diferentes caminhos em relação à legislação, ao trabalho e instituições de atendimento. Essa variação é consequência das diferentes óticas sob as quais o segmento infantil e jovem da sociedade é visto, desde uma perspectiva correcional e repressiva até a visão da garantia de direitos. Na perspectiva correcional e repressiva, o objetivo era proteger a sociedade de crianças e adolescentes que colocassem, de alguma forma, a sociedade em perigo, devido a pequenos delitos cometidos. A perspectiva da garantia de direitos é recente e tem o objetivo de oferecer proteção integral a crianças e adolescentes.

4.1 Evolução das Práticas Institucionais de Atendimento à Criança e Adolescente

No Estado brasileiro, várias instituições foram criadas para atender, proteger ou tutelar crianças e adolescentes no Brasil. Desde o período do Império, havia a preocupação em formar meninos nos diferentes ofícios para servir à Corte Portuguesa, o que era tido como solução para o problema da pobreza que afetava as famílias. Segundo Bazílio (1996), desde o século XVII o senso comum associa o trabalho duro e a formação profissional à alternativa para controlar problemas relacionados a crianças e adolescentes.

O atendimento à infância no Brasil passou por diferentes fases e características. Do ano de 1500 ao ano de 1920, a filantropia e o assistencialismo ganharam relevo, colocando a criança como objeto de caridade e não sujeito de direitos. Segundo Silva (2004), até o ano de 1900, a Igreja era responsável pelo atendimento às necessidades sociais da população brasileira, principalmente através das Santas Casas de Misericórdia e, somente em 1922, começou a funcionar o primeiro estabelecimento público para atender a crianças e adolescentes, no Rio de Janeiro.

Outro instituto de relevância nesse período foi a Instituição da Roda, também denominada “roda dos expostos”, criada na Idade Média e na Itália, “... surgindo particularmente com a aparição das confrarias de caridade, sendo que o nome provém

do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar.” (COELHO, 2005, p.3).

> A Roda é um dispositivo de madeira, em formato cilíndrico, com um dos lados vazados, assentado em um eixo que produz movimento rotativo. É a instituição do abandono: nela são depositadas as crianças indesejadas, garantindo o anonimato daquele que “enjeitava”. O referido instrumento foi a alternativa encontrada para que as crianças não mais fossem deixadas nas portas das casa e das igrejas ou até pelas ruas. Tal sistema, inspirado na experiência européia, não garantia necessariamente a vida destes pequenos seres expostos, uma vez que ocorriam no “Recolhimento dos Meninos Órfãos.” (BAZILIO, 1996, p.205).

Além disso, essa fase é caracterizada pelo patrimonialismo na estrutura do Estado brasileiro perceptível pela concepção de filantropia presente nas instituições de atendimento à infância. Bazílio (1996) afirma que essa estrutura é marcada pelo fato de que os recursos públicos é que deviam sustentar as iniciativas particulares. “O setor privado se alia a grupos dentro da administração pública com o objetivo de garantir verbas e privilégios.” (BAZÍLIO, 1996, p.205).

De 1920 até o ano de 1980, teve início um período com características vinculadas ao corpo jurídico criado pelo Estado brasileiro para atender à infância. Ou seja, foram criados institutos específicos para atendimento desse segmento da população, a exemplo do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, criado em 1942 e ligado ao Ministério da Justiça, com enfoque correcional e equivalente ao Sistema Penitenciário para atendimento ao menor de idade.

Na mesma época, ainda no Governo Getúlio Vargas, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o objetivo de apoiar os combatentes da IIª Guerra Mundial e suas famílias. Posteriormente, se estabeleceu “como instituição de assistência suplementar para a sociedade civil de modo geral.” (SILVA, 2004, p. 23).

A sociedade brasileira muito lutou para acabar com o SAM, porque suas práticas eram tipicamente repressivas e, no ano de 1964, no início do Regime Militar, foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) através da Lei 4.513/64 cuja proposta, claramente assistencialista, seria executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Seu objetivo era dar um caráter nacional à política de bem-estar de crianças e adolescentes e, assim como o SAM, atuou como dinamizador de instituições totais. As instituições totais são definidas por Erving Goffman da seguinte forma:

> Quando resenhamos as diferentes instituições da nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" que outras. Seu "fechamento", ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e a proibições a saídas que muitas vezes são incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos de água, florestas ou pântanos, A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais e desejo explorar suas características. (GOFFMAN, 1987, p. 16).

As instituições totais estiveram presentes desde o século XVIII, mas, o Estado brasileiro entre o ano de 1920 e de 1980,

> ... privilegiou os internatos como alternativa de atendimento. Tanto instituições públicas como privadas recorreram sistematicamente aos muros, grades, ao fechamento, à clausura. A tentativa era circunscrever ou isolar o problema daqueles que se tinham desviado de padrões de comportamento ou conduta ditos normais. Tratava-se, como nos explica Foucault, do exercício do poder de modo a domesticar o corpo para controlar a alma. (BAZÍLIO, 1996, p.205).

No ano de 1979 foi aprovado o Código de Menores através da Lei 6.697/79, que "tratava da proteção e da vigilância às crianças e aos adolescentes considerados em situação irregular e se constituía num único conjunto de medidas destinadas, indiferentemente, a menores de 18 anos autores de ato infracional, carentes ou abandonados..." (SILVA, 2004, p. 24).

O Código de Menores previa que o menor, autor de infração teria direito à prisão especial; o menor de 14 anos não poderia ser submetido a processo penal; aquele com idade superior a 14 e inferior a 18 anos teria processo especial com a instituição da liberdade vigiada, deixando o jovem aos cuidados da família ou responsável. Sobre as questões relacionadas ao trabalho, ficou proibida atividade para menores de 12 e de 14 anos que não tivessem concluído a instrução primária; o trabalho noturno, prejudicial à saúde e à moral, foi vedado a menores de 18 anos. Tais proibições deveriam ser acompanhadas por fiscalização e multa à empresa infratora.

De acordo com Colucci e outros[27] citados por Coelho (2005) durante os anos 70, foram criados programas alternativos para "meninos de rua" para contornar vários problemas como: presença de grande contingente de crianças perambulando pelas ruas;

[27] COLUCCI, Viviane et al. **A erradicação do trabalho infantil e a proteção do adolescente no trabalho.** Florianópolis: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Adolescente no Trabalho, 1999 (caderno 1 — Trabalho educativo).

envolvimento crescente de menores no cometimento de delitos e uso de drogas. A avaliação desse contexto era de que a escola e a família estavam falhando em suas obrigações, dentre outras. Entretanto, fica nítido o caráter assistencialista e clientelista no desenvolvimento dos projetos e alternativas para atender a esse público e é no final dos anos 1970 que surge um movimento social com nova visão sobre crianças e adolescentes. Essa nova visão os considera como sujeitos de sua história e evidenciou a "perversidade e ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições." (SILVA, 2004, p. 24). Além disso, nesse período teve início um movimento de educar os menores para e pelo trabalho, uma vez que a política de internação estava desvalorizada, com custos elevados para o orçamento público. A opção passou a ser, portanto, pelos programas abertos que tornassem o jovem produtivo para a sociedade. (BAZÍLIO, 1996)

Os anos 80 se caracterizaram pelo início da abertura democrática e pelo desmonte das instituições de atendimento a "menores" que eram baseadas em legislação e políticas consideradas representativas do arcabouço autoritário do período anterior. O "menino de rua", afirma Silva (2004), torna-se emblema da situação da criança e adolescente no Brasil, sendo o símbolo do "menor" de idade que também se torna sinônimo de "pivete" ou "trombadinha" nos centros urbanos. As discussões em torno desse tema levam à criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte, em 1986.

O marco na garantia de direitos nessa fase é a nova Constituição Brasileira em 1988, que passou a contemplar a proteção integral à criança e adolescente, especialmente nos artigos 227 e 228. Esses artigos atribuem à família, sociedade e ao Estado as responsabilidades sobre crianças e adolescentes em relação à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Além disso, a Nova Constituição introduziu o conceito de seguridade social e agrupou as políticas de assistência, previdência social e saúde.

O coroamento da doutrina de proteção integral a crianças e adolescentes foi em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), "única legislação no contexto latino americano adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança." (SILVA, 2004, p.24). É importante destacar que o direito brasileiro adota alguns princípios ditados pela política internacional no tocante ao trabalho infanto-juvenil, a exemplo de convenções da Organização Internacional do Trabalho

(OIT), que foram ratificadas e passaram a ser de observância obrigatória no território brasileiro.

O ECA dispõe sobre “a proteção integral à criança e ao adolescente” (art.1º) e estabelece que além “dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, a criança e o adolescente gozam de “proteção integral” e de todas as “oportunidades e facilidades” que proporcionem o “crescimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (art. 3º). (BRASIL, 1990).

Esse Estatuto garante à criança e ao adolescente alguns direitos como a educação integral, cujo objetivo é o preparar para o exercício da cidadania, além de o qualificar para o trabalho através de ensino fundamental obrigatório e gratuito, acesso a níveis educacionais superiores, ensino noturno voltado ao adolescente trabalhador, oportunidade de acesso à escola pública gratuita. Quanto à profissionalização e proteção do trabalho do menor, são ratificadas regras e princípios estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou na Constituição Federal. (VASCONCELOS, 1998).

> Distinguem-se as seguintes situações: a) o adolescente, maior de 16 anos, que simplesmente trabalhe e que tem garantia de todos os direitos relativos à proteção do trabalho em geral, além do direito à proteção específica relacionada ao trabalho do menor adolescente (CF/88, CLT e ECA); b) menor aprendiz, que se sujeita à “formação técnico profissional” segundo as diretrizes e bases fixadas em legislação própria (art.62, ECA); c) e o adolescente que realiza “trabalho educativo” que é “... a atividades laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (art.68, §1º, ECA). (VASCONCELOS, 1998, p. 206).

O ECA criou o trabalho educativo, caracterizado como “atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo.” (BRASIL, 1990, §1º, artigo 68).

Entretanto, Coelho (2005) salienta a dúvida em relação ao conteúdo e alcance dessa definição de trabalho educativo que, para alguns estudiosos significa “mera forma de ocupar os adolescentes” ou “mera intermediação de mão de obra”, em que os menores se tornam geradores de renda para amenizar a situação financeira familiar. Além disso, para os juristas, a atividade desenvolvida nos programas que envolvem o trabalho educativo, não se qualificam como trabalho.

Em relação à visão do trabalho de adolescentes e à prática de ressocialização de menores em situação de vulnerabilidade social, é importante retomar o final da década

de 1970 e o decorrer dos anos 80 como os períodos em que o trabalho de adolescentes passou a ser visto pelo foco da educação através de diferentes propostas.

Naquela época, muito se falou em geração de renda, cooperativismo, trabalhador autônomo e a tendência sempre foi priorizar o trabalho do menor como forma de reintegração e ressocialização. Seria uma forma de reeducar através do trabalho. Por meio desses discursos, era possível justificar a presença e participação de jovens no mercado de trabalho. Mas, fica evidente que os jovens que se encaixam nessa proposta são aqueles que já trabalham ou aqueles oriundos de classe social em que a inserção na esfera produtiva é tida como natural.

Nesse sentido, o princípio norteador das práticas educacionais passa a ser a categoria "trabalho" como valor e representação das práticas educacionais dos anos 80.

> "Educação para e pelo trabalho". Tanto os organismos vinculados ao sistema oficial de atendimento – Funabem e Febem – , quanto as entidades particulares que receberam recursos párias públicos (grupos, igrejas, escolas, prefeituras) passam a orientar suas ações pelo novo discurso. (BAZÍLIO, 1996, p. 209).

Bazílio (1996) afirma que, ao longo da história de atendimento à infância e ao adolescente no Brasil, várias alternativas foram formuladas e a maioria privilegiava o trabalho como princípio educativo. A tendência que se percebe na década de 1980 é, portanto, associar o trabalho educativo à dimensão produtiva.

O trabalho educativo propõe como objetivo fundamental a educação e não a entrada no mercado de trabalho sem qualificação. Portanto, não é qualquer atividade laboral que pode ser tomada como educativa. Somente aquelas que se inserem como parte de projeto pedagógico e visa o desenvolvimento pessoal e social do jovem são consideradas no escopo do trabalho educativo. Enfim, o trabalho do jovem deve atender, segundo o ECA, "à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento." (BRASIL, 1990).

> Tal modalidade de trabalho é perfeitamente adequada a integrar programas de atendimento a adolescentes, sobremodo aqueles que, dada sua condição social, de outro modo dificilmente alcançariam oportunidade no mercado de trabalho, e que tenham como preocupação absorver meninos de rua e prepará-los para o mercado de trabalho. (OLIVEIRA apud VASCONCELOS, 1998, p. 210).

Várias propostas de atendimento foram desenvolvidas e podem ser sistematizadas da seguinte forma. (PINTO[28] apud BAZÍLIO,1996, p.210):

a) Propostas cujo discurso se preocupava com a necessidade de recuperação da situação precária de sobrevivência de menores por causa de sua miséria. Nesses programas, o trabalho é sinônimo de emprego ou outra forma de obtenção de renda. Seria **adequar o menor ao trabalho**, onde o fundamental é que o jovem se adapte às exigências do mercado de trabalho e às formas organizacionais já existentes.

b) Programas cuja preocupação é mudar o grupo de origem da criança ou jovem. Aqui, o pressuposto é que o menor de rua é símbolo das desigualdades sociais e, por isto, para acabar com essa problemática, é necessário por fim à miséria que seu grupo social vive. Nesse caso, seria **adequar o trabalho ao menor,** ou seja, desenvolver uma consciência social do público-alvo, transformando-o em agente de mudança de seu grupo de origem. Nessa abordagem, o trabalho se caracteriza por gerar novas relações sociais e processos de mudança do que gerar renda.

c) A abordagem que coloca o **menor como ser capaz** enfatiza a capacidade do adolescente, reunindo condições necessárias para a superação de sua pobreza. Suas estratégias estão focadas na potencialidade e não na capacidade do menor, atua sobre o que ele tem antes de suprir o que não tem.

Percebe-se, portanto, a tendência dos programas criados nesse contexto, em associar trabalho educativo unicamente à dimensão produtiva e, no contexto em que o Brasil buscava a via democrática para resolver conflitos nos anos 80, surgiram algumas propostas de profissionalização de adolescentes das classes populares. Uma dessas propostas que é diretamente importante para o escopo deste trabalho, foi o denominado Programa Bom Menino, cujo objetivo era vincular o “menor assistido” com idade de 12 a 18 anos ao trabalho.

O Programa Bom Menino foi destinado à iniciação ao trabalho do menor assistido, que passou a ter direitos de natureza trabalhista, por exemplo, férias de 30 dias, jornada de trabalho reduzida, bolsa cujo valor era a partir de meio salário mínimo com anotações na carteira de trabalho, mesmo sem vínculo empregatício.

[28] PINTO, Lúcia Luiz. **Educação para e pelo trabalho**: proposta revolucionária ou nova forma de controle. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1988.

> A proposta era a criação de uma bolsa de trabalho, tornando-se obrigatória a freqüência a escola. Toda a empresa com mais de 5 funcionários seria obrigada a ter 5% de seu pessoal com essa forma de contrato (utilização de mão de obra dos menores), com jornada máxima de 4 horas e remuneração de meio salário mínimo. A legislação definia que não se tratava de vínculo empregatício, estando o empresário livre dos encargos previdenciários ou depósito do FGTS. (BAZÍLIO, 1996, p. 214).

Entretanto, sua finalidade era assistencial, em que as empresas contratavam crianças e adolescentes carentes por quatro horas diárias, e pagavam meio salário mínimo e nenhum outro direito trabalhista ou previdenciário, preservando-se, apenas, a sua obrigação do comparecimento escolar. É que o fato de serem crianças e adolescentes pobres, não justifica mais o seu trabalho em condições de inferioridade em relação aos outros trabalhadores adultos, também carentes, via de regra.

Diante de tantos questionamentos e resultados que se mostraram abaixo do que se previa o Programa Bom Menino está entre alguns programas que foram abandonados e desacreditados pela sociedade. Segundo aponta Bazílio (1996), esse tipo de Programa passou a ser visto muito mais como propaganda do governo do que um serviço aos adolescentes. Nos anos 90, portanto, a tendência passa a ser a valorização da escolarização como prioridade dos programas de formação profissional e seus objetivos se ampliam, incluindo manter os adolescentes por mais tempo na escola, melhorar a qualidade dos conteúdos aprendidos, promover uma formação mais ampla e geral, abstrata e desenvolver linguagem e conceitos matemáticos. Essa mudança aconteceu porque “a formação profissional do adolescente proveniente das classes populares, desde o século XVIII, sempre privilegiou a prática, a formação direta nas oficinas. Nunca se preocupou com as “letras”, sempre com as ações.” (BAZÍLIO, 1996, p. 215). Esse pensamento induz a conclusão de que uma sólida formação escolar é que possibilita uma inserção no mundo da produção, principalmente quando se está diante de uma mão de obra formada disponível em determinada região e com a qual o público desses programas irá concorrer. Desa “inovação” em relação aos programas voltados para a inserção do jovem no mercado originam-se os Programas de Aprendizagem, em que as exigências pedagógicas em relação ao desenvolvimento pessoal e social do educando devem prevalecer sobre o aspecto produtivo, de acordo com o § 1º do artigo 68 do ECA. Cabe ressaltar que a possibilidade de ser remunerado pelo trabalho

desenvolvido não elimina o caráter educativo desse tipo de Programa, o que também está definido no § 2º do artigo 68 do ECA

> Art. 68: O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.
> § 1º - Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoaldo educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
> § 2º - A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo. (BRASIL, 1990).

A aprendizagem distingue-se do trabalho educativo porque se desvincula da relação aluno/escola ou aprendiz/empresa. “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases de legislação de educação em vigor” (BRASIL, 1990, art.62). A característica da aprendizagem é, portanto, a inclusão de capacitação técnico-profissional e a possibilidade de aprendizado.

O ECA amplia esse conceito de aprendizagem e inclui todos os meios de formação técnico profissional, como o estágio profissionalizante e a aprendizagem prevista na CLT. O contrato de aprendizagem clássico, previsto pela CLT, implica a inserção do SENAI, SENAC, SENAR e do SENAT na relação de trabalho e enseja todos os direitos trabalhistas, admitindo salário inferior ao mínimo.

4.2 Requalificação do Hipercentro: para onde irão os meninos de rua?

Na Região Metropolitana de BH existe um grande contingente de jovens aguardando uma oportunidade de inserção profissional no mercado. Entretanto, é perceptível um crescente desemprego nesse grupo. Além disso, o mercado de trabalho vem se tornando mais competitivo, exigindo educação e qualificação profissional.

Nesse contexto, a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL/BH emerge enquanto entidade de classe cuja missão é servir, representar e fortalecer o comércio de Belo Horizonte, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

Suas atividades iniciaram na década de 1960 com o nome de Clube de Diretores Lojistas de Belo Horizonte e assumiu o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC.

Reconhecido como utilidade pública, atuou no combate à elevação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM. Posteriormente, nos anos 70, atuou junto à entidades empresariais pela instalação de um pólo siderúrgico em Minas Gerais, que culminou com a inauguração da Açominas. Neste período, também iniciou um movimento de reivindicações junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para solucionar problemas cotidianos relacionados ao comércio.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, o CDL criou, nos anos 80, a Fundação CDL Pró-Criança, para minimizar ou solucionar os problemas sociais que impactavam negativamente o comércio da região centro-sul da cidade. Esses problemas estavam relacionados à presença de ambulantes e camelôs e a pequenos delitos que crianças e adolescentes cometiam com os transeuntes. A Fundação emerge, portanto, para fomentar o desenvolvimento da criança e do adolescente por meio de diferentes projetos.

É importante compreender o contexto em que a Fundação CDL Pró-Criança foi criada, uma vez que o Programa Educação & Trabalho articula não somente o marco legal através da Lei da Aprendizagem, mas, também, institutos de proteção e amparo da criança e do adolescente que traçam sua trajetória desde a época do descobrimento do Brasil. Nesse sentido, faz-se importante uma visão abrangente sobre o desenvolvimento dos institutos de proteção e amparo a criança e ao adolescente, no contexto brasileiro, para que se traga luz ao entendimento e compreensão dos efeitos da Lei da Aprendizagem e seus desdobramentos, através de Programas de Qualificação, a exemplo do Programa Educação & Trabalho - PET.

O Código de Menores de 1979 é fundamental no contexto em que a Fundação CDL Pró-Criança foi instituída porque foi ele que possibilitou a criação de programas como o Bom Menino, primeira atividade da Fundação CDL Pró-Criança.

Suas atividades começaram nesse contexto de discussão sobre os problemas que envolviam crianças e adolescentes, e quais medidas mais pertinentes para retirá-los das ruas e de situações de criminalidade. Inicialmente, foi constituída uma comissão para tratar o problema de menores de idade que circulavam pela região central da cidade de Belo Horizonte. Esses menores eram conhecidos popularmente como “pivetes”, cujo fluxo era intenso, com prática de pequenos delitos. Isso atrapalhava o fluxo do comércio porque as pessoas ficavam com medo ir ao centro da cidade e serem assaltadas ou furtadas. Com isso, começaram as reclamações dos lojistas devido à queda nas vendas, prejudicando suas atividades econômicas. Além dos chamados “pivetes”, o centro

contava ainda com elevado número de camelôs e desocupados, que perambulavam pelas ruas da cidade. Tudo isso acabava afastando as pessoas do comércio, pois, evitavam frequentar as ruas da cidade para evitar o risco de serem assaltadas. Com isso, o comércio regional nos bairros também foi se alterando devido à necessidade das pessoas de consumirem e realizarem determinados serviços e/ou atividades e compras, comerciantes começaram a atuar nos bairros e muitos foram se tornando independentes do centro da cidade. Muitos bairros começaram a contar com bancos, lojas e serviços básicos, o que evitava a ida das pessoas ao centro da cidade.

De acordo com relatos do Diretor Social da Fundação, existe uma relação entre o início das atividades da Fundação e algumas ações empreendidas, segundo ele, “a favor de uma convivência equilibrada porque o centro da cidade estava impraticável”. Ele se refere às políticas de requalificação empreendidas no Hipercentro da cidade de Belo Horizonte que foram agrupadas no Projeto Centro Vivo. Esse Projeto teve como objetivo a reabilitação urbana no Hipercentro de Belo Horizonte, considerado pela área delimitada pelas Avenidas Bias Fortes, Praça Raul Soares, Avenida Álvares Cabral, Rua dos Timbiras, Parque Municipal, Avenida Francisco Sales, Rua Itambé, Rua Sapucaí, Avenida do Contorno e Rodoviária. Esse eixo se integra aos demais espaços urbanos devido à circulação de transportes coletivos, além de ter fácil acesso e boa infraestrutura, com comércio e serviços amplos e diversificados. Entretanto, a definição para essa área acaba sendo apenas uma formalidade, pois, os sentidos atribuídos a ela são infindáveis e o Hipercentro é visto como espaço degradado, com necessidades de recuperação, lugar perigoso por causa da criminalidade, espaço de residência, trabalho, manifestações políticas e artísticas, dentre outros. (JAYME; NEVES, 2010).

Além de pequenos delitos cometidos por crianças e adolescentes, os comerciantes reclamavam muito do comércio informal, praticado por camelôs no centro da cidade. O trabalho informal possui registros na cidade de Belo Horizonte desde o início de sua fundação, quando os vendedores ambulantes e mascates comercializavam seus produtos em domicílio e recebiam o pagamento das compras em prestações. (NEVES; JAYME; ZAMBELLI, 2006). Esses trabalhadores foram muito importantes, porque na capital mineira havia um problema relacionado ao abastecimento de produtos de subsistência. Os mascates vendiam produtos manufaturados e isso causava problema com o setor público, porque vendiam produtos com preço baixo, o que levava a uma concorrência considerada desleal com o comércio. Além disso, os mascates não pagavam impostos, suas mercadorias eram tidas como sendo de qualidade inferior. “Assim, em 1908,

instituiu-se uma taxa de impostos aos mascates, além de multa àqueles que não tivessem licença da prefeitura.” (JAYME; NEVES, 2010, p. 605).

No final dos anos 60 o crescimento populacional que neste período passou de 693.328 para 1.235.030 habitantes, foi influenciado pelo crescimento da indústria de bens intermediários e Belo Horizonte tornou-se “o principal núcleo dinâmico do Estado, fato esse que atraiu grande número de migrantes do interior do Estado à procura de emprego e melhores condições de vida.” (NEVES; JAYME; ZAMBELLI, 2006, p.1). A esse crescimento populacional e desenvolvimento da indústria, soma-se o agravamento do desemprego nos anos 80, que levou vários trabalhadores para o setor informal como alternativa de sobrevivência. Foi nesse período que a categoria de trabalhadores informais, consideradas à margem da ilegalidade cresceu.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve, portanto, uma ocupação ostensiva da região central pelos vendedores ambulantes (camelôs e toreros) transformando as calçadas em “verdadeiros mercados” com produtos e preços variados, em geral inferiores aos oferecidos pelas lojas.

> Com a ocupação desses trabalhadores na região central de Belo Horizonte, as calçadas se transformaram em verdadeiros mercados, com produtos oferecidos a preços bem inferiores aos verificados nas lojas, desencadeando forte concorrência com os comerciantes já estabelecidos na região. (NEVES; JAYME; ZAMBELLI, 2006, p.2).

A partir dessa expansão das atividades de camelôs no centro da cidade, várias políticas públicas foram criadas para minimizar o problema e organizar a região. (NEVES, JAYME; ZAMBELLI, 2006). Em 1984, foi sancionada a Lei 3.481 que concedia uma licença aos camelôs para que exercessem suas atividades no espaço da rua, a partir do pagamento de uma taxa anual, sendo submetidos a padrões determinados pela Prefeitura. Além disso, a concessão da licença estava vinculada ao levantamento socioeconômico, exceto aqueles camelôs que comprovassem mais de cinco anos na profissão. Essa licença também determinava algumas obrigações aos camelôs: manter a banca em bom estado de conservação; portar cartão de licenciado; não explorar mais de uma banca; não comercializar verdura, alimentos preparados no local e bebidas alcoólicas; não utilizar gás ou outras fontes de energia.

A legislação que concedia licença aos camelôs foi passando por algumas transformações e o número de camelôs e toreros na região central aumentou

significativamente, expandido “a apropriação dos espaços públicos por esta categoria.” (NEVES; JAYME; ZAMBELLI, 2006, p.4).

As primeiras intervenções do Programa Centro Vivo foram iniciadas em julho de 2003, através do Código de Posturas (Lei 8616/03), cujo objetivo é de reequilibrar e harmonizar o espaço urbano através do disciplinamento dos comportamentos. Dentre outras coisas, o Código determinava a retirada dos camelôs das ruas da região central e sua transferência para os shoppings populares. A construção desses shoppings é resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e o setor privado.

Por parte da esfera pública, além da retirada dos camelôs outras ações também foram realizadas em busca da valorização do centro da cidade, tornando-o mais habitável e trazendo a população para consumir novamente no comércio da região central.

Diante desse cenário, em que o comércio ambulante atrapalhava as vendas das lojas e as pessoas ficavam com medo de ir ao centro da cidade e ser assaltadas pelos chamados “pivetes”, os empresários começaram a se organizar para resolver ou amenizar esses problemas. Isso demonstra que o espaço público se tornou um lugar de conflito por ser aberto a todos os grupos (sujeitos), em diferentes posições na hierarquia social.

> O espaço público, pelo menos idealmente, é o lugar da diferença, da heterogeneidade, do encontro com estranhos. Tal definição decorre do fato de que esse espaço é (ou deveria ser) aberto e, daí, é acessível a todos. Por outro lado, esse acesso não significa ausência do conflito; pelo contrário, muitas vezes, as diferenças no uso do mesmo espaço podem revelar desigualdades e hierarquias. (JAYME; NEVES, 2010, p. 609).

A partir desse conflito, e sendo uma entidade de classe dos empresários do comércio de Belo Horizonte, e para atender à demanda de seus associados, que na época reclamavam dessas questões, a CDL criou uma comissão para tratar desses assuntos e propor soluções. Foi dessa comissão que surgiu a Fundação CDL-Pró-Criança, cujo foco inicial era cuidar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A Fundação começou suas atividades com incentivos às creches e escolas nas periferias (1986 a 1990), através de arrecadação de fundos junto a seus associados e empresários. Houve uma percepção de que o adolescente que perambulava pelas ruas do centro sempre estava acompanhado de crianças menores e, por esse motivo, a Fundação

incentivou as creches da periferia através do fomento financeiro, com programas de arrecadação de recursos. O objetivo era possibilitar que essas instituições atendessem a um público maior e, desse modo, mantivessem as crianças e adolescentes em seus bairros e no ambiente escolar, evitando que eles cometessem pequenos delitos no centro da cidade. Nessa época, foi criado o PROMAN, coordenado pela Fundação CDL, com o objetivo de evitar a infração e reeducar, em parceria com a Polícia Militar, os jovens que cometiam pequenos delitos no centro da cidade. As crianças e adolescentes eram acolhidos nos quartéis e lá eles tinham a oportunidade de praticar esportes, lazer, tinham alimentação e faziam sua higiene pessoal. Os Salesianos também participavam e havia ainda parceria com o poder público e entidades filantrópicas. A Fundação CDL apoiava através de recursos materiais e, com esse Projeto, impedia que os menores ficassem perambulando pelas ruas. Entretanto, era necessário pensar não somente no acolhimento destes jovens, mas, sobretudo no desenvolvimento deles, de modo a dar sustentabilidade ao projeto.

A partir do Artigo 4º do decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a iniciação ao trabalho do menor assistido, foi instituído o Programa do Bom Menino em âmbito federal, e a Fundação enxergou nessa proposta a solução para os problemas que os comerciantes do Hipercentro de Belo Horizonte enfrentavam. A Instituição, através de parceria com empresas públicas, que contratavam os jovens, iniciou o Programa Bom Menino. “As empresas deverão admitir, como assistidos, com duração de 4 (quatro) horas diárias de trabalho e sem vinculação com previdência social, menores entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, que freqüentem escola.” (BRASIL, 1986, art. 4º).

Esse Programa se justificava pela prevenção da criminalidade e atendia, portanto, aos interesses dos empresários do comércio da região central de Belo Horizonte. O que essa proposta acarretava era a criação de uma reserva de mercado para os adolescentes e, de acordo com alguns autores, sua fundamentação era “adequar o trabalho ao menor”.

Segundo informações de um membro da diretoria da Fundação CDL, que trabalha lá desde sua fundação, o Programa Bom Menino foi a “semente” do Programa Educação & Trabalho, objeto deste estudo. Segundo ele, nesse momento, “a Fundação parou de pensar em mero assistencialismo e passou apensar no desenvolvimento do adolescente” Esse diretor afirma que o obstáculo maior para o adolescente participar do mercado de trabalho é o seu despreparo e falta de qualificação. Assim, com o Programa

Bom Menino, a empresa destinava o recurso para a qualificação dos jovens que eram, assim, retirados das ruas de Belo Horizonte e inseridos no contexto do trabalho como forma de ressocialização.

Foi um Programa com rápido desenvolvimento, em que cada empresa era gestora do programa. Mas, é importante ressaltar que, de acordo com informações da Fundação CDL, as empresas não eram obrigadas a participar, ou seja, não havia uma cota a cumprir. Elas aderiam ao Programa devido ao incentivo de baixos encargos sociais.

Para execução desse Programa, a Fundação utilizou a estrutura administrativa da FEBEM, e as entrevistas realizadas com os jovens eram realizadas pelas psicólogas desta Instituição. Os funcionários entrevistavam as famílias, adolescentes, encaminhavam às empresas e acompanhavam os adolescentes. A divulgação do programa era feita nas escolas e nas comunidades e seu foco eram jovens na faixa etária entre 12 e 14 anos. O público atendido era composto por adolescentes em condição de risco social (tinham entrado na escola, tinham família, mas, estavam em condição de risco). “O adolescente permanecia dois anos na empresa e depois entrava para o mercado de trabalho”, afirma o Diretor.

A Fundação presidiu esse Projeto cuja doutrina, segundo o diretor entrevistado, era melhorar a capacidade de viver na cidade e a estratégia era a **educação para o trabalho**, feita nas empresas. Desse modo, “o lucro vem do trabalho”, afirma esse diretor. Essa concepção está presente no conceito de trabalho educativo citado anteriormente. Segundo Vasconcelos (1998), existe um duplo aspecto no trabalho educativo, sendo eles a **educação pelo trabalho** cuja vivência e experiência dos adolescentes são angariadas com orientação e acompanhamento da entidade responsável, durante o desempenho no trabalho. O outro aspecto é o da **educação para o trabalho**, presente no Programa Bom Menino, em que ocorre uma preparação e treinamento dos adolescentes para o trabalho.

Esse tipo de trabalho foi, portanto, uma forma de inserir a dimensão do trabalho num programa geral de formação do menor, como um instrumento de socialização e preparação desse sujeito para lidar, futuramente, no mundo do trabalho. (VASCONCELOS, 1998).

Em entrevista, o Diretor Institucional da Fundação CDL credita à entidade uma grande contribuição no projeto de revitalização do Hipercentro de Belo Horizonte – Programa Centro Vivo. Pois o Programa Bom Menino, ao direcionar suas ações aos

jovens infratores que cometiam delitos no hipercentro da cidade, contribuiu para a queda no índice de pequenos furtos na região. Esta constatação reforça o que o Diretor afirmou durante a entrevista, de que a "requalificação urbana também passa pela revitalização das pessoas". Outras ações também contribuíram nesse processo de revitalização, a exemplo da retirada de camelôs, Programa Olho Vivo, melhoria do equipamento urbano (serviços, passarelas, etc.), valorização das lojas, fachadas: "... o centro ficou mais alegre..."; "... os habitantes passaram a valorizar mais o centro a partir das modificações feitas", acredita o Diretor da Fundação CDL ao atribuir à revitalização do Hipercentro de BH um papel importante na qualidade de vida das pessoas e, principalmente, na prosperidade do comércio.

4.3 O Programa Educação & Trabalho

A CDL, propondo continuar investindo em programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, após o Programa Bom Menino, deu início a um novo Programa denominado Programa Educar e Crescer – PEC, num convênio firmado com o Banco do Brasil. Esse Programa foi criado a partir do Programa Jovem Trabalhador do Banco do Brasil no ano de 2001, que oferecia oportunidades de trabalho e qualificação para os jovens, baseado no Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Aprendizagem. O Programa atendia jovens com idade entre 16 e 17 anos e 10 meses, e funcionava através de convênio entre o banco e a Fundação CDL, que no momento era tida como entidade que cuidava de adolescentes carentes, devido à repercussão do Bom Menino. A Fundação CDL era a entidade conveniada para executar a qualificação dos jovens e, na prática, cuidava da seleção dos jovens de acordo com o perfil de vagas disponibilizadas pelo banco e de uma etapa do curso de qualificação. Os participantes deveriam ser oriundos de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, estar cursando pelo menos a 7ª série do ensino fundamental II ou o equivalente supletivo.

A grade de treinamento foi criada pelo banco e previa que os jovens aprendessem os serviços bancários. Essa grade era dividida em quatro módulos e o treinamento era realizado em paralelo ao trabalho no banco. O conteúdo desde treinamento abrangia teoria e prática dos serviços bancários, valores éticos e profissionais e cidadania. No início, o treinamento era todo ministrado pelo banco e,

posteriormente, a carga horária foi ampliada e o módulo sobre o tema cidadania passou a ser ministrado pela Fundação CDL.

Os jovens desenvolviam no banco trabalhos como troca de cartuchos de impressoras, arquivamento de documentos, operação de xerox, transporte de documentos internamente. A remuneração era um salário mínimo, incluindo vale-transporte e vale-refeição[29].

Entretanto, segundo entrevista com o ex-gerente educacional da Fundação, a CDL começou não havia uma identidade entre sua proposta e o que o Banco do Brasil propunha. Pois, a partir do ano de 2000, através da Lei da Aprendizagem – Lei 10.097/2000, que regulamenta o trabalho de adolescentes, a Fundação passou a preocupar-se mais fortemente com a qualificação do segmento jovem atrelada à inserção no mercado de trabalho. Além disso, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE intensificou a fiscalização das cotas empresariais e, consequentemente, a demanda das empresas pela contratação de aprendizes aumentou e, a partir do ano de 2006, a Fundação CDL passou a atender empresas privadas.

Nesse mesmo ano, nasceu o Programa de Educação & Trabalho – PET, fonte da pesquisa realizada nesta tese. A Fundação abriu uma turma com 13 alunos para o curso de Auxiliar Administrativo para atender à demanda de cinco empresas. Todos os jovens foram qualificados e inseridos como aprendizes no mercado de trabalho e a procura por parte das empresas foi aumentando. Nesse período, os cursos eram realizados nas comunidades e foram abertas turmas na Vila Pinho, no bairro Planalto, e nos seguintes núcleos do Programa Fica Vivo: Alto Vera Cruz, Taquaril, Cabana do Pai Tomás, Conjunto Felicidade, Morro das Pedras, Pedreira Prado Lopes e Ribeiro de Abreu.

A divulgação dos cursos era feita na própria comunidade pelos parceiros locais. Os cursos possuíam 60 horas/aula divididas da seguinte forma: 20h (cidadania) e 40h (temas específicos/auxiliar administrativo). A organização curricular do curso de Auxiliar Administrativo com carga horária de 40 horas era a seguinte:

a) - Profissionalização
b) - As atribuições do auxiliar administrativo
c) - A organização nos serviços de apoio administrativo
d) - Administração do tempo

[29] Devido à falta de documentação na Fundação CDL que pudesse respaldar a informação preliminar coletada em entrevista com o diretor social, estas informações foram retiradas do site do Banco do Brasil: www.bb.com.br/portalbb.

e) - Organização de atividades
   a) - Agenda
   b) - Arquivos
c) - Comunicação
d) - Como escrever melhor
e) - Redação de documentos
f) - A documentação empresarial
g) - Documentos de atividade empresarial
h) - Comunicando-se em inglês e espanhol
i) - Terceirização
j) - Qualidade total – Círculos de controle da qualidade e “5 S”
k) O módulo de 20 horas que trata o tema Cidadania aborda os temas:
l) - Ética
m) - Globalização
n) - Sexualidade
o) - Doenças sexualmente transmissíveis
p) - Empregabilidade
q) - Como elaborar um currículo
r) - Drogas
s) - Meio ambiente e saúde

Ao final do curso, os educadores indicavam os adolescentes com melhor avaliação, para serem encaminhados para a aprendizagem nas empresas solicitantes. Entretanto, o ex-gerente da Fundação CDL esclareceu, em entrevista, que os cursos de qualificação não garantiam a absorção de todos os participantes nas empresas.

A partir do ano de 2008, os cursos foram levados para a sede da Fundação CDL e saíram das comunidades. Apenas a Vila Pinho e o bairro Planalto mantiveram seus cursos através da parceria com a editora “O Lutador”, e são realizados uma vez por ano.

O PET já passou por várias reformulações e alterações, e a última a que se teve acesso durante a fase de pesquisa desta tese ocorreu no ano de 2009 e foi a inclusão do curso de Iniciação Profissional no Programa Cidadania Digital como primeira fase do PET.

O Programa Cidadania Digital é uma parceria da Fundação CDL com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Trata-se de cursos gratuitos, presenciais ou à distância, para atender à necessidade do mercado de manter profissionais atualizados

com as tecnologias utilizadas no comércio e serviços, voltados para atender indivíduos residentes em comunidades consideradas como sendo de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[30].

Após a divulgação do curso que ocorre por meios como cartazes em empresas e pelo "boca-a-boca" de quem já participou ou trabalha na CDL, os interessados fazem sua inscrição na Fundação e, após a seleção feita por uma equipe de psicólogas, assistentes sociais e pedagogas da Fundação CDL, em que são realizadas entrevistas e dinâmicas de grupo, além da avaliação socioeconômica a fim de verificar se o jovem está na faixa econômica, alvo do Programa. Se selecionado, o jovem é encaminhado para o curso de Iniciação Profissional. Nesse curso os jovens têm as seguintes matérias: autoconhecimento, planejamento profissional, mercado de trabalho, marketing pessoal, comunicação, organização empresarial, comunicação aplicada à informática. Essa carga horária ainda não faz parte do Programa de Aprendizagem. Trata-se de um curso do Programa Cidadania Digital, que passou a ser utilizado como fase inicial do PET, a partir do qual são encaminhados os jovens que apresentam um desempenho satisfatório. Vale ressaltar que este ingresso não é imediato, ou seja, eles ainda não são encaminhados para as empresas, mas, para o chamado "banco de habilitados" da Fundação, onde os empresários que necessitam contratar aprendizes buscam o perfil desejado. Somente quando são contratados pela empresa passam, a fazer parte do PET e tornam-se aprendizes.

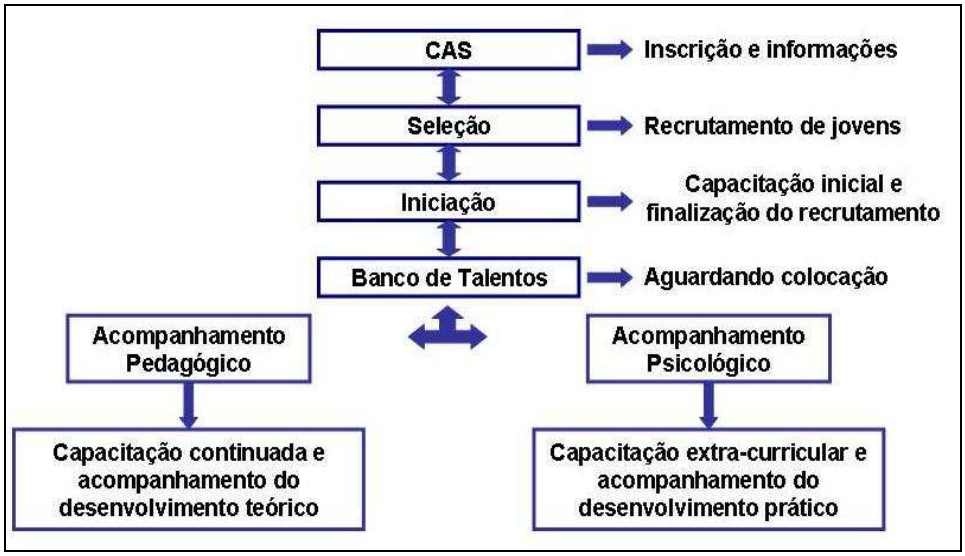
Ao serem contratados, passam a ter uma carga horária de capacitação específica, realizada na Fundação CDL, denominada parte teórica do Programa e uma carga horária de trabalho na empresa, que compõe a parte prática. A formação teórica possui uma carga horária de 400 horas, e a prática de 1.084 horas. A carga horária total do Programa é de 1.484 horas ao longo de 18 meses. Atualmente, o PET oferece os seguintes cursos específicos no processo de aprendizagem: Auxiliar Administrativo, Comércio e Serviço e Logística (Almoxarife).

Esse Programa segue um fluxo que começa com a divulgação do curso de Iniciação Profissional para adolescentes residentes em comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), inscrições na Fundação CDL, seleção, curso de

[30] Índice utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país levando-se em consideração os seguintes aspectos: renda per capita (toda a riqueza produzida ao longo de um ano dividida aritmeticamente por sua população), longevidade (a expectativa de vida da população) e escolaridade (número de crianças alfabetizadas e regularmente matriculadas nas escolas).

iniciação profissional, banco de talentos, acompanhamento psicológico e acompanhamento pedagógico, conforme fluxograma abaixo:

Figura 1 –Fluxograma de Funcionamento do PET



Fonte: Fundação CDL Pró-Criança (2009)
Obs.: CAS significa Centro de Atendimento Social

4.3.1 Divulgação e Inscrições

Segundo relatos dos gestores do Programa na Fundação CDL, a divulgação não é muito ampla porque gera muita expectativa no público-alvo. É feita de forma mais modesta através do envio de cartazes para empresas (qualquer uma e qualquer setor) que são contratantes de aprendizes, para escolas e através dos próprios adolescentes e aprendizes participantes do Programa.

Para inscrever-se o adolescente deve atender aos seguintes requisitos: ter renda per capita de até um salário mínimo; cursar o ensino médio em curso (precisa estar matriculado em escola) ou já ter concluído; ser residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ter idade entre 16 e 20 anos.

No dia de uma das visitas à Fundação CDL para coleta de informações, as inscrições estavam sendo realizadas e a pesquisadora observou que foram distribuídas senhas e o atendimento que começou pela manhã e se estendeu ao longo do dia. Foi impressionante o tamanho da fila que começava na Sede da Fundação, localizada na Av.

João Pinheiro, ao lado do DETRAN, dobrava todo o quarteirão. Foi perceptível a presença de adolescentes e responsáveis que passaram horas para realizar sua inscrição. Segundo o ex-gerente da Fundação, as senhas são distribuídas e todos são atendidos no limite de senhas entregues.

4.3.2 A Seleção

Antes do ano de 2008, a seleção dos adolescentes para o PET era estruturada com as seguintes provas: conhecimentos gerais, matemática, comunicação (português) e uma entrevista coletiva cujo objetivo era o de perceber o jovem, como ele se apresentava e como se posicionava diante do grupo e do mercado de trabalho. Era um critério atitudinal. Posteriormente, os jovens participavam do curso de Auxiliar Administrativo com carga horária de 60 horas.

Atualmente, as provas iniciais foram suprimidas e todos são inscritos passam por uma palestra de esclarecimento, entrevistas e dinâmicas com a assistente social, as pedagogas e psicólogas do PET. Essa etapa tem o objetivo de avaliar o perfil socioeconômico e também atitudinal do jovem. Em seguida, ele é encaminhado para o curso de Iniciação Profissional, de 60 horas,[31] que ainda não é parte integrante do Programa de Aprendizagem. Sobre o conteúdo, não foi informado se ele sofreu alterações devido às dificuldades freqüentes no acesso à documentos do PET. No entanto, supõe-se que foram mantidos os mesmos temas, uma vez que a carga horária também foi mantida.

Esse curso inicial compõe o Programa “Cidadania Digital”, promovido através de um convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia. A Fundação argumenta que utilizar este curso foi uma maneira encontrada para que todos os jovens participem e possam se desenvolver. Portanto, a fase de entrevista e dinâmica, embora tenha um caráter de seleção, não é eliminatória, pois, o jovem pode, posteriormente, ser encaminhado a outro Programa da Instituição. Somente após o curso “Iniciação Profissional” e, após avaliação de seu desempenho durante o curso, é que ele será

[31] Durantes as visitas à Fundação e entrevistas a carga horária informada deste curso, era de 60 horas. Entretanto, ao revisar informações ao final da elaboração desta tese, verificou-se, no site da Fundação, que a carga horária é de 40 horas. Isto reflete a constante mudança que o PET sofre, reflexo das demandas e alterações na política institucional e na relação com as empresas parceiras

encaminhado para o "banco de oportunidades," à espera de uma contratação empresarial.

É importante frisar que o Projeto Cidadania Digital e esse curso de iniciação não foram criados ou concebidos para atender ao PET. O que houve foi uma remodelagem do PET, que passou a utilizar esse Projeto e curso como etapa inicial para inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O foco desse curso de Iniciação Profissional, segundo a Fundação, está no jovem, visando prepará-lo para o primeiro emprego e para o exercício da cidadania, antes de ser inserido no Programa de Aprendizagem Profissional. Para tanto, propõe um processo sociointeracionista, onde o conhecimento é construído coletivamente, permitindo que o adolescente reflita sobre a realidade e suas vivências. A origem do jovem é valorizada e preconceitos são quebrados, afirmam os gestores.

Assim, todas as condições para que os adolescentes identifiquem o papel da profissão são proporcionadas, conectando-os ao seu tempo e espaço, influenciando na sua autoestima e no seu crescimento pessoal, pelo estímulo ao sentimento de aceitação e de pertencimento a um mercado de trabalho que é muito concorrido, onde, porém, eles estarão sendo inseridos com as mesmas possibilidades de qualquer outro competidor. Nesse sentido, o Programa atende ao que propõe o conceito de Aprendizagem enquanto "... processo de construção do conhecimento que provém da prática social." (FIDALGO; MACHADO, 2000, p.20).

Após a realização desse curso, o jovem realiza provas (Português, Matemática e Conhecimentos Gerais), em que precisa ter um conceito *bom* ou *muito bom* para ser encaminhado ao banco de talentos. Além da prova, passa também por entrevistas e dinâmicas de grupo, para verificação das habilidades e competências que ele possui. Em seguida, ele é cadastrado no "banco de talentos" da Fundação e, a partir daí, ele poderá ser encaminhado para alguma empresa que esteja em busca de aprendizes para contratação.

Quando o jovem está cadastrado no banco de talentos, ele não está "preso" à Fundação, ou seja, ele pode participar de outros programas de aprendizagem em outras instituições e, segundo os colaboradores da Fundação CDL, isso é muito comum, já que o jovem está em busca de emprego e de uma oportunidade de inserir-se no mercado. Muitas vezes a oportunidade surge para um adolescente que, ao ser informado sobre a oportunidade, já está atuando em alguma empresa como aprendiz.

Durante o curso de Iniciação Profissional, o adolescente não estabelece vínculo empregatício com a Fundação CDL, pois se trata de um curso livre. Ele se torna aprendiz somente quando é contratado por uma empresa. Antes disso, ele ainda não está inserido no Programa.

4.3.3 Tornar-se Aprendiz

As empresas procuram a Fundação CDL ou qualquer outra instituição que atue na qualificação de jovens aprendizes, após ser notificada pela Delegacia Regional do Trabalho, que lhe indica quantidade e prazo para contratação.

Via de regra, as empresas procuram instituições do Sistema S porque é gratuito. Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado chamar o conjunto de onze instituições de categorias profissionais estabelecidas pela Constituição Brasileira. São elas: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio), SESC (Serviço Social do Comércio), SESCOOP (Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SEST (Serviço Social de Transporte), SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), DPC (Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha), SEBRAE (Serviço Brasileira de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Fundo Aeroviário (fundo vinculado ao Ministério da Aeronáutica). Quando não conseguem contratar através do Sistema S, procuram entidades sem fins lucrativos que são regulamentadas para ministrar cursos de aprendizagem para os adolescentes. No caso da Fundação CDL, é cobrado pelo serviço o valor de R$204,60, que equivale a 44% do salário mínimo (valor informado em setembro/2010).

Segundo informações fornecidas em julho/2011, a Fundação possui 262 empresas conveniadas que não são somente do comércio, são de ramos variados.

As empresas procuram a Fundação e enviam uma requisição de aprendiz. Como dito anteriormente, esse contato ocorre, em geral, após a notificação do Ministério do Trabalho através da Delegacia Regional do Trabalho sobre a cota que deve cumprir.

Ao solicitar um aprendiz, a empresa define qual a Formação Específica que ela deseja. Dentre os cursos oferecidos estão: Auxiliar Administrativo, Comércio e Serviço, e Logística. Auxiliar Administrativo que envolve conhecimentos nas áreas de

departamento pessoal, financeiro, fiscal e controladoria. Comércio e Serviço: profissional do comércio (formar profissionais para o comércio). A Logística envolve formação e conhecimento relacionados à parte de almoxarifado das empresas. De acordo com relato da pedagoga responsável pelo Programa, o curso mais procurado é o de Auxiliar Administrativo, por ser aquele que se encaixa em qualquer setor.

A partir do momento em que as empresas parceiras[32] fazem a requisição de aprendizes para a Fundação CDL, inicia-se a etapa denominada de aprendizagem profissional, a parte de Formação Específica do PET, com carga horária de 400 horas, divididas em 368 horas de teoria e 32 horas de atividades culturais. Essa formação se divide entre o módulo básico e o módulo específico.

O módulo básico tem o objetivo de capacitar o aprendiz para a reflexão, compreensão e interpretação da realidade, além de ser um reforço às matérias básicas como português e matemática. Pois, observa-se que os jovens chegam com defasagem nestas áreas do conhecimento. Nesse módulo, eles são capacitados também em informática. Observa-se que esse módulo é uma forma de nivelamento de conhecimentos, e preparação para demandas básicas do mercado de trabalho.

A Fundação faz também um trabalho de valorização da escola, segundo relatou a coordenadora do PET; a escola de origem apresenta ensino fraco, os jovens chegam com baixo embasamento, perceptíveis em disciplinas como Português e Matemática e demonstram pouco estímulo para ir à escola. É o módulo básico que cuidará desse reforço, através de temas que envolvem a resolução de problemas utilizando a matemática básica, elaboração de correspondências na prática profissional, operações matemáticas, programas básicos de informática como windows, word, excel e internet.

O módulo específico é aquele que complementa a formação profissional do adolescente. Seu objetivo é desenvolver a habilidade de raciocinar e interagir com questões do cotidiano profissional e da rotina que lhe é proposta pela área onde desenvolverá a prática profissional.

Essa Formação é desenvolvida tanto na Fundação CDL, em parceria com a Faculdade de Tecnologia do Comércio – FATEC Comércio[33], quanto na empresa que o

[32] Empresas parceiras são empresas que procuram a Fundação porque foram notificadas pela Delegacia regional do Trabalho para a contratação de aprendizes.

[33] A FATEC Comércio foi criada em 1988 e é mantida pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte. Trata-se de uma Faculdade criada para buscar soluções de capacitação profissional na área de comércio e serviços. Atualmente ela dá suporte para o PET, através de sua infraestrutura e de seus docentes que atuam na capacitação dos adolescentes, conforme nos informou funcionário da Fundação CDL-BH.

admite e, de acordo com a pedagoga entrevistada, a aprendizagem não pode ser para uma única empresa. Tem que ser ampla e atender muitas empresas. Ou seja, ela deve contemplar conteúdo por área e não para uma função específica.

A Fundação CDL utiliza a tecnologia educacional aplicada pela FATEC e, segundo depoimentos do ex-gerente institucional e da pedagoga do PET, as atividades propostas são organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Isso possibilita o aprofundamento de conhecimentos teóricos, associados aos ensinamentos práticos e vivência da rotina de trabalho.

A metodologia utilizada durante a permanência do jovem no PET envolve:

a) Educação continuada, que considera o desenvolvimento de habilidades básicas e específicas. As habilidades básicas são aquelas que possibilitam a reflexão do aprendiz e o leva à compreensão e interpretação da realidade com autonomia. As habilidades específicas possibilitam o domínio de conhecimentos e práticas pertinentes à área profissional do curso. Trata-se do desenvolvimento de competências para a prática na empresa.

b) Aprendizagem prática realizada diretamente na empresa contratante. Essa parte da capacitação ocorre em situação real de trabalho e possibilita ao aprendiz uma atuação na sociedade e no processo produtivo com responsabilidade, autonomia e de forma crítica. É importante ressaltar que, em alguns casos a empresa contratante não recebe o aprendiz em suas dependências e, nesse caso, o jovem trabalha nas dependências da Fundação ou da CDL que funcionam no mesmo prédio. De acordo com a coordenação do PET, isso ocorre porque a empresa não tem espaço físico para receber os aprendizes.

c) Aprendizagem empreendedora que se desenvolve em parceria com a Junior Achievement Minas Gerais[34], do Programa Miniempresa. Nesse momento, os aprendizes aprendem conceitos relacionados à organização e operação de uma empresa. É utilizado o método “aprender fazendo”, onde cada um se converte num miniempresário. Essas atividades são oferecidas aos aprendizes que se destacarem no processo de aprendizagem e sua

[34] A Júnior Achievement é uma associação que não possui fins lucrativos e implementa ações de empreendedorismo em escolas públicas e privadas para alunos de ensino fundamental e médio. Está presente em Minas Gerais desde 2003 e, em Belo Horizonte, está sediada no mesmo prédio e andar em que se encontra a Fundação CDL, instituição parceira da Junior Achievement.

participação é voluntária. Ou seja, a carga horária dessa capacitação não é considerada parte integrante do Programa Educação & Trabalho.

O curso de Educação Continuada inclui as aulas teóricas presenciais, ministradas na FATEC por educador da área afim ao conteúdo a ser ministrado e projetos paralelos, com cursos e atividades extra-programa e que não são contabilizadas como jornada de aprendizagem, sendo uma adesão voluntária do aprendiz.

Os temas contemplados no módulo específico correspondem à área de cada curso, como se pode observar nas tabelas abaixo.

Tabela 4 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária - Auxiliar Administrativo

Descrição		CH
Básico	Informática Básica e Funcional	36
	Gestão de Pessoas e Habilidade de Comunicação	28
	Matemática	40
	Língua Portuguesa	32
	Ética e Cidadania	32
	Atividades Culturais e Esportivas	32
Soma sub total 1		***200***
Específica	Introdução ao Marketing Pessoal, Marketing de Serviço e Postura Profissional	24
	Qualidade no Atendimento e Relacionamento Interpessoal	32
	Desenvolvimento Pessoal	32
	Gestão de Marketing	32
	Auxiliar Administrativo I	32
	Auxiliar Administrativo II	32
	Segurança no Trabalho e Saúde	16
Soma sub total 2		***200***
Soma sub total 1 + 2		***400***

Fonte: Lopes (2010)
Obs.: Programa Educação & Trabalho, documento institucional, dezembro de 2009

Tabela 5 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária – Comércio e Serviços

(Continua)

Descrição		CH
Básico	Informática Básica e Funcional	36
	Gestão de Pessoas e Habilidade de Comunicação	28
	Matemática	40
	Língua Portuguesa	32
	Ética e Cidadania	32
	Atividades Culturais e Esportivas	32
Soma sub total 1		***200***
Específica	Introdução ao Marketing Pessoal, Marketing de Serviço e Postura Profissional	24

(Conclusão)

Descrição		CH
Específica	Qualidade no Atendimento e Relacionamento Interpessoal.	32
	Desenvolvimento Pessoal.	32
	Gestão de Marketing.	32
	Técnica de Vendas e Negociação I.	32
	Técnica de Vendas e Negociação II.	32
	Segurança no Trabalho e Saúde.	16
Soma sub total 2		***200***
Soma sub total 1 + 2		***400***

Fonte: Lopes (2010)
Obs.: Programa Educação & Trabalho, documento institucional, dezembro de 2009

Tabela 6 - Quadro Geral das disciplinas e carga horária – Logística

Descrição		CH
Básico	Informática Básica e Funcional	36
	Gestão de Pessoas e Habilidade de Comunicação	28
	Matemática	40
	Língua Portuguesa	32
	Ética e Cidadania	32
	Atividades Culturais e Esportivas	32
Soma sub total 1		***200***
Específica	Introdução ao Marketing Pessoal, Marketing de Serviço e Postura Profissional	24
	Qualidade no Atendimento e Relacionamento Interpessoal	32
	Desenvolvimento Pessoal	32
	Gestão de Marketing	32
	Almoxarife e Estoquista I	32
	Almoxarife e Estoquista II	32
	Segurança no Trabalho e Saúde	16
Soma sub total 2		***200***
Soma sub total 1 + 2		***400***

Fonte: Lopes (2010)
Programa Educação & Trabalho, documento institucional, dezembro de 2009

O aprendiz permanece no Programa por um período de 12 ou 18 meses. Neste período, ele fica uma semana na empresa, cumprindo a carga horária prática e uma semana na Fundação CDL/FATEC, cumprindo a parte teórica prevista em sua capacitação. Ao final do processo, tem traduzida sua experiência em uma jornada de atividades tanto práticas quanto teóricas, conferindo a ele um considerável diferencial competitivo, condição básica para ser absorvido pelo mercado de trabalho formal. A Fundação CDL acredita que a empresa que acolhe esses jovens, além de criar a oportunidade de emprego e reafirmar seu papel no desenvolvimento socioeconômico,

abre novos horizontes no entendimento de que a inserção das empresas em ações socialmente responsáveis retorna em melhoria do ambiente interno, desenvolvimento para a sociedade e impulso nos negócios, gerando crescimento com sustentabilidade para todos os envolvidos.

Os profissionais da Fundação CDL, envolvidos no processo de aprendizagem, seja na concepção metodológica, coordenação ou como educadores/instrutores, desenvolvem o trabalho de forma interdisciplinar, abordando o conteúdo profissional junto às diversas áreas do conhecimento, tais como ética, cidadania, educação sexual e meio ambiente, além de atividades culturais e recreativas.

A prevalência do aspecto pedagógico é fundamental na concepção de aprendizagem desses jovens e, segundo Coelho (2005), o objetivo é que o aspecto produtivo não seja preponderante no trabalho educativo e que crianças e adolescentes tenham a oportunidade de desenvolver uma atividade sem compromisso com produtividade, jornada de trabalho ou rotina da empresa. Por isso, é importante se distinguir entre os processos produtivos desenvolvidos no âmbito das empresas e nas entidades, como é o caso da Fundação CDL. Na empresa, o objetivo é a produção e nas entidades, é a transmissão de conteúdos que possibilitem ao adolescente ser capacitado dentro de um projeto pedagógico que não vise lucro. Mas, deve-se acentuar que o aspecto pedagógico deve ser preponderante sobre o produtivo, pois, um trabalho educativo não é possível no âmbito empresarial onde o aspecto produtivo se sobrepõe como prioritário. Além do mais, esse tipo de projeto somente pode ser desenvolvido por entidades sem fins lucrativos, o que elimina qualquer possibilidade de envolvimento no processo produtivo.

A avaliação final dos aprendizes é realizada através de um portifólio criado durante o curso, a ser apresentado a uma banca de professores, equipe pedagógica e convidados. A avaliação final também considera a participação e assiduidade, cujo aproveitamento deve ser igual ou superior a 70% para ser aprovado. Os alunos aprovados recebem um certificado, no qual os aprendizes depositam grande expectativa, como forma de acesso a melhores oportunidades de emprego.

Os aprendizes também são avaliados pelas empresas que preenchem ficha própria de observação, apresentada nos anexos desta tese. E as empresas também passam por uma avaliação que considera os aspectos de proteção à prática do trabalho decente em relação às atividades desempenhadas pelos aprendizes no ambiente de trabalho. Essa avaliação tem como propósito resguardar a prática laborativa

desempenhada pelo jovem, resguardando-o em sua condição de aprendiz. O modelo dessa avaliação não foi fornecido pela Instituição para compor os anexos do presente trabalho. Cabe ressaltar que, também não foi possível acessar os resultados dessas avaliações e acompanhamentos realizados com jovens e empresas, devido à pouca abertura da coordenação do Programa em contribuir com esta pesquisa.

Na verdade, o acompanhamento dos aprendizes ocorre durante toda a vigência do contrato de aprendizagem e não somente ao final do contrato. Existem três monitoras divididas por regionais: Centro-Sul e Nordeste, Noroeste Pampulha e Leste, Oeste, Venda Nova, Norte, Barreiro e RMBH (Vespasiano, Lagoa Santa, Contagem, Betim e Nova Lima).

Esse acompanhamento é trimestral e se inicia com a entrada do jovem no Programa, ou seja, quando é admitido na empresa. A psicóloga visita a empresa, conversa com o orientador e observa o desempenho do participante. Repassa orientações para o orientador do jovem na empresa (cada empresa tem um funcionário que atua como orientador do aprendiz), esclarecendo o que ele pode ou não fazer. Diante de algum problema no desempenho do adolescente, a empresa solicita uma visita da psicóloga da Fundação que vai ao local, conversa com o adolescente e com o orientador. Quando o adolescente tem menos de 18 anos, o responsável também é convocado. Pode ocorrer uma solicitação também por parte do jovem e, quando isso acontece, geralmente os motivos são funções inadequadas que eles estão realizando e a visita é feita sem agendamento prévio, de surpresa. Ou seja, isso é comum quando o adolescente está executando tarefas que não lhe são permitidas por Lei ou que não estão diretamente relacionadas ao objetivo de Aprendizagem.

Vale ressaltar que esse acompanhamento é uma ferramenta utilizada pela Fundação CDL para avaliar se o jovem está realizando atividades relacionadas ao objetivo do PET ou não. De acordo com o Manual da Aprendizagem,

> O desempenho insuficiente ou a inadaptação do aprendiz referentes às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado em laudo de avaliação elaborado pela instituição de aprendizagem (art. 29, I, Decreto nº 5.598/05). (FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA, 2009, p. 9).

Pois, a Fundação e o PET também são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), que é responsável por verificar a parte pedagógica do projeto na entidade capacitadora. Em

entrevista realizada com uma auditora da SRTE, a mesma afirmou que a maioria das entidades atende aos pressupostos

da Lei da Aprendizagem[35].

> São hipóteses de rescisão de contrato de aprendiz: I – término do seu prazo de duração; II – quando o aprendiz chegar à idade-limite de 24 anos, salvo nos casos de aprendizes com deficiência; III – ou, antecipadamente, nos seguintes casos: a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; b) falta disciplinar grave (art. 482 da CLT); c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; d) a pedido do aprendiz. (FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA, 2009, p. 29).

Se o contrato de aprendizagem nas empresas não for bem fiscalizado, pode levar à precarização do trabalho juvenil, uma vez que as empresas contratam adolescentes sob a égide do desenvolvimento de um trabalho educativo. Pois, a empresa reduz seus gastos com empregados próprios, burlando as normas de mercado, já que os adolescentes não se sujeitam ao pagamento do piso salarial da categoria e pagamento de salário indireto.

> Vislumbramos clara precarização de mão de obra e adoção de terceirização ilegal, posto que não são criados novos postos de trabalho com assunção de trabalhadores contratados por prazo indeterminado e a mera colocação de adolescentes, contratados por prazo determinado, substituindo nestes postos precarizados. (COELHO, 2005, p. 8).

Coelho (2005) ainda problematiza essa questão ao abordar a definição prática do limite entre trabalho produtivo e trabalho educativo em que, segundo ele, devem ser considerados o número de horas de atividades orientadas para a produção e aquelas que estão focadas na formação do educando. Outro aspecto a ser ponderado é o caráter das

[35] Ressalta-se aqui que foi difícil agendar entrevista e visita à STRE, pois, a agenda da auditora responsável pela Lei da Aprendizagem e a fiscalização institucional e empresarial não dispunha de tempo para receber a pesquisadora. Com alguma dificuldade, foi possível viabilizar uma visita e entrevista em que a auditora entregou cópia da legislação e do Manual da Aprendizagem e sugeriu que fosse estudado, pois, as informações relacionadas à Lei estavam ali esclarecidas. Por este motivo, não houve uma entrevista, mas sim, o repasse de informações.

atividades laborais em termos de ritmo e de estruturação de modo a permitir aprendizagem real por parte do jovem aprendiz. Quer dizer, “as atividades laborais devem ajudar e não prejudicar o processo aprendizagem/ensino.” (COELHO, 2005, p. 8).

Diante de alguns problemas, a empresa pode pedir o desligamento do jovem. No caso do PET, quando tem mais de três meses, antes de ser desligado, é dado o período de 30 dias para que o adolescente possa se readaptar ao PET de novo. Se melhorar o comportamento, ele tem que permanecer no Programa, de acordo com a legislação. Quando ocorre o desligamento, ele sai do PET e não somente da empresa.

De acordo com o Decreto 5.598/05, art. 29, I (BRASIL, 2005), o desempenho insuficiente ou a inadaptação do aprendiz às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado em laudo de avaliação elaborado pela instituição de aprendizagem. Nesse caso, a Fundação CDL está credenciada para, a partir de sua avaliação e acompanhamento, definir sobre a inadaptação ou desempenho do aprendiz diante de algumas intercorrências.

De acordo com informações do setor que faz o acompanhamento dos jovens do PET, aproximadamente 70% dos pedidos de desligamento ocorrem por parte dos adolescentes que encontram oportunidade melhor ou não se adaptam à empresa em que estão.

A partir desta descrição do funcionamento do PET, observa-se que seu objetivo é fazer o elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal, sendo suas atividades regulamentadas pela Lei da Aprendizagem (10.097/2000) que propõe

> Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5 (cinco) por cento, no mínimo, e 15 (quinze) por cento no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (BRASIL, 2005, Cap. IV, Seção I, Art. 9).

O Programa Educação & Trabalho – através do seu projeto de Aprendizagem Profissional – faz o elo entre o jovem responsável e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal, sendo suas atividades regulamentadas pela Lei da Aprendizagem (10.097/2000), Decreto Lei que o regulamenta 5.598/05, Portarias

correlatas do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quando se referir à aprendizagem para menores de 18 anos.

A Fundação CDL tem por objetivo primordial a assistência à criança e ao adolescente e, como Entidade Sem Fins Lucrativos (ESFL), pode participar como entidade capacitadora com participação no Cadastro Nacional de Aprendizagem. Isso permite à Fundação atuar como entidade credenciada na Lei da Aprendizagem, pois, o Sistema S não dá conta de atender a todas as empresas, que acabam por recorrer às ESFL. O curso da Fundação é regulamentado de acordo com as diretrizes da Legislação e as empresas podem recorrer à ela para contratar aprendizes.

> O Cadastro Nacional de Aprendizagem, previsto no art. 32 do Decreto nº 5.598/05, disponível no sítio eletrônico do MTE (www.mte.gov.br), é um banco de dados nacional com informações sobre as entidades de formação técnico-profissional e dos cursos de aprendizagem que disponibilizam. As entidades que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional devem se inscrever no referido cadastro, incluindo seus cursos para análise e validação pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE), na forma prevista na Portaria MTE nº 615/07. É facultada a inscrição no cadastro aos Serviços Nacionais de Aprendizagem e às Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas. A consulta ao cadastro é de acesso livre, via internet, devendo a empresa observar se o curso no qual irá matricular o aprendiz está devidamente validado.
> São qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem as seguintes instituições, que deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (arts. 429 e 430 da CLT).
> a) Os Serviços Nacionais de Aprendizagem:
> 1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
> 2. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
> 3. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
> 4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
> 5. Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP).
> b) Caso os Serviços Nacionais de Aprendizagem não ofereçam cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida pelas seguintes entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, cabendo à inspeção do trabalho verificar a insuficiência de cursos ou vagas (art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 5.598/05):
> 1. As Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas;
> 2. As entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, com registro no CMDCA. As instituições e os cursos por elas oferecidos e validados pelo MTE podem ser encontrados no Cadastro Nacional de Aprendizagem. (FUNDAÇÃO CDL, 2009, p. 19-20).

4.4 A Pesquisa de Campo

Nesta seção, será abordada a pesquisa empírica e a pesquisa documental realizada na Fundação CDL, sobre o Programa Educação & Trabalho. Será retomada a Lei da Aprendizagem, como forma de pesquisa documental realizada para esta tese e serão apresentados os resultados das entrevistas feitas com os funcionários e com os jovens do PET.

Ao definir como do campo de pesquisa, o Programa Educação & Trabalho – PET, da Fundação CDL Pró-Criança de Belo Horizonte, constatou-se através de pesquisas bibliográficas que o comércio sempre foi uma porta de entrada para o mercado de trabalho e um dos principais setores econômicos na absorção da mão de obra jovem. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2009). “Em 2008, aproximadamente um quarto (25%) do total de ocupados neste setor, tinha entre 16 e 24 anos de idade, segundo dados do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – Sistema PED.” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2009. p. 1).

De acordo com o Boletim Trabalho no Comércio, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE em maio de 2009, o principal fator que atrai os jovens para trabalhar no mercado é a inserção em várias funções não especializadas e de baixa remuneração que, em geral não requerem qualificação ou experiência anterior. Além disso, o jovem associa os produtos comercializados a valores compartilhados ou relacionados com a fase da juventude, como vitalidade, energia e beleza. “Esta mercantilização da juventude frequentemente ultrapassa as peças publicitárias, chegando aos locais de venda, o que é percebido nos shoppings de qualquer grande cidade.” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2009, p. 1).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2009. p.1), em 2008, “a maior parcela da população dos ocupados no comércio nas regiões pesquisadas tinha entre 16 e 24 anos: Belo Horizonte, 27,3%...” O PET atua na qualificação de jovens para inserção no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que o caracterizou como um campo adequado para realização da pesquisa pretendida.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na busca por documentos e entrevistas com a diretoria e técnicos participantes da organização e implementação do curso. Mesmo com a abertura institucional, também foram encontradas dificuldades e resistências no decorrer da pesquisa, também relatadas na introdução. Em relação aos documentos institucionais, foi encontrada grande dificuldade porque a Fundação não possui nenhum documento que sistematize seu histórico, o início do PET e, tampouco, foram conseguidas informações e dados relacionados à trajetória da capacitação dos adolescentes e sua inserção no mercado de trabalho. Toda a reconstrução da trajetória institucional foi feita através de entrevistas com a diretoria e com funcionários mais antigos, a exemplo do funcionário que foi aprendiz na primeira turma de capacitação da Fundação e do gerente educacional que já havia coordenado o PET e conhecia seus antecedentes. Os dados sobre o perfil dos aprendizes como grau de escolaridade, local de moradia, idade, foram fornecidos pelo departamento de recursos humanos, numa planilha excel com algumas inconsistências ou contradições nas informações. Tudo isso demandou mais contatos com a coordenação do Programa.

O primeiro contato e, posteriormente, a primeira entrevista foram com o gerente educacional da Fundação, que já foi coordenador do PET. No ano de 2009, quando a pesquisa já estava em andamento, esse funcionário foi demitido e nova dificuldade se colocou para a continuidade da pesquisa. Até então, tinham sido realizadas três entrevistas com esse funcionário, que foi um informante-chave na inserção da pesquisadora na Instituição: foi ele quem “abriu” as portas para a realização da pesquisa e que cuidou de a apresentar aos demais funcionários. Além disso, as informações levantadas em suas entrevistas foram fundamentais na reconstrução da trajetória da Fundação e do PET.

Diante dessa situação, foi necessário reapresentar a pesquisa ao Superintendente da Fundação, para que o mesmo autorizasse a continuidade do processo e fomentasse a inserção da pesquisadora junto ao Programa. Entretanto, a coordenadora do PET não viu com bons olhos, embora houvesse um direcionamento hierarquicamente superior a ela. Um dos motivos expostos foi que houve um vazamento de informações, e que a Fundação teria medo de que isso ocorresse novamente. A coordenação demonstrou sua resistência à pesquisa especialmente na fase de entrevista com os aprendizes, e quando foram solicitados dados sobre a avaliação dos aprendizes e empresas. Não foi permitido o acesso a esses dados. Embora houvesse essa resistência, a pesquisadora conseguiu realizar todas as entrevistas previstas com os funcionários e aprendizes e tentou

reconstruir a trajetória do PET, através de informações orais e, também, consultas institucionais via internet.

As entrevistas realizadas com o funcionário demitido foram consideradas e analisadas, por trazerem informações importantes e históricas sobre o Programa.

As entrevistas com a equipe do PET foram realizadas entre setembro de 2010 a abril de 2011. Ao todo foram entrevistados oito funcionários que atuam diretamente no PET. Esta parte da pesquisa de campo foi realizada antes das entrevistas com os adolescentes e foi uma etapa mais demorada, devido às dificuldades de obter informações consolidadas e que fornecessem uma visão contínua sobre o PET. Há que se ressaltar que estas entrevistas foram feitas com intervalos de tempo maior entre elas e sempre havia necessidade de confirmar dados e informações, e alguns funcionários foram entrevistados mais de uma vez. Foram idas e vindas à Fundação com o propósito de coletar informações, conferir dados, esclarecer informações coletadas nas entrevistas. Portanto, alguns funcionários foram entrevistados ou abordados mais de uma vez. Muitas vezes, as abordagens eram feitas no dia em que havia entrevista com outro funcionário, e, para conferir informações, a pesquisadora aproveitava a presença do funcionário para inquiri-lo novamente. Além disso, muitas informações foram conferidas através de e-mails, nem sempre respondidos com agilidade ou precisão, mas, foi uma ferramenta utilizada por sugestão da coordenação que se mostrava pouco acessível e com uma agenda sobrecarregada para conversar pessoalmente. Ressalta-se também que estas entrevistas não seguiram um roteiro pré-determinado. Os pontos abordados emergiam de acordo com informações preliminares sobre o Programa e, também, eram consideradas informações de entrevistas anteriores, numa tentativa de apreender o sentido e a configuração do funcionamento do Programa.

Além do gerente educacional, foi entrevistada a psicóloga que coordena o setor de acompanhamento e seleção dos adolescentes. Também foi entrevistada uma assistente administrativa que lida com o convênio com as empresas e é responsável pelo relacionamento com os clientes. Essa entrevistada informou tudo sobre o fluxo de procura das empresas pela Fundação CDL, incluindo os trâmites para contratação de jovens e em quais situações os jovens não realizam seu contrato de aprendizagem na empresa contratante.

A assistente de recursos humanos, responsável pela formalização do contrato com os aprendizes, pela logística de inserção do adolescente no Programa, também foi uma das entrevistadas. Um ex-aprendiz, que participou da 2ª turma de aprendizagem da

Fundação CDL e hoje ocupa um cargo de analista de departamento pessoal na própria Fundação, também foi entrevistado. Esse informante é considerado um exemplo de sucesso da capacitação oriunda da Lei da Aprendizagem e funciona, inclusive, como uma espécie de “publicidade” do Programa.

A coordenadora pedagógica do Programa também foi entrevistada e contribuiu com informações relativas à estrutura pedagógica dos cursos, o que possibilitou entrar na discussão sobre as diferenças entre capacitação e qualificação, e que tipo de qualificação o mercado espera.

Uma das entrevistas estratégicas para esta tese foi do Diretor Institucional da Fundação CDL, que conhece e atua na Fundação desde sua criação. Suas informações foram preciosas para desenhar o histórico da Fundação, uma vez que não existem registros documentais.

A entrevista com a Coordenadora do Programa Educação & Trabalho foi realizada por último. Esta decisão partiu da pesquisadora com intuito de ter mais pontos a aprofundar com a coordenação, a partir das entrevistas anteriormente realizadas e por se imaginar que ela daria uma noção/visão mais estratégica do PET. No entanto, não foi o que ocorreu, pois, a coordenadora se manteve estritamente dentro das informações já passadas anteriormente e não acrescentou informações e/ou dados adicionais. Na verdade, esta entrevista serviu para confirmar informações, devido à resistência da informante.

O Superintendente não foi entrevistado formalmente, mas, houve três conversas informais com ele, onde pudemos falar sobre o Programa em várias dimensões. Cabe ressaltar que o Superintendente sempre demonstrou e ressaltou nas conversas os pontos positivos e os ganhos do Programa. Na fala dele é possível perceber um grande marketing acerca do PET.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com os aprendizes e foi realizada de maio a setembro de 2011, na sede da Fundação CDL em Belo Horizonte e, compondo a última etapa, foram realizados dois grupos focais com os adolescentes, procurando aprofundar questões do roteiro e a percepção dos jovens sobre o programa.

Na época em que as entrevistas foram realizadas, havia aproximadamente 642 aprendizes participando do PET. Esses aprendizes estavam distribuídos em cursos de Auxiliar Administrativo, Logística, e Comércio e Serviço. Todos estavam contratados por alguma empresa como aprendiz, uma vez que essa denominação só é utilizada no

PET após o encaminhamento do jovem para as empresas. Cabe elucidar que, alguns aprendizes são contratados pela Fundação para trabalhar como aprendizes na própria instituição, alguns são contratados por empresas e trabalham na própria empresa contratante e há aqueles que são contratados pela empresa mas, por motivos diversos, são alocados na sede da Fundação e trabalham lá, como se fossem aprendizes da Instituição. Nesses casos, o contrato é entre aprendiz e empresa, apenas o local de trabalho é que é a Fundação. Nesse total de aprendizes estão incluídos aqueles que ficam nas empresas e também aqueles que trabalham na Fundação. Esse ponto é relevante, porque se tornou um critério adotado pela coordenação do Programa quando foi solicitado o agendamento das entrevistas. Foi solicitado o agendamento de 30 entrevistas, número definido com base na disponibilidade de tempo e espaço dada pela coordenação do Programa, que alegou ser muito complicado “tirar” os adolescentes de sala para serem entrevistados e que os mesmos não poderiam chegar antes ou sair depois do seu horário. Ou seja, foi colocada uma dificuldade justificada pela necessidade de não prejudicar os aprendizes em seu curso teórico. Também não foi dada a opção de se realizar as entrevistas nas empresas em que os jovens trabalham e a percepção é de que a Instituição evitou todas as formas de proximidade com as empresas parceiras, talvez por temer uma avaliação dos resultados do Programa. Nesse sentido, as entrevistas somente poderiam ser realizadas na semana em que os aprendizes estivessem na Fundação no período de formação teórica. Desta forma, chegou ao número de 30 entrevistas, dadas as condições físicas e humanas de realizar as entrevistas. Outro ponto determinante nesta definição foi a metodologia escolhida. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com aprofundamento das questões, cuja duração variava entre 1hora e 1hora e 30 minutos, dependendo do perfil do aprendiz. Assim, seria inviável um número grande de entrevistados.

Antes do início das entrevistas, a coordenadora evidenciou sua resistência à pesquisa, quando afirmou que haveria uma funcionária do PET que acompanharia as entrevistas. Ou seja, haveria uma funcionária acompanhando cada uma das entrevistas realizadas. Diante dessa colocação, a pesquisadora se posicionou de forma contrária e voltou a esclarecer que o objetivo da pesquisa não é de avaliar os resultados do Programa, mas, a percepção do jovem com a Lei da Aprendizagem e o mercado de trabalho. Também foi retomado, neste momento, o compromisso de confidencialidade, firmado com o Superintendente e com os aprendizes, através do termo de consentimento

para as entrevistas. Pontuados estes aspectos, as entrevistas foram realizadas sem a presença da funcionária.

Não foram entrevistados os 30 aprendizes solicitados, sendo 15 meninos e 15 meninas. A coordenação, que se encarregou do agendamento das entrevistas, agendou com 24 aprendizes, dos quais 15 eram meninas e 9 eram meninos. Antes da realização das entrevistas foi enviado para a coordenação o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a autorização da Comissão de Ética em Pesquisa da PUC para a realização das entrevistas. Estes documentos constam nos anexos deste trabalho. E, antes dos dias agendados, foram deixadas cópias do Termo de Consentimento para que cada jovem levasse para sua família ler e assinar autorizando sua participação na pesquisa. Também foi enviado com antecedência o roteiro utilizado nas entrevistas, a pedido da coordenação. Este roteiro encontra-se nos anexos e aborda as seguintes questões: educação e qualificação, entrada no PET, experiências anteriores na esfera do trabalho, importância e valor dos estudos e do trabalho, significado e importância do trabalho, relação entre estudo e trabalho, projetos de vida (trabalho e estudo) para o futuro.

Ao agendar as entrevistas, a coordenadora não seguiu à risca a quantidade de meninas e meninos, ao contrário, observa-se que ela privilegiou as entrevistas com aprendizes que trabalham na Fundação. Desse modo, foram entrevistados 8 meninos e 13 meninas. No total foram vinte e duas entrevistas, pois, alguns não foram trabalhar no dia e, uma pessoa optou por não participar da pesquisa e a informação foi dada na última hora.

Após as entrevistas individuais, foram realizados dois grupos focais com o objetivo de aprofundar em questões relevantes que surgiram várias vezes durante as entrevistas. Foram abordados nos grupos focais os seguintes pontos para aprofundamento: significado e abrangência da fase da juventude, importância do trabalho, importância do estudo, conciliação entre trabalho e estudo, expectativa em relação ao mercado de trabalho. O roteiro utilizado também está nos anexos desta tese.

Foram realizados dois grupos focais com jovens que tinham sido entrevistados. Foram agendados dois grupos, com 7 jovens em cada um. Os grupos ocorreram logo após a finalização das entrevistas, por volta do mês de agosto de 2011 e a escolha dos jovens participantes deu-se diante das informações obtidas nas entrevistas individuais. O objetivo era ter no mesmo grupo meninos e meninas e que fossem adolescentes que tivessem demonstrado nas entrevistas uma visão mais focada, direcionada à conciliação de estudo e trabalho e, por outro lado, alguns com uma visão mais acomodada, que não

valorizassem tanto essa conciliação. Mas, um dos grupos foi prejudicado pela ausência de dois adolescentes que não foram trabalhar e de um que não foi liberado para participar da pesquisa no dia. Além disso, a coordenação se responsabilizou pelo agendamento e organização dos grupos e, acabou substituindo alguns jovens, de acordo com demandas internas relacionadas ao trabalho dos entrevistados.

A fim de analisar o conteúdo das entrevistas, serão retomados pontos importantes da revisão bibliográfica que foram evidenciados nas entrevistas com o corpo técnico e com os adolescentes do PET. Serão abordados os seguintes aspectos: Lei da Aprendizagem e a estrutura do PET. Também será focada a percepção dos jovens com relação a : ser jovem, relação entre estudo e trabalho, representação do trabalho para o jovem.

4.4.1 Lei da Aprendizagem e Estrutura do Programa Educação & Trabalho (PET)

Para abordar a Lei da Aprendizagem e relacioná-la ao PET, será feita a retomada do Manual da Aprendizagem, documento de referência utilizado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, para repassar informações sobre a Lei, enquanto Política Pública de Emprego para o segmento jovem.

Um detalhe importante é que, nem sempre a empresa parceira contrata o jovem para trabalhar em suas dependências. Em alguns casos, o empresário efetua a contratação para cumprir sua cota de aprendizes, mas, mantém o aprendiz trabalhando na Fundação CDL ou na própria CDL. Isto significa que o empresário apenas cobre sua cota de contratação, mas, quem efetiva o processo de aprendizagem/qualificação do adolescente é a CDL ou a Fundação. O salário e custos com a contratação com esse adolescente são assumidos pela empresa, mas, ele não trabalha na empresa e, muitas vezes nem a conhece, sabe que seu contrato é com outra empresa, mas, trabalha nas dependências da Fundação. O Manual da Aprendizagem diz o seguinte sobre esta questão:

> As atividades práticas podem ser realizadas exclusivamente na instituição qualificadora?
> Não, uma vez que isso frustraria uma das funções da aprendizagem, que é colocar o aprendiz em contato com o ambiente de trabalho. A permissão contida no art. 23 do Decreto nº 5.598/05 se refere às empresas que desenvolvem atividades insalubres, perigosas ou penosas (ver questão 20), cujas atividades práticas do curso de aprendizagem devem ocorrer em ambiente simulado, evitando-se que o aprendiz esteja submetido àqueles riscos. (FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA, 2009, p. 16).

A Lei da Aprendizagem tenta garantir uma trajetória de trabalho decente para o jovem, uma vez que os programas de capacitação atrelados a ela visam a inserção dos jovens em atividades cuja contrapartida seja a aquisição de experiência profissional de boa qualidade. Essa forma de qualificação seria uma forma de acenar para possibilidades futuras de melhor inserção profissional. O conceito de trabalho decente envolve e abrange formas de assegurar possibilidades de encontrar um trabalho produtivo, digno e boas condições de empregabilidade. Seria um trabalho produtivo e adequadamente remunerado com garantia de vida digna e satisfação de necessidades pessoais e familiares. Seria uma forma de demonstrar que o trabalho pode ser um instrumento de qualificação e aprendizado para o jovem.

Para avaliar se o Programa está atendendo ou não aos propósitos legais e também aos pressupostos para a existência do trabalho decente, a Fundação possui um setor organizado com três psicólogas que cuidam da fiscalização das atividades desempenhadas pelos jovens e fazem a avaliação do Programa juntamente com os aprendizes e empresários. Para acompanhar e avaliar o PET, as psicólogas são divididas por regionais administrativas da cidade de Belo Horizonte. A entrevistada na pesquisa que se apresenta, é responsável pelas regionais Oeste, Venda Nova, Barreiro e Norte de Belo Horizonte. O acompanhamento é trimestral e começa a partir da entrada do jovem no Programa, ou seja, quando é admitido na empresa. Quando o aprendiz é contratado, a psicóloga visita a empresa, conversa com o orientador[36], repassa orientações e esclarece o que o jovem pode ou não fazer. Depois passa a observar o desempenho do participante.

Toda empresa deve ter um orientador que, segundo o Manual da Aprendizagem, será a pessoa responsável

> ... pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, buscando garantir sempre uma formação que possa de fato contribuir para o seu desenvolvimento integral e a consonância com os conteúdos estabelecidos no curso em que foi matriculado, de acordo com o programa de aprendizagem (art. 23, § 1º, do Decreto nº 5.598/05). (FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA, 2009, p. 18).

[36] Cada empresa tem um funcionário que atua como orientador do aprendiz

Quando acontece algum problema relacionado ao desempenho do adolescente, a empresa solicita uma visita da psicóloga da Fundação que vai ao local conversa com o adolescente e com o orientador. Quando o adolescente tem menos de 18 anos, o responsável também é convocado.

Nas visitas realizadas, as psicólogas conversam com o orientador do aprendiz na empresa e fazem o acompanhamento dos jovens em suas atividades. Em caso de reclamações por parte da empresa ou do adolescente, são elas que intervêm e tentam resolver o problema. No caso do acompanhamento dos adolescentes, essas funcionárias verificam se há irregularidades no cotidiano dos aprendizes.

Diante de alguns problemas, a empresa pode pedir o desligamento do jovem. “Esta é uma situação complexa porque pela Lei o jovem não pode ser desligado com menos de 3 meses no programa de aprendizagem.” (P., psicóloga do PET, entrevista concedida em 28/09/2010.).

Quando tem mais de três meses, antes de ser desligado, é dado o período de 30 dias para que o adolescente possa se readaptar ao PET. Em relação aos aprendizes, os principais problemas detectados, segundo a informante, são: falta de postura do adolescente, desrespeito, uso indevido de internet, adereços inapropriados, falta de interesse. Nesses casos, o adolescente é inicialmente advertido pela psicóloga da Fundação, que passa a fazer um acompanhamento para verificar se há uma melhoria em seu comportamento ou não. Caso melhore seu comportamento, ele permanecer no Programa, de acordo com a legislação. Quando ocorre o desligamento, ele sai do PET e não somente da empresa. “Existe a situação de adolescentes que faltam com o respeito com seus superiores ou mesmo o inverso, situações em que os jovens, principalmente as meninas, se sentem expostas por seus superiores.” (P., psicóloga da Fundação CDL , entrevista concedida em 28/09/2010.).

Em relação às empresas, os principais problemas detectados relacionam-se a irregularidades no cotidiano dos aprendizes, ou seja, muitas vezes o adolescente não está realizando atividades correlatas ao seu programa de capacitação e acaba sendo utilizado como mão de obra barata ou, ainda, em atividades não regulamentadas para a faixa etária do jovem. Algumas atividades não são permitidas por serem insalubres e/ou perigosas.

Um dos objetivos desse acompanhamento é evitar a precarização do trabalho juvenil e que os jovens possam, efetivamente, colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso de qualificação. Dessa forma, torna-se viável concretizar uma

forma de trabalho decente para os jovens inseridos no programa de aprendizagem, além disso, a Lei passa a ser vista como garantia do trabalho decente

Outro objetivo desse acompanhamento é realizar uma avaliação do Programa com o jovem e com a empresa, ao término do contrato de aprendizagem. Ao solicitar à coordenação pedagógica e à psicóloga que faz o acompanhamento dos aprendizes os resultados dessas avaliações, a pesquisadora não obteve êxito e, segundo a psicóloga entrevistada, aproximadamente 70% dos pedidos de desligamento são feitos pelos jovens que encontram melhores oportunidades ou não se adaptam à empresa que estão. Isso demonstra que o PET representa uma forma encontrada pelos jovens para ter a primeira experiência no mercado de trabalho e, posteriormente, encontrar emprego com um salário melhor ou, um trabalho que se relacione com sua vocação. A fala da adolescente D., de 17 anos, ratifica essa percepção. Ao ser indagada sobre o significado do PET em sua vida, ela responde:

> Espero que seja um diferencial (...) aqui você tem uma noção do mercado de trabalho (...) é um diferencial que estou tendo em relação a outros adolescentes (...)tenho certeza de que vai ser um diferencial mesmo que não seja pra mim atuar nessa área, mas já é um diferencial.. (Entrevista concedida em 16/05/2011).

E as empresas, como elas compreendem ou enxergam a obrigatoriedade de contratar aprendizes? De acordo com o Manual da Aprendizagem,

> A formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O empresário, por sua vez, além de cumprir sua função social, contribuirá para a formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade. Mais que uma obrigação legal, portanto, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade. (FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA, 2009, p. 9).

É isso que prevê o Manual da Aprendizagem em sua apresentação, através da fala do então Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Entretanto, o que foi possível perceber através da tese que se apresenta, é que nem todos os propósitos da legislação são atingidos, especialmente os propósitos sociais de inserção ocupacional de qualidade dos jovens numa melhor produtividade. As empresas nem sempre incorporam

aprendizes ao seu quadro de funcionários para cumprir uma função social. Antes, os empresários cumprem a cota determinada pela legislação, a partir do momento em que são detectadas inconsistências em relação ao que determina a lei:

> A cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional. As frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz. (BRASIL, 2009, p. 16, art. 429, *caput* e § 1º da CLT).

De acordo com informações obtidas nas entrevistas na Fundação e na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, as empresas contratam os aprendizes, em geral, após serem notificadas em relação à cota que devem cumprir. Ou seja, as empresas não procuram o Programa de Aprendizagem somente de forma passiva. A maioria procura após ser notificada pela SRTE que, através da fiscalização in loco, notifica a empresa indicando a cota de aprendizes que a empresa deve contratar.

A funcionária da Fundação CDL que desempenha a função de assistente administrativo, em entrevista, afirmou que é necessário fazer um trabalho direcionado às empresas, sensibilizando os empresários. O argumento utilizado deveria pautar-se pela importância da contratação de aprendizes, que difere da contratação de um empregado. Pois, a contratação de aprendizes significa contratar um jovem em vulnerabilidade social que participa de um curso de aprendizagem em busca de uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho. Essa afirmação ratifica a percepção de que os empresários não cumprem com as cotas como forma de cumprir sua função social. Tampouco as empresas contratam aprendizes de forma totalmente espontânea: se não houver fiscalização, muitas continuariam a margem da legislação.

Como agravante, pode ocorrer a precarização da mão de obra juvenil, pois, mesmo diante da obrigação de contratação, as empresas veem os aprendizes como mão de obra barata. Ao ser indagada sobre a visão que os empresários têm do Programa, a funcionária administrativa da Fundação, que cuida da relação com as empresas contratantes, afirma que:

> Empresário, mesmo quando tem obrigação de contratar acaba tendo a visão do aprendiz como mão de obra. O aprendiz deveria ser visto como alguém que poderá, no futuro, ter uma vida diferente. O empresário não quer investir,

> vê como um encargo pago ao governo e não um investimento. (P., auxiliar administrativo da Fundação CDL, entrevista concedida em 23/09/2010).

Nesse sentido, a visão da aprendizagem, enquanto um ato de responsabilidade social do empresário, fica comprometida, ainda mais quando a funcionária, em outro momento, revela que os empresários procuram a Fundação CDL porque o "Sistema S" não consegue suprir a demanda das empresas. Ou seja, a procura é tão grande que as empresas acabam recorrendo à Entidades Sem Fins Lucrativos – ESFL. Como foi descrito, a Fundação cobra uma taxa mensal para recrutar, selecionar e qualificar o jovem para as empresas. Por esse motivo, acabam concluindo que contratar um aprendiz é oneroso. Na visão da funcionária, essas empresas, denominadas parceiras, necessitam de um trabalho intenso de conscientização:

> "O Programa de aprendizagem é pouco compreendido pelos empresários: a entrevistada julga que o Programa é uma oportunidade muito boa, mas, passa pela obrigação. Empresas não sabem o que é, não têm ideia. Só querem cumprir a cota e pronto." (P., auxiliar administrativo da Fundação CDL, entrevista concedida em 23/09/2010).

De acordo com o ex-gerente educacional da Fundação, primeiro entrevistado na pesquisa, uma grande dificuldade que encontram é fazer o empresário entender que a contratação de aprendizes vai além da obrigatoriedade. Segundo esse informante, inicialmente, o empresário vê a contratação do aprendiz como uma simples obrigação a fim de evitar multa. Entretanto, ele esclareceu que é necessário, por parte da Fundação, um refinamento do discurso para que o empresário se convença de que a contratação do adolescente aprendiz representa um investimento. De acordo com ele, o argumento deve ser bem direcionado ao empresário:

> Você é obrigado a contratar aprendizes, esse é um ponto. Agora, você pode fazer dessa obrigatoriedade uma oportunidade para diminuir seu turnover. porque se você pega um jovem que está tendo sua primeira oportunidade de trabalho e está sendo capacitado à sua luz e ciência, a chance que você tem de moldar aquele jovem dentro da sua filosofia de empresa, ou seja, você não vai pegar funcionário com vício de outra empresa (...) ele vai ficar grato a você por estar dando a primeira oportunidade pra ele e você empresa está dando uma capacitação profissional pra ele, então você empresa tem a oportunidade de ter um profissional altamente qualificado. (L.,ex-gerente educacional da Fundação CDL, entrevista concedida em 03/08/2010).

A fala desse informante reforça o que foi dito anteriormente de que o empresário não incorpora o papel de função social na contratação de jovens e que esta contratação somente se efetiva por causa da multa e da obrigatoriedade da Lei. Por consequência, se não houver um trabalho intenso de conscientização e de fiscalização o risco de que os aprendizes desempenhem funções e atividades não vinculadas ao processo e finalidade da aprendizagem é muito grande. Por isso, muitas vezes, a Fundação é comunicada por alguns adolescentes sobre funções distorcidas em seu dia a dia de trabalho, como confirma a psicóloga responsável pelo setor de acompanhamento do PET:

As visitas de acompanhamento dos aprendizes, descritas anteriormente, acontecem a cada três meses, para avaliar o desempenho do jovem, sua postura e adequação da função ao programa. Entretanto, ainda existem situações em que as empresas os colocam para realizar atividades sem qualidade funcional, como por exemplo, levar e buscar documentos entre departamentos, tirar xerox, etc. Essas atividades não se relacionam com a capacitação recebida no curso e acaba desvalorizando o jovem e o Programa. Empresas que utilizam essa prática apenas pensam em cumprir a cota estipulada pela legislação, sem compromisso com o objetivo de inserir os jovens no mercado de trabalho de forma digna e qualificada. Isso conduz à percepção de que os propósitos do trabalho decente não são amplamente contemplados.

4.4.2 Ser Jovem

As entrevistas evidenciam o caráter transitório da juventude, pois os adolescentes sempre se referem ao momento atual como a fase de investimento no futuro. Esse investimento é feito através dos estudos e do curso de qualificação e da participação no PET. Esse Programa assume a função de fazer a passagem do adolescente para a vida adulta por meio da experiência de trabalho e da qualificação. O conteúdo das entrevistas explicita que os jovens procuram esse tipo de Programa porque se veem "... espremidos entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, à necessidade crescente de ganhar dinheiro em um mercado de trabalho precário e de difícil entrada." (SCWARTZMAN; COSSÍO, 2007, p. 62).

O conceito de juventude, em sua heterogeneidade, aparece no discurso dos jovens misturado com a importância que o trabalho adquire na vida deles, juntamente com a centralidade da primeira experiência de emprego, enquanto forma de manifestar

sua independência e passagem para a vida adulta. Ao serem indagados sobre o que é ser jovem, todos falam da fase da juventude, enquanto uma fase de amadurecimento de ideias, de transformação em que novas experiências acontecem. Julgam esta fase como o período de experimentar tudo, momento de escolher o futuro que se quer ter, em busca de se tornar adulto. É a visão da juventude como fase de transição em que os jovens passam por diferentes etapas, como se fossem em direção ao fechamento de um ciclo e início de outro. Esse novo ciclo, a idade adulta, é para eles representado pelo emprego, pela experiência no mercado de trabalho e pela renda própria, fruto desse trabalho. Ter seu próprio dinheiro representa, para eles, autonomia e independência. Isso se evidencia pelo fato de poucos jovens assumiram que ajudam nas despesas de casa. Abramo (2008) explica que a noção de juventude, primeiro remete a uma etapa de ligação entre a infância e a idade adulta, momento considerado o ápice do desenvolvimento e que se relaciona à dimensão da produção, reprodução e participação. Nesse sentido, a juventude emerge como tempo de preparação para as tarefas de produção (sustento próprio e de outros) para a sofisticação das relações sociais. Essa etapa de socialização representa "... um descolamento entre as capacidades físicas de produção e reprodução e a maturidade emocional e social para a sua realização..." (ABRAMO, 2008, p. 41).

A maioria disse que não ajuda ou alegou que os pais não pedem ajuda financeira. Entretanto, esses mesmos adolescentes dizem que utilizam seu dinheiro para arcar com suas próprias despesas. Isso representa uma ajuda indireta, já que, ao arcar com suas despesas pessoais, amenizam o lado financeiro familiar e representa, também, uma forma de autonomia, uma representação do pensamento "eu mesmo pago minhas despesas". "Eu não ajudo diretamente em casa. Mas, eu comprando coisas pra mim, eu ajudo na economia de casa, entendeu?." (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011). "A gente quer assim, ser independente né? E pra ter independência, a gente tem que procurar trabalho." (Menina, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

E quando a condição juvenil é interrompida e o jovem adentra o universo da vida adulta? Muitas vezes a condição que é colocada como fator que interrompe este momento seria, por exemplo, a gravidez de meninas adolescentes. Entretanto, nem sempre a gravidez e a chegada de um filho são fatores precipitadores da fase adulta. Pois, a vivência da sexualidade ativa é traço da moderna condição juvenil e encontra-se dissociada da função reprodutiva. Nesse sentido, a juventude passou a ser também o momento em que a iniciação e o desenvolvimento da sexualidade ativa se processam.

Abramo (2008) associa elementos que definem a transição para a vida adulta: saída do núcleo familiar de origem, matrimônio e ter filhos. Portanto, não se delimita a fase da juventude somente por um fator, mas, por um conjunto de elementos que, ao se relacionarem, determinam a entrada na vida adulta. Na percepção dos entrevistados, ser adulto está relacionado a assumir responsabilidades e assumir responsabilidades está diretamente ligado à experiência no campo do trabalho, porque, segundo eles, é a partir do trabalho e do emprego que eles aprendem o que é certo e o que é errado, e o PET é visto como essa oportunidade de crescimento pessoal. Um lugar em que se aprende não só a trabalhar, mas, a viver como adultos, com autonomia e independência. Portanto, como demonstra Correa (2008), não estamos diante de um quadro em que se configura a dissociação de laços sociais evocada por Castel (1998), embora grande parte dos jovens brasileiros se encontre em situações de risco e vulnerabilidade. O que se percebe é que para a maioria dos jovens, as situações de trabalho precárias e as relações nos grupos e comunidades de pertencimento mantêm esses laços. Se as situações precárias são percebidas pela maioria como forma de manter os laços sociais, o que dizer das situações de emprego formal onde os jovens se veem inseridos no mercado profissional e reconhecidos em sua heterogeneidade? O sentido subjetivo dado ao trabalho em suas vidas manifesta-se no sentimento de liberdade e independência por terem seu próprio dinheiro e se sentirem no caminho da profissionalização que aponta para possibilidades de crescimento pessoal e profissional, que significa, para a maioria, a passagem para a vida adulta. “A fase adulta é quando a gente realmente sabe o que é certo e o que é errado. Porque nem todo mundo sabe o que é certo e o que é errado. Às vezes, o que a gente acha que é certo não é.” (Menina, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011). “Uma pessoa torna-se adulta quando assume novas responsabilidades como sustentar a casa, a família, ter responsabilidades e atitudes. Ser adulto implica ser responsável, assumir diferentes responsabilidades.” (Meninas e meninos, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

A valorização do trabalho não significa que os estudos perdem sua importância. Ao contrário, demonstra que, após o ingresso no Programa de Aprendizagem, esses jovens passaram a valorizar os estudos como a forma de ingressar no mercado de trabalho e de tornarem-se independentes e adultos. Ou seja, os estudos passaram a ser vistos como uma passagem entre ser adolescente e tornar-se adulto, por ser a forma de conseguir emprego e ter sua própria renda. Por isso, a fala de todos se direciona para a importância dos estudos em paralelo às atividades de trabalho. “Estudar é importante e

trabalhar é importante pra gente criar conhecimento no mercado de trabalho". "Quando você passa por uma experiência, você já vai mais consciente de como é que funciona o mercado." (P.G., sexo feminino, 17 anos, 2ºEM, entrevista concedida em 23/05/2011). "É através do estudo que você abre caminho para o emprego e também sem os estudos eu não vou atingir minhas metas profissionais. Eu posso atingir, mas, sem muita escolha; vai ser sempre mais difícil." (P. C., sexo feminino,17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

Durante as entrevistas, foi dada a opção para eles escolherem entre trabalhar e estudar e, todos mencionaram que escolheriam continuar estudando, o que reforça a percepção de o estudo adquire maior importância na vida dos adolescentes, pelo menos depois de inseridos no PET. Durante as entrevistas, foi possível perceber que a educação interessa bastante, embora alguns meninos demonstrem não se preocupar muito com esse fator. As meninas demonstraram mais preocupação em continuar os estudos. Entretanto, todos os meninos e meninas avaliaram a escola (educação) de forma positiva e essa avaliação parte da percepção da escola (educação) enquanto "um campo assegurado, pelo menos enquanto possibilidade". Além disso, a educação é tema principal e de muita importância para quem vive a condição estudantil ou para quem investiu mais tempo nela, com maior escolaridade. No caso dos jovens entrevistados nesta pesquisa, a Lei da Aprendizagem coloca como pré-requisito para inserção do jovem no mercado de trabalho que ele frequente a escola ou já tenha concluído o ensino médio. De certa forma, esse requisito justifica a preocupação e desejo da maioria em continuar estudando. (ABRAMO, 2008). "No momento eu iria escolher estudar e parar de trabalhar, (...) porque eles estão exigindo muita qualificação, estudo é fundamental." (B., sexo feminino,17 anos, 3º ano do EM, entrevista concedida em 16/05/2011). "Estudar tem que continuar, não tem jeito. É uma coisa que tem que continuar." (B., sexo feminino,17 anos, 3º ano do EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Eu acho que primeiro a gente tem que estudar porque sem estudar a gente não é ninguém. Porque eu acho que nenhuma empresa vai contratar alguém que não sabe ler, não sabe escrever, que não tem uma estrutura. Eu gosto dos dois, difícil escolher um só. (C.D., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, (B., sexo feminino,17 anos, 3º ano do EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Estudo é a base de tudo. Sem dúvida nenhuma, hoje se você não estuda você não trabalha. Trabalho é bom porque te dá retorno de experiência e financeiro. Trabalhar pra mim hoje é um gosto. É o que eu queria mesmo, de

> verdade. (D.O., sexo feminino, 17 anos, 3º EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

"Estudar porque todo emprego tem que ter uma qualificação. Não adianta focar só em achar emprego e não qualificar." (G. S., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

Essa percepção do jovem sobre o que é passar da fase em que se encontra para a fase adulta através da educação e do trabalho representa a imagem do jovem como um "vir a ser" em suas ações no presente, como por exemplo, estudar, ganhará sentido no futuro, que seria sua posição no mercado de trabalho. Além disso, a fala dos adolescentes durante a pesquisa demonstra e reforça que a educação se tornou condicionante para sua inserção no mercado de trabalho. A maioria já passou, antes do PET, por experiências de trabalho informal e precário e argumentam que não conseguiam emprego formal em função da idade, do horário de estudo, pela falta de qualificação e experiência. Nesse sentido, o Programa é visto como a oportunidade de ingressar no mundo do trabalho, sentindo-se mais valorizado em sua fase de adolescente e com oportunidade de aprendizado que se tornará experiência para empregos futuros. Conforme explicitado anteriormente, no capítulo 2 desta tese, Corrochano e outros (2008) dividiram a população juvenil em dois universos de acordo com sua situação de trabalho e estudo: num universo encaixam-se os jovens que trabalham, dentre os quais existem aqueles que não estudam e os que estudam; jovens que procuram trabalho e estudam e os que procuram trabalho e não estudam. No outro universo encontram-se os jovens que estudam e não trabalham e nem procuram uma ocupação; aqueles que não trabalham, não estudam e não buscam trabalho. No caso dos jovens entrevistados do Programa Educação & Trabalho, a maioria encaixa-se na categoria de jovens denominada por Corrochano e outros (2008) como *jovens que trabalham e estudam* devido à exigência legal de que todos estejam cursando o ensino médio ou o tenha concluído. Alguns já finalizaram o ensino médio, mas, continuam inseridos no Programa, e, por estarem ainda participando do Programa ou estarem cursando pré-vestibular, permanecem na categoria de *jovens que trabalham e estudam*. No universo de jovens entrevistados, apenas 5 já concluíram o ensino médio, sendo 2 meninas e 3 meninos. O estudo passa a ser valorizado como um condicionante para a obtenção de emprego porque a inserção na esfera produtiva amplia a percepção dos jovens da escolaridade e qualificação, como exigências do mercado de trabalho e, diante do desejo

de crescer profissionalmente e economicamente, passam a valorizá-la. (ABRAMO, 2008). As entrevistas realizadas consolidam a afirmação de Corrochano e outros (2008) de que o abandono dos estudos em função do trabalho não é regra e de que grande parcela dos jovens continuam estudando devido à expansão do sistema de ensino, especialmente o grupo na faixa etária entre 16 e 17 anos e cuja posição na família é de filhos. Das entrevistas realizadas, apenas 4 jovens estão na faixa entre 18 e 20 anos e, todos ocupam a posição de filho na família.

A juventude, enquanto momento de crise, é percebida pelos adolescentes que, ao serem indagados sobre o que é ser jovem, dizem que as pessoas se referem ao jovem como "irresponsável" quando ele não trabalha. Ou seja, só estudar não é suficiente para tornar o jovem uma pessoa responsável aos olhos dos outros. É necessário trabalhar para que sejam tomados como indivíduos que não estão "à toa". O discurso dos jovens entrevistados reforça a percepção de que a sociedade entende o trabalho como um tempo de positividade oposto ao tempo de lazer, entendido sociologicamente como um tempo em que a liberdade de escolha é preponderante e se constitui, onde se aprende o convívio nas relações sociais. Mas, o lazer é condicionado pelas condições de vida material e, nesse sentido a existência de tempo livre não implica necessariamente em lazer. Pois, esse tempo pode ser o desemprego ou desocupação, o que representa um espaço de opressão e falta de oportunidades. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO**,** 2008). Daí, decorrem os rótulos mencionados por eles para se referirem ao jovem que não está trabalhando, como sendo "à toa" ou "irresponsável". Nesse sentido, o trabalho se fortalece enquanto categoria, capaz de associar o jovem à estrutura social, fortalecer sua autoestima e permitir que participe de redes de sociabilidade, sendo vistos como pessoas responsáveis e independentes. Essa independência era relacionada, pelos entrevistados, ao "ter seu próprio dinheiro". É o tempo do "vir a ser" do jovem que se desdobra na relação que ele estabelece com o mercado de trabalho. É a ação do jovem no e sobre o mundo, produzindo e sendo produzido em suas relações sociais. Além disso, a forma como ele age no e sobre o mundo podem ser determinadas por suas relações no mundo do trabalho, uma vez que este possui a conotação de independência social e econômica para o jovem mesmo, quando parte de sua remuneração é utilizada para ajudar em casa. Outro aspecto relevante, e que se conecta ao conteúdo das entrevistas, é que a essência está nas relações sociais e, para os jovens, estas relações estão vinculadas ao trabalho e à escola, além, é claro, da família e de seu círculo de amizades. (DAYRELL, 2003).

Percebe-se pela pesquisa que a juventude é um período de vida em que os adolescentes acumulam experiências vividas no contexto social, relacionadas ao trabalho, estudo e, também, às relações sociais que estabelecem em cada uma dessas dimensões, além da esfera familiar.

4.4.3 Relação entre estudo e trabalho

A passagem para a vida adulta começa a se delinear, conforme nos aponta Scwartzman e Cossío (2007), a partir dos 13-14 anos, quando a autoridade dos pais sobre os filhos diminui e as necessidades financeiras passam a ter significado, ganhar sentido. Nesse momento, os motivos que levam os jovens para "fora da escola" se tornam mais fortes do que a pressão das necessidades financeiras, pois, no Brasil, o desempenho escolar está associado ao nível socioeconômico dos estudantes, especialmente nas escolas públicas. Entretanto, no caso dos jovens entrevistados, nenhum deles (meninos e meninas) evadiu da escola devido ao controle da Instituição sobre a freqüência escolar: o excesso de faltas na escola leva o jovem ao desligamento do Programa. Ou seja, todos se empenham em continuar estudando para continuar integrado ao PET e colher os benefícios, já relatados anteriormente, sobre a vinculação à esfera produtiva. Ademais, a própria Fundação CDL tem, em sua proposta pedagógica, conteúdos que são ministrados nos cursos de qualificação em que a importância dos estudos é apontada como direção de crescimento profissional e socioeconômico. Esses conteúdos são, por exemplo, Comunicação, Ética e Cidadania, ministrados no curso básico (Cidadania Digital). A partir da percepção de que a escola não consegue suprir a necessidade requerida pelo mercado em termos de embasamento em Matemática e Português, por exemplo, a Fundação passou a contemplar na formação desses jovens as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática no módulo básico, enquanto um "reforço escolar" e, também, para atender à demanda do mercado de trabalho. Percebe-se, no discurso dos rapazes e moças entrevistados, que todos reconhecem o valor da escolaridade como credencial de acesso e/ou ascensão no mercado de trabalho e que essa valorização aumenta após a entrada no Programa, pois, passam a ver a escola de forma diferente.

Evidentemente, a análise feita não propõe um desenvolvimento linear na transição da juventude para a idade adulta. E, conforme assevera Sposito (2008), a

juventude possui a singularidade de ser a fase da vida em que o sujeito busca sua autonomia, e na sociedade ocidental a condição juvenil sempre foi caracterizada pela manutenção de relações na esfera familiar e na escola. Por isso, a abordagem relacionada à escola é importante, principalmente porque sempre esteve atrelada à inserção no mercado de trabalho. Diante das alterações dos últimos 30 anos na esfera do trabalho, especialmente no trabalho assalariado, houve uma diversificação nos caminhos e contornos para a entrada na vida adulta. Mesmo assim, a escolaridade continua sendo valorizada como facilitadora desse processo de inserção na vida produtiva, devido à necessidade de qualificação para o trabalho.

Esta problematização acerca do papel da escola/educação demonstra que não é somente a primeira experiência de trabalho que influencia a trajetória dos jovens, a educação também é fundamental. Enquanto possibilidade de obter emprego, ela passa a ter um valor diferenciado para os jovens que participam do Programa Educação & Trabalho. É a educação que amplia a perspectiva de melhor emprego e trabalho para esses jovens. A valorização da educação pelos adolescentes do PET foi percebida nas entrevistas e, reafirmada pela equipe técnica que cuida do Programa. O desafio do jovem atualmente é motivar-se e dar sentido aos seus estudos, ou seja, construir para si o sentido dos seus estudos. Assim, ele conseguirá transformar sua escolaridade em instrumento de ingresso e/ou ascensão profissional. (SPOSITO, 2008).

A Lei da Aprendizagem é uma forma de investimento em ações contra a evasão escolar, porque estabelece a exigência de frequência escolar. Os jovens valorizam esse requisito no Programa do qual participam, pois, para eles é uma maneira de “empurrá-los” para frente, de conduzi-los ao término dos estudos. Ao ser indagado sobre a conciliação entre trabalho e estudos, um aprendiz responde:

> Ah eu acho que acaba que eles cobram bastante né a questão dos estudos porque tem que ta no ensino médio tem que ter notas boas, não pode tomar bomba senão é desligado do programa, então isso pra mim é tranqüilo, eu faço o que é possível pra mim. (C.C., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011.).

Essa fala do aprendiz atesta que a necessidade de continuar estudando e de ter notas boas na escola, é um aspecto positivo para os jovens que, muitas vezes passam a valorizar o estudo após sua entrada no Programa. “... os adolescentes conciliam e valorizam mais a escolarização a partir de sua inserção no Programa.” (T., pedagoga do

PET, entrevista concedida em 23/09/2010). Sobre esta mesma questão, a pedagoga responsável pelo PET frisou que percebe pouca participação e envolvimento da escola formal com os objetivos do Programa e que a qualidade do ensino é baixa. Nesse sentido, o PET acaba tendo que suprir algumas deficiências em relação a português e matemática. Esse aspecto é valorizado pelos adolescentes que apontam como uma das vantagens em se participar do PET, o fato de aprenderem a se comunicar melhor com as pessoas e aprenderem a conviver em grupo, a se relacionar. A constatação de que o ensino é fraco e que os jovens necessitam de um "reforço" em determinadas áreas do conhecimento, reforça a visão de que a escolaridade não define mais o ingresso no mercado formal de trabalho, sendo necessário o desenvolvimento de outras habilidades também, como o relacionamento interpessoal, a comunicação, etc.Os jovens valorizam a escola como espaço de socialização, mas, apontam o PET como o espaço em que conseguem efetivamente desenvolver habilidades de relacionamento que servirão para o futuro profissional e pessoal.

A análise de Sposito (2008) elucida essa questão ao demonstrar que as mudanças ocorridas na escola, enquanto espaço de socialização, trouxe a necessidade de considerar vários processos socializadores na experiência juvenil. No Brasil, por exemplo, a expansão escolar é recente e a escola não detém o monopólio de transmissão cultural. Várias instâncias produtoras de valores e referências culturais coexistem e podemos incluir nestas instâncias, para atender ao propósito do presente trabalho, a esfera produtiva. E, para os aprendizes entrevistados, a Fundação CDL, o PET, enquanto locais de qualificação, são uma extensão de seu local de trabalho, cujo valor e referência supera o momento em que estão na escola.

> Aqui, a gente aprende muita coisa né, a gente aprende tudo assim, (...) só quando você trabalha, vai vendo o que realmente é Aí você já vê o que você quer pra você, qual experiência você quer levar com você, acho que desde que eu entrei aqui muita coisa mudou e vai mudar no trabalho quando eu sair daqui. Já to mais consciente de como é o dia a dia de quem trabalha. (P. G., sexo feminino, 17 anos, 2º EM, entrevista concedida em 23/05/2011).

O depoimento acima demonstra que os adolescentes, tanto as meninas quanto os meninos, dão relevância a fatores como transformação da vida e crescimento emocional. Este é um impacto positivo em relação ao protagonismo juvenil, uma vez que os

aprendizes se tornam pessoas mais autônomas e ativas a partir de sua participação no PET.

O jovem também demonstra que, ao se manter na escola, passa a ser identificado como estudante e, desse modo, escapa do rótulo de pessoa “à toa” ou, em outras circunstâncias, de desempregado. Nesse sentido, a escola representa, para os adolescentes, um espaço de socialização em que se encontra com pessoas da mesma faixa etária. É como se a escola fosse uma espécie de refúgio temporário diante da escassez de emprego e, ao mesmo tempo transforma-se numa estratégia oculta de disputa por uma vaga. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009).

A valorização dos estudos como forma de alcançar melhor posicionamento no mercado foi evidenciada quando os jovens entrevistados foram perguntados sobre o que fariam, caso fosse possível escolher entre trabalhar e estudar. A maioria apontou o estudo como preferência, mesmo aqueles que diziam não gostar de estudar.

Numa análise mais aprofundada, tendo em vista que a juventude é um momento em que o jovem se vê numa diversidade de orientações, obrigado a construir o sentido de sua existência, a escola e o trabalho emergem numa superposição enquanto projetos de vida. Tais dimensões são enfatizadas de acordo com o momento do ciclo de vida e condições sociais dos jovens. Trata-se de uma articulação entre presente e demandas do futuro. (SPOSITO, 2008). E, no caso dos entrevistados, o momento é de investimento no presente, para colher resultados no futuro. Quer dizer, eles entendem que devem privilegiar os estudos porque disso dependerá a sua independência financeira e autonomia. Mesmo que não haja uma relação linear entre nível de escolaridade e emprego porque as oportunidades são escassas, a educação continua com o papel de melhorar a vida do indivíduo na sociedade brasileira, sobretudo dos jovens. (POCHAMNN, 1998; SPOSITO, 2008).

A Lei da Aprendizagem pode ser encarada, portanto, como uma maneira de melhorar a articulação entre o sistema educacional e o mundo produtivo, a partir da ampliação das oportunidades de educação profissional. Os cursos de capacitação do PET passaram por mudanças de carga horária e de conteúdo, devido às alterações do mercado de trabalho e mudanças no currículo do ensino formal.

A necessidade de um novo perfil de trabalhador é uma realidade e, mesmo que o ensino médio seja condição necessária para participar do Programa, não é suficiente para garantir êxito na inserção no mercado de trabalho. As habilidades outorgadas pelo

ensino formal e pelos programas de aprendizagem devem acompanhar as transformações e exigências do mercado. A escolaridade não garante a inserção de jovens, mas, enquanto condição simbólica, pode aumentar a possibilidade de inserir-se no mercado porque a demanda é por jovens com escolarização e qualificados. Isso é uma consequência da transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento.

Existe uma ideia prevalecente de que trabalhar influencia negativamente nos estudos dos jovens. Entretanto, a pesquisa demonstrou que trabalhar muitas vezes influencia positivamente o adolescente em relação a seus estudos. Percebe-se que a estrutura do Programa, cuja jornada de trabalho é de 4 horas/dia, é compatível com os estudos, pois, pesquisas demonstram que a real dificuldade em conciliar trabalho e estudo são as elevadas jornadas de trabalho que os jovens precisam cumprir em algumas atividades. Além disso, o trabalho pode ser um instrumento de qualificação e aprendizado para o jovem. E os empresários valorizam não só a escolaridade, mas, também a experiência de trabalho, o que torna a experiência do primeiro emprego estratégia importante para ascensão a postos mais elevados no mercado. (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009). Ao serem perguntados se é possível conciliar estudo e trabalho, as respostas sempre foram positivas:

> ... através do trabalho a gente vê o tanto que a gente erra porque quando a gente ta na adolescência é uma fase muito difícil porque é o período que a gente começa a comunicação aí vem a internet, vem a mídia e isso acaba influenciando tanto no meio de estudo como no meio de comunicação, a gente começa a falar muito errado, a não saber expor as ideias de maneira correta e quando a gente começa a trabalhar a gente vê que você vai precisar dessa maneira correta, de maneira formal de comunicar e começa a almejar coisas maiores. (P. C., sexo feminino, 17 anos, 3º EM,entrevista concedida em 16/05/2011).

"Ah, eu acho bem fácil porque eu estudo de manhã e trabalho a tarde. De manhã eu faço 3º ano do ensino médio normal e de noite eu faço o curso profissionalizante em bioquímica." (P. C., sexo feminino, 17 anos, 3º EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Se você tiver estudo completo você consegue trabalho mais fácil. Eu quero agora mesmo é conseguir acabar esse trabalho e se me contratarem, quem

> sabe né? Mas, eu quero mesmo é fazer minha faculdade de veterinária, trabalhar nessa área". "Prefiro terminar o meu contrato e procurar outro emprego que tenha a ver mais comigo. (K., sexo feminino, 17 anos, EM Completo, entrevista concedida em 23/05/2011).

As respostas demonstram que o estudo é valorizado, sobretudo após a percepção que adquirem, segundo a qual sem estudos não se progride. É uma forma de emancipação para a vida adulta e, uma via de acesso ao mercado de trabalho, que deve ser conciliada com a primeira experiência de trabalho.

O PET, segundo os entrevistados, amplia a visão de mundo e eles passam a dar outra importância aos estudos. Pois, percebem que o mercado de trabalho exige níveis elevados de educação formal.

A partir da relação de importância entre estudo e trabalho e, diante da necessidade de manter-se freqüente na escola, sob pena de ser excluídos do Programa, os aprendizes afirmam a possibilidade de conciliar estudo e trabalho.

Além dos estudos regulares, muitos fazem outros cursos como forma de incrementar seu currículo, como, por exemplo, curso de informática e idiomas.

Entretanto, a escola representa para eses jovens uma espécie de refúgio temporário devido à escassez de emprego ou dificuldade de acessar a primeira experiência de trabalho. Seria uma espécie de estratégia de disputar vagas no mercado diante de um padrão instável de inserção ocupacional.

Torna-se possível, a partir destas constatações, afirmar que a Lei da Aprendizagem acaba por contribuir para uma queda na evasão escolar e, em última instância, para a ampliação da escolaridade superior ou técnica, numa perspectiva de tornar a relação do jovem com a escola e o mercado de trabalho numa relação virtuosa. (POCHAMNN, 2004a). Pois, a maior parte dos entrevistados manifestou o desejo e o projeto de continuar estudando e não interromper sua trajetória educacional. Muitos afirmam que pretendem ingressar na faculdade, mas, vários falam em curso técnico ou tecnólogo, como forma de se capacitar mais rapidamente para o mercado de trabalho. Outro aspecto é que os próprios aprendizes, ao ingressar no Programa, começam a perceber que na medida em que as habilidades educacionais se elevam, as possibilidades de se inserir em atividades precárias ou de baixa qualidade podem diminuir. Isso não significa que as condições de funcionamento do mercado de trabalho foram contidas pela melhoria educacional. (POCHMANN, 2004a). Entretanto, a perspectivas dos jovens podem se ampliar na medida em que aumentam sua

escolaridade. Guimarães (2008) ressalta que os jovens que completam a escolaridade média têm maior chance de conseguir empregos com carteira assinada, embora enfrentem dificuldades no mercado de trabalho. “Eu pretendo trabalhar na área que eu gosto: comunicação, mas, por enquanto, eu queria ser efetivado até eu começar a faculdade e terminar.” (J.M., sexo masculino, 18 anos, EM completo, entrevista concedida em 19/05/2011). “Pra mim, bastaria o técnico. (J.M., sexo masculino, 18 anos, EM completo, entrevista concedida em 19/05/2011). Acho uma coisa mais complicada (ENSINO SUPERIOR), é o tempo dele é menor....e acho que nem vou ter condição de pagar um cursinho, pelo menos por agora.” (B., sexo feminino, 17 anos, 3º ano do EM, entrevista concedida em 16/05/2011). “Eu quero ser veterinária e ter minha própria clínica. Se der ser efetivada aqui, né?.” (K., sexo feminino, 17 anos, EM Completo, entrevista concedida em 23/05/2011). “Faculdade é uma vontade assim grande, mas, pelo fato de não ter muita oportunidade, acho complicado, mas, vou tentar fazer futuramente.” (C.C., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Técnico é uma oportunidade que a pessoa tem de tá ingressando no mercado de trabalho sem um tempo tão prolongado assim no estudo. Pretendo continuar estudando sim (...) e o curso técnico ajuda bastante porque vc recebe melhor pra ta tentando entrar na faculdade. (C.C., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

Os aprendizes demonstram que a motivação para participarem do Programa é resultado da necessidade financeira conjugada com a necessidade de ter uma experiência profissional atrelada à qualificação e escolaridade. Nesse sentido, a importância de ter a primeira experiência de trabalho apresenta-se como fator determinante na hora de procurar emprego. Sair da escola não significa conseguir um emprego, conforme demonstra Cardoso (2008), porque emprego e trabalho deixaram de ser alternativas excludentes para os jovens e uma proporção cada vez maior passou a estudar e trabalhar e isso acabou levando a uma demora para sair da escola. Além disso, o desemprego passou a ser o destino provável dos egressos do sistema escolar, especialmente quando não possuem experiência anterior de trabalho.

A importância da experiência no trabalho está relacionada à transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, em que a exigência de maior preparação educacional e laboral contradiz o período fordista, em que o trabalhador era

formado no local de trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário um tempo maior de preparação para ingressar no mercado de trabalho de modo a possibilitar uma contínua transferência tecnológica entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. (POCHMANN, 2004b).

> Assim, porque no caso minha família não tem uma renda muito boa e no caso eu vim mais pra ajudar minha família a pagar conta essas coisas, comprar umas coisas pra mim que eu to precisando, fazer algum curso no caso e porque também pra quem trabalha cedo é uma coisa muito boa. Numa entrevista de emprego não tem nenhuma experiência, aí o pessoal desanima. (H. M., sexo masculino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 19/05/2011).

"Pra mim, assim, é uma forma de facilitar pra entrar no mercado de trabalho, é uma oportunidade de ter carteira assinada, de ter o primeiro emprego". (C.C., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em16/05/2011. "A partir desse curso, eu tô tendo essa oportunidade eu posso ter mais conhecimento e desenvolvimento pra minha vida pessoal e profissional." (C.C., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Partiu de mim (...) achei interessante porque é questão de primeiro emprego também e que é complicado hoje em dia, contratarem menores e também por causa da experiência. Eu achei bastante interessante também por causa da questão da independência, acho ruim ficar dependendo dos pais. (C.D., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

O PET representa, para os entrevistados, a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e ter sua primeira experiência de emprego, continuar estudando e ingressar na faculdade ou curso técnico. Ou seja, o Programa é considerado como oportunidade para que o adolescente transite para a vida adulta, numa trajetória menos oscilante no que diz respeito aos estudos. É, em última análise, um incentivo ou uma prática de trabalho decente, que respeita as necessidades inerentes à época da juventude.

Alguns pretendem ingressar em áreas de atuação totalmente diferentes da área que atuam e na qual estão sendo capacitados. Mesmo assim, afirmam que vale a pena e que é uma maneira de, futuramente, custear seus estudos na área que desejam.

Torna-se necessário considerar a experimentação e a reversibilidade nas escolhas dos jovens para compreender sua relação com a escola e com o trabalho. Pois, a escola e

o trabalho se superpõem enquanto projetos de vida e são enfatizados de acordo com o momento do ciclo de vida e condições sociais dos jovens. Nesse sentido, escola e trabalho fazem parte de uma construção social onde se articula o presente e as demandas do futuro. (SPOSITO, 2008). Além disso, o discurso dos jovens entrevistados passa pelo caráter meritocrático; acreditam que, pelo esforço próprio em estudar, trabalhar, investir tempo e dedicar-se ao programa de qualificação, terão oportunidades de empregos melhores, com boa remuneração que interrompa a trajetória de pobreza familiar. De certa forma, o PET reforça essa visão, uma vez que reforça a dimensão atitudinal e a confiança no esforço próprio considerado uma competência empreendedora.

Em relação à motivação para estudar e frequentar a escola, tanto os jovens entrevistados quanto a equipe técnica do Programa ressaltam que a questão da qualidade do ensino se relaciona à evasão e ao desempenho dos jovens. Pois os professores se mostram desmotivados para lecionar e as aulas tornam-se monótonas, desmotivando os alunos. Ainda que o acesso à escola tenha se ampliado, a oferta é desprovida de qualidade das condições materiais e humanas de funcionamento, especialmente nas escolas públicas, modalidade de acesso dos jovens entrevistados nesta pesquisa. (SPOSITO, 2008). “Os professores não têm prazer de dar aula. Não se preocupam com o resultado.” (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011). “Poderia ser diferente: as aulas serem mais dinâmicas; debates com assuntos polêmicos; professores saberem explicar/expor a matéria.” (Menina, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

Além disso, a equipe técnica levanta a questão do déficit que os aprendizes apresentam em relação a conteúdos da escola formal, como português e matemática. Para elevar este padrão, o PET promove aulas com conteúdos relacionados a essas disciplinas. Tudo isso demonstra que a educação formal precisa ser revista, ser melhorada em qualidade e que as medidas que visam o trabalho decente devem ser alinhadas com as propostas de educação pública para os jovens. A educação deficiente pode levar os jovens não somente à evasão escolar, mas, também, à dificuldades para entrar no mercado e encontrar emprego.

4.4.4 Representação do Trabalho para o Jovem

As experiências acumuladas pelos jovens nas relações sociais incluem as relações com o trabalho e sua inserção no mercado. Essas relações envolvem a construção da trajetória profissional, preocupação presente na fala de todos os aprendizes entrevistados.

O conteúdo das entrevistas consolida a percepção de que o trabalho é uma preocupação central no imaginário juvenil. Dados da Pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira", realizada em dezembro de 2003 foram utilizados por Guimarães (2008) para demonstrar que o trabalho é central para os jovens, mas, possui vários significados. A autora elucida que a dedicação ao trabalho ganha relevância para os jovens que têm ou tiveram um trabalho regular, formal e para os jovens na faixa de 18 a 24 anos, especialmente os mais escolarizados. Como os jovens do PET se encontram numa atividade formal, o trabalho emerge como um valor relacionado à dedicação ao trabalho, enquanto possibilidade de crescimento profissional, devido à experiência e qualificação que estão adquirindo

A Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira também demonstrou que o trabalho se encontra no centro das preocupações e interesses dos jovens, tendo destaque recorrente entre os assuntos atuais de maior interesse do jovem. A centralidade do trabalho vem de sua urgência enquanto uma demanda a satisfazer, mais do que um valor a ser cultivado. Pois, ele se destaca diante de sua ausência, pelo desemprego tornando-se necessidade na vida de parcela significativa de jovens brasileiros. (GUIMARÃES, 2008).

Isso significa que o trabalho assume o lugar de problema para os jovens e essa faceta problemática é o desemprego. Ainda de acordo com Guimarães (2008), esse problema é manifesto de forma aguda especialmente para os jovens entre 18 e 20 anos, com baixa escolaridade e menor rendimento, além disso, existem a condições de competição no mercado. Esse fator reforça mais ainda a importância que o PET assume para os entrevistados na pesquisa empírica desta tese: eles se sentem mais seguros tendo a sua primeira experiência formal de trabalho a partir dos 16 anos. Pois, conforme argumentam, essa experiência irá proporcionar maiores possibilidades de continuar empregados e de crescer profissionalmente. O trabalho também se apresenta como fonte de independência, significado subjetivo atribuído pelo jovem, que transparece para todos os entrevistados, exercendo forte atração sobre eles.

Abramo (2008) elucida que não é somente a necessidade financeira que leva os jovens ao trabalho, uma vez que muitos jovens contribuem em casa, mas, ficam com parte do dinheiro para uso pessoal. O trabalho é relacionado também a atributos positivos como independência, autoconfiança e realização. Isso se confirma pela fala do aprendiz do PET que demonstra uma forma indireta de ajudar em casa através de sua independência para comprar suas próprias coisas: “eu não ajudo diretamente em casa. Mas, eu comprando coisas pra mim, eu ajudo na economia de casa, entendeu?.” (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

A representação que os aprendizes têm do Programa de Aprendizagem do qual participam, demonstra constante preocupação com a trajetória profissional. Todos veem o PET como a oportunidade de iniciar a construção de sua trajetória profissional, mesmo que o objetivo seja uma área diversa daquela em que se encontra no Programa, conforme demonstrado anteriormente.

Além disso, o PET representa a possibilidade de suprir as necessidades materiais dos jovens e, em alguns casos, parte das necessidades materiais da família. Muitos afirmam que não precisam ou não contribuem financeiramente em casa. Mas, todos salientam a importância da renda pessoal para suprir necessidades pessoais. Indiretamente, essa é uma forma de contribuir financeiramente para o orçamento familiar.

A locução de todos os jovens entrevistados aponta para a importância do PET como ponte de inserção no mundo produtivo, através da primeira experiência de trabalho formal. Antes de participar do Programa, a maioria passou por trajetórias de trabalho informal e precário. Muitos atuaram junto à suas famílias, no complemento da renda ou, mesmo, em atividades domésticas que permitiam à mãe ou ao pai, dedicar maior tempo ao trabalho produtivo fora de casa. Alguns aprendizes alegam não ter necessidade de ajudar em casa, mas, ao serem indagados sobre essa questão, muitos dizem que utilizam seu dinheiro para arcar com despesas pessoais, o que significa que, indiretamente, estão ajudando em casa. “É, mas se minha mãe precisa de alguma coisa, eu ajudo. Na verdade, desde que eu comecei a trabalhar ela nunca me pediu não. Na verdade, é porque eu gastava muito e aí pra eu ter as minhas coisas e não precisar pedir pra ela.” (C.D., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> Muitos adolescentes trabalham por necessidade, eu não, graças à Deus não preciso disso. Trabalho p/ procurar qualificação e começar a ter minha

> independência entendeu? Apesar de ser sustentada pelos meus pais... mas eu vejo a escola fundamental para o trabalho, um complementa o outro... hoje em dia se você não estuda, você não trabalha. (D.O., sexo feminino, 17 anos, 3º EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

As primeiras experiências de trabalho dos jovens, nesse momento denominado como “vir a ser”, é, em geral, no mercado informal. E, ao serem perguntados sobre o que já fizeram na vida até a entrada no PET para ganhar dinheiro, a maioria descreve atividades informais desenvolvidas na esfera doméstica ou não. Foram atividades citadas: faxina, tomar conta de criança (parente ou não), serviços de office boy na empresa de algum parente, recepcionista, ajudante de pedreiro, caixa em padaria ou sacolão, pintor, ajudante de pintor, jardineiro, etc.

As ocupações precárias assumidas pelos entrevistados antes de entrarem para o PET não lhes conferem experiência de boa qualidade e, por consequência, não contribuem para uma trajetória de trabalho decente. Tais experiências, segundo relatos dos adolescentes, não contribuíram em termos de qualificação profissional, e muitas foram abandonadas por eles porque acabavam prejudicando a educação formal. Eram atividades que exigiam tempo de dedicação incompatível com o horário e rendimento das aulas na escola. Também não eram atividades registradas na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e não serviam como primeira experiência de emprego. Vale lembrar que, para os jovens, o trabalho representa filiação na estrutura social e participação nos sistemas de proteção, o que se torna possível mediante anotação na CTPS. Nesse sentido, os aprendizes se sentem “amparados” pela Lei da Aprendizagem que lhes garante.

4.4.5 Representação do Trabalho Decente Frente ao Desemprego e Mercado Informal

A possibilidade de ter a primeira experiência de trabalho representa uma regulamentação do trabalho juvenil através da Lei da Aprendizagem, enquanto uma forma de minimizar os efeitos do desemprego para os jovens, além de representar um estímulo à continuidade dos estudos.

O relato de uma aprendiz sobre sua experiência no mercado informal expressa claramente o quanto essas atividades são nocivas para a futura inserção no mercado de

trabalho. Essa adolescente trabalhou num shopping popular de Belo Horizonte e descreve esta experiência da seguinte forma:

> Eles falaram que não tinha direito aos dois, tinha direito às férias ou 13º. Aí como eu não tinha muita experiência aí eu fui e aceitei... No Natal eu ficava lá de 8h às 19h, ou até 20h... ela não dava dinheiro pra almoçar fora da loja, não pagava café. A gente almoçava 15h, 16h... era horrível" "Eu chegava no 2º horário e não conseguia estudar... (D. F., sexo feminino, 17 anos, 2º EM, entrevista concedida em 19/05/2011).

Esse relato demonstra a dificuldade em conciliar trabalho e estudos enfrentada pelos jovens e que, no caso de trabalho informal, os estudos são prejudicados. No caso do PET, da Lei da Aprendizagem, a carga horária permite essa conciliação sem prejuízo da educação formal. Esse depoimento também atesta a importância de políticas públicas de emprego voltadas para o segmento jovem e o quanto a Lei da Aprendizagem pode contribuir na construção de uma trajetória de trabalho decente, por ser uma combinação entre educação e trabalho associada à emancipação social e econômica da população excluída. Ainda que os Programas de Aprendizagem não representem a atividade-fim em que o jovem irá atuar em sua carreira profissional, ele cumpre o papel de manter o jovem na educação formal e, sobretudo, conscientiza os adolescentes quanto à importância dos estudos para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho, que significa a possibilidade de emprego digno, produtivo e com boas condições de empregabilidade.

Também é perceptível no relato acima que os aprendizes buscam melhoria nas condições de trabalho, especialmente, quando já passaram por situações informais de trabalho, cujas condições precárias não apontavam para possibilidades de desenvolvimento e melhoria econômica e social. Eles não nomeiam essa busca, mas, teoricamente seria a busca pelas condições de trabalho decente.

Um dos pilares do trabalho decente é a promoção do emprego de qualidade e a Lei da Aprendizagem atende a esse pilar, na medida em que qualifica o jovem para sua primeira experiência laboral e o mantém vinculado à educação formal. Na perspectiva do conceito de trabalho decente, percebe-se que o PET tenta atender alguns de seus princípios através da oferta de oportunidades para que os adolescentes tenham um

trabalho produtivo de qualidade, em condições de superar a pobreza e diminuir desigualdades sociais. (NEVES, 2011).

Nem sempre é o trabalho que afasta o jovem dos estudos. Há outras variáveis que podem influenciar nessa questão, como o matrimônio ou a maternidade, conforme podemos perceber com o depoimento abaixo:

> Na verdade, eu não queria estudar mais, aí eu fui e engravidei aí eu não quis ir pra escola mais (...) eu tava com 16 anos, ah, queria parar de estudar, não queria estudar mais, não queria fazer nada não (...) eu ia na escola, ma,s eu não estudava porque eu comecei a namorar com o pai dos meus filhos e o meu pai não aceitava, minha mãe não aceitava e minha mãe tava doente né, com problema de lúpus: internava, voltava do hospital aí ficava aquele negócio: deixa pra depois, deixa pra depois e adolescente não quer saber o que tem que deixar pra depois, tem que fazer na hora que ele quer. Aí eu fui e ia pra escola mais pra namorar mesmo porque agora que já tem 7 anos que eu to com o pai dos meus filhos, depois que o meu 2º filho nasceu que meu pai foi começou a conversar comigo porque antes ele não conversava não. (H. F., sexo feminino, 20 anos, 1ºEM/EJA, entrevista concedida em 19/05/2011).

Nesse caso, é possível perceber como o PET atua também como forma de retomar a vida escolar. Nas entrevistas com a equipe técnica, houve um relato que traduz não somente a preocupação, mas, também, uma prática presente através do discurso que estabelecem com os aprendizes. O informante contou o caso de uma aprendiz que foi premiada como a funcionária do mês num Shopping de BH e estava sendo cotada para ser a funcionária do ano. Ele encontrou com ela e, na conversa, ela contou que iria se casar e como a adolescente tinha apenas 17 anos ele começou a conversar para tentar persuadi-la a não se casar com uma idade tão nova e diante de tantas responsabilidades para assumir:

> Você tem ensino médio? Ela disse: ah termino esse ano. você vai casar? Você pretende fazer faculdade? Você mora com quem?Ela disse: moro com meu pai e minha mãe.Você ganha muito? E seu namorado faz o que? Ele faz faculdade?ele ganha quanto, você acha que com o que vocês ganham vai dar para pagar um aluguel pra vocês? Você lava roupa? Você cozinha na sua casa? Ah! Depois eu vou fazer faculdade. Como? Você vai ter que lavar roupa sua e do seu marido, você vai ter que cuidar da casa sua e do seu marido, depois vem um filho. Ah não é assim não. É assim sim... (...) vai acabar chegando... então pensa bem. Daí fiz um trato com ela: ela queria estudar, daí pedi uma bolsa na Fatec pra ela, parcial, porque integral eu não dou não porque tem que dar valor... (...) enquanto você estiver na Faculdade você não pode casar senão você perde a bolsa... eu quis mostrar pra ela que o importante é a escolarização... a estabilidade profissional entendeu? O problema é que o jovem atrela muito a questão do casamento com a possibilidade de sair de casa, como forma de ter uma independência e acaba

> perdendo no profissional. (L., ex-gerente educacional da Fundação CDL, entrevista concedida em 03/08/2010).

O diálogo do funcionário com a aprendiz remete à questão de gênero onde existe uma relação conflituosa para as mulheres em relação às tarefas domésticas, trabalho e escola. Segundo Cardoso (2008), a partir dos anos 1950, a taxa de participação na escola por parte das mulheres foi menor em comparação à dos homens e, nos anos 1970, as estatísticas demonstraram que a maior parte das mulheres não estudava e não trabalhava. Esses dados mudaram nos anos 1990 e, em 2000, quando a taxa de frequência das mulheres à escola aumentou e passou a superar a dos homens, mesmo que ligeiramente. Ainda que esse aumento na participação escolar seja lento, a proporção das mulheres que não trabalhavam e não estudavam caiu muito a cada década. De acordo com Neves (2011), dados do Ministério da Educação (INEP/MEC), no ano de 2009 houve elevação no total de mulheres concluintes do ensino médio (55.6%) e, no ensino superior (56,8%) e as perspectivas de crescimento são ainda maiores. Outra mudança importante, salientada por Cardoso (2008), foi a emergência do desemprego. Pois, a inatividade deixou de ser o destino comum às mulheres e passou a competir com a escola, o emprego e o desemprego. Ou seja, até o ano de 1991, as mulheres não migravam da escola para o desemprego, mas sim, para a inatividade. Com as mudanças estruturais nesse período, as mulheres começaram a permanecer por mais tempo na escola e, aquelas que deixaram a escola passaram a pressionar o mercado de trabalho, o que reduziu a taxa de inatividade e aumentou a taxa de desemprego, principalmente na faixa etária entre 17 e 18 anos. A participação das mulheres na PEA demonstra que houve um crescimento da importância das mulheres na força de trabalho. O contingente feminino na PEA passou de 29% em 1976, para 52,7% em 2009. (NEVES, 2011). Cardoso (2008) conclui que a escolarização não era vista como condição para inserção no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres em situação de pobreza, o que fazia com que as ocupações fossem, em sua maioria, sem qualidade. Nessa situação, a escola não era vista como condição de inserção no mercado de trabalho e as ocupações eram, em sua maioria, sem qualidade. Mesmo diante do aumento da escolarização feminina, as desigualdades no mercado de trabalho e as ocupações precárias permanecem. Ainda existe um forte contingente feminino que se concentra em serviços precarizados com baixos salários, especialmente quando se refere a trabalhos domésticos. (NEVES, 2011).

O trabalho também representa para os adolescentes, meninos e meninas, uma forma de independência, uma passagem para a fase adulta. No grupo focal, ao serem questionados sobre o que é ser jovem, eles relacionavam essa fase ao amadurecimento, novas experiências e aprendizados. Entretanto, ao relacionarem com o aspecto da responsabilidade, destacaram que o jovem também tem responsabilidades, mas, que são responsabilidades diferentes daquelas que os adultos têm. Trata-se, como evidencia Abramo (2008), de uma noção em que o término da fase da juventude acontece quando mais responsabilidades são assumidas. Tais responsabilidades podem ser representadas pelo casamento ou maternidade, tanto para homens como para mulheres. Além disso, é perceptível o desejo por autonomia que, no imaginário dos entrevistados, está atrelado à inserção no mercado de trabalho e à escolaridade.“A fase adulta é quando a gente realmente sabe o que é certo e o que é errado. Porque nem todo mundo sabe o que é certo e o que é errado. Às vezes o que a gente acha que é certo não é.” (Menina, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

> Adolescente tem responsabilidade também, mas é diferente porque é responsável com suas próprias coisas. Sua preocupação é com os estudos, melhorar os estudos. Ser adulto é sinônimo de responsabilidade maior, assumir sua própria vida. A gente tá numa transformação, caminhando pra maturidade... (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

Eles alegam que têm vontade de trabalhar, sobretudo, para adquirir independência e experiência. Segundo disseram, ao trabalhar: “as pessoas passam a te olhar diferente. É importante para ter seu próprio dinheiro, comprar o que quiser com seu dinheiro (autonomia).” (Menino participante do Grupo Focal, entrevista concedida em 06/06/2011). “Não, na verdade, o meu salário é mais pra mim mesma. Eu trabalho pra não ficar muito dependente da minha mãe, pra começar a ter a minha própria autonomia.” (C.D., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

Assim, os jovens demonstram que a categoria trabalho é de fundamental importância em suas vidas. Para eles, o trabalho representa mais do que simplesmente ter seu próprio dinheiro. Trabalhar é importante porque, para eles, uma pessoa sem trabalho é vista pela sociedade como uma pessoa à toa, vagabunda. De acordo com Guimarães (2008), o trabalho torna-se o centro das preocupações dos jovens e destaca-se sempre que são interpelados em relação às suas preocupações e interesses. Essa

centralidade está conectada ao significado do trabalho como um fator de risco, um desestabilizador das formas de inserção social e padrão de vida. Ou seja, a falta ou ausência de trabalho é uma demanda urgente para parcela significativa da juventude. Ainda que tenha sido mencionada a relação do trabalho com experiência, capacitação, novas possibilidades, autonomia e independência, ele se mantém circunscrito à relação de necessidade para os jovens entrevistados. “Adolescente tem vontade de trabalhar para adquirir experiência; capacitação profissional, abrir novos caminhos pelas relações, mudança de conceitos.” (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

Eles trabalham para sair de casa pelo dinheiro e, segundo dizem, para sair da “barra da saia da mãe”. “Sem trabalho a liberdade de sair fica privada porque não tem dinheiro.” (Menino, grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011).

Além disso, afirmam diferença entre trabalhar para o homem e para a mulher. Alguns indicaram na entrevista e nos grupos focais que, existe uma visão de que só homem tem que trabalhar e que mulher deve se dedicar às atividades domésticas e focar mais nos estudos. Pois, as atividades domésticas servem para ocupar o tempo e como forma de ajudar em casa (cuidar da casa, de irmãos mais novos, etc.). Desse modo, as mulheres, quando não trabalham fora de casa, quando não possuem um emprego, não são vistas como pessoas que estão à toa ou, nas palavras deles, uma pessoa *“vagabunda”*. Isso ocorre, porque as atividades domésticas são vistas como uma forma de trabalhar.

Há que se destacar a fala de uma jovem que acredita que o homem não precisa de tanta qualificação quanto a mulher, devido à experiência que conhece em sua família:

> Não é que eu acho que é mais fácil, é mais fácil porque homem pra poder trabalhar em obra não precisa totalmente do estudo igual o meu pai: na época se ele quisesse terminar de estudar ele tinha que pagar, mas, como a família não tinha condição aí ele não pagou. Eu tenho certeza que meu pai começou como servente, aí eu fui olhando o salário dele, tinha vez que era 0,13 centavos por hora aí foi virou pedreiro e demorou um bom tempo pra ele virar encarregado. Não é fácil não, ele tem umas 3 carteiras lá em casa tudo cheia de assinatura(...) aí eu acho que pro homem já é mais fácil, porque o pai dos meus filhos parou de estudar pra poder começar a trabalhar aí parou na 8ª série e não voltou, não quer voltar. (...) o 2º emprego dele foi de vendedor de carro daí você vê: se eu quiser se vendedora eu tenho que ter o ensino médio completo porque eu já olhei e não consigo e ele foi vendedor e recebia mil e pouco e agora ele é bombeiro hidráulico e recebe 820,00 e não tem estudo porque não é necessário. (H. F., sexo feminino, 20 anos, 1ºEM/EJA, entrevista concedida em 19/05/2011).

Esse discurso da entrevistada está atrelado à noção de que, nos segmentos mais pobres, a escolarização é pouco valorizada como acesso à melhoria de renda e trabalho qualificado. Esse depoimento reforça o que Pochmann (2004a) considera como sendo a deterioração das vantagens educacionais pelo mercado de trabalho. Ou seja, elevar a escolaridade não se mostra tão eficiente para potencializar a geração de trabalho e, como disse a entrevistada, isso ocorre especialmente no caso das mulheres, de quem se exige mais qualificação e estudo e para quem se paga salários menores do que os salários dos homens.

Mas, essa não foi uma fala comum entre eles. A maioria valoriza os estudos como forma de melhorar sua condição de vida.

> Uma experiência nova e também meio difícil de se adequar. “Tô começando a me adequar um pouco mais a situação, mas e bem cansativo”. “Não tem um mais importante que o outro. Eu acho assim (...) uma pessoa não consegue trabalho sem o estudo e a pessoa não vai conseguir manter o estudo sem trabalho no caso, um depende do outro. Assim, a pessoa pode estudar na escola pública no caso sem trabalhar. Mas, caso que é uma pessoa que goste muito de informações não vai conseguir fazer uma faculdade sem o trabalho no caso, e a pessoa não vai conseguir trabalhar sem ter o estudo superior no caso uma faculdade, no caso um trabalho que pague bem, que não trabalhe muito. Na minha visão um depende do outro pela experiência mesmo, a gente tem noção de como funciona uma empresa. (H. M., sexo masculino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 19/05/2011).

> Hoje em dia sem o estudo você não vai a lugar algum. Hoje em dia se você que nem eu e vários outros alunos né que formaram, eu conheço alguns jovens que formaram mais cedo na escola... hoje em dia é importante entendeu? Hoje em dia, muitos estão procurando o ensino superior pra entrar num emprego... (J.M., sexo masculino, 18 anos, EM completo, entrevista concedida em 19/05/2011).

> Eu sou prova disso: sem estudo o que eu conseguia? Nada. Você pode ir entregar currículo (...) eles querem uma pessoa que esteja cursando o 2º grau ou uma pessoa que já tenha concluído, não adianta e tem que ter curso. Curso também é importante, não adianta você colocar seu currículo todo pintado e bordado, cheio de florzinha e chega lá na hora e não tem nada, eles olham muito isso também. Eu tava olhando o jornal: até pra você ser faxineira eles estão pedindo o 2º grau completo. Tudo pede o 2º grau, não adianta. (H. F., sexo feminino, 20 anos, 1ºEM/EJA, entrevista concedida em 19/05/2011).

Afirmam ainda que, quando a pessoa trabalha, ela tem mais assuntos para conversar com os outros e o olhar sobre ela é diferente. É vista como pessoa

independente. Além disso, trabalhar faz com que as pessoas não fiquem pedindo nada para os pais. Passa a ter dinheiro para fazer suas coisas.

Desse modo, para eles, participar de um programa de aprendizagem é importante, porque traz experiência e conhecimento, aprendem novas coisas: "... para ajudar a sociedade a rodar..." (Menino participante do Grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011). Além disso, se inscreveram no PET porque é difícil conseguir o primeiro emprego, principalmente por causa do horário e da necessidade de conciliar com os estudos. Para eles: "O PET é como se fosse o primeiro emprego e o primeiro emprego é como se fosse o primeiro beijo. (...) Vai além do dinheiro: amigos, valores, relacionamentos, ser levado à sério, responsabilidade no serviço." (Menina participante do Grupo focal, entrevista concedida em 06/06/2011). "Ser aquilo que o mercado quer e não o que você quer." (P., sexo feminino, 17 anos 3º EM, entrevista concedida em 23/05/2011).

Em outras palavras, é como se o PET fizesse o mercado de trabalho enxergar o adolescente com qualificação e experiência e isso tem grande valor e importância para o momento de vida que eles vivenciam.

Mesmo sem dados concretos sobre a avaliação do Programa por parte das empresas e dos jovens, é possível perceber pelo conteúdo das entrevistas que o PET representa uma possibilidade de mudança na trajetória educacional e ocupacional dos jovens. Entretanto, não representa em si mesmo a ocupação ou forma de inserção desejada por eles

Nem sempre o jovem atua na área que gostaria. Isso foi recorrente em algumas entrevistas. A relação com o trabalho passa pela independência, pelo estatuto de sujeito (CASTEL, 1998), e uma forma de passar da adolescência para a fase adulta. Depois de atingida essa condição, o adolescente planeja então seguir uma carreira ou buscar uma qualificação de seu interesse. O trabalho, nesse caso, é uma fonte de sobrevivência para conseguir realizar projetos de estudos e profissionais.

> Não muda totalmente minha entrada no mercado de trabalho porque eu pretendo fazer o curso de Tecnologia da Informação, é o curso que eu quero fazer, então ele (o PET) é só uma ajuda não digo que é uma influência que vai me empurrar pra um emprego bom. Porque é igual eu te falei, o curso que eu pretendo mesmo fazer é Tecnologia da Informação, eu acho que esse

> curso me faz seguir em frente. (J.M., sexo masculino, 18 anos, EM completo, entrevista concedida em 19/05/2011).

> Ah eu pretendo formar em técnico em química como eu falei. Mas, se eu não tiver condições de formar, de fazer o que eu quero, acho que vou quere continuar na área de administração mesmo, eu já to tendo uma experiência boa aqui né, então, eu creio que continuarei nela, se eu não conseguir, mas, eu vou corre atrás né?. (B., sexo feminino, 17 anos, 3º ano do EM, entrevista concedida em 16/05/2011).

Nas entrevistas ficou evidenciado que o PET é, muitas vezes, tido como uma "ponte" para o jovem alçar novos postos no mercado. Muitas vezes ele participa do Programa como forma de conseguir uma primeira experiência ou para adquirir uma "independência" financeira relativa, que lhe possibilite arcar com suas despesas pessoais ou lhe permita fazer cursos em áreas das quais goste ou nas quais pretende continuar trabalhando. É uma maneira de custear seus estudos futuros e/ou atuais, sua qualificação. Muitas vezes o jovem não pretende continuar trabalhando e/ou estudando na mesma área em que está e, mesmo que queira ser admitido pela empresa, ele pensa nisso como uma forma de pagar sua faculdade para, posteriormente, ingressar no mercado na área que quer se aprofundar/estudar. "Eu penso em estudar, fazer o curso pra mim (sic) fazer faculdade. Pra fazer faculdade tem que pagar, pretendo arrumar algum trabalho bom pra poder conseguir, continuar..." "Pretendo arrumar um trabalho pra mim conseguir formar em engenharia civil, que é o que eu mais pretendo fazer." (P.G., sexo feminino, 17 anos, 2ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

> O PET mesmo com o que eu quero fazer não tem muito a ver. Quero fazer medicina. Mas, se eu não conseguir passar no vestibular, aqui eu sei que eu tenho futuro, se eu quiser continuar... e no final do ano eu posso ser contratada. Aqui dentro a gente tem oportunidade de crescer, tem muito aprendiz que trabalha aqui hoje, que tem cargo importante dentro da Fundação e até dentro da CDL. (G. S., sexo feminino, 17 anos, 3ºEM, entrevista concedida em 16/05/2011).

As entrevistas permitiram captar o sentido atribuído pelos jovens à sua participação no Programa Educação & Trabalho. A análise dos pontos abordados possibilitou captar a percepção dos aprendizes, atendendo aos propósitos desta pesquisa. Este trabalho demonstra, na realidade, que a percepção dos jovens acerca de questões como educação e trabalho se alterou a partir de sua entrada no Programa Educação & Trabalho. Isso revela a importância da Lei da Aprendizagem como forma de resguardar

os jovens do trabalho precário e impulsioná-los para a construção de uma trajetória de trabalho decente, a partir da valorização dos estudos e da qualificação.

5 CONCLUSÃO

O ponto de partida desta tese foi a juventude enquanto uma questão social e um segmento etário que enfrenta problemas e dificuldades em suas possibilidades de realizações futuras, especialmente aquelas relacionadas à educação e ao trabalho. Toda a pesquisa foi direcionada em busca da percepção dos jovens entrevistados sobre o significado de ser jovem, a relação entre estudo e trabalho, a representação do trabalho em suas vidas e a relação entre a contribuição da Lei da Aprendizagem para a execução da agenda de trabalho decente.

As hipóteses explicitadas na introdução direcionaram a pesquisa e puderam ser corroboradas com a análise das entrevistas realizadas com os jovens e com a equipe técnica do Programa pesquisado. Ao final da pesquisa, é possível fazer algumas reflexões acerca da problemática central: qual é a percepção dos jovens sobre os programas de aprendizagem e a construção de sua trajetória ocupacional?

Ao discutir o conceito de juventude e, diante da pesquisa realizada com os aprendizes do Programa Educação & Trabalho – PET, constatou-se a diferença entre condição e situação de ser jovem, demonstrada por Abramo (2008). A condição é o modo como a sociedade constitui e atribuiu significado a esse momento da vida, e situação significa o modo como tal condição é vivida. A condição de ser jovem é, portanto, a percepção que a sociedade ou grupo familiar tem a respeito dessa fase da vida. E, por esse motivo, foi importante pesquisar e relatar as diferentes concepções de ser jovem para posteriormente demonstrar a partir das entrevistas a forma como os aprendizes percebem essa fase da vida.

Em relação à situação de ser jovem, observou-se que há uma homogeneidade na percepção dos jovens a respeito dos pontos abordados na pesquisa. Pois esses jovens podem ser considerados como pertencentes à mesma classe social, uma vez que um dos critérios de participação no PET é que a renda per capita do grupo familiar não ultrapasse um salário mínimo. Ou seja, o grupo pesquisado demonstrou homogeneidade em sua percepção sobre os temas abordados. Isso não significa que haja uma homogeneidade no conceito de juventude, mas, que para esse grupo, a fase da juventude é vivenciada da mesma forma, com padrões semelhantes, o que permite uma generalização dos resultados obtidos.

Enquanto momento que liga a infância e a idade adulta, a juventude é considerada uma fase difícil, que possui duração, conteúdo e significados culturais e

históricos. Portanto, o modo como se vive esse período varia de acordo com o ambiente cultural e também com a classe social, raça e gênero. A juventude é também considerada uma etapa de preparação para tarefas produtivas em que a vulnerabilidade etária se reforça quando se relaciona com a pobreza ou com a baixa escolaridade.

A imagem da juventude como um vir a ser, explicitada por Dayrell (2003), foi evidenciada na pesquisa com os jovens do PET, na medida em que eles demonstravam que o investimento que estão fazendo no programa como forma de se qualificar para o trabalho é uma ação presente, cujo sentido virá no futuro através de uma trajetória profissional, uma carreira a ser seguida por eles. Além disso, a valorização dos estudos se dá em decorrência da percepção que possuem de que a qualificação e escolaridade são as formas de construir uma trajetória diferente da trajetória de seus pais e familiares, ou seja, uma forma de alterar sua posição de origem.

Os jovens entrevistados afirmam que a família e a sociedade os veem como irresponsáveis quando não estão trabalhando. E, nesse sentido, o trabalho torna-se uma condição importante para que sejam considerados pessoas responsáveis e, também, uma condição para entrar na vida adulta.

Outro aspecto é a construção social e cultural da juventude que se localiza entre a infância e a fase adulta e, no caso dos adolescentes entrevistados, essa construção se reflete nas passagens por ocupações informais antes de ingressarem no PET. Ao relatarem que a juventude é identificada, em seus círculos de convivência, à uma fase de irresponsabilidade, esses jovens precisam alterar seu significado e, para isso, assumem papel ativo na produção e reprodução de si mesmos. E, nesse sentido, o trabalho é visto como chave para mudar a percepção a respeito do ser jovem. Alguns relataram que, ao começarem a trabalhar, passam a ser visto por seus familiares como pessoas responsáveis, como adultos. O trabalho ou ocupação assume, para esse grupo, um sentido de transformação do jovem em pessoa adulta. A maioria dos entrevistados passou, antes de ingressar no PET, por experiências de trabalho informal, em condições opostas ao conceito de trabalho decente. Essas passagens por ocupações informais caracterizam esse momento como sendo caótico e desordenado na vida do jovem. E essas passagens por ocupações informais se devem tanto à necessidade financeira, quanto à necessidade de construção de uma identidade responsável perante o grupo familiar e perante a sociedade, enquanto uma inscrição na estrutura social. (CASTEL, 1998). O trabalho conduz a uma independência social e financeira, mesmo quando sua remuneração é utilizada para ajudar nas despesas familiares.

O trabalho também se mostrou como uma forma que os jovens enxergam de ampliar suas relações sociais e de se desenvolver a partir delas. Muitos afirmam que, além da experiência de trabalho numa função determinada, as relações no ambiente de trabalho também conduzem a uma experiência valorizada pelo mercado. Segundo afirmam, além de se capacitarem para o exercício de uma função, estão também aprendendo a "conviver" e essa convivência no ambiente de trabalho garante uma experiência que eles denominam "de vida" e que poderá ser útil em outras atividades e empregos. As relações sociais são, portanto, parte dessa capacitação que se inicia com o aprendizado de uma função na empresa. O trabalho assume, assim, um espaço de socialização.

O tempo da juventude como um "vir a ser" relacionado à noção de moratória social não é generalizável para os jovens aprendizes. Pois a moratória social, enquanto um tempo de crédito em que o jovem pode se desobrigar do trabalho e se dedicar aos estudos como preparação para o ingresso no mundo do trabalho, não existe para esses jovens que, em sua maioria, necessita contribuir com o orçamento familiar. Mesmo quando utiliza sua remuneração com gastos próprios, ele está contribuindo financeiramente com a família.

Para o público pesquisado, a vida ativa começa antes da conclusão da escolaridade, período em que os jovens passam a combinar trabalho e estudo. Especialmente no caso da Lei da Aprendizagem, os jovens fazem essa conciliação, primeiro porque a legislação exige a frequência à escola ou conclusão do ensino médio e, segundo, porque passam a perceber a importância da escolaridade na construção de sua trajetória ocupacional.

A educação, enquanto condicionante para a obtenção de um emprego e para o acesso a postos de trabalho melhor remunerados, é demonstrada para os aprendizes durante toda sua trajetória no Programa, especialmente, nas aulas do módulo básico de cada curso, em que são abordadas as seguintes disciplinas: Informática Básica e Funcional, Gestão de Pessoas e Habilidades de Comunicação, Matemática, Língua Portuguesa, Ética e Cidadania, atividades culturais e esportivas. Percebe-se que, neste módulo, o jovem é conduzido à apreciação e valorização da educação e da cultura, como forma de acessar melhores postos de trabalho, além de servir também como um "reforço" às disciplinas de Português e Matemática, que apresentam grande defasagem. Também atende à proposta de sensibilizar e motivar o aprendiz para um processo de educação continuada, ou seja, para a necessidade de continuar os estudos após a

conclusão do ensino médio. E, a princípio, parece que esse objetivo tem sido alcançado, pois, a maioria dos aprendizes entrevistados relatou o desejo e o projeto de ingressar no ensino superior. Nem sempre, o curso superior pretendido é relacionado à área em que estão atuando, mas, a motivação para a continuidade dos estudos sinaliza para a perspectiva de crescimento na trajetória ocupacional. Trata-se de um investimento na educação formal e uma tentativa de suprir possíveis frustrações em decorrência de instabilidades no mercado de trabalho.

Além disso, a posição de origem desses jovens seria um fator de limitação às oportunidades no processo de escolarização, uma vez que o jovem oriundo de família com baixo capital intelectual é mais propenso à evasão escolar. (CORREA, 2008). Nesse sentido, o PET, através da Lei da Aprendizagem, tenta coibir essa evasão e ainda incentiva a continuidade dos estudos ao demonstrar a importância e exigência de maior qualificação para inserção no mercado de trabalho, em conjunto com o sucesso escolar. Embora não definam o ingresso no mercado, tanto a qualificação quanto a escolaridade podem interferir na qualidade do emprego conseguido no mercado. Afinal, como demonstrado pela Organização Internacional do Trabalho (2004), na América Latina, quanto mais alto é o nível de instrução dos jovens, mais baixo é o índice de desemprego relativo.

O relato dos aprendizes sobre a passagem por ocupações informais de trabalho demonstram que, diante da seletividade do mercado, eles são, muitas vezes, levados a se deslocar para o mercado informal, especialmente diante da inexperiência laboral. Ou seja, a juventude enfrenta dois problemas em relação ao mercado de trabalho: um, a busca pelo primeiro emprego, que traduz sua inexperiência no campo do trabalho e, outro, a baixa qualificação/escolaridade. E muitas vezes, mesmo diante do avanço da escolaridade, é difícil conseguir uma ocupação formal, pois, a elevação da escolaridade nem sempre é acompanhada pela elevação no nível de emprego. Nesse sentido, a Lei da Aprendizagem garante acesso ao primeiro emprego, tenta garantir a permanência na escola e a elevação da escolaridade, mas não garante a continuidade de uma trajetória ocupacional de qualidade. Pois ao sair de um programa de aprendizagem, o jovem não possui garantias de continuidade no mercado de trabalho e passará a competir com outros indivíduos em igual ou superior condição de qualificação e experiência. E caso não consiga uma inserção no mercado formal, provavelmente migrará ou retornará para a informalidade. Cabe aqui a reflexão sobre os mecanismos de avaliação e da eficiência da Lei da Aprendizagem, enquanto uma política pública de emprego, que deveria

ampliar as oportunidades para o segmento jovem da população e oferecer condições de inserção contínua em postos de trabalho de qualidade, que contribua para o crescimento profissional do jovem, levando em consideração suas peculiaridades e problemas.

Essas ponderações não são feitas pelos aprendizes que, mesmo diante das dificuldades inerentes ao mercado, demonstram atitudes e visões positivas atribuindo ao PET, e à legislação pertinente, a grande possibilidade de mudança em suas vidas. Ou seja, todos os entrevistados afirmaram que o PET é a possibilidade e garantia de experiência de trabalho, que pode conduzir à melhoria de vida através do trabalho. Portanto, a Lei da Aprendizagem é percebida pelos jovens, através de programas de aprendizagem, enquanto um mecanismo eficiente de acesso ao primeiro emprego e possibilidade de construir uma trajetória ocupacional de qualidade.

A pesquisa realizada permite afirmar que Lei da Aprendizagem é uma política pública de emprego no formato de um contrato especial de trabalho, que contribui para a execução da agenda do trabalho decente para a juventude, na medida em que permite ao jovem seu desenvolvimento profissional e o acesso a postos de trabalho de qualidade durante o período em que participa do programa. Essa Lei atende, especialmente, ao pilar do trabalho decente, que se relaciona à ”promoção do emprego de qualidade”. Além disso, essa legislação é uma política pública que tenta atender às seguintes prioridades do trabalho decente: fortalecimento de ações de elevação da escolaridade; investimento em ações contra a evasão escolar precoce, ampliação das oportunidades de educação profissional e ampliação do acesso à cultura. Trata-se de uma política importante para auxiliar os jovens na busca pelo primeiro emprego e, portanto, na entrada no mercado de trabalho, possibilitando a construção de uma trajetória profissional que pode alterar sua situação de origem.

Cabe ao Estado, acompanhar os resultados e definir mecanismos de evolução e controle de programas que atendam à Lei da Aprendizagem, para que os benefícios econômicos da inserção no mercado de trabalho sejam sustentáveis. Pois como afirmou Pochmann (2000), o ingresso do jovem no mercado de trabalho está condicionado a fatores macro: comportamento do mercado de trabalho, efetividade dos programas de garantia de renda e rede de proteção social e qualidade do sistema educativo.

Ao evidenciar a percepção dos jovens sobre os pontos pesquisados nesta tese, espera-se contribuir com novos subsídios para o debate sobre a inserção e trajetória ocupacional dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Ernesto. Nuevas soluciones para um viejo problema: modelos de capacitación para el empleo de jóvenes. Aprendizajes em América Latina. In: ABDALA, E., JACINTO, C., SOLLA, A.(Coord.). **La inclusion laboral de los jóvenes**: entre La desesperanza y La construcción collectiva. Montevidéu: CINTEFOR/OIT, 2005. p.185-214.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p.37-72.

ABRAMOVAY, Miriam. J**uventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego: tendências e possibilidades. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n 11, v. 4, out/dez 1997. Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em: 28/06/2011.

AZEVEDO, Sérgio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso (Org.). **Orçamento Participativo**: construindo a democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2005. 224 p.

AZEVEDO, Sérgio; NABUCO, Ana Luiza; JACINTO, Claudinéia. **Democracia Participativa**: a experiência de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Leitura, 2008. 292 p.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MORETTO, Amilton. **Políticas de emprego e proteção social.** São Paulo: ABET, 1998.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Trabalho, formação profissional e educação do adolescente. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v.14, n.26, p. 203-220, jul-dez 1996.

BONETTI, Lindomar Wessler. **Jovem pobre, pobre jovem**: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil, 2008. 218 p.

BOUDON, Raymond. **Os métodos em Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168 p.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937**. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRASIL. Decreto 2.318, de 30 de dezembro de 1986. Dispõe sobre fontes de custeio da Previdência Social e sobre a admissão de menores nas empresas. **Diário Oficial da União**, Brasília. 30/12/1986.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. 1/5/2005.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**. 16/07/1990. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 09/03/2009.
BRASIL. Lei n. 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, **Diário Oficial da União**. 19/12/2000.

BRASIL. **Manual da Aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: MTE. Brasília, fev. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria-Geral da Presidência da República. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE, 2011. 60 p

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo **(Org.)**. **Retratos da Juventude**: análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni.(Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 175-215

CALDAS, Maria Fernanda; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lélio Nogueira do. **Estados Urbanos**: Belo Horizonte 2008 - transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: PBH, 2008. 513 p.

CAMPOS, A. **Atlas da exclusão social** – Dinâmica e manifestação territorial, v.2. São Paulo: Cortez, 2003.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticaspúblicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta Políticas; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p.87-122.

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Revista Dados**, n. 2, v.51, 2008.

CARRANO, Paulo César; DAYRELL, Juarez. **Jovens no Brasil**: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Rio de Janeiro: UFF, 2003. Disponível em: www.uff.br/obsjovem. Acesso em: 21/08/2010.

CARRANO. Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, dez. 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. n. 1335, Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, M. G. . Juventude e Participaçao: Perfil e Debates. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambu. **Anais**... Caxambu: Encontro ABEP, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura. A realidade do trabalho educativo no Brasil. **Revista de informação legislativa**. Brasília, v. 42, n. 167, jul.-set. 2005, p. 39-52. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/695. Acesso em: 12/09/2011.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELO, José Luiz Bica de. **A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE et. al. (Org.). **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente**: A Experiência Brasileira Recente. Brasília: CEPAL / PNUD / OIT, 2008.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). J**uventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p 160-179.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **O lugar do jovem no Brasil**. Brasília: MS, 2008. 218 p.

CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e trabalho no Brasil**: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, 2008.

COSTA, Janaína Moutinho; NEVES, Magda de Almeida. O jovem e o mercado de trabalho: estudo de caso na periferia de uma grande metrópole. **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, n. 42, set-dez, 2004. p. 441-452.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88

COUTINHO, Luciana. **Tabela Real**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rlisboan@gmail.com> em 31/03/2011.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./out./nov./dez, 2003.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. 2003. Disponível em: www.fae.ufmg.br. Acesso em: 21/08/2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed, São Paulo: Atlas, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim Trabalho no Comércio**. Ano I, n.3, maio 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano. **Estudos Pesquisas**, n. 11, set. 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gota. As três economias políticas do welfare-state. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 24, p.85-116, 1991.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma Genealogia das Teorias e Tipologias do Estado de Bem-Estar Social. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). **O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI**. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-87.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte: NETE, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). J**uventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

FUNDAÇÃO CDL PRÓ-CRIANÇA. **Programa Educação & Trabalho** – Iniciação Profissional e Adolescente Aprendiz. Documento Institucional. Belo Horizonte. Dez. 2009. Disponível em:http://www.fundacaocdl-bh.org.br. Acesso em: 28/12/2009, 21/03/2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUEr, Martin W. E; GASKELl, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3 ed.. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. 1997.

GOFFMAN, E. . **Manicômios, prisões e conventos**. 7 ed. Tradução de Dante Moreira. Leite. São Paulo: Perspectiva.1987.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 149-174.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE, 2010. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores 2009. p. 267. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 06/10/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O Estado de uma Nação**. 2006. Disponível: www.ipea.gova.br. Acesso em: 28/06/2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **PNAD 2008**: Primeiras Análises (Juventude e Desigualdade Racial). Comunicado da Presidência. N.36, dez. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 15, nov. 2008a, p.25-32.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Política Social e Desenvolvimento – a juventude em foco. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. N. 15, mar. 2008b. p. 7-28.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas de emprego, trabalho e renda para jovens. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. N. 15, abr. 2008c. p. 46-55.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Previdência Social. **Boletim de Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 15, mar. 2008d, p.31-49.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão**, n.9, mercado de trabalho 37, Novembro de 2008e.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n.60, set.-dez.2010. p.605-617.

KHEL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

KUHNLE, Stein. A Globalização e o Desenvolvimento das Políticas Sociais. In: DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). **O Estado de Bem-Estar Social no Século XXI**. São Paulo: LTr, 2007. P. 87-102.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Juventude, pobreza e trabalho: o que podem os jovens esperar das políticas públicas?. In: VII RAM. Porto Alegre. **Anais**... GT 25 Ciudadanía, exclusión y diversidadsociocultural: niños y jóvenes en contextos de socialización. 2007.

LEVI, G.; SCHMITT, C. (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Leonardo. **Material**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <rlisboan@gmail.com> em 20/01/2010.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MARINHO, María Luisa M. El eslabón perdido entre educación y empleo: análisis sobre lãs percepciones de los jóvenes urbanos de escasos recursos em Chile. In: **Série Políticas Sociais**. CEPAL: Santiago de Chile, octubre 2007.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação**. Revista Tempo Social**. São Paulo, n. 13, v. 2, p. 61-87, nov. 2001.

MATA-MACHADO, Marília Novais da. **Entrevista de pesquisa**: a interação pesquisador-entrevistado. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

MAY, Tim. Teoria social e pesquisa social. In: MAY, T. (Org.). **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei; FERNANDES, Fernando Manuel Bessa. **Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Brasília: MS, 2008. 218 p.

NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

NETO, O. C.; et.al.. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais**... Ouro Preto/MG, nov. 2002.

NEVES, Magda de A. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores. In: Carvalho Neto e Alves Carvalho. (Org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: Puc Minas, 1998.

NEVES, Magda de A. As novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: NEVES, Magda de A. (Org.). **América latina**: uma nueva alternativa de desarrollo. Arequipa/Peru:ALAS, 2004.

NEVES, Magda de A. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial. In: NEVES, Magda de A. (Org.). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 157-176.

NEVES, Magda de A. DULCI, Otávio Soares. **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. 126p.

NEVES, Magda de A; JAYME, J. G. ; ZAMBELLI, Paulina. Trabalho e Cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2006, Caxambú. **Anais.**... São Paulo: Anpocs, 2006. p. 199-199.

OFFE, Claus. Trabalho: uma categoria chave da sociologia?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.4, n.10, jun. 1989, p.5-20.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendências mundiales del empleo juvenil**. Genebra: OIT, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

POCHAMNN, Márcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n.87, p.383-399, maio/ago. 2004a. Disponível em: htpp://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 06/10/2010.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. IN: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b. p.217-241.

POCHMANN, Márcio. **A Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, v.6, 1998.

POCHMANN, Márcio. Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo. In: POCHMANN, Márcio (Org.). **La inclusion laboral de los jóvenes**: entre La desesperanza y La construcción colectiva. 2005. p. 106-120.

POCHMANN, Márcio. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: HORTA,Carlos Roberto; CARVALHO,Ricardo A. Alves de(Org.). **Globalização, trabalho e desemprego**: processo de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional.Belo Horizonte: C/Arte, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007. Disponível em http://www.emater.mg.gov.br/. Acesso em: 15/04/2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/. biblioteca>. Acesso em: 04/2012.

RAMOS, Carlos Alberto. P**olíticas de Geração de Emprego e Renda Justificativas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira**. Brasília:UnB, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e juventude: o que fica da energia. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RODRIGUES, Hila Bernadete Silva. **Políticas Públicas para a Juventude e Gestão Local no Brasil**: agenda, desenho e implementação. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sócias) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Hila. Juventude e políticas sociais: paradigmas conceituais e representações. **Revista Pensar BH/Política Social,** n.19, p. 12-17, out./dez. 2007.

SCWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Maurício Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer**. Brasília, v. 7, n. 2, p. 51-65. Ago. 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Carla. A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v. 2, n. 17, p. 141-172, nov. 2005.

TAVARES JÚNIOR; Fernando; CARVALHO, Karine Fernandes de. **Limites da Inserção Laboral Impostos a Jovens Brasileiros e Portugueses Egressos do Sistema Educacional**. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, promovido pela Universidade Federal da Bahia Salvador, realizado no período de 07 a 10 de agosto de 2011. Disponível em: www. xiconlab.eventos.dype.com.br. Acesso em: 10/07/2011.

UNESCO. **Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. 34p.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Trabalho Educativo: inexistência de vínculo empregatício e inserção do adolescente no mercado de trabalho. **Revista TRT.** Belo Horizonte, n. 28, v. 58, p. 201-214, Jan-Dez. 1998.

WELLER, Jürgen. Inserción laboral de jóvenes: expectativas, demanda laboral y trayectorias. **Boletin redEtis**. Chile, n. 5, 2006.

APENDICE A - ROTEIRO GRUPO FOCAL

JUVENTUDE (o que significa esta fase da vida?)

1. O que significa ser jovem?
2. Como vocês percebem/enxergam a fase da juventude? Como a vivem?
3. Quais são as dificuldades em ser adolescentes?
4. O que torna uma pessoa adulta?

TRABALHO (importância: por que trabalhar?)

1. Por que adolescentes têm tanta vontade de trabalhar?
2. Qual é a importância do trabalho para vocês? O que ele significa?
3. Por que participar de um programa de aprendizagem?
4. Como o mercado enxerga o adolescente no trabalho?

EDUCAÇÃO (o que o adolescente acha da escola?)

1. Adolescente gosta de estudar? Por que?
2. Caracterização da escola que frequenta.
3. O que mais gosta e o que menos gosta na escola?
4. O que poderia ser diferente?

APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – APRENDIZES

DADOS DO JOVEM

1. Idade
2. Estado Civil
3. Etnia
4. Sexo
5. Filhos – quantidade
6. Local de moradia
7. Com quem você mora?
8. Quem são as pessoas que trabalham na sua casa? O que fazem?
9. Qual é a renda média da sua família?
10. Você contribui financeiramente em sua casa? De que forma?

EDUCAÇÃO/QUALIFICAÇÃO

1. Você estuda em que série? Em qual turno? A escola fica próxima à sua casa?
2. Além da escola regular, você frequenta ou frequentou algum outro curso profissionalizante ou de qualificação? Qual?
3. Como você chegou até a Fundação CDL, ao PET?
4. Por que se interessou pelo Programa?
5. De uma maneira geral, qual é a importância que você atribui aos estudos?
6. O que você considera mais importante para um jovem da sua idade: estudar ou trabalhar? Por quê?
7. Qual é a estratégia que um jovem deve adotar para conciliar estudo e trabalho?
8. Qual é a relação que você vê entre trabalho, estudo e qualificação?
9. Qual é a importância que você atribui aos estudos? Por quê? E ao trabalho?
10. Em sua opinião, trabalhar influencia nos estudos? Como? Por quê?
11. E, estudar, influencia no trabalho? Como? Por quê?
12. Você pretende continuar estudando?
13. Se você pudesse escolher entre trabalhar e estudar, qual seria sua escolha? Por quê?

TRABALHO

1. Conte-me tudo o que você já fez na vida para ganhar dinheiro, desde que você nasceu. O que fez / idade/onde/quanto ganhou. Possuía carteira assinada?
2. Você começou a trabalhar com qual idade? Por quê?
3. O que você considera como a maior dificuldade para um jovem de sua idade conseguir uma colocação no mercado de trabalho?
4. Qual é a sua expectativa em relação ao PET e sua inserção no mercado de trabalho?
5. E hoje, o que você quer fazer? O que você está pensando daqui pra frente?
6. Como você se imagina daqui a 6 anos? (Porque 6 anos: porque na faixa etária destes jovens, em 6 anos, eles terão entre 22 e 24 anos. E, com 24 anos, eles deixam de se beneficiar da Lei do Jovem Aprendiz).

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC MINAS

PUC Minas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2010.

De: Profa. Maria Beatriz Rios Ricci
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

Para: Roseane de Aguiar Lisboa Narciso
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Prezado (a) pesquisador (a),

O Projeto de Pesquisa CAAE – 5480.0.213.000-10 "*Juventude e Trabalho: qualificação de jovens adolescentes do Programa Educação e Trabalho da Fundação CDL de Belo Horizonte"* foi **aprovado** pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas.

Atenciosamente,

Profa. Maria Beatriz Rios Ricci
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – PUC Minas

ANEXO B – DECRETO N. 5.598

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e no Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,

DECRETA:

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DO APRENDIZ

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 5º O descumprimento das disposições legais e regulamentares importará a nulidade do contrato de aprendizagem, nos termos do art. 9º da CLT, estabelecendo-se o vínculo

empregatício diretamente com o empregador responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica, quanto ao vínculo, a pessoa jurídica de direito público.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E DAS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCINICO-PROFISSIONAL MÉTODICA

Seção I

Da Formação Técnico-Profissional

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino fundamental;

II - horário especial para o exercício das atividades; e

III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Seção II

Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;

b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;

d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e

e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizes

Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

§ 1º No cálculo da percentagem de que trata o caput deste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 2º Entende-se por estabelecimento todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da CLT.

Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

§ 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Parágrafo único. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de dezoito a vinte e quatro anos.

Art. 12. Ficam excluídos da base de cálculo de que trata o caput do art. 9º deste Decreto os empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, instituído pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1973, bem como os aprendizes já contratados.

Parágrafo único. No caso de empresas que prestem serviços especializados para terceiros, independentemente do local onde sejam executados, os empregados serão incluídos na base de cálculo da prestadora, exclusivamente.

Art. 13. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas no art 8º.

Parágrafo único. A insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o caput será verificada pela inspeção do trabalho.

Art. 14. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I - as microempresas e as empresas de pequeno porte; e

II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.

Seção II

Das Espécies de Contratação do Aprendiz

Art. 15. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º deste Decreto.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem, este assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 8º deste Decreto.

§ 2º A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no caput do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o estabelecimento e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

I - a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com determinado estabelecimento para efeito do cumprimento de sua cota de aprendizagem ; e

II - o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

Art. 16. A contratação de aprendizes por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1º do art. 15, hipótese em que será realizado processo seletivo mediante edital, ou nos termos do § 2º daquele artigo.

Parágrafo único. A contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional observará regulamento específico, não se aplicando o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I

Da Remuneração

Art. 17. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Parágrafo único. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000.

Seção II

Da Jornada

Art. 18. A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias.

§ 1º O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§ 2º A jornada semanal do aprendiz, inferior a vinte e cinco horas, não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o art. 58-A da CLT.

Art. 19. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 20. A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, cabendo à entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica fixá-las no plano do curso.

Art. 21. Quando o menor de dezoito anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de dezoito anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Seção III

Das Atividades Teóricas e Práticas

Art. 22. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 2º A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 3º Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do programa de aprendizagem, o empregador que mantenha mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

§ 4º Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

Seção IV

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Art. 24. Nos contratos de aprendizagem, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Seção V

Das Férias

Art. 25. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Seção VI

Dos Efeitos dos Instrumentos Coletivos de Trabalho

Art. 26. As convenções e acordos coletivos apenas estendem suas cláusulas sociais ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis.

Seção VII

Do Vale-Transporte

Art. 27. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte.

Seção VIII

Das Hipóteses de Extinção e Rescisão do Contrato de Aprendizagem

Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

IV - a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos deste Decreto, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT.

Art. 29. Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 28 deste Decreto, serão observadas as seguintes disposições:

I - o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da CLT; e

III - a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 30. Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 da CLT às hipóteses de extinção do contrato mencionadas nos incisos do art. 28 deste Decreto.

CAPÍTULO VI

DO CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APRENDIZAGEM

Art. 31. Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único. O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar cadastro nacional das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade técnico-profissional.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revoga-se o Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952.

Brasília, 1º de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Marinho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.12.2005

ANEXO C– DECRETO DE 4/6/2009

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 4 DE JUNHO DE 2009.

Institui Comitê Executivo para estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a construção de agenda de promoção do trabalho decente, de acordo com o Memorando de Entendimento firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho - OIT, datado de 2 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Comitê Executivo para estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a construção de agenda de promoção do trabalho decente, de acordo com o Memorando de Entendimento firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho - OIT, datado de 2 de junho de 2003.

Parágrafo único. O programa previsto no **caput** será executado em consulta com as entidades representativas de empregadores e trabalhadores de âmbito nacional.

Art. 2º Compete ao Comitê Executivo:

I - formular propostas de projetos e atividades de cooperação técnica nas áreas de:

a) geração de emprego, trabalho e renda, microcrédito e qualificação social e profissional;

b) viabilização e ampliação do sistema de seguridade social;

c) fortalecimento do diálogo social, especialmente entre governo, trabalhadores e empregadores;

d) erradicação do trabalho infantil e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes;

e) erradicação do trabalho análogo ao de escravo; e

f) combate à discriminação no emprego e na ocupação;

II - envidar os esforços necessários para mobilizar recursos técnicos, humanos e financeiros próprios e da comunidade internacional para a implementação dos projetos e atividades de que trata o inciso I;

III - acompanhar e avaliar a execução dos projetos e atividades de cooperação implementados de acordo com o Memorando de Entendimento; e

IV - rever os objetivos e termos do referido Memorando de Entendimento.

Art. 3º O Comitê Executivo será integrado pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - Ministério do Trabalho e Emprego;

III - Ministério das Relações Exteriores;

IV Mi i téi d D li t S i l C b t àF

VI - Ministério da Justiça;

VII - Ministério da Educação;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Fazenda;

X - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

XI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

XII - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

XIV - Ministério do Meio Ambiente;

XV - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

XVI - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

XVII - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República; e

XVIII - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

§ 1º O Comitê Executivo será presidido pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, e contará com o apoio institucional e técnico-administrativo da Secretaria-Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, que funcionará como Secretaria-Executiva do Comitê.

§ 2º O Comitê aprovará o seu regimento interno e constituirá subcomitê de assessoramento técnico, mediante resolução, no prazo de cento e oitenta dias, a partir da publicação deste Decreto.

§ 3º O representante titular do escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil será convidado a integrar o Comitê Executivo.

Art. 4º O Comitê Executivo será permanente e reunir-se-á, pelo menos, uma vez por ano.

Art. 5º Fica instituído, no âmbito do Comitê Executivo, Subcomitê para promover a implementação das ações a que se referem os arts. 1º e 2º, voltadas especificamente para a juventude, coordenado conjuntamente pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O Subcomitê a que se refere o **caput** será composto por integrantes do Conselho Nacional de Juventude, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e por representantes de outros órgãos indicados pelo Comitê Executivo, e será instalado trinta dias após a publicação deste Decreto.

§ 2º Na implementação de suas ações, o Subcomitê a que se refere o **caput** adotará o diálogo com organizações da sociedade civil, de empregadores e de trabalhadores.

Art. 6º O Comitê Executivo poderá instituir outros subcomitês para tratar de temas específicos relativos à agenda nacional do trabalho decente.

Art. 7º Poderão ser convidados a participar das atividades do Comitê Executivo, bem como dos subcomitês, representantes de órgãos e entidades da administração pública, bem como de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, agências e organismos internacionais, conselhos e fóruns.

Art. 8º A participação no Comitê Executivo e nos subcomitês não enseja remuneração de qualquer espécie, sendo considerada serviço público relevante.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Celso Luiz Nunes Amorim
Guido Mantega
Reinhold Stephanes
Fernando Haddad
Carlos Lupi
José Gomes Temporão
Miguel João Jorge Filho
Paulo Bernardo Silva
José Pimentel
Patrus Ananias
Carlos Minc
Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.6.2009

ANEXO D – EMENDA CONSTITUCIONAL N. 65

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 13 DE JULHO DE 2010

Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso".

Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

.....

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

.....

§ 3º .....

.....

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

.....

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

.....

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas." (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de julho de 2010.

Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Deputado MARCO MAIA
1º Vice-Presidente

Deputado RAFAEL GUERRA
1º Secretário

Deputado NELSON MARQUEZELLI
4º Secretário

Deputado MARCELO ORTIZ
1º Suplente

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
2º Secretário

Senador MÃO SANTA
3º Secretário

Senador CÉSAR BORGES
1º Suplente

Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente

Senador GERSON CAMATA
4º Suplente

Este texto não substitui o publicado no DOU 14.7.2010

ANEXO E – LEI N. 10.097

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Mensagem de veto

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"....."

"Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) (Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." (VETADO)

"Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Dornelles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.12.2000

ANEXO F – PORTARIA 1.003

PORTARIA No- 1.003, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2008

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e no § 2o do art. 8o e no art. 32 do Decreto no 5.598, de 1o de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1o Os arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 6o da Portaria no 615, de 13 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2007, Seção 1, pág. 87, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1o Criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem, destinado à inscrição das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, relacionadas no art. 8o do Decreto no 5.598, de 1o de dezembro de 2005, buscando promover a qualidade pedagógica e efetividade social.

.....

§ 2o Quando se tratar de cursos de nível técnico cadastrados nos Conselhos Estaduais de Educação, a validação pelo MTE se limitará à sua adequação a essa Portaria

.....

§ 6o O prazo de vigência do programa e curso de aprendizagem no cadastro de aprendizagem será de dois anos contados a partir da validação, podendo ser revalidado por igual período, salvo se houver alteração nas diretrizes da aprendizagem profissional." (NR)

"Art. 2o .....

.....

§ 1o As entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, de que trata o inciso III do art. 8o do Decreto no 5.598, de 2005, além do cadastramento de que trata o caput deste artigo, deverão, também, inscrever seus programas e cursos de aprendizagem no respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando o público atendido for menor de dezoito anos.

§ 2o A inscrição de que trata o caput deste artigo é facultativa para as entidades em formação técnico-profissional metódica de que tratam os incisos I e II do art. 8o do Decreto no 5.598, de 2005.

§ 3o As turmas criadas pelas entidades e os aprendizes nelas matriculados deverão ser registrados

no Cadastro Nacional de Aprendizagem a partir da validação dos respectivos cursos. (NR)"

"Art. 3o Para cadastrar os programas e cursos no Cadastro Nacional de Aprendizagem a instituição deverá fornecer, no mínimo, as seguintes informações:

..... (NR)"

"Art. 4o.....

.....

III - .....

.....

i) educação para o consumo e informações sobre o mercado e o mundo do trabalho;

k) educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero;

l) políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens; e

m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

.....

§ 2o Para definição da carga horária teórica do curso de aprendizagem, a instituição deverá utilizar como parâmetro a carga horária dos cursos técnicos homologados pelo MEC, aplicando-se o mínimo de quarenta por cento da carga horária do curso correspondente ou quatrocentas horas, o que for maior.

§ 3o A carga horária teórica deverá representar no mínimo de vinte e cinco por cento e, no máximo, cinqüenta por cento do total de horas do programa.

§ 4o A carga horária prática do curso poderá ser desenvolvida, total ou parcialmente, em condições laboratoriais, quando essenciais à especificidade da ocupação objeto do curso.

§ 5o Na elaboração da parte específica dos cursos e programas de aprendizagem, as entidades deverão contemplar os conteúdos e habilidades requeridas para o desempenho das ocupações objeto da aprendizagem, descritas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

§ 6o Na utilização dos Arcos Ocupacionais, as entidades formadoras e empresas deverão observar as proibições de trabalhos aos menores de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, aprovada pelo Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008.

ARCO	OCUPAÇÕES	CÓDIGO CBO
1. Telemática	a) Operador de Microcomputador b)Telemarketing (vendas) c) Helpdesk (assistência) d)Assistente de vendas (informática e celulares)	a) 4121-10 b) 4223-10 c) 3172-10 d) 3541-25
2.A.Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro b) Pintor c) Gesseiro d)Trabalhador da manutenção de edificações (revestimentos)	a) 7165-10 b) 7233-10/7166-10 c) 7164-05 d) 9914-05
2.B. Construção e Reparos II (Instalações)	a) Eletricista Predial b) Instalador-reparador de linhas e equipamentos de telecomunicações c) Instalador de sistemas eletrônicos de segurança d) Trabalhador da manutenção de edificações (instalações elétricas e de telecomunicações)	a) 7156-10 b) 7313-20 c) 9513-05 d) 9914-05
3. Turismo e Hospitalidade	a) Cumim (auxiliar de garçom) b)Recepcionista c) Guia de turismo (Local) d)Organizador de evento	a) 5134-15 b) 4221-05 c) 5114-05 d) 3548-20
4. Vestuário	a) Costureiro b) Reformadora de roupas c) Montador de artefatos de couro d) Vendedor de comércio varejista (vestuário)	a) 7632-10 b) 7630-15 c) 7653-15 d) 5211-10
5. Administração	a) Arquivista/arquivador b) Almoxarife c) Auxiliar de escritório/administrativo d) Contínuo/Office-boy/Office-girl	a) 4151-05 b) 4141-05 c) 4110-05 d) 4122-05
6. Serviços Pessoais	a) Cabeleireiro escovista b) Manicure/pedicure c) Maquiador d) Depilador	a) 5161-10 b) 5161-20/5161-40 c) 5161-25 d) 5161
7. Esporte e Lazer	a) Recreador b) Monitor de esportes e lazer c) Animador de eventos esportivos[1]	a) 3714-10 b) 3714-10 c) 3763-05
8. Metalmecânica	a) Serralheiro b) Funileiro industrial c) Assistente de vendas (automóveis e autopeças) d) Auxiliar de promoção de vendas – administrativo (lojas de automóveis e autopeças)	a) 7244-40 b) 7244-35 c) 3541-25 d) 4110-05
9. Madeira e Móveis	a) Marceneiro b) Reformador de móveis c) Vendedor lojista (móveis)	a) 7711-05 b) 7652-35 c) 5211-10
12.Arte e Cultura I	a) Assistente de coreografia (a alterar) b) Animador de eventos culturais[2] c) Assistente de produção	a) 2628-05 b) 3763-05/37 63-10 c) 3741
13.Arte e Cultura II	a) Revelador de filmes fotográficos b) Fotografo social c) Operador de câmara de vídeo (cameraman) d) Finalizador de vídeo	a) 7664-10/7664-15 b) 2618-15 c) 3721-15 d) 3744-15
14.Saúde	a) Recepcionista de consultório médico ou dentário b) Atendente de farmácia-balconista c) Auxiliar de administração (hospitais e clínicas)	a) 4221-10 b) 5211-30 c) 4110-05

[1] Alterado na versão 5.2. (incluído o vocábulo esportivo)
[2] Alterado na versão 5.2. (incluído o vocábulo culturais e o número de CBO 3763-10)

15.Gestão Pública e 3º Setor	a) Auxiliar administrativo b) Coletor de dados em pesquisas c)	a) 4110-10 b) 4241-05
16.Educação	a) Monitor de recreação b) Reforço escolar c) Contador de histórias d) Auxiliar administrativo (escolas/bibliotecas)	a) 3714-10 b) 3341 c) 2625-05 d) 4110-10
17.Transporte	a) Cobrador b) Ajudante de motorista (entregador) c) Assistente administrativo (transporte) d) Despachante de transportes coletivos	a) 5112-15 b) 7832-25 c) 4110-10 d) 5112-10
18.Alimentação	a) Chapista b) Repositor de mercadorias (em supermercados) c) Cozinheiro auxiliar d) Vendedor ambulante (alimentação)	a) 5134-35 b) 5211-25 c) 5132-05 d) 3541-30
19.Gráfica	a) Guilhotineiro - na indústria gráfica b) Encadernador c) Impressor (serigrafia) d) Operador de acabamento (indústria gráfica)	a) 7663-20 b) 7687-05 c) 7662-05 d) 7663-15
20. Joalheria	a) Joalheiro na confecção de bijuterias e jóias de fantasia b) Joalheiro (reparações) c) Gravador (joalheria e ourivesaria) d) Vendedor de comércio varejista (jóias, bijuterias e adereços)	a) 7510-10 b) 7510-15 c) 7511-15 d) 5211-10
21.Agro-extrativista	a) Criador de pequenos animais (apicultura ou avicultura de corte ou avicultura de postura) b) Trabalhador em Cultivo regional (fruticultura, olericultura) c) Extrativista florestal de produtos regionais (madeira; alimentos silvestres; fibras, ceras e óleos; gomas e resinas) d) Artesão regional (cerâmica, bordados, madeira, palha e materiais orgânicos)	a) 6234-10/6233-05/6233-10 b) 6225/6223 c) 6321/6324/6323/6322 d) 7521-05/7523-10/7682-05/8332-05
22.Pesca/piscicultura	a) Pescador artesanal (pescado de água doce e salgada) b) Auxiliar de piscicultor c) Trabalhador no beneficiamento do pescado (limpeza, salgador, defumador e subprodutos dos peixes) d) Vendedor de pescado - Peixeiro (comércio varejista)	a) 6311-05/6310-20 b) 6313-25 c) 8414-84/8481-10/8481-05 d) 1414-10

ANEXO II

(Anexo II da Portaria nº 615, de 13 de dezembro de 2007)

"Anexo II

Referenciais de Qualidade para Desenvolvimento e Validação dos Cursos de Aprendizagem à Distância

1.A Concepção da aprendizagem técnico-profissional metódica e o desenho curricular dos cursos ofertados deverão seguir o estabelecido nesta Portaria.

2.Os projetos dos cursos deverão conter: a proposta pedagógica do curso, a descrição das soluções tecnológicas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem a serem utilizadas, o formato dos conteúdos e as mídias a serem utilizadas, a descrição dos processos da gestão do conhecimento com a definição das atribuições de cada função envolvida (Gestores, Coordenadores, Professores, Tutores e Monitores).

3.Os recursos pedagógicos e tecnológicos a serem utilizados em cada curso deverão garantir os princípios da interação e interatividade entre professores, tutores e aprendizes.

4.A proposta pedagógica deverá estabelecer os objetivos gerais e específicos do curso, as

técnicas didático-pedagógicas a serem utilizadas, demonstrar os mecanismos de interação entre aprendizes,
tutores e professores ao longo do curso, estabelecer os critérios de avaliação do aprendiz e prever os seguintes documentos operacionais: Guia Geral do Curso, Plano de Tutoria (definindo em especial o modelo de tutoria a ser utilizado), Manual do Aprendiz e o Plano de Estudos Sugerido.

5.O projeto do curso deverá quantificar o número de professores/hora disponíveis para os atendimentos requeridos pelos aprendizes e quantificar a relação tutor/aprendiz.

6.O material didático utilizado deverá ser adequado ao conteúdo do curso e recorrer a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta pedagógica apresentada e ao contexto sócio-econômico que vivencia o público a ser atendido.

7.O material utilizado deverá conter a indicação de bibliografia que possa ser consultada como apoio e pesquisa pelo aprendiz.

8.Os profissionais da entidade deverão ter a formação requerida para ministrar os cursos na área de formação específica do curso e estarem habilitados para se utilizar dos instrumentos pedagógicos e tecnológicos.

9.As soluções tecnológicas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem deverão permitir que os gestores realizem a avaliação das atividades dos professores e tutores, com o objetivo de aperfeiçoar todo o processo de gestão dos cursos.

10.Os cursos deverão prever momentos de encontros presenciais, cuja freqüência deve ser determinada pela natureza e complexidade da ocupação a que o curso se destina, ficando estabelecida a obrigatoriedade desses encontros ao decorrer dos programas, garantindo o processo de avaliação da complexidade progressiva.

11.A proposta pedagógica do curso deverá descrever o sistema de orientação, acompanhamento e avaliação do aprendiz pela entidade formadora.

12.Deverão ser descritas as instalações físicas e a infra-estrutura material que dá suporte tecnológico, cientifico e instrumental ao curso na sede da instituição e nos pólos de apoio presencial, compatível com a proposta do curso para o atendimento ao aprendiz nas atividades presenciais.

13.A entidade proponente do curso de aprendizagem à distância deverá indicar os pólos de apoio descentralizados.

14.A proposta pedagógica do curso deverá prever avaliações presenciais, com controle de freqüência, zelando pela confiabilidade e credibilidade na certificação do aprendiz."

ANEXO G – PORTARIA 2.348

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Nº 3.285 -
Empregado: JOSE CARLOS NEVES ROSA
Origem: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE
Para: Departamento Nacional de Produção Mineral
Processo: 04599.503242/2004-61

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Nº 3.286 -
Empregado: JOSE COSTA CARVALHO
Origem: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE
Para: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Processo: 04599.503254/2004-95

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Nº 3.287 -
Empregado: JOSE HELDER DE ALMEIDA MAGALHAES
Origem: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE
Para: Ministério da Fazenda
Processo: 04599.503255/2004-30

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS, SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.929, de 06 de agosto de 2009, e em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, resolve efetivar o seguinte exercício:

Nº 3.288 -
Empregado: JOSE NAZARENO NUNES BEZERRA
Origem: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - ELETRONORTE
Para: Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça
Processo: 04599.510497/2004-80

Art. 1º Caberá ao órgão de origem efetivar a apresentação do empregado.

Art. 2º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do empregado ao seu órgão de origem ao término do exercício.

Art. 3º Cumpre ao cessionário comunicar, mensalmente, ao órgão de origem a frequência do empregado.

Art. 4º O ressarcimento decorrente da cessão ou exercício de servidores e empregados aos órgãos ou entidades de origem previsto no parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, nos termos do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, só será devido no caso de empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para custeio total ou parcial de sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA DO SOCORRO MENDES GOMES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.348, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003, tendo em vista a autorização concedida pela Portaria/GM/MP nº 77, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2009, e em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Ação Ordinária nº 2009.37.00.000986-7, impetrado perante a 5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, resolve:

Art. 1º Nomear, sub judice, no quadro permanente do Ministério do Trabalho e Emprego, o candidato a seguir relacionado, com o resultado final homologado pelo Edital nº 33/SE/MTE, de 24 de novembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2009, para o provimento do cargo efetivo de Agente Administrativo, Classe A, Padrão I, na forma a seguir:

Classificação	Nome	UF/Município/Unidade de vaga	Código da vaga
2-A	Romulo Costa Dutra	SÃO LUÍS/SEDE DA SRTE/MA	452684

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

PORTARIA Nº 2.349, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a competência que lhe foi conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o disposto no § 1º, do art. 5º, do Decreto de 4 de junho de 2009, resolve:

Art. 1º Designar os representantes titulares e suplentes dos órgãos que irão compor o Subcomitê instituído no âmbito do Comitê Executivo, que tem por objetivo a construção de agenda de promoção de trabalho decente para juventude, tendo como referência a Agenda Nacional de Trabalho Decente - ANTD e o Plano Nacional de Trabalho Decente - PNDT.

Art. 2º O Subcomitê será composto pelos membros titulares e respectivos suplentes a seguir designados:

Ministério do Trabalho e Emprego
Titular: Adriana Maria Giubertti
Suplente: Eudes de Souza Vieira Filho
Secretaria-Geral da Presidência da República
Titular: José Eduardo de Andrade
Suplente: José Almir da Silva
Conselho Nacional de Juventude
Titular: Emerson Silva Gomes
Suplente: Solange Oliveira Leite
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente
Titular: Raimunda Núbia Lopes da Silva
Suplente: Rosiléa Maria Roldi Wille
Ministério da Ciência e Tecnologia
Titular: Natália Gedanken
Suplente: Solisângela Rocha dos Montes
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Titular: Ana Maria Resende Chagas
Suplente: Antonio Teixeira Lima Júnior

Art 3º O Subcomitê será coordenado conjuntamente pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e contará com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Art 4º Poderão ser convidados a participar das atividades do Subcomitê representantes de órgãos e entidades da administração pública, de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, bem como representantes dos empregadores e trabalhadores

Art. 5 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

DESPACHO DO MINISTRO
Em 2 de dezembro de 2009

Processo n.º 46010.005248/2009-95
Assunto: Afastamento do País.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 1.387, de 07 de fevereiro de 1995, autoriza o afastamento do País do servidor:

GILMAR DA CUNHA TRIVELATO, Pesquisador da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, deste Ministério, para participar da "Cooperação Bilateral Brasil - Uruguai para a Estruturação da Vigilância em Saúde Ambiental no Uruguai" em Montevidéu, Uruguai, no período de 13 a 19 de dezembro de 2009, já incluídos os dias necessários ao trânsito, com ônus limitado.

CARLOS ROBERTO LUPI

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO DE AFASTAMENTO DO PAÍS da servidora CLÁUDIA COSTA ALMADA LIMA, ocupante do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, matrícula SIAPE nº 118700-7, lotada e em exercício na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina, deste Ministério, Publicado no D.O.U de 01 de setembro de 2006, Seção 2, página 65 e em cumprimento à Decisão exarada nos autos da ação Ordinária nº 2006.72.00.002205-3, transitada em julgado, que tramitou na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina-SC e tendo em vista o que consta no processo 46141.000743/2005-99, onde se lê "... 1º de março de 2006 a setembro de 2009...," leia-se "...02 de novembro de 2005 a 02 de novembro de 2009".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIAS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009

A Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais e regimentais, em especial pelo que dispõe o artigo 29, inciso V da Portaria 764/2000 publicada no D.O.U. de 13/10/2000, resolve:

Nº 568-1- Designar os servidores abaixo identificados como PREGOEIROS e/ou EQUIPE DE APOIO quando da realização de Pregão Eletrônico e Pregão Presencial da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, a luz da Legislação que rege a espécie: SANDRO FRANCO NOVELLI, matr. Siape 1110391 - Pregoeiro e/ou Apoio; - LIRIA IZUMI HIRANO HASEGAWA, matr. Siape 0256321 - Pregoeira e/ou Apoio; CELSO DE ALMEIDA HADDAD, matr. Siape 0257610 - Apoio; ; LEANDRO BORGES ANTONIALLI, matr. Siape 1701172 - Apoio; ANDRÉ WILLIAN DE OLIVEIRA SANTOS, matr. Siape 1700931. Apoio ; OMAIR JOSÉ TESSARDE, matr. Siape 1702171 - Apoio DANIEL LOPES SERRA, matr. Siape 1713611 - Apoio

2- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se na mesma oportunidade a Portaria nº. 531 de 07 de novembro de 2008.

A Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo , no uso das atribuições legais e regimentais, em especial pelo que dispõe o artigo 29, inciso V da Portaria 764/2000 publicada no D.O.U. de 13/10/2000, resolve:

Nº 569-1-Designar os servidores abaixo para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo: SANDRO FRANCO NOVELLI, matr. Siape 1110391 - Pregoeiro e/ou Apoio; LIRIA IZUMI HIRANO HASEGAWA, matr. Siape 0256321 - Pregoeira e/ou Apoio; CELSO DE ALMEIDA HADDAD, matr. Siape 0257610 - Apoio; LEANDRO BORGES ANTONIALLI, matr. Siape 1701172 - Apoio; ANDRÉ WILLIAN DE OLIVEIRA SANTOS, matr. Siape 1700931 - Apoio; OMAIR JOSÉ TESSARDE, matr. Siape 1702171 - Apoio DANIEL LOPES SERRA , matr. Siape 1713611 - Apoio

2-A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando, na mesma oportunidade, revogada a Portaria nº. 532, de 07 de novembro de 2008.

JOSÉ ROBERTO DE MELO .

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00022009120300081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECDO

PUC Minas **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: **CAAE - 5480.0.000.213-10**

Título do Projeto: "Juventude e Trabalho: qualificação de jovens adolescentes do Programa Educação e Trabalho da Fundação CDL de Belo Horizonte"

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que estudará relação entre juventude e trabalho através da Lei do Jovem Aprendiz que regulamenta a contratação de jovens com idade entre 15 e 24 anos e programas de qualificação de jovens adolescentes.

Você foi selecionado porque participa de uma das turmas de capacitação/qualificação do Programa Educação & Trabalho (PET) da Fundação CDL-BH, e sua participação não é obrigatória. O objetivo do projeto é analisar a relação entre trabalho e qualificação dos jovens que freqüentam cursos de aprendizagem e qualificação baseados na Lei do Jovem Aprendiz.

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em responder uma entrevista sobre o curso que frequenta, suas expectativas em relação ao mercado de trabalho e a qualificação que está recebendo; responder uma entrevista gravada sobre os resultados que tem obtido e que espera obter a partir do curso que frequenta.

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre

apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Algumas partes das entrevistas poderão ser citadas textualmente, mas, a privacidade será mantida pelo uso de iniciais dos nomes dos participantes ou de nomes fictícios, o que impedirá a identificação dos mesmos. As gravações serão utilizadas somente para a compilação e análise dos dados, bem como os questionários.

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de

não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício ou cuidados a que tenha direito nesta instituição. Você também pode ser desligado do estudo a qualquer momento sem o seu consentimento nas seguintes situações: (a) você não use ou siga adequadamente as orientações/tratamento em estudo; (b) você sofra efeitos indesejáveis não esperados; (c)

o estudo termine. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar o profissional e/ou pesquisador que esteja atendendo-o.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.ª Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Roseane de Aguiar Lisboa Narciso
Endereço: Rua Apa 220/102 – Bairro Caiçara
Telefone: 31-2515-8471 / 9975-3101
Email: rlisboan@gmail.com

Declaração de Consentimento

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.
Nome do participante (em letra de forma):

Belo Horizonte, de de 2011.

_____
Assinatura do participante ou representante legal

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Belo Horizonte, de de 2011.

_____
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso
Pesquisadora